

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Maria Carolina Gonçalves Rodrigues

**Negociando Identidades: a expansão egípcia e a Núbia sob a XVIII dinastia (1550- 1425
a.C.)**

São Paulo
2022

MARIA CAROLINA GONÇALVES RODRIGUES

**Negociando Identidades: a expansão egípcia e a Núbia sob a XVIII dinastia (1550-1425
a.C.)**

(versão corrigida)

Dissertação apresentada à Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de
mestre em História Social

Área de Concentração: História Antiga.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rede

São Paulo
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R696n Rodrigues, Maria Carolina Gonçalves
Negociando Identidades: a expansão egípcia e a
Núbia sob a XVIII dinastia (1550-1425 a.C.) / Maria
Carolina Gonçalves Rodrigues; orientador Marcelo Rede
- São Paulo, 2022.
168 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de
concentração: História Social.

1. Núbia. 2. Egito antigo. 3. Disputas de poder.
4. Negociação de Identidades. I. Rede, Marcelo,
orient. II. Título.

Nome: RODRIGUES, Maria Carolina Gonçalves

Título: Negociando identidades: a expansão egípcia e a Núbia sob a XVIII dinastia (1550 – 1425 a.C.)

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

*Aos meus heróis da vida real,
meus pais e irmã*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela bolsa concedida através do processo número 2019/15241-0, sem ela este trabalho não teria sido possível.

Ao meu orientador, Marcelo Rede, por ter acreditado em mim e aceitado me guiar por este percurso acadêmico, mesmo não me conhecendo durante a graduação. Muito obrigada, Professor, por sua sabedoria, conhecimento e paciência comigo em cada etapa e conversa desde 2018. Todo conselho, ensinamento e apontamento foram de extrema importância para minha formação não apenas profissional, mas pessoal. Agradeço imensamente por me ajudar a assassinar menos o português e por me ensinar que a timidez compromete a qualidade do trabalho e dos sorrisos no caminho. Este trabalho não teria sido possível sem o senhor.

Agradeço à minha família, sobretudo meus pais, João e Claudimeire, e minha irmã, Mariana, por me amarem e me guiarem em cada passo que tomei em minha vida. Agradeço por toda conversa, puxão de orelha, carinho, paciência, amor e abraços, em especial durante a pandemia e as crises e ataques de nervoso e pânico. Obrigada por serem meus pais e, Mariana, por ser minha pessoa favorita, afinal sua famosa frase “Se fosse fácil, todo mundo era Mestre”, me fazia rir em meio à adversidade e medo enquanto você estava com a Covid-19 e ao longo do mestrado. Minha querida família, vocês ensinaram a nunca desistir, não importa o que aconteça, desistir nunca é o caminho a ser seguido. Sou muito grata a Deus por ter me presenteado com vocês e o dom da vida.

Ao Professor Miguel Palmeira, pela leitura atenta de meu projeto e paciência com minha timidez e dificuldades.

À minha querida amiga Marianna Lopes, por todos os momentos de descontração e desabafo desde nossa adolescência. Dizem que não precisamos de muitos amigos, mas de poucos grandes que nunca nos abandonam, obrigada Mari, por cada mancada ao longo do caminho.

Agradeço ao Professor Dr. Fábio Frizzo e à Professora Dra. Thais Rocha da Silva pelas ricas arguições e conselhos em minha qualificação, eles foram de extrema importância para minha pesquisa e formação profissional.

Aos membros do Laboratório do Antigo Oriente Próximo da USP (LAOP-USP), seus coordenadores, Marcelo Rede e Carlos Henrique Gonçalves, e seus alunos. O ambiente de acolhimento, debate e amizade que encontrei é um sonho que buscava desde a graduação. Destaco em especial as ajudas do André Kawaminami, Anita Fattori, Carolina Vellozo,

Leandro Ranieri, Rafael Pires, Samuel Gandara, Santiago Reghin e Thais Rocha, com quem troquei conhecimentos e apoio. As conversas e leituras críticas auxiliaram o desenvolvimento do projeto e superação de minhas dificuldades.

Agradeço também Ana Paula Scarpa, Fabrício Sparvoli e Pedro Piza pela paciência em grupos de estudo e pela força em organização de eventos que testaram nossa sanidade. Deixo meus agradecimentos também aos alunos da disciplina Seminário de Pesquisa Histórica de 2019, as leituras atentas, críticas e debates compartilhados sobre projetos contribuíram com o desenvolvimento dessa pesquisa. Agradeço em especial as meninas da disciplina: Adriana Salay, Branca Zilberleib, Isabela Amatucci, Livia Orsati e Mariana Osés, pela paciência e contribuições em meu projeto e, também, pelas sessões de terapia em conjunto, as risadas e eventos compartilhados que foram fundamentais para a manutenção de meu equilíbrio antes e durante a pandemia.

Às bibliotecas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) e do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). A todos os funcionários da FFLCH-USP e MAE-USP por sempre me receberem com atenção e carinho. Aos autores que fazem parte da minha bibliografia, os trabalhos desses pesquisadores permitiram minha pesquisa e me incentivaram ao longo dessa caminhada, além de terem sido minhas companhias constantes durante o isolamento da Covid-19.

Por fim, gostaria de agradecer os professores que me ajudaram a chegar até a Pós-Graduação. Na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde fiz minha graduação, gostaria de agradecer em especial o Professor Dr. Álvaro Allegrette, pela oportunidade de fazer iniciação científica, e o Professor Dr. Ettore Quaranta pela inabalável fé em mim e por sempre me incentivar a realizar meus sonhos. Agradeço imensamente também aos meus professores do ensino básico e médio, Professora Mônica Gaboni e Professor Camilo, vocês me ensinaram que um professor nunca desiste de seus alunos, não importa a dificuldade e adversidades da sala de aula, vocês me inspiraram na escolha de carreira e de ética profissional.

RESUMO

RODRIGUES, Maria Carolina Gonçalves. *Negociando Identidades: a expansão egípcia e a Núbia sob a XVIII dinastia (1550-1425 a.C.)*. 2022. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Este trabalho tem por objetivo analisar as estratégias e negociações de identidades entre egípcios e núbios, em contexto interno e externo, durante o período de expansão na XVIII dinastia (1550-1425 a.C.). Ao longo do período estudado, o Egito dominou, simultaneamente, o norte, na região do Levante, e o Sul, no território núbio. A produção historiográfica sobre as histórias egípcias e núbias, até meados do século XX, homogeneiza as pluralidades internas egípcias, ao mesmo tempo em que apresenta as populações núbias à sombra do Egito. Nesse sentido, buscou-se superar o debate da egiptologia do século passado, a partir de perspectivas que valorizam o papel ativo das populações núbias em contato com os egípcios e que ressaltam a pluralidade interna egípcia. Para tanto, é destacado o aspecto de conflitos e disputas de poder do contexto de expansão e enraizamento da administração egípcia na Núbia. Foco desta análise, as negociações de identidades e estratégias de sobrevivência são examinadas através das elites nativas da Baixa Núbia, oficiais egípcios e de suas funções e comportamentos no aparato administrativo egípcio até a terceira catarata do Nilo. A documentação analisada é, em sua maioria, escrita, com poucas fontes iconográficas. A hipótese central é a de que as elites núbias não sofreram aculturação total e passiva, como era defendido até o século passado, mas que elas negociam suas identidades através de status, hierarquias e poder, tendo em vista objetivos políticos próprios. Além disso, almeja-se investigar as pluralidades internas egípcias e as influências de identidades núbias no Egito, durante esse processo de expansão e trocas culturais.

Palavras-chaves: Expansão egípcia, Baixa Núbia, disputa de poder, negociação de identidades.

ABSTRACT

RODRIGUES, Maria Carolina Gonçalves. *Negotiating Identities: the Egyptian expansion and Nubia under the Eighteenth Dynasty (1550- 1425 b.C.)*. 2022. Dissertation (Masters in Social History)- Faculty of Philosophy, Languages and Literature, and Human Sciences, University of São Paulo, 2022.

This dissertation analyzes identity negotiations between Egyptians and Nubians, from an internal and external context, during the expansion period of the Eighteenth Dynasty (1550–1425 b.C.). In this period, Egypt dominated, simultaneously, the Levant, in the North and Nubia, in the South. The scholarship about Egyptian and Nubian histories, until mid-Twentieth Century, homogenized Egyptian pluralities while represented Nubia under the Egyptian shadow. Therefore, to overcome the past century Egyptological debates, it is necessary to bring forward a perspective that values Nubian active roles when in contact with Egyptians, and one that emphasizes Egyptian plurality. We take into consideration the conflicts and power disputes present in the context of expansion and the development of the Egyptian administration apparatus in Nubia. Negotiations of identities and the survival strategies are the focus of this investigation, examined in sources from the Lower Nubian elites, and Egyptian officials, analysing their functions and behavior within the Egyptian administrative apparatus, up to the Third Cataract of the Nile. The evidence is mostly textual, with few iconographic sources. The central hypothesis is that the Nubian elites were not simply acculturated or were passive towards the Egyptians, as previously assumed, but these elites were negotiating their identities through status, hierarchies and power, taking into account their political objectives. We also aim to investigate the Egyptian pluralities and Nubian identities elements that influenced Egypt, during the territorial expansion and cultural exchanges.

Keywords: Egyptian expansion, Lower Nubia, power disputes, identities negotiation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Baixa e Alta Núbia. (SMITH, 1991:78)	59
Figura 2 – Mapa das fortalezas egípcias na Baixa Núbia. Adaptação do mapa presente em FERREIRA, 2019:36.	60
Figura 3 – Representação da Estela Buhen 691. (MORRIS, 2018: 99)	68
Figura 4 - Organograma da administração egípcia na Baixa Núbia. Adaptação do organograma presente em FRIZZO, 2016: 185.	76
Figura 5 – Mapa de Wawat, com ênfase em Teh-Khet e Miam. (VIEIRA, 2017:119)	78
Figura 6 - Representação da estela de Teti, oriunda de Elefantina. (SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, 1991:192)	82
Figura 7 - Representação da Inscrição do “Chefe de Teh-Khet, Pa-its(y)”, na região de Umm Nabari. (DAVIES, 2014:31)	84
Figura 8 - Representação da Estela de Amenemhet. (SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, 1991:193)	93
Figura 9 – Mapa de Debeira e Serra, com ênfase nas tumbas de Djehuty-hotep e Amenemhet. (SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, 1991:191)	97
Figura 10 – Tabela dos títulos dos membros da família de elite de Teh-Khet.	100
Figura 11 - Mapa da Baixa e Alta Núbia. (MORKOT, 2001:236)	121
Figura 12 – Planta comparativa de dois palácios cerimoniais nativos e da sala do trono de templo egípcio em Dokki Gel. (BONNET, 2012:62)	134
Figura 13 – Representação de Amun com a cabeça de carneiro e Hórus portando a coroa dupla do Alto e Baixo Egito. (GABOLDE, 2020:345)	137

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: O TRILHAR DA EGIPTOLOGIA – PERSPECTIVAS E DEBATES SOBRE O EGITO E A NÚBIA	18
1.1. DA “EGIPCIANIZAÇÃO” AO EMARANHAMENTO	19
1.1.1. O MODELO CIVILIZADOR	19
1.1.2. EGIPCIANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA	24
1.1.3. O “AFROCENTRISMO DO VALE DO NILO”	29
1.1.4. EMULAÇÃO DAS ELITES NATIVAS.....	33
1.1.5. O ISOLAMENTO DA EGIPTOLOGIA	37
1.2. HÍBRIDOS E EMARANHADOS	40
1.2.1. HIBRIDISMO: “PUREZA” E PARADOXO	40
1.2.2. EMARANHAMENTO CULTURAL	45
1.3. NEGOCIANDO IDENTIDADES	51
CAPÍTULO 2: NEGOCIAR PARA SOBREVIVER – A ELITE NÚBIA DE TEH-KHET	56
2.1. CONTEXTUALIZANDO EGITO E NÚBIA NO REINO MÉDIO	57
2.1.1. PERMANÊNCIAS EGÍPCIAS NAS FORTALEZAS	63
2.2. A ADMINISTRAÇÃO EGÍPCIA NA NÚBIA DO REINO NOVO	71
2.2.1. EXPANSÃO EGÍPCIA E AS CIDADES TEMPLÁRIAS	71
2.2.2. A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E SUA HIERARQUIA	74
2.3. NEGOCIANDO A SOBREVIVÊNCIA NÚBIA	77
2.3.1. OS VIGILANTES LÍDERES DE TEH-KHET	83
2.3.2. EMARANHAMENTO E A NEGOCIAÇÃO DE TEH-KHET	88
2.3.3. AMENEMHET, CHEFE DE TEH-KHET	93
2.4. ALIANÇAS RENOVÁVEIS E A MANUTENÇÃO DA LEGITIMIDADE	97
2.5. A NEGOCIAÇÃO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA	101
CAPÍTULO 3: SOB O OLHAR DOS EGÍPCIOS - A EXPANSÃO DA XVIII DINASTIA (1550- 1425 a.C.)	104
3.1. O REI DENTRO DE TEBAS	105
3.2. A VITÓRIA DOS REIS: RECOMPENSANDO ELITES	115
3.3. “DERROTANDO INIMIGOS”: AS CAMPANHAS MILITARES NA NÚBIA	121
3.4. NEGOCIAR PARA GOVERNAR: A NÚBIA NOS EGÍPCIOS	132

3.5. DEDWEN, À FRENTE DA NÚBIA	140
3.6. A NEGOCIAÇÃO SOB O OLHAR DOS EGÍPCIOS: TRANSITANDO ENTRE IDENTIDADES	144
CONCLUSÃO	147
BIBLIOGRAFIA	153

INTRODUÇÃO

Wawat e Kush são alguns dos nomes pelos quais os egípcios identificavam regiões da Núbia. Wawat refere-se à região da Baixa Núbia, região da primeira catarata do Nilo, enquanto Kush corresponde à Alta Núbia, área da terceira catarata do Nilo. Essa nomenclatura é encontrada na documentação egípcia, assim como outros nomes que são usados para se referir aos núbios de maneira mais genérica, como Ta-seti (tA-sty), *Terra do arco*.¹ A documentação egípcia demonstra os contatos entre egípcios e núbios a longo prazo, muito antes do período do Reino Novo (1550 – 1069 a.C.),² marcado pela maior expansão egípcia em direção à Núbia até então, e pela vasta quantidade de documentação escrita.

A expansão egípcia teria começado em fins do Segundo Período Intermediário (1650 – 1550 a.C.), com a reunificação do Baixo e Alto Egito. O movimento expansionista estendeu o controle egípcio até a região da quarta catarata, na Alta Núbia,³ durante esse período de expansão, e paulatinamente, foram introduzidas estruturas administrativas diferentes na Baixa e Alta Núbia.⁴ As diferentes estruturas introduzidas na Núbia auxiliam a identificar a pluralidade e descentralização dos povos nativos núbios de Wawat e Kush. A documentação sobre o início desse movimento também revela a pluralidade interna egípcia, com os desacordos entre oficiais egípcios durante a reunificação do território e com a formação de alianças endógenas entre novas elites militares e o faraó.

No entanto, o Egito é muitas vezes apresentado pela egiptologia como homogêneo e centralizado. Tal argumento era baseado na figura do faraó, pois a ele era vinculado o funcionamento religioso, militar e administrativo do antigo Egito.⁵ Foi enraizada, então, a noção de um Egito eterno, paternal e centralizado na figura única do faraó,⁶ ao passo em que a história da Núbia foi construída às sombras do Egito. Assim, e sobretudo no século XX, os núbios eram apresentados como continuacões das culturas egípcias. A repressão de revoltas núbias, recebimento de impostos em documentos egípcios, e as formas de representação de núbios em fontes nativas, eram interpretados, até meados do século XX, como formas de submissão e “egipcianização” das populações núbias.

¹MORKOT, Robert. Africa South of Egypt. In: SHAW, Ian; BLOXAM, Elizabeth (eds). *The Oxford Handbook of Egyptology*. Oxford: Oxford University Press, 2020, p. 473.

²A cronologia egípcia é alvo de grandes debates, apresentando variações. Na presente pesquisa optou-se por seguir a cronologia estabelecida em: SHAW, Ian. *The Oxford History of Ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 479-483.

³DAVIES, Vivian. Kurgus 2000: The Egyptian Inscriptions. *Sudan&Nubia*, 2001, n. 5, p.46-58.

⁴C. f. MORKOT, 2001, p. 235; SMITH, 2003, p. 96.

⁵WIT, A. J. De. *Enemies of the State: Perceptions of 'otherness' and state formation in Egypt*. Leiden University, 2008, p. 115.

⁶C. f. MORENO GARCIA, 2015, p. 55; LANGER, 2021, p. 249, SCHNEIDER, 2003, p. 155-158.

Nesse sentido, um dos objetivos da presente pesquisa recai sobre a pluralidade interna núbia e egípcia. A partir das estratégias de resistência e conflitos de poder, ambos os vizinhos africanos revelam diferentes e plurais realidades, marcadas por disputas internas e externas, formando um quadro mais complexo do que sugerem as narrativas muitas vezes associadas ao Egito e à Núbia. Os egípcios experimentaram diferenças internas e negociações de poder entre as elites, sofrendo influências culturais externas que alteravam aspectos culturais, como divindades asiáticas ou núbias que influenciaram o panteão egípcio. A Núbia antiga, por sua vez, era fragmentada em vários povos, não sendo homogênea, mas composta por diferentes identidades.

As pluralidades internas egípcia e núbia estão conectadas à própria interação entre Egito e Núbia. Ao se analisar os debates e compreensões sobre tal relacionamento, sobretudo entre oficiais egípcios e membros de elites nativas núbias, busca-se ressaltar o papel ativo das elites núbias quando em contato e em trocas culturais com os oficiais egípcios. A partir disso, estratégias de resistência dos nativos núbios prestam a questionar narrativas da egiptologia que apresentavam as sociedades núbias como extensões culturais egípcias, ou seja, como “egipcianizadas”.

Essa interpretação se desenvolve sobre as formas pelas quais as elites núbias eram incorporadas ao aparato administrativo egípcio, uma vez que esses indivíduos das elites conseguiam manter o poder interno nativo ao mesmo tempo em que eram reconhecidos pelos egípcios. As estratégias das elites núbias, como vistas nessa interpretação, seriam examinadas através da adoção e adaptação de características identitárias egípcias pelos núbios, pois permitiriam esse equilíbrio entre status egípcio e poder nativo. Por isso, um objetivo deste trabalho é compreender estratégias de pertencimento das elites nativas aos contextos egípcios de dominação, durante a expansão do Egito na Núbia.

Nesse sentido, compreender as estratégias de pertencimento núbias pressupõe estudar a adoção e adaptação de aspectos culturais egípcios nas identidades núbias, ou seja, a influência egípcia na Núbia. No entanto, e apesar de tais influências nas sociedades núbias sempre serem ressaltadas e estudadas, deve ser levado em consideração que os contatos culturais não são unilaterais, mas, ao contrário, trocas culturais, identitárias e econômicas acontecem entre ambos os lados. Portanto, esta pesquisa irá se debruçar também sobre as influências e impactos das interações entre núbios e egípcios em contextos egípcios.

Para que tais objetivos sejam alcançados, a pesquisa desenvolvida aqui tem como recorte cronológico o último reinado do Segundo Período Intermediário, o de Kamés (1555-1550 a.C.), e os reinados de Ahmés até Tutmés III (1550-1425 a.C.) no Reino Novo. O

recorte em questão foi escolhido, porque engloba os processos de reunificação egípcia, a expansão e o enraizamento de estruturas administrativas egípcias na Núbia. Os documentos analisados estão inseridos em um contexto de elites egípcias e núbias, foco da pesquisa, e são, em sua maioria, documentos escritos. As fontes escritas são estelas encontradas em território núbio, tanto na Baixa como na Alta Núbia, como a estela de Teti, em Elefantina, que data do início da XVIII dinastia e os textos de Kamés, em Karnak e Tebas, datando de fins do Segundo Período Intermediário (1650 –1550 a.C.); inscrições em rocha, como a inscrição de Umm Nabari de Pa-its(y), do começo da XVIII dinastia e a inscrição em Kurgus, do período de Tutmés I. São abordadas também tumbas, como a de Djehuty-hotep e Amenemhet em Debeira, ambas da XVIII dinastia.

Com a intenção de não perpetuar noções homogeneizantes e de valorizar outras perspectivas metodológicas, algumas poucas fontes materiais e iconográficas foram selecionadas, como a cidade fortificada de Dokki Gel, perto de Kerma na segunda catarata do Nilo e a representação iconográfica de Amun com a cabeça de carneiro em Kurgus. A documentação é de origem egípcia ou núbia e apesar de serem documentos conhecidos e já analisados, buscou-se uma interpretação alternativa que permitisse ultrapassar limitações metodológicas anteriores da egiptologia, como a superação de noções monolíticas das identidades e culturas egípcias e núbias.

Levando em consideração os objetivos anunciados, foi adotada uma perspectiva que valoriza as disputas de poder egípcias e núbias em contextos internos e externos. Por causa da valorização de conflitos e disputas de poder, ferramentas teórico-metodológicas, como o emaranhamento, são revisadas. Embora seja uma importante ferramenta, o emaranhamento deve ser compreendido de forma a não neutralizar as forças e disputas, a fim de permitir que os núbios sejam apresentados como agentes ativos em um momento de dominação egípcia. Portanto, o conceito será usado, aqui, com base na valorização de desigualdades de poder entre as elites egípcias e núbias, a partir da recontextualização criativa de aspectos culturais egípcios pelos núbios e vice-versa.

O emaranhamento será usado em conjunto com a negociação de identidades, pois juntos permitem uma pesquisa não baseada em pontos de vista binários, fundamentados em percepções do Egito como homogêneo e em disputa contra os núbios, apresentados à sombra dos egípcios. A união de ambos os conceitos, emaranhamento e negociação, lança caminhos para que os núbios e egípcios sejam compreendidos como indivíduos que mobilizavam meios de atravessarem barreiras identitárias e culturais. A travessia de fronteiras permite que indivíduos sejam aceitos, ou no mínimo reconhecidos, como legítimos em contextos internos

e externos de constante disputa. Essa travessia é formada através do desenvolvimento de estratégias de pertencimento a diferentes identidades, mantendo status e poder, e permitindo a formação de identidades duplas. Do mesmo modo, a união dos conceitos também abre espaço para um estudo que leve em conta, simultaneamente, as esferas internas e externas de interação e disputa.

A escolha por essa perspectiva teórico-metodológica se fez a partir de uma revisão dos conceitos e perspectivas manipulados pela egiptologia do século XX. Esse caminho foi traçado com o objetivo de superar as insuficiências que perspectivas passadas impuseram à egiptologia e que ainda apresentam resquícios hoje, como a utilização do termo “egipcianização” e suas implicações. A falta de debate sobre o termo, no âmbito do desenvolvimento da egiptologia, particularmente quando comparado a outras áreas da Antiguidade, como os estudos greco-romanos, influenciou a forma como a pesquisa aqui é estruturada.

A presente pesquisa foi dividida em três capítulos. O capítulo 1 consiste na apresentação e explicação das perspectivas teórico-metodológicas escolhidas, a partir da trajetória e desenvolvimento da egiptologia. O capítulo parte da chamada “era dourada” da egiptologia, entre o final do século XIX e começo do século XX, a fim de explicar como as noções do Egito eterno e do termo “egipcianização” foram introduzidas na egiptologia. Compreender como tais questões e problemáticas foram colocadas aos egiptólogos auxilia no entendimento dos avanços, e da busca pela interdisciplinaridade e novas perspectivas na atualidade.

Nesse sentido, o capítulo destrincha conceitos principais, seus limites e contribuições, que marcaram a escrita e análise das Histórias egípcias e núbias no século XX. Tais conceitos foram mobilizados com o objetivo de superar as limitações prévias das produções historiográficas, levando em conta resistências nativas, disputas de poder, agência das populações nativas e trocas equilibradas entre egípcios e núbios. Entre os conceitos que visam essa atualização e superação historiográfica estão: emulação das elites, hibridismo, emaranhamento e negociação de identidades.

Os dois capítulos seguintes foram organizados a partir do debate sobre essas perspectivas teórico-metodológicas. O capítulo 2 desenvolve as estratégias de sobrevivência e negociação núbias em meio à expansão egípcia, com foco sobre o caso específico de Teh-Khet. O capítulo parte de fins do Reino Médio (2055- 1650 a.C.), para melhor compreender as circunstâncias que permitiram o acontecimento de certas estratégias de sobrevivência, como a negociação de status e incorporação da Baixa Núbia no aparato administrativo

egípcio. As políticas de relacionamento entre egípcios e núbios no Reino Médio, como a construção das fortalezas, e a permanência de contato entre oficiais egípcios em fortalezas ao longo da Baixa Núbia, contribuíram para a dinâmica de relações entre oficiais egípcios e elites da Baixa Núbia durante a expansão do Reino Novo (1550 – 1425 a.C.). Durante o capítulo são desenvolvidas as alterações e estratégias de pertencimento e legitimidade da família real de Teh-Khet através de quatro gerações, período que cobre desde o início da expansão até o seu final sob o reinado de Tutmés III (1479 – 1425 a.C.).

Por fim, o capítulo três parte de lógica semelhante ao capítulo 2. Contudo, o foco será dado em como os egípcios se negociaram e se adaptaram ao relacionamento e disputas de poder com os núbios e em seus contextos internos. A lógica do emaranhamento e da negociação ressalta o caráter não apenas de um contexto de disputa, mas como as trocas e relações culturais não são unilaterais. Portanto, nos pareceu essencial ressaltar e analisar como os egípcios também desenvolveram estratégias de pertencimento e legitimidade perante os núbios.

O capítulo parte da narrativa de reunificação do Baixo e Alto Egito ainda em fins do Segundo Período Intermediário. Em tal narrativa, disputas internas pelo poder e embates entre identidades plurais dentro do território são colocados em foco, como desavenças entre o rei e as elites, a repressão de egípcios que se identificavam com culturas asiáticas e a formação de novas elites, a partir da negociação de alianças baseadas em recompensas. Esse rico e plural contexto interno egípcio influenciou a expansão em direção à Núbia, contribuindo para a reorganização da Baixa Núbia, aos moldes administrativos egípcios. Também serão discutidas as disputas pelo controle e poder entre egípcios e núbios sobre a terceira catarata do Nilo, região de fronteira territorial entre Baixa e Alta Núbia. Por fim, vale ressaltar que o capítulo abordará formas de emaranhamento e negociações egípcias em seu panteão, através da divindade egípcia Amun e sua adoção de característica física associada a tradições núbias.

A pesquisa desenvolvida aqui busca, portanto, avançar nas compreensões do relacionamento entre egípcios e núbios, baseada em um contexto de elite e de expansão da primeira metade da XVIII dinastia (1550-1425 a.C.). Tendo como objetivo específico analisar as estratégias e negociações de identidades entre egípcios e núbios em esferas internas e externas, ressaltando que os núbios desenvolveram estratégias de sobrevivência à dominação egípcia, ao mesmo tempo em que os egípcios foram influenciados e negociaram seu poder com os núbios.

CAPÍTULO 1: O TRILHAR DA EGIPTOLOGIA- PERSPECTIVAS E DEBATES SOBRE EGITO E NÚBIA

O relacionamento entre Egito e Núbia foi longo e marcado por trocas e interações culturais, datando desde o Reino Antigo (2686 –2160 a.C.).⁷ No entanto, a egiptologia da primeira metade do século XX apresenta as sociedades núbias como continuções culturais dos egípcios, tendo abandonado suas identidades e culturas nativas. As identidades e culturas nativas núbias eram deixadas em segundo plano quando em contato com os egípcios, de forma que as sociedades núbias, e seus papéis ativos nas interações com outros povos, estavam sempre à sombra do Egito.⁸ Tal forma específica de se escrever as histórias núbias e egípcias pode ser explicada pelo modelo de egipcianização aplicado às interações entre o Egito e a Núbia pela egiptologia de fins do século XIX e meados do século XX. O modelo de egipcianização, pautado em um caráter civilizador, foi refutado e passou por revisões e reinterpretções.

A egiptologia e a historiografia, a partir da segunda metade do século XX, passam a ser inundadas por novas ferramentas metodológicas, dando espaço a novas perspectivas e abordagens. Dentre elas, ressaltamos a pós-colonial, cuja contribuição trouxe à tona conceitos como o de hibridismo, utilizados em estudos da Antiguidade Clássica⁹ e do Oriente Próximo.¹⁰ Apesar da relevância dos conceitos trazidos por abordagens pós-coloniais, como o hibridismo e o emaranhamento, é preciso ressaltar que elas não devem ser utilizadas de forma acrítica, pois os conceitos merecem ser revisados a fim de que novos olhares sobre os objetos de estudo, no caso os contatos entre egípcios e núbios, possam ser alcançados.

Novas ferramentas, como os conceitos de emaranhamento e negociação de identidades podem oferecer abordagens alternativas às pesquisas, contribuindo para o avanço e incentivo de estudos que ressaltem outras faces de interações e papéis de grupos e indivíduos que alarguem o conhecimento sobre os núbios e egípcios. Dessa forma, o presente capítulo irá se debruçar sobre a trajetória dos avanços dos estudos referentes à Núbia e ao Egito, ressaltando e delineando ferramentas metodológicas, como emaranhamento e

⁷ADAMS, William. The first Colonial Empire: Egypt in Nubia, 3200-1200 BC. *Comparative Studies in Society and History*, 26:1, 1984, p.36-71

⁸LEMOS, Rennan; FRIZZO, Fábio. Potes, Pratos e Contatos Culturais: Práticas Alimentares na Núbia Durante o Reino Novo (c. 1550-1070 a. C.). *Mare Nostrum*, 2019, v.10, n.1, p. 94.

⁹HALES, Shelley; HODOS, Tamar. *Material Cultural and Social Identities in the Ancient World*. New York: Cambridge University Press, 2010.

¹⁰BADER, Bettina. Cultural Mixing in Egyptian Archaeology: The ‘Hyksos’ as a Case Study. *Archaeology and Cultural Mixture. Archaeological Review from Cambridge* 28, 1 (Cambridge 2013), p. 257-186.

negociação de identidades. Além de buscar apresentar uma abordagem, da qual um dos objetivos é ressaltar o papel ativo de grupos núbios e suas influências em identidades egípcias que se adaptaram e alteraram em contato com seus vizinhos ao sul.

Assim, a trajetória da egiptologia é importante, pois ela altera a forma como são compreendidas e observadas as dinâmicas de relacionamento e mudanças entre egípcios e núbios, sobretudo durante a primeira metade da XVIII dinastia egípcia (1550-1425 a.C.). Em um primeiro momento, é necessário se voltar para o início da egiptologia em fins do século XIX, na década de 1880, pois os interesses políticos e econômicos franceses, britânicos e alemães, por exemplo, lançaram objetivos e preocupações que deram forma ao primeiro modelo de interação entre egípcios e núbios, chamado no início do século XX de egipcianização.

1.1. Da “egipcianização” ao emaranhamento

1.1.1. O modelo civilizador

O período entre 1882 e 1914 é por vezes chamado de a “era dourada” da egiptologia, pois durante este hiato observou-se o avanço da egiptologia¹¹ com a fundação do Egyptian Exploration Fund (EEF)¹² em 1882, na Inglaterra, e o projeto do dicionário de egípcio antigo em 1897 na Alemanha,¹³ por exemplo. O interesse pelo Egito durante o período em questão está relacionado sobretudo aos interesses nacionais e coloniais de países europeus como Inglaterra e Alemanha. Em 1882, a Inglaterra estabeleceu controle colonial sobre o Egito, sendo nesse momento defendido que os monumentos egípcios existiam para beneficiar a nação britânica. Por causa dessa afirmação, os intelectuais deveriam transformar em interesse público os cuidados sobre os artefatos egípcios, como se fosse de fato uma missão do governo britânico garantir o futuro dos artefatos.¹⁴

Já na Alemanha, a agenda nacionalista e imperialista se mostrava no objetivo de promover o reconhecimento internacional da Alemanha e de sua união nacional. O reconhecimento internacional estava diretamente associado à necessidade de se mostrar poderosa e unida, em um momento de unificação alemã em 1871 e de superação em relação

¹¹C.f. GERTZEN, Thomas L; VOSS, Susanne, 2020, p.2; SHEPPARD, 2021, p.1.

¹²Hoje chamada de Egypt Exploration Society (EES), a EEF foi fundada por Amelia Edwards com o objetivo de promover a egiptologia na Inglaterra e Estados Unidos. Com o apoio do público britânico e estadunidense, a EEF conseguiria arrecadar fundos para missões de preservação e escavação no Egito. (BEDNARSKI, 2020, p. 40; SHEPPARD, 2021, p.1-3)

¹³O projeto encabeçado por Adolf Erman marcou a egiptologia, pois apesar de ser um projeto nacional alemão, com objetivos de promover a capacidade nacional intelectual do país, acabou por formar uma colaboração internacional com outros pesquisadores. O projeto do dicionário de egípcio, então, integrou estudantes de diferentes países, influenciando o desenvolvimento da egiptologia. (GERTZEN; VOSS, 2020, p.2)

¹⁴SHEPPARD, Kathleen. *British Egyptology (1882-1914)*. *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, 1(1), 2021, p. 1-12.

aos franceses.¹⁵ Antes da unificação oficial, mas dentro desse contexto de busca pelo poder e reconhecimento, reformas internas foram implementadas que incentivavam a cultura, entre elas os estudos do Oriente Próximo e a Egiptologia.¹⁶ A egiptologia era vista como uma forma de promover a unidade e força nacional, tal função estava presente, por exemplo, no projeto de dicionário de egípcio antigo inaugurado por Adolf Erman, pois seu sucesso e descobertas deveriam impulsionar o conhecimento público das conquistas alemãs.¹⁷

Dessa forma, observa-se uma preocupação com o futuro típica de fins do século XIX, impulsionada pelo avanço da industrialização que transformava a sociedade e seus valores, e pelo emergente nacionalismo que ressaltava a cultura dos países,¹⁸ como visto na Alemanha com suas reformas nacionais que enalteciam a unidade nacional e seu poder. A partir desse contexto, o foco na seleção natural, na eugenia e no interesse pelo progresso das civilizações se torna mais pronunciado, gerando interesse nas sociedades antigas. Os antigos começam a ser vistos como primitivos, neles são projetados valores monárquicos e um sentimento de superioridade europeia e racial.¹⁹ Como consequência, o foco dos intelectuais é colocado na cultura, em especial a língua e a raça, sendo a base para recriar sociedades, por isso as sociedades antigas passam a ser entendidas como vindas de um “período de ouro”, onde os valores e a ordem hierárquica da sociedade poderiam ser reproduzidos para o presente, salvando o futuro.²⁰ A egiptologia alemã, em particular na década de 1880, favoreceu os estudos das monarquias e da unidade dos períodos faraônicos egípcios em detrimento dos períodos intermediários, por causa da sua busca em transmitir uma imagem de união e força nacional.²¹ Assim, o Egito era visto como uma sociedade idealizada centralizada.

¹⁵GERTZEN, Thomas L. ‘Germanic’ Egyptology? Scholarship and politics as resources for each other and their alleged binary relationship. In: NAVRATILOVA, Hana; GERTZEN, Thomas L.; DODSON, Aidan; DEBNARSKI, Andrew. *Towards a History of Egyptology. Proceedings of the Egyptological Section of the 8th ESHS. Conference in London, 2018*. Münster: Zaphon, 2019, p. 213-214.

¹⁶Idem.

¹⁷GERTZEN, Thomas; VOSS, Susanne. German Egyptology (1882-1914). *UCLA Encyclopedia of Egyptology 1 (1)*, 2020, p.2.

¹⁸MORENO GARCIA, Juan. From Dracula to Rostovzeff or: The misadventures of economic history in early Egyptology. In: FTIZENREITER, M (Org.), *Das Ereignis Geschichtsschreibungzwischen Vorfall una Befund*. London: Golden House Publications, 2009, p.177.

¹⁹LANGER, Christian. O Colonialismo Informal da Egiptologia: Da Missão Francesa ao Estado de Segurança. *Mare Nostrum*, 2021, vol. 12, n.1, p.2 LANGER, Christian. O Colonialismo Informal da Egiptologia: Da Missão Francesa ao Estado de Segurança. *Mare Nostrum*, 2021, vol. 12, n.1, p.249

²⁰MORENO GARCIA, Juan. From Dracula to Rostovzeff or: The misadventures of economic history in early Egyptology. In: FTIZENREITER, M (Org.), *Das Ereignis Geschichtsschreibungzwischen Vorfall una Befund*. London: Golden House Publications, 2009, p.177.

²¹GERTZEN, Thomas; VOSS, Susanne. German Egyptology (1882-1914). *UCLA Encyclopedia of Egyptology 1 (1)*, 2020, p.3.

Já na Inglaterra, Flinder Petrie se mostra adepto e defensor de ideais eugenistas. Em palestra intitulada “Migrações” (*Migrations*)²² em Huxley em 1906, Petrie usa análises de medidas de crânios, por exemplo, a fim de defender sua teoria de criação de uma raça nova no Egito, a partir da interferência de outras “raças” em uma sociedade através de movimentos migratórios. No artigo da palestra, o Egito é uma das sociedades analisadas, nela Petrie ilustra níveis de desenvolvimento através da influência de indivíduos que imigraram do Oriente Próximo e de outros reinos africanos antigos para o Egito. Petrie ainda afirma em sua conclusão sobre o Egito: “*Até o momento podemos dizer que houve uma raça inferior intermediária entre os tipos argelino e socrático ou negroide, e uma raça superior comparável com o tipo argelino ou europeu.*”²³

As palavras de Petrie ressaltam a crença em civilizações superiores a outras, ilustrando que a incipiente egiptologia da transição do século XIX e XX começa a estudar a evolução das civilizações. Este avanço se baseou na antropologia comparativa,²⁴ o que é pronunciado na obra do alemão Adolf Erman, *Aegypten und Aegyptisches Leben Im Altertum*²⁵ [*Life in Ancient Egypt*]²⁶ de 1885, quando ele faz um estudo comparativo entre Egito e Grécia.²⁷ Na obra, Erman afirma o avanço da sociedade egípcia no Reino Médio (2055-1650 a.C.): “*Os primeiros reis da XII dinastia tentaram reorganizar o país e o resultado foi que eles conseguiram fazer o reino avançar para um nível maior de civilização do que antes tinham alcançado.*”²⁸

Além do avanço do processo civilizatório no Egito faraônico, na egiptologia é perceptível outra influência da antropologia, as discussões sobre a origem e a disseminação da civilização para outros povos.²⁹ Em busca de respostas sobre a origem da civilização

²²PETRIE, W. M. Flinders. *Migrations*. (The Huxley Lecture for 1906). *The Journal of the Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, 1906, vol. 36 (Jul. - Dec.), p.139-232.

²³Idem, p. 229.

²⁴BUSSMANN, Richard. *Egyptian Archaeology and Social Anthropology*. In: Oxford Handbooks Online. Oxford University Press, 2015, p.2.

²⁵ERMAN, Adolf. *Aegypten und Aegyptisches Leben Im Altertum*. Tübingen: H. Laupp'schen, 1885.

²⁶Foi utilizada na presente pesquisa a tradução para o inglês de 1894 da obra de Erman: ERMAN, Adolf. *Life in Ancient Egypt*. Londres: Macmillan and Co., 1894.

²⁷Erman afirma que os gregos contavam com uma civilização mais feliz e rica do que os egípcios, por exemplo. O argumento do autor é baseado em um aspecto determinista, pois a “felicidade e riqueza” dos gregos estariam baseadas no tipo de região em que habitavam. Enquanto os egípcios habitavam em um “solo triste” e que precisava de “trabalho duro”, os gregos teriam as montanhas como morada, rodeados pelo mar e com acesso a florestas, sem os “horrores e o grandioso deserto”. (ERMAN, 1894, p.13-14.)

²⁸ERMAN, Adolf. *Life in Ancient Egypt*. London: Macmillan and Co., 1894, p.41.

²⁹STEVENSON, Alice. *The Object of Study: Egyptology, archaeology, and anthropology at Oxford, 1860-1960*. In: CARRUTHERS, William (ed.). *Histories of Egyptology: Interdisciplinary Measures*. New York: Routledge, 2015, p.22.

egípcia, pesquisadores separaram o continente africano em áreas culturais.³⁰ Essa divisão estava diretamente relacionada com a recusa de uma origem cultural negra e africana ao Egito, pois teria sido a partir de tal divisão que as tradições culturais egípcias teriam suas origens em culturas mediterrânicas ou do Oriente Próximo.³¹ Assim, o Egito estaria na África, mas não seria africano, além de que, ao separar o continente em áreas culturais, os acadêmicos estariam ordenando mundo,³² formulando um meio pelo qual as relações e culturas do continente africano fossem abordadas. Nesta lógica, o Egito seria construído como fazendo parte de um processo que o tornaria “civilizado”.³³

Até o momento, fins do século XIX, a história do antigo Egito é escrita baseada em um modelo “civilizador” com duas frentes: a primeira é o processo pelo qual o Egito passou a fim de avançar seu estado evolutivo de civilização como visto em Petrie e Erman. A segunda frente é baseada na ideia de o Egito faraônico disseminar a civilização ao entrar em contato com outros povos, como os povos núbios. O próprio Erman apresenta um caráter “civilizador” dos egípcios quando em contato com os núbios, nas palavras do autor: “*Nós vemos que, na Núbia, o Egito realmente cumpriu a missão e aos poucos civilizou um país bárbaro.*”³⁴

Erman não foi o único, outros autores influentes de fins do século XIX e começo do século XX passam a defender como o Egito civilizou povos da Núbia. Relacionado ao caráter civilizador, os egípcios passam a ser apresentados como superiores aos povos que residiam na Núbia. Heinrich Brugsch, um egiptólogo alemão da mesma época, em 1877 publicou a obra *Geschichte Aegypten's under den Pharaonen: Nach den denkmälern bearbeitet*³⁵ [*Egypt under the Pharaohs: History Derived Entirely from the Monuments*],³⁶ na qual apresenta a noção do Egito como superior aos núbios.

No entanto não são aos sacerdotes etíopes que o império egípcio deve sua origem, é ao seu governo e sua civilização superior; é mais provável que foram os

³⁰KROEBER, Alfred. (1997) The Culture-Area and Age-Area Concepts of Clark Wissler, in *Americanist Culture History: Fundaments of Time and Space*, R. Lee Lyman, Michael J. O'Brien & Robert C. Dannel (eds). New York: Plenum Press, 1928, pp. 121-138.

³¹O'CONNOR, David B.; REID, Andrew. Introduction – Locating Ancient Egypt in Africa: modern theories, past realities. In: O'CONNOR, David B.; REID, Andrew (Orgs). *Ancient Egypt in Africa*. London: UCL Press, 2003, p.4-6.

³²Idem.

³³SILVA, Thaís Rocha da. Construtos de gênero no Egito Ptolomaico: uma proposta de leitura das cartas gregas e demóticas. São Paulo, 2013. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em estudos judaicos e árabes, Universidade de São Paulo, p.73-74.

³⁴ERMAN, Adolf. *Life in Ancient Egypt*. London: Macmillan and Co., 1894, p. 505.

³⁵BRUGSCH, Heinrich. *Aegypten's under den Pharaonen: Nach den denkmälern bearbeitet*. Leipzig, 1877.

³⁶No desenvolvimento da pesquisa foi utilizada a tradução de 1902 da obra de Brugsch: BRUGSCH, Heinrich. *Egypt under the Pharaohs: History Derived Entirely from the Monuments*. London: Edinburgh Press, 1902.

próprios egípcios que subiram primeiro o rio para encontrar na Etiópia templos, cidades e fortificações e a fim de difundir a benção de um estado civilizado entre a população rude e de pele escura.³⁷

A origem dos egípcios é evocada como central, assim como o aspecto dos núbios serem considerados negros, mas os egípcios não. Tais considerações influenciam os paradigmas de análise das relações entre egípcios e núbios bem como suas revisões, visto que significados negativos atribuídos aos núbios e a influência egípcia sobre a formação das sociedades núbias, como ressaltadas no trecho citado, foram bases para o que anos depois foi chamado de egipcianização.

O termo egipcianização foi cunhado em 1910 por George Andrew Reisner,³⁸ sendo usado pelo pesquisador americano na obra *The Archaeological Survey of Nubia for 1907-1908*.³⁹ Na obra o termo é usado para descrever o processo de adoção, por parte dos povos núbios, da tradição de enterramento com o corpo estendido em detrimento da posição contraída do corpo.⁴⁰ Dessa forma, a egipcianização passou a ser usada como um conceito para descrever a adoção de tradições culturais egípcias pelos povos nativos núbios. Seria apenas em 1918, no artigo *Outline of the Ancient History of the Sudan part III: the egyptianization of Ethiopia*,⁴¹ que Reisner associou o termo com o sentido de submissão e inferioridade núbia face à superioridade egípcia: “*Estes homens, por sua inteligência e maior conforto físico de sua existência, impressionaram as mentes dos etíopes dia após dia com a superioridade da raça egípcia e a futilidade do conflito entre eles.*”⁴²

Portanto, os ideais civilizatórios do início do século são perceptíveis na aplicação do termo egipcianização cunhado nos trabalhos de Reisner. Ainda no artigo de 1918, após a defesa da superioridade egípcia em relação aos núbios e à descrição de funções administrativas ocupadas pelos núbios durante o Reino Novo, o autor afirma: “*Todas essas atividades e influências ensinaram os etíopes não apenas a inutilidade da resistência como também as vantagens de uma vida ordenada. [...] O país como um todo foi completamente*

³⁷BRUGSCH, Heinrich. *Egypt under the Pharaohs: History Derived Entirely from the Monuments*. London: Edinburgh Press, 1902, p. 3.

³⁸C.f. FRIZZO, 2015, p. 82; VAN PELT, 2013, p.524.

³⁹REISNER, George A. *The archaeological Survey of Nubia: Report for 1907-1908*. Cairo: National Printing Department, 1910.

⁴⁰Idem, p. 302.

⁴¹REISNER, George A. *Outline of the Ancient History of the Sudan part III: the Egyptianization of Ethiopia. Sudan Notes and Records*, 1918, vo. 1, n.4 (1918), p. 217-237.

⁴²Idem, p. 236.

egipcianizado.”⁴³ Assim, a egipcianização assume, neste primeiro momento, o sentido de supremacia egípcia sobre o grupo com o qual estivesse em contato.⁴⁴

A egipcianização, então, seria um processo de aculturação muitas vezes apresentada de forma simplista, compreendendo as relações entre povos como uma via única de fluxo de aspectos culturais.⁴⁵ Tal modelo está pautado na compreensão de que os povos núbios, quando em contato com os egípcios, seriam agentes passivos adotando culturas egípcias em sua totalidade, perdendo seus traços nativos próprios. Em modelos de aculturação como esse, fundamentado na passagem de uma cultura para outra, se observa a defesa da evolução cultural de povos mais primitivos para mais complexos.⁴⁶ O caráter civilizador e de superioridade egípcia acaba por inibir estudos sobre as populações núbias sob perspectivas próprias, além de que reduz as possibilidades de análises sobre as relações entre egípcios e núbios, já que não leva em conta os papéis ativos dos nativos núbios.

Sendo assim, as sociedades núbias aparecem sempre à sombra dos egípcios, além do modelo refletir uma visão racista e colonialista sobre a egiptologia, como visto pela a divisão do continente africano em áreas culturais, as defesas eugenistas de Petrie e as visões de Brugsch e Reisner quando argumentam a favor da superioridade da “raça” egípcia sobre populações “rudes e de pele escura”.⁴⁷ Esse primeiro modelo do conceito de egipcianização foi e ainda é refutado pela egiptologia passando por revisões. A primeira revisão do conceito de egipcianização pode ser rastreada ainda na primeira metade do século XX com a introdução da perspectiva de resistência nativa núbia ao conceito.

1.1.2. Egipcianização e resistência

O modelo civilizador da egipcianização não levava em consideração a agência das populações da Baixa e Alta Núbia, apresentando os núbios como “rudes” e amplamente encantados pelos egípcios. Tal percepção é revisada em 1925 por Junker e em 1941 por Torgny Säve-Söderbergh, ambos os pesquisadores passam a introduzir a importância do

⁴³Idem, p.236-237.

⁴⁴DE SOUZA, Aaron. The Egyptianisation of the Pan-Grave Culture: a new look at an old idea. *The Bulletin of the Australian Centre for Egyptology* 24, 2013, p. 110.

⁴⁵MCINERNEY, Jeremy. Ethnicity: An Introduction. In: MCINERNEY, Jeremy (ed). *A Companion to Ethnicity in the Ancient Mediterranean*. Malden: Wiley Blackwell, 2014, p.8.

⁴⁶CUSICK, James G. Historiography of Acculturation: an Evaluation of Concepts and Their Application in Archaeology. In: CUSICK, James G. (ed). *Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change, and Archaeology*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1998. p. 132.

⁴⁷BRUGSCH, Heinrich. *Egypt under the Pharaohs: History Derived Entirely from the Monuments*. London: Edinburgh Press, 1902, p. 3.

papel ativos dos núbios durante as interações com o Egito, a partir da resistência dos nativos.⁴⁸

Sobre o período de domínio egípcio na Baixa Núbia durante o Reino Médio (2055-1650 a.C.), Säve-Söderbergh defende que a falta de uma egipcianização completa entre as sociedades da Baixa Núbia, do grupo-C⁴⁹ e do Pan-Grave,⁵⁰ pode ser explicada pela resistência à ocupação militar egípcia da região.⁵¹ O caráter de resistência das populações nativas é, então, introduzido no debate da egipcianização, uma vez que a resistência seria uma forma de marcar o sentimento de pertencimento das populações núbias às culturas nativas, recusando as egípcias em um contexto de interação caracterizado por tensões.⁵²

O processo da egipcianização precisaria ser preparado e aceito pelas sociedades núbias na defesa de Säve-Söderbergh. Em artigo de 1949, intitulado *A Buhen Stela from the Second Intermediate Period (Khartum No. 18)*,⁵³ Säve-Söderbergh afirma que a egipcianização da Baixa Núbia só teria começado durante o Segundo Período Intermediário (1650-1550 a.C.), quando a Baixa Núbia teria sido liderada por um governante nativo único em Buhen, na segunda catarata do Nilo. Segundo o autor, a egipcianização foi permitida pela permanência de oficiais egípcios na Núbia após o Reino Médio. Os oficiais egípcios teriam se tornado leais ao governante núbio e assim permitido que a cultura egípcia fosse aceita e transmitida aos núbios.⁵⁴ Dessa forma, a egipcianização poderia ser completa durante o Reino Novo (1550 - 1069 a.C.), visto que seu processo já teria começado ao longo do Segundo Período Intermediário.

No entanto, e apesar do reconhecimento do papel ativo núbio no processo de egipcianização, ela ainda pressupõe a adoção de uma cultura e tecnologia egípcia “superior”. A retirada do controle egípcio do Reino Médio, a permanência de oficiais egípcios e soldados mercenários núbios nos exércitos egípcios, chamados Medjay, teriam facilitado a entrada da

⁴⁸C.f. VAN PELT, 2013, p. 527; WEGLRARZ, 2017, p. 39.

⁴⁹Nome dado às culturas de povos que habitaram a região entre a primeira e segunda catarata do Nilo, cuja primeira referência que se tem sobre eles data de cerca de 2300 a.C. A cultura material encontrada, que se espalha entre a primeira e a segunda catarata do Nilo, sugere a descentralização dos povos caracterizados pela cultura do Grupo-C. (ADAM, 2011, p.227-228; MORRIS, 2018, p. 89; SMITH, 2003, p.56-57).

⁵⁰Nome dado a uma das várias culturas materiais encontradas Baixa Núbia. A cultura Pan-Grave teria existido entre fins do Reino Médio (2055-1650 a.C.) e começo da XVIII dinastia, que teve início por volta de 1550 a.C. O nome Pan-Grave resulta de sepulturas rasas e circulares característica. (DE SOUZA, 2013, p. 109)

⁵¹C.f. SMITH, 1991, p. 80; VAN PELT, 2013, p. 527; WEGLRARZ, 2017, p. 40.

⁵²SMITH, Stuart T. A Model for Egyptian Imperialism in Nubia. *Göttinger Miszellen*, 122, (1991), p.80.

⁵³SÄVE-SÖDERBERGH, T. A Buhen Stela from the Second Intermediate Period (Khartum No. 18). *The Journal of Egyptian Archaeology*, vol. 35 (Dec., 1949), p.50-58.

⁵⁴Idem, p.57.

cultura egípcia na Núbia e, conseqüentemente, a sua aculturação e a adoção de uma cultura “superior”.⁵⁵

Outro problema do modelo de resistência apresentado é a falta de preocupação com as diferenças entre as dominações do Reino Médio e Reino Novo na Núbia. Tal preocupação pode também esclarecer um dos motivos pelos quais Säve-Söderbergh identifica uma resistência durante o Reino Médio, mas uma “egipcianização completa” no Reino Novo. Durante o Reino Médio, os egípcios ocuparam militarmente a Baixa Núbia construindo ao menos quinze fortalezas ao longo das margens do Nilo espalhadas pela Baixa Núbia, sendo uma forma de influência, controle⁵⁶ e centros administrativos no território controlado. Somado a isso, as fortalezas serviam para supervisionar as trocas entre os egípcios e as populações africanas, uma vez que também eram centros de troca e contato cultural. Gerado pela interferência militar egípcia na Baixa Núbia, o desenvolvimento das interações e trocas entre os povos incentivou a manutenção dos poderes dos líderes nativos,⁵⁷ ou seja, na visão de Säve-Söderbergh, as populações núbias não estariam escolhendo as características egípcias, resistindo a eles.

Por sua vez, durante o Reino Novo, se observou uma alteração no modelo de controle. Apesar do controle se basear nas antigas fortalezas do Reino Médio, a administração das fortalezas ganha caráter civil e religioso (Ver capítulo 2) formando um elo mais forte com o aparato administrativo egípcio na Baixa Núbia.⁵⁸ A administração é mais desenvolvida e hierarquizada no Reino Novo, com um projeto de incorporação das elites nativas ao aparato egípcio, mudando a lógica anterior.⁵⁹

Dessa forma, a revisão da egipcianização de Säve- Söderbergh se mostra simplista ao não assumir diferenças nos modelos de interação entre egípcios e núbios durante os Reinos Médio e Novo. Outro importante problema, na perspectiva de Säve-Söderbergh, é o sentido de uma cultura única monolítica egípcia e núbia.⁶⁰ Tal visão sobre o Egito reflete a tendência da antropologia cultural, na qual a cultura é entendida como uma estrutura contínua e normativa, porém essa visão é rígida e tem como consequência a percepção de um Egito

⁵⁵C.f. SMITH, 1991, p. 81; VAN PELT, 2013, p. 527.

⁵⁶FERREIRA, Eduardo. The Lower Egyptians Fortresses in the Middle Kingdom: A Strategic Point of View. *Athens Journal of History*, vol. 5 (1), 2019, p.35.

⁵⁷SMITH, Stuart. *Wretched Kush: Ethnic Identities and Boundaries in Egypt's Nubian Empire*. New York: Routledge, 2003, p.95.

⁵⁸C.f. ADAMS, 1984, p. 57; FRIZZO, 2016, p. 119; KEMP, 1978, p. 31.

⁵⁹C.f. MORKOT, 2001, p.238; SMITH, 2003, p. 96.

⁶⁰C.f. VAN PELT, 2013, p. 528; WEGLARZ, 2017, p. 40.

marcado pela falta de inovação e dinamismo.⁶¹ Além disso, a ideia de um Egito culturalmente único se relaciona com o mito do Egito eterno, uma tendência presente na egiptologia desde fins do século XIX com o declínio das monarquias europeias, questionadas pela ascensão de movimentos sociais. Logo, as monarquias buscavam um paraíso marcado pela ordem e conservadorismo, sem as ameaças presentes do contexto oitocentista.⁶²

A ordem e o conservadorismo passam a ser projetados no Egito faraônico, tornando-se uma fonte e paraíso para tais ideais monárquicos que estavam sendo perdidos,⁶³ uma vez que o Egito era compreendido a partir da tradição de valores e ordem vistos como constantes. Dessa forma, o Egito faraônico ficou marcado por estruturas e hierarquias supostamente sem alterações, como uma estrutura rígida e paternal controlada pelos faraós que governavam uma população “submissa”,⁶⁴ ou seja, o mito vê o Egito como uma monarquia inalterada por quase 3000 anos.⁶⁵

Portanto, apesar da egípcianização já começar a ser redefinida, o modelo de Säve-Söderbergh ainda é insuficiente para estudos e análises atuais, pois está carregado de compreensões problemáticas como a de “superioridade cultural”, como no modelo civilizador anterior baseado na aculturação. Mesmo assim, vale ressaltar as influências positivas que a introdução de noções de resistência teve no avanço das pesquisas sobre as interações entre egípcios e núbios, visto que introduz os papéis ativos das populações nativas. Tais influências são visíveis em fins do século XX, quando o caráter de resistência é mais ressaltado na egiptologia.

Na década de 1990 com Stuart Tyson Smith⁶⁶ o caráter de resistência é incorporado à egípcianização, ganhando novamente visibilidade. Na década de 2010, no Brasil, e partindo das concepções de Smith, Fábio Frizzo⁶⁷ também passa a defender a resistência dos nativos núbios em interação com os egípcios. Nas concepções de Smith e Frizzo, a resistência se

⁶¹SCHNEIDER, Von Thomas. Foreign Egypt: Egyptology and the Concept of Cultural Appropriation. *Egypt and the Levant*, vol. 13 (2003), p.155.

⁶²C.f. LANGER, 2021, p. 249; MORENO GARCIA, 2015, p. 52.

⁶³MORENO GARCIA, Juan. From Dracula to Rostovzeff or: The misadventures of economic history in early Egyptology. In: FTIZENREITER, M (Org.), *Das Ereignis Geschichtsschreibungzwischen Vorfall und Befund*. London: Golden House Publications, 2009, p. 176.

⁶⁴MORENO GARCIA, Juan Carlos. The Cursed Discipline? The Peculiarities of Egyptology at the Turn of the Twenty-First Century. In: CARRUTHERS, William (ed.). *Histories of Egyptology: Interdisciplinary Measures*. New York: Routledge, 2015, p. 52.

⁶⁵LANGER, Christian. O Colonialismo Informal da Egiptologia: Da Missão Francesa ao Estado de Segurança. *Mare Nostrum*, 2021, vol. 12, n.1, p.249.

⁶⁶SMITH, Stuart. Nubia and Egypt: Interaction, Acculturation, and Secondary State Formation from the Third to the Third Millennium BC. In: CUSICK, James G. (Ed). *Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change, and Archaeology*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1998, p. 258-263.

⁶⁷FRIZZO, Fábio. Egípcianização e Resistência na Núbia da XVIII Dinastia. In: A. Bracaglion, R. Lemos e R. T. Santos (eds.). *Semna – Estudos de Egiptologia II*. Rio de Janeiro: Seshat/Kliné, 2015, p. 80–87.

associa ao caráter de conflito entre egípcios e núbios e às estratégias de legitimação e poder entre núbios, sobretudo durante o Reino Novo. Smith argumenta seu entendimento de aculturação como “*assimilação criativa de novos elementos culturais de um doador dominante, com pouca diferença entre o doador e o receptor ao fim do processo*”.⁶⁸ A aculturação aqui é entendida de forma diferente do modelo civilizador, pois ela é baseada na assimilação criativa, enquanto no modelo civilizador a aculturação seria um fluxo contínuo de transmissão cultural.

Em tal concepção, os nativos núbios teriam estratégias de adoção de características egípcias, realizando uma assimilação criativa, recontextualizando os aspectos egípcios. Smith ressalta o uso de objetos e características culturais egípcias pelos núbios, em especial as elites, como um processo de reconstrução desses elementos externos em um contexto interno. Esses processos de recontextualização auxiliariam as elites nativas a ter acesso a um sistema de trocas mais amplo e, assim, aumentar seu poder interno, já que seria a mediadora entre as populações nativas e os egípcios.⁶⁹

Dessa forma, o conflito e uma dinâmica desigual interna núbia e entre egípcios e núbios, em um contexto externo, são colocadas em foco. Com o conflito e as relações desiguais de poder como centro de análise, as elites nativas núbias passam a ser apresentadas com um papel ativo proeminente de resistência, não sendo passivas, mas que fazem uso das influências egípcias como forma de aumentar seu poder e controle. Nessa dinâmica, as elites núbias garantem sua posição de poder interno, ao ter o controle do acesso dos bens trocados com os egípcios, ao mesmo tempo que eram incorporadas ao aparato administrativo.

Por causa do foco em um relacionamento que apresenta o conflito e as interações desiguais entre egípcios e núbios e entre núbios, Frizzo defende a utilização do conceito de egipcianização para analisar e observar os contatos e consequências entre os vizinhos africanos durante o Reino Novo.⁷⁰ No entanto, deve ser ressaltado o uso do conceito egipcianização revisado e não pautado em visões preconceituosas e na aculturação como entendida quando o termo foi cunhado, que acarretava em noções racistas, de progresso e civilização superior.

⁶⁸SMITH, Stuart. Nubia and Egypt: Interaction, Acculturation, and Secondary State Formation from the Third to the Third Millennium BC. In: CUSICK, James G. (Ed). *Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change, and Archaeology*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1998, p. 258.

⁶⁹Idem, p. 265.

⁷⁰FRIZZO, Fábio. Egipcianização e Resistência na Núbia da XVIII Dinastia. In: A. Bracaglion, R. Lemos e R. T. Santos (eds.). *Semna – Estudos de Egiptologia II*. Rio de Janeiro: Seshat/Kliné, 2015, p. 84.

A preferência pela utilização do termo egípcianização da forma como apresentada por Stuart Smith e Fábio Frizzo possibilita não perpetuar uma concepção binária associada aos relacionamentos entre egípcios e núbios que ressalte apenas uma transferência de culturas.⁷¹ Essa possibilidade se mostra em como é valorizado o conflito, na interação o conflito configura a não aceitação passiva de ideais egípcios pelos nativos, a recusa ou adaptação dos aspectos culturais e do controle estrangeiro na Núbia. Dessa forma, o cenário é mais complexo do que apenas o embate binário entre egípcios e núbios, mas a possibilidade de entender os meios pelos quais as estratégias de resistência foram formadas, além de dar espaço para o estudo da diversidade interna núbia, pois o modelo de resistência em questão parte do pressuposto que as trocas poderiam auxiliar na manutenção e desenvolvimento dos poderes internos das elites nativas,⁷² como já mencionado. No entanto, o modelo apresentado ainda parece insuficiente ao não oferecer meios de aprofundar os modos pelos quais os egípcios foram influenciados e se adaptaram frente aos núbios.

Desse modo, apesar da revisão da egípcianização, outros suportes teórico metodológicos oferecem meios de observar não apenas os conflitos e dinâmicas desiguais de poder entre as esferas internas e externas do relacionamento entre egípcios e núbios, como também possibilita a análise de influências núbias estrangeiras nas identidades e dinâmicas egípcias. No contexto das independências africanas na segunda metade do século XX, ideais pós-coloniais passam a ser adotados como alternativas teórico-metodológicas, causando impacto nos estudos da egiptologia. Os ideais pós-coloniais foram impulsionados por uma série de fatores, como o movimento pan-africanista nos Estados Unidos e os processos de descolonização no continente africano.

1.1.3. O “Afrocentrismo do Vale do Nilo”

Os ideais pós-coloniais foram incentivados por processos do período colonial. O Pós-colonialismo é um termo amplamente usado e tem se tornado universalizante para se referir ao período que segue ao rompimento dos controles coloniais. No entanto, o termo não está relacionado apenas ao período histórico a que se refere, mas também à recusa e reformulação de narrativas específicas coloniais que ordenavam o mundo.⁷³ Desse modo, enquanto o

⁷¹Idem, p. 85.

⁷²SMITH, Stuart. Nubia and Egypt: Interaction, Acculturation, and Secondary State Formation from the Third to the Third Millennium BC. In: CUSICK, James G. (Ed). *Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change, and Archaeology*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1998, p. 262.

⁷³HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018, p. 116-136.

colonialismo se voltava para binarismos entre colonizados e colonizadores, suas identidades isoladas e homogeneizantes,⁷⁴ o pós-colonialismo está preocupado com questões de identidades plurais - como as organizações e rearticulações de identidades nativas e suas diásporas - de realidades que focam em disputas e negociações de poder internas e externas e desigualdades, por exemplo.⁷⁵ Assim, se entende os ideais e teorias pós-coloniais como formas de responder e questionar os incômodos, preconceitos e narrativas coloniais sobre as minorias colonizadas, aqui se referindo aos núbios. A emergência de teorias e ideais pós-coloniais na egiptologia está relacionada com os movimentos e processos de descolonização de países africanos.

No século XIX observa-se a tomada de consciência pelas elites das colônias africanas, sobretudo britânicas e francesas, a partir da formação acadêmica de seus integrantes que aprenderam as línguas europeias. Membros dessas elites formaram um grupo de intelectuais negros africanos que passam a experienciar contradições internas, pois sofriam com o racismo ao mesmo tempo em que se sentiam “leais” aos europeus devido à possibilidade de pleitear a educação universitária. Desse contexto e sentimento de contradição das elites coloniais africanas surge, em fins do século XIX e início do XX, uma necessidade “identitária”.⁷⁶ Como consequência o termo “africano” passa a ser usado como uma referência para as próprias sociedades africanas e configura um retorno às raízes, um desejo de conhecer a história dos povos africanos.⁷⁷

Baseada nesse contexto, a tomada de consciência política africana foi marcada pelo movimento Pan-Africanista, cujas origens curiosamente não são do continente africano, mas sim dos Estados Unidos.⁷⁸ As bases intelectuais do movimento se davam sobre as defesas do afro-americano William Edward Du Bois que defendia o compartilhamento, a união, de tradições e histórias africanas a fim de se alcançar a coesão do povo negro espalhado pelo mundo.

Du Bois defendia a igualdade das raças, sendo oposto à inferioridade negra e à superioridade branca. Tais defesas eram formas de lutar contra o colonialismo, a favor da independência africana, embora tenha sido um longo processo para culminar na defesa

⁷⁴Idem p. 128.

⁷⁵Idem, p.135.

⁷⁶M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações Tomo II (Do século XIX aos nossos dias)*. Salvador: EDUFBA, 2011, p.542-545.

⁷⁷Idem, p. 546.

⁷⁸MALAVOTA, Claudia Mortari; VIEIRA, Fábio Amorim. Racialização e vozes dissonantes na historiografia sobre o Egito faraônico. *Revista Mundo Antigo*, ano II, vol. 2, n. 4, 2013, p. 150.

dessas.⁷⁹ A partir de seus objetivos Pan-Africanistas, Du Bois, passa a se questionar sobre a origem dos egípcios, em livro publicado em 1915, *The Negro*. Na obra, ele defende que as características físicas e culturais, como a cor da pele, os cabelos e a língua, não seriam relacionadas a aspectos brancos.⁸⁰ Dessa forma, uma preocupação com as origens das histórias africanas passa a ser evocada, fator que no período pós Segunda Guerra Mundial é retomado e tem grande influência na egiptologia.

A partir da década de 1940, após o fim da Segunda Guerra Mundial, os países africanos passaram por um processo de industrialização, o que contribuiu para uma modificação social nas sociedades.⁸¹ As transformações industriais incentivaram o aumento de trabalhadores assalariados, permitindo a presença de sindicatos que, por sua vez, estimulavam uma rebelião nacionalista.⁸² É nesse contexto de efervescência social, política e econômica que se retomam os ideais Pan-Africanistas através do movimento cultural *Présence Africaine*, com a premissa de que os intelectuais negros africanos deveriam se unir na luta pelas independências, questionando visões eurocêtricas.⁸³ Um dos maiores exemplos de intelectual desse movimento é o senegalês Cheikh Anta Diop.

As obras do intelectual senegalês da década de 1950 fazem parte do que O'Connor e Reid chamaram de "Afrocentrismo do Vale do Nilo",⁸⁴ nele o foco era a busca por origens do Egito não enraizadas no colonialismo europeu, ou seja, uma origem negra africana. O afrocentrismo do Vale do Nilo tinha como foco as interações entre o Egito e a Núbia, incentivando o questionamento do paradigma eurocêntrico colonial anterior. Em 1954, Cheikh Anta Diop publica o livro *Nations nègres et culture*, até hoje gerando debates na historiografia referentes à origem negra dos egípcios antigos.⁸⁵ Somado a isso, o livro de Diop se insere em um contexto de revitalização do Pan-Africanismo como mencionado, visto

⁷⁹C.f. MALAVOTA, VIEIRA, 2013, p. 151; M'BOKOLO, 2008, p.548; RALSTON, MOURÃO, 2011, p.903.

⁸⁰MALAVOTA, Claudia Mortari; VIEIRA, Fábio Amorim. Racialização e vozes dissonantes na historiografia sobre o Egito faraônico. *Revista Mundo Antigo*, ano II, vol. 2, n. 4, 2013, p. 152.

⁸¹M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações Tomo II (Do século XIX aos nossos dias)*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 586.

⁸²VIDROVITCH, Catherine Coquery. As mudanças econômicas na África em seu contexto mundial (1935-1980). In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. *História Geral da África: África desde 1935* vol. VIII. São Paulo: Cortez Editora, 2011, p. 350.

⁸³C.f. ASANTE; CHANAIWA, 2011, p.874; M'BOKOLO, 2008, p.588-590.

⁸⁴O'CONNOR, David B.; REID, Andrew. Introduction- Locating Ancient Egypt in Africa: modern theories, past realities. In: O'CONNOR, David B.; REID, Andrew (Orgs). *Ancient Egypt in Africa*. London: UCL Press, 2003, p.7.

⁸⁵MALAVOTA, Claudia Mortari; VIEIRA, Fábio Amorim. Racialização e vozes dissonantes na historiografia sobre o Egito faraônico. *Revista Mundo Antigo*, ano II, vol. 2, n. 4, 2013, p. 155.

que defende uma unidade cultural negro africana, a partir da comparação de línguas africanas antigas.

A obra também foi inovadora para sua época na egiptologia, uma vez que defendeu, fazendo uso de estudos comparativos de língua e se baseando em textos de autores clássicos como Heródoto e Diodoro de Sicília, não apenas a origem negra africana do Egito como também argumentou que os egípcios civilizaram e originaram outras civilizações antigas, como a Grega.⁸⁶ Nas palavras do autor em relação aos textos de autores clássicos: “*Todos nos ensinam que os egípcios eram Negros, como os etíopes ou o resto dos africanos, e que o Egito tinha civilizado o mundo.*”⁸⁷

O afrocentrismo típico de Diop, além de ter contribuído para estimular o sentimento de orgulho cultural nos estudos africanos, também questionou ferozmente o paradigma colonial anterior pautado no embranquecimento do Egito e no caráter civilizador e superior dos egípcios em relação aos outros povos africanos antigos, considerados inferiores. No entanto, este momento de mudança de paradigma acabou por inverter a ampulheta histórica⁸⁸ ao perpetuar os problemas de homogeneização das identidades e culturas egípcias, tendo novamente o Egito maior visibilidade do que as sociedades núbias.⁸⁹ Somado a isso, o paradigma continua com o caráter civilizador egípcio, a diferença é que agora o Egito estaria civilizando sociedades antigas europeias, como a grega. Outro problema, relacionado ao caráter civilizador afrocêntrico, é o sentido hiperdifusionista atrelado ao termo. Mesmo na obra de Diop, há o sentido de que culturas do mundo são resultado da influência e transmissão direta de uma cultura egípcia.⁹⁰

Dessa forma, os núbios continuam a ser apresentados à sombra dos egípcios, tanto nas perspectivas egipcianizantes coloniais como na transição para perspectivas pós-coloniais. Tal percepção passa a ser criticada na década de 1970, tendo como impulso o contexto das independências e projetos arqueológicos no Egito e Sudão, dos anos de 1960. William Y.

⁸⁶“*Não nos cansaremos de insistir no que o mundo- e em particular o mundo helênico- deve ao Egito. Os gregos não fizeram mais do que retomar e, as vezes, desenvolver em certa medida as invenções egípcias.*” (DIOP, 2012, p. 385)

⁸⁷DIOP, Cheikh Anta. *Naciones negras y cultura*. Barcelona: Bellaterra, 2012, p.51.

⁸⁸M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações, Tomo I (até o século XVIII)*. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 63.

⁸⁹MALATOVA, Cláudia; VIEIRA, Fábio. Racialização e Vozes Dissonantes na Historiografia sobre Egito Antigo. *Revista Mundo Antigo*, v.2, n. 4, 2013, p. 160.

⁹⁰O'CONNOR, David B.; REID, Andrew. Introduction- Locating Ancient Egypt in Africa: modern theories, past realities. In: O'CONNOR, David B.; REID, Andrew (Orgs). *Ancient Egypt in Africa*. London: UCL Press, 2003, p.8.

Adams, por exemplo, foi um dos pioneiros das críticas egípcocêntricas na década de 1970, colocando em foco o desequilíbrio de análises e estudos em relação aos egípcios e os núbios.

1.1.4. Emulação das elites nativas

Como já afirmado, o processo de descolonização do continente africano influenciou profundamente a egiptologia, com a busca por uma identidade histórica negra africana do Egito e, conseqüentemente, a crítica às perspectivas egípcianizantes coloniais. Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento das críticas e o aprofundamento dos estudos sobre as interações entre egípcios e núbios foi a construção da segunda represa de Assuã em 1954.⁹¹ A construção da represa inundaria a região do Sudão que era conhecida como Baixa Núbia, por isso iniciou-se uma campanha de salvamento dos monumentos da Núbia patrocinada pela UNESCO, da década de 1960 até a década de 1980.⁹²

A campanha de salvamento da UNESCO consistiu em uma série de campanhas arqueológicas, que contribuíram com descobertas e estudos sobre o Egito e a Núbia, tornando-os mais ricos e complexos.⁹³ A produção absurda de achados arqueológicos e documentos históricos também incentivou dois fatores importantes entre as décadas de 1970 e 1980, o primeiro deles é a campanha internacional da UNESCO, em 1982, de construção do Museu Nacional da Núbia em Assuã,⁹⁴ que incentivava a escrita de uma história das populações núbias sem necessariamente estarem em contato com o Egito. O segundo se refere as críticas às visões egípcocêntricas das histórias das sociedades núbias, das quais William Y. Adams foi um dos pioneiros na década de 1970.⁹⁵

Em sua obra *Nubia: Corridor do Africa*,⁹⁶ publicada em 1977, Adams logo no início já marca a discrepância da egiptologia e historiografia focadas no Egito, enquanto a Núbia e suas populações quase não recebem estudos próprios: “Egito, na extremidade inferior do Nilo, tem um dos maiores registros históricos do mundo. O interior da África, nas nascentes

⁹¹SPENCER, Neal; STEVENS, Anna; BINDER, Michaela. Introduction: History and Historiography of a Colonial Entanglement, and the Shaping of New Archaeologies for Nubia in the New Kingdom. In: SPENCER, Neal; STEVENS, Anna; BINDER, Michaela (Eds). *Nubia in the New Kingdom: Lived Experience, Pharaonic Control and Indigenous Traditions*. Leuven: Peeters, 2017, p. 11.

⁹²Idem.

⁹³C. f. LEMMOS, FRIZZO, 2019, p.95; SPENCER, STEVENS, BINDER, 2017, p.11; VERCOUTTER, 1991, p. 4.

⁹⁴MOKHTAR, Gamal. The National Museum of Nubia at Aswan. In: DAVIES, W. V. (ed). *Egypt and Africa: Nubia from Prehistory to Islam*. London: British Museum Press, 1991, p.5.

⁹⁵LEMOS, Rennan; FRIZZO, Fábio. Potes, Pratos e Contatos Culturais: Práticas Alimentares na Núbia Durante o Reino Novo (c. 1550-1070 a.C.). *Mare Nostrum*, 2019, v.10, n.1, p. 94-96.

⁹⁶ADAMS, William Y. *Nubia: Corridor to Africa*. London: Penguin Books, 1977.

do mesmo rio, tem quase a mais curta. A Núbia, no meio, alterna durante 5.000 anos entre história e idade das trevas.”⁹⁷ A diferença ressaltada contribuiu para com a escrita de uma história que não apenas respeitasse as características núbias, mas também as ressaltasse, não colocando o foco apenas no Egito.⁹⁸ Dessa forma, há o estímulo para pesquisas que se voltassem inteiramente para a história dos povos núbios ao mesmo tempo que se trilhavam meios para perspectivas que focassem em interações entre egípcios e núbios de forma mais equilibrada, levando em conta escolhas e estratégias núbias e não apenas egípcias.

As estratégias núbias começam a ser ressaltadas a partir, por exemplo, do estudo das elites da Baixa e Alta Núbia em contato com os egípcios. São de interesse para o presente estudo as concepções desenvolvidas, na década de 1990, por Stuart Tyson Smith⁹⁹ e Carolyn Higginbotham¹⁰⁰ sobre as interações entre egípcios e elites estrangeiras, como as núbias e as do Levante. Smith, como explicado anteriormente, reintroduz noções de estratégias de resistências núbias às interações com os egípcios, sobretudo durante o Reino Novo, afirmando que a adoção de traços culturais egípcios eram formas de manter o poder interno núbio e ter acesso ao sistema de trocas egípcio.¹⁰¹

A adoção de traços culturais egípcios por elites nativas estrangeiras acaba por favorecer a manutenção de seus poderes internos, o que é chamado por Smith e Higginbothan de emulação das elites.¹⁰² Baseado em um modelo de interação de centro e periferia, ou seja, em um modelo assumindo as interações entre um centro poderoso e áreas periféricas, onde as elites das periferias adotariam traços das culturas do centro, a fim de legitimar seu poder interno.¹⁰³ As elites nativas estariam colocando em prática uma estratégia na qual reproduziriam uma iconografia de poder ao fazer uso de elementos de prestígio das culturas egípcias em suas realidades internas, com o objetivo de fortalecer as hierarquias internas e manter seu poder e autoridade.¹⁰⁴ Higginbothan ainda defende que tal modelo presume a

⁹⁷Idem, p.1.

⁹⁸LEMONS, Rennan; FRIZZO, Fábio. Potes, Pratos e Contatos Culturais: Práticas Alimentares na Núbia Durante o Reino Novo (c. 1550-1070 a.C.). *Mare Nostrum*, 2019, v.10, n.1, p. 96.

⁹⁹SMITH, Stuart T. A Model for Egyptian Imperialism in Nubia. *Göttinger Miszellen*, 122, (1991), p.77-102.

¹⁰⁰HIGGINBOTHAN, Carolyn R. *Egyptianization and Elite Emulations in Ramesside Palestine: Governance and Accommodation on the Imperial Periphery*. Leiden: Brill, 2000.

¹⁰¹SMITH, Stuart. Nubia and Egypt: Interaction, Acculturation, and Secondary State Formation from the Third to the Third Millennium BC. In: CUSICK, James G. (Ed). *Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change, and Archaeology*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1998, p. 265.

¹⁰²C.f. HIGGINBOTHAN, 1996, p.155; SMITH, 1998, p. 258.

¹⁰³HIGGINBOTHAN, Carolyn R. *Egyptianization and Elite Emulations in Ramesside Palestine: Governance and Accommodation on the Imperial Periphery*. Leiden: Brill, 2000, p. 6.

¹⁰⁴HIGGINBOTHAN, Carolyn R. Elite Emulation and Egyptian Governance in Ramesside Canaan. *Journal of the Institute of Archaeology of the Tel Aviv University*. vol. 23(1996), p. 155.

participação de ambos os grupos em interação, o centro e a periferia, porém o modelo foi aplicado pela autora ao período Raméssida (1295 – 1069 a.C.) para estudar as relações entre Egito e as elites palestinas.¹⁰⁵

Por sua vez, Smith argumenta a favor do modelo ressaltado por Higginbothan quando aplicado às elites da Alta Núbia, a partir da terceira catarata do Nilo. Segundo o autor, a emulação das elites não indica uma aculturação total a favor das culturas egípcias, mas sugere uma adoção seletiva de ideias, objetos e práticas,¹⁰⁶ ao mesmo tempo em que configura certo grau de autonomia das elites nativas da Alta Núbia.¹⁰⁷ Portanto, na visão de Smith, o modelo como concebido não seria o suficiente para análises das interações entre egípcios e as elites da Baixa Núbia, uma vez que o autor observa na Baixa Núbia aspectos de adoção de traços culturais não apenas como forma de legitimação de poder, mas formando objetos híbridos, como as vestimentas, indicando aspectos de aculturação.¹⁰⁸

As diferenças entre Alta e Baixa Núbia, durante o controle do Reino Novo, estão relacionadas com a administração egípcia implementada em ambas as regiões. Na Baixa Núbia, chamada de Wawat, as estruturas foram remodeladas para espelharem as organizações egípcias. Enquanto na Alta Núbia, chamada de Kush, o aparato administrativo egípcio não penetrou tão profundamente o território para além da terceira catarata do Nilo, permitindo que as elites nativas mantivessem relativa autonomia na região.¹⁰⁹ Por causa de tais mudanças, o modelo de emulação das elites pode ser aplicado à Alta Núbia, pois o nível de autonomia das elites nativas seria maior para conseguir apropriar e reproduzir elementos da cultura egípcia associados ao poder, garantindo sua autoridade local e a manutenção de seu poder frente aos egípcios e aos próprios núbios.

Por sua vez, e como já mencionado, a Baixa Núbia não contava com a mesma autonomia das elites da Alta Núbia, sendo a emulação das elites insuficiente para analisar as relações entre núbios da Baixa Núbia e egípcios. Outro fator que reforça o argumento da

¹⁰⁵HIGGINBOTHAN, Carolyn R. *Egyptianization and Elite Emulations in Ramesside Palestine: Governance and Accommodation on the Imperial Periphery*. Leiden: Brill, 2000, p. 7.

¹⁰⁶SMITH, Stuart. Nubia and Egypt: Interaction, Acculturation, and Secondary State Formation from the Third to the Third Millennium BC. In: CUSICK, James G. (Ed). *Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change, and Archaeology*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1998, p. 273-274.

¹⁰⁷SMITH, Stuart T. *Wretched Kush: Ethnic Identities and Boundaries in Egypt's Nubian Empire*. London: Routledge, 2003, p.95.

¹⁰⁸C.f. SMITH, 2003, p. 96; VAN PELT, 2013, p. 530; WEGLARZ, 2017, p. 43-44.

¹⁰⁹MORKOT, Robert. Egypt and Nubia. In: ALCOK, Susan E.; D'ALTROY, Terence N.; MORRISON, Kathleen D.; SINOPOLI, Carla M. (eds.). *Empires: Perspectives from archaeology and History*. New York: Cambridge University Press, 2001, p. 234-235.

incompatibilidade do modelo da emulação das elites é o projeto de aculturação, ressaltado por Smith.¹¹⁰ A aculturação pode ser observada, por exemplo, com a prática do envio de crianças das elites nativas núbias à corte egípcia e que posteriormente ganhariam altos cargos administrativos.¹¹¹ Ao serem enviadas à corte egípcia, as crianças estrangeiras seriam educadas de acordo com a língua e moldes culturais egípcios, causando trocas culturais intensas.¹¹²

Apesar do modelo de emulação de elites ser mais compatível com os estudos relacionados à Alta Núbia, ele abre portas para se observar diferentes estratégias de interação e legitimidade entre egípcios e núbios da Baixa Núbia durante o Reino Novo (1550-1069 a.C.), pois fornece meios de aprofundar as complexidades internas núbias, ressaltando os objetivos internos dos nativos. Mesmo assim, por causa da falta de autonomia da Baixa Núbia, outros modelos precisam ser levados em consideração, como o hibridismo e o emaranhamento. Desse modo, busca-se não apenas observar estratégias de resistência e legitimação de poder interno das elites nativas, como também estratégias de pertencimento e sobrevivência núbios em contextos egípcios.

Uma crítica também feita ao modelo de emulação das elites é a falta de consideração de realidades de outras camadas da sociedade, focando apenas em um contexto de elite, ainda prevalecendo um modelo de aculturação e influência de cima para baixo.¹¹³ Embora a crítica seja válida para estudiosos que se voltam para contextos de não elites, o foco do presente estudo será em um cenário de elites egípcias e núbias nativas da Baixa Núbia. Por fim, outro problema com o modelo de emulação das elites está em não evidenciar possíveis influências núbias no Egito, pois ainda foca em como a Núbia foi influenciada e alterada quando em contato com egípcios.

Motivados pelas insuficiências do modelo da emulação das elites e dos outros modelos apresentados pela egiptologia até então, conceitos pós-coloniais como hibridismo e emaranhamento passam a ser mobilizados, a fim de melhor compreender e aprofundar os relacionamentos entre egípcios e núbios. A trajetória teórico-metodológica até então, de tentar superar as defasagens e obstáculos de seus paradigmas de análise, como a egipcianização, não é exclusiva à egiptologia. No entanto, a egiptologia se porta como

¹¹⁰C.f. SMITH, 2003, p. 96; VAN PELT, 2013, p. 530; WEGLARZ, 2017, p. 43-44.

¹¹¹MELTZER, Edmund. The Children of the KAP-Upwardly mobile, talented youth in Ancient Egypt. *Seshat* 5: Winter, 2001, p.23.

¹¹²Idem.

¹¹³C.f. FRIZZO, 2015, p. 84; VAN PELT, 2013, p. 530.

relativamente isolada, com pouco diálogo com a antiguidade clássica em relação aos conceitos aplicados aos contextos de interação e trocas entre povos.

1.1.5. O isolamento da egiptologia

A egiptologia, quando em comparação com os estudos da antiguidade clássica, apresenta menor volume de pesquisadores, em contrapartida a exposição e visibilidade do Egito e de suas descobertas arqueológicas se mantiveram consideráveis.¹¹⁴ No entanto, a visibilidade e apelo do Egito faraônico desde fins do século XIX, e que se mantém até o século XXI, contribuíram para que noções de um Egito misterioso, exótico e conservador prevalecessem, ou seja, para que o mito do Egito eterno se mantivesse.¹¹⁵ O mito, então, se vincula à compreensão de um Egito culturalmente homogêneo e imutável, com uma monarquia inalterada e centrada na figura do faraó, como mencionado anteriormente.¹¹⁶ Devido à afirmação de uma monarquia inalterada e de um Egito único e homogêneo, a maioria das produções egiptológicas se concentravam em categorias como religião, arte e elite, de forma que boa parte da sociedade egípcia não era colocada em foco nas pesquisas.¹¹⁷

A concentração de pesquisas voltadas para apenas um aspecto da sociedade influencia o que Moreno Garcia defende como a “excepcionalidade da egiptologia”,¹¹⁸ ou isolamento da egiptologia. O isolamento da disciplina compromete a renovação das pesquisas e o avanço do conhecimento sobre as diferentes realidades egípcias e de seus contatos com outros povos que inseriam o Egito em um contexto plural,¹¹⁹ em contato com núbios, asiáticos e com o Mediterrâneo.

Somado a isso, outro fator que contribuiu para o mito do Egito eterno, e o isolamento da egiptologia, foi a formação acadêmica necessária para egiptólogos.¹²⁰ Um egiptólogo precisa ter conhecimento não apenas de acontecimentos históricos, mas de línguas modernas e antigas a fim de ler e analisar as fontes. Dessa forma, o foco se colocava fortemente sobre a catalogação e descrição de fatos e sobre a filologia, logo, as fontes escritas eram

¹¹⁴MORENO GARCIA, Juan. The Cursed Discipline? The Peculiarities of Egyptology at the Turn of the Twenty-First Century. IN: CARRUTHERS, William (ed.). *Histories of Egyptology: Interdisciplinary Measures*. New York: Routledge, 2015, p. 55.

¹¹⁵Idem, p.51-52.

¹¹⁶C. f. MORENO GARCIA, 2015, p. 55; LANGER, 2021, p. 249, SCHNEIDER, 2003, p. 155-158.

¹¹⁷C. f. MORENO GARCIA, 2015, p. 57; GRAVES-BROWN, 2008, p. XVIII.

¹¹⁸MORENO GARCIA, Juan. The Cursed Discipline? The Peculiarities of Egyptology at the Turn of the Twenty-First Century. IN: CARRUTHERS, William (ed.). *Histories of Egyptology: Interdisciplinary Measures*. New York: Routledge, 2015, p. 55.

¹¹⁹FRIZZO, Fábio. Estado, Império e Exploração Econômica no Egito do Reino Novo. Tese de doutorado, 2016, p. 138.

¹²⁰C. f. GRAVES-BROWN, 2008, p. XVIII-XIX; MORENO GARCIA, 2015, p. 56; SILVA, 2012, p. 61.

privilegiadas, o que está associado também à grande quantidade de pesquisas voltadas para as elites e a religião, visto que os documentos escritos se referiam a esses objetos de estudo.¹²¹ Por causa do maior interesse nesses aspectos, as relações e debates com a arqueologia e a antropologia, sobretudo até meados do século XX, eram limitados.

Sendo assim, o isolamento da egiptologia também é visto em um cenário teórico-metodológico, pois a falta de interdisciplinaridade fez com que discussões teóricas e autocríticas ficassem desatualizadas.¹²² Além disso, a falta de diálogo entre pesquisadores com disciplinas próximas foi reforçada pela consolidação gradual de subdisciplinas que tornam o cruzamento entre as áreas de conhecimento e entre os diferentes períodos da própria história egípcia mais difíceis.¹²³ É apenas a partir de meados do século XX, sobretudo a partir da década de 1980 com a influência pós-colonial que autocrítica e debates metodológicos passam a ter mais impactos na egiptologia, que começa a retomar o relacionamento com a antropologia de forma mais pronunciada.¹²⁴ As relações com a antropologia, e a arqueologia, permitiram que novas questões fossem colocadas ao Egito e suas dinâmicas internas e externas, iniciando renovações e reinterpretções em pesquisas e estudos.

Mesmo assim, ainda é possível ver a perpetuação do conservadorismo do Egito eterno na egiptologia, Marcia Vasques,¹²⁵ por exemplo, observa a defesa problemática de egiptólogos que enxergam o Egito Romano como uma continuação do período faraônico. A continuação faraônica no Egito Romano é perigosa de ser defendida, pois revitaliza noções de um Egito imutável, ignorando mudanças e complexidades.¹²⁶ Felizmente, o diálogo entre a egiptologia e outras áreas de conhecimento passaram a ser realizadas, mesmo que sejam recentes, favorecendo debates que combatem noções preconceituosas e problemáticas como a do mito do Egito eterno.

No entanto, a egiptologia e a forma como são escritas as histórias egípcias e de seus contatos com outros povos, como os núbios, ainda geram incômodo em relação as discussões

¹²¹GRAVES-BROWN, Carolyn. Introduction: Gender, sex and loss of innocence. In: GRAVES-BROWNS, Carolyn et alii (eds). *Sex and Gender in Ancient Egypt*. "Don your wig for a joyful hour." Classical Press of Wales: Swansea, 2008, p. XVIII.

¹²²C. f. GRAVES-BROWN, 2008, p. XVIII-XIX; SILVA, 2012, p. 61.

¹²³MORENO GARCIA, Juan. The Cursed Discipline? The Peculiarities of Egyptology at the Turn of the Twenty-First Century. IN: CARRUTHERS, William (ed.). *Histories of Egyptology: Interdisciplinary Measures*. New York: Routledge, 2015, p. 55.

¹²⁴SILVA, Thais Rocha da. A senhora da casa ou a dona da casa? Construções sobre gênero e alimentação no Egito Antigo. *Cadernos Pagu*, n. 39, 2012, p. 62.

¹²⁵VASQUES, Marcia Severina. Egito Romano: entre tradição, memória e renovação. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo*, n. 32, 2019, p. 120-130.

¹²⁶Idem, p.121.

teórico-metodológicas. A principal fonte de tal incômodo é o fato que discussões metodológicas explícitas ainda são raras na egiptologia,¹²⁷ mantendo o sentimento de isolamento e até mesmo de atraso da egiptologia em relação a antiguidade clássica, por exemplo. A falta de debates teórico-metodológicos na egiptologia interfere e dificulta o desenvolvimento e renovação de pesquisas. Essa dificuldade da egiptologia fica clara, por exemplo, com os próprios debates sobre a “egipcianização” e termos que são aplicados hoje como alternativas a ela, como hibridismo e emaranhamento.

Nos estudos clássicos, dois termos, “helenização” e “romanização”, partem de uma premissa semelhante à de egipcianização. Sendo a helenização referente as influências gregas sobre outros povos, e a romanização sobre as influências culturais romanas em outros povos, chegando ambos os termos a ser vistos como conectados.¹²⁸ A semelhança com a egipcianização está no fato de que a helenização e romanização faziam parte de modelos civilizadores também. Ambos os termos assumiam que os helênicos e romanos eram superiores, enquanto os povos com quem estavam em contato seriam bárbaros e precisavam ser civilizados,¹²⁹ parecido com a forma de observar os egípcios como superiores em relação aos núbios.

A diferença entre os debates dos conceitos dos estudos clássicos e a egipcianização, sendo um dos motivos do desconforto em relação a egiptologia, está na falta de diálogo entre as discussões teórico-metodológicas em relação aos termos. A egiptologia poderia se beneficiar sobre os questionamentos referentes à utilidade e reinterpretações da helenização e romanização, pois poderiam ser aplicadas ou usadas para questionar a egipcianização. Como demonstrado, a egipcianização gradualmente tem sido reinterpretada, mas ainda é usada de forma mecânica, sendo difícil encontrar debates teóricos sobre o termo, sua influência e como é interpretado atualmente por pesquisadores. Enquanto isso, em debates dos estudos clássicos, a romanização e helenização possuem discussões aprofundadas, focando em questões de pluralidade cultural e identitária, preconceitos raciais e eurocêntricos, e mudanças e processos culturais.¹³⁰

¹²⁷WENGOW, David. Egyptology and cognate disciplines. In: SHAW, Ian; BLOXAM, Elizabeth (eds). *The Oxford Handbook of Egyptology*. Oxford: Oxford University Press, 2020, p. 54.

¹²⁸WALLACE-HADRILL, Andrew. Culture, identity and power. In: WALLACE-HADRILL, Andrew. *Rome's Cultural Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p.18-20.

¹²⁹C.f. DIETLER, 2010, p. 45-46; MOLINA, 2007, p. 68-73; MOYER, 2011, p. 12; WALLACE-HADRILL, 2008, p.23.

¹³⁰Ver: Conant, 2012; Dietler, 2010; Mattingly, 2010; Molina, 2008; Moyer, 2011; Wallace-Hadrill, 2008; Woolf, 1998.

Tais questões são centrais para a egiptologia, sendo inclusive foco da presente pesquisa. As discussões teórico-metodológicas na própria egiptologia são de extrema importância, assim como a troca com outras áreas de conhecimento, é importante reforçar que esses debates permitem e impulsionam a renovação e avanço das compreensões sobre o Egito e os povos com quem estavam em contato. O questionamento e renovação de ferramentas teórico-metodológicas permitem outras observações sobre as fontes, novos focos e interesses sobre diferentes sujeitos e suas dinâmicas de interação.

O questionamento e avanço das pesquisas só podem ser feitos a partir dos debates e das autocríticas da egiptologia, de forma que o isolamento seja, aos poucos, superado. A renovação de ferramentas teórico-metodológicas que busquem compreender e reconhecer outras possibilidades de dinâmicas de estratégias de pertencimento e de formação de culturas e identidades está sendo feita e em diálogo com outras áreas de conhecimento como a antropologia e estudos culturais. Conceitos como hibridismo e emaranhamento refletem a busca pela interdisciplinaridade, sendo amplamente aplicados aos estudos da Antiguidade, Clássica e do Oriente Próximo.

1.2. Híbridos e emaranhados

1.2.1. Hibridismo: “pureza” e paradoxo

As discussões sobre as interações entre povos na antiguidade, desde a década de 1980, passam a se debruçar sobre diferentes tipos de documentação, escrita e material.¹³¹ Tal influência possibilitou a emergência de perspectivas de estudo que não sejam exclusivas aos contextos de elites, e que permitam outras formas de identificar agência de indivíduos e estratégias de poder, por exemplo.¹³² As novas interpretações de significados da cultura material e documentos escritos começam a ter como foco de análise o estudo das identidades,¹³³ acarretando no incentivo e aplicação de perspectivas como a do hibridismo e a do emaranhamento. Ambas as perspectivas teóricas foram e são usadas sobretudo para descrever processos culturais em contextos coloniais e suas consequências.¹³⁴

¹³¹HODOS, TAMAR. Local and Global Perspectives in the Study of Social and Cultural Identities. In: HALES, Shelley; HODOS, Tamar. *Material Culture and Social Identities in the Ancient World*. New York: Cambridge University Press, 2010, p.9.

¹³²Idem.

¹³³PAPASTERGIADIS, Niko. Tracing Hybridity in Theory. In: WERBNER, Pnina; MODOOD, Tariq (eds). *Cultural Hybridity, Multicultural Identities and The Politics of Anti-Racism*. London: Zed Books, 2015, p. 257.

¹³⁴VAN PELT, W. P. Revising Egypto-Nubian Relations in New Kingdom Lower Nubia: From Egyptianization to Cultural Entanglement. *Cambridge Archaeological Journal*, vol. 23, 2013, p. 533.

Um dos interesses dessa nova tendência teórica é a diversidade cultural e identitária, desse modo, busca-se valorizar as variedades locais em detrimento de uma estrutura de poder e interdependências pré-concebidas entre povos. Assim, o objetivo seria ressaltar as pluralidades locais entre sociedades em interação e, ao mesmo tempo, levar em consideração as diferenças de status e hierarquias,¹³⁵ entre colonizadores e colonizados. Em relação ao Egito, por exemplo, passa a ser levado em conta o contexto de expansão e poder egípcio quando em contato com os povos do Levante e da Núbia. Nesse contexto de expansão e poder, o objetivo é ressaltar os papéis ativos dos povos núbios em trocas culturais com os egípcios, retirando o foco de interpretações que defendam a imposição cultural e de poder egípcios. Desse modo, é colocado em foco um relacionamento baseado no conflito e tensão entre egípcios e núbios, diferente da percepção das populações núbias como submissas e passivas.

É em meio a esses debates culturais e centrado nas identidades que o termo hibridismo é reformulado. O hibridismo não é uma ferramenta nova da década de 1980, seu uso remonta ao século XIX, quando era mobilizado em discursos de racismo científico. Assim, durante o século XIX e início do século XX, hibridismo era usado como metáfora para descrever consequências negativas na sociedade de contatos e trocas entre povos.¹³⁶ O termo foi inicialmente emprestado da biologia, nela o híbrido seria o resultado do cruzamento de dois animais ou duas plantas diferentes, logo, o hibridismo se refere ao cruzamento entre dois animais ou plantas diferentes gerando algo novo, diferente de ambos que o criaram.¹³⁷

Porque o termo foi emprestado da biologia, algumas conotações biológicas ainda ressoam na aplicação do hibridismo no campo cultural, como o sentido de pureza. Na biologia, os ancestrais de um híbrido seriam considerados mais homogêneos em suas características, sendo denominados puros. O cruzamento dos pais “puros” resultaria no híbrido, com características mais heterogêneas, considerado um “mestiço”, uma mistura de ambos os pais.¹³⁸ Um problema do hibridismo, quando o termo passa a ser aplicado à cultura, é que ele não se desassocia dos sentidos de pureza. Desse modo, ele era usado em discursos no século XIX de racismo científico, a fim de auxiliar na construção de noções de “raça

¹³⁵HODOS, TAMAR. Local and Global Perspectives in the Study of Social and Cultural Identities. In: HALES, Shelley; HODOS, Tamar. *Material Culture and Social Identities in the Ancient World*. New York: Cambridge University Press, 2010, p.9.

¹³⁶C. f. BURKE, 2003, p. 53; PAPASTERGIADIS, 2015, p. 258.

¹³⁷C. f. BADER, 2013, p. 261; STROSS, 1999, p.254; VON SEEHAUSEN, 2014, p. 38.

¹³⁸STROSS, Brian. The Hybrid Metaphor: From Biology to Culture. *The Journal of American Folklore*, vol. 112, n. 445, 1999, p. 258.

pura”, além de ser base para argumentos a favor da defesa hierárquica evolutiva de culturas.¹³⁹ Por esses motivos, o hibridismo era visto, antes das discussões pós-coloniais, como uma forma de degeneração das sociedades, uma vez que era considerado “mestiço”.¹⁴⁰

Outro problema relacionado às conotações de pureza está no foco dado aos pais “puros” e aos filhos “mestiços”. Quando há a preocupação em identificar o que é puro e depois observar a formação do novo, após a mistura, o foco é dado ao início do processo de interação e ao resultado de tal processo. Assim, os “híbridos” poderiam ser vistos como produtos, uma vez que seriam analisadas as características iniciais dos chamados “puros” e as diferenças com os “híbridos”. Nos estudos culturais, o foco nas características “puras” dos ancestrais e “mestiças” dos híbridos pode acarretar a concepção da cultura híbrida como um produto, não levando em conta os complexos processos de interação entre indivíduos, grupos e objetos.¹⁴¹

Apesar das discussões referentes ao hibridismo no estudos pós-coloniais reformularem as compreensões do século XIX, o termo ainda pressupõe noções de pureza dos genitores do híbrido. Se a noção de pureza é intrínseca ao termo, seria necessário explicar o que se entende por “puro” / homogêneo, mas se nada puder ser chamado de “puro”, uma vez que, como argumentam Stross¹⁴² e Bhabha,¹⁴³ todas as culturas e objetos são em alguma medida híbridos, o hibridismo se torna dispensável e redundante.¹⁴⁴ Dessa forma, o uso do hibridismo no âmbito cultural traz em si conotações de pureza da biologia, acarretando problemas como os já citados de defesa de uma “raça pura” ou de hierarquias evolutivas e a percepção da cultura como produto.

O conceito de hibridismo, como entendido e usado nos séculos XIX e início do XX, passa por reinterpretações a partir dos estudos culturais. As mudanças pelas quais o conceito passa buscam superar os problemas e limites que as compreensões anteriores acarretavam, sendo esse o objetivo do estudo aqui desenvolvido. As reinterpretações do hibridismo são feitas através de novos enquadramentos e visões críticas sobre o passado que possibilitam

¹³⁹C. f. PASTERGIADIS, 2015, p. 258; STROSS, 1999, p. 258.

¹⁴⁰ACHERAÏOU, Amar. *Questioning Hybridity, Postcolonialism and Globalization*. New York: Palgrave Macmillan, 2011, p. 88.

¹⁴¹SILLMAN, Stephen W. Disentangling the Archaeology of Colonialism and Indigeneity. In: DER, Lindsay; FERNANDINI, Francesca (eds). *Archaeologies of Entanglement*. New York: Routledge, 2016, p. 38-39.

¹⁴²STROSS, Brian. The Hybrid Metaphor: From Biology to Culture. *The Journal of American Folklore*, vol. 112, n. 445, 1999, p. 258.

¹⁴³BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 188-190.

¹⁴⁴MATIĆ, 2020, p. 44-45; STOCKHAMER, 2013, p. 13; VON SEEHAUSEN, 2014, p. 38.

releituras do conceito, o atualizando. Assim, o hibridismo pode ser resgatado e aplicado aos estudos da antiguidade a partir das novas compreensões que lhe são atribuídas.

Importado para o âmbito cultural e reinterpretado nos estudos culturais, o hibridismo se refere a práticas, estruturas e objetos combinados a outros gerando objetos, práticas e estruturas novas e diferentes.¹⁴⁵ Ou seja, o hibridismo descreve uma mistura entre duas ou mais culturas diferentes entre si.¹⁴⁶ Nos estudos pós-coloniais, o hibridismo se tornou uma ferramenta importante, visto que o foco reside, agora, em questões culturais e políticas de identidades, recusando noções biológicas de raça.¹⁴⁷

Um dos mais influentes modelos de hibridismo nos estudos culturais é o formulado por Homi Bhabha, voltado para contextos e relacionamentos coloniais. Em seu modelo, a principal preocupação é com os discursos e práticas coloniais, Bhabha questiona o binarismo presente em tais práticas e discursos que separa o colonizador do colonizado, a separação entre o “eu” e o “outro”.¹⁴⁸ Em oposição ao binarismo, o hibridismo para Bhabha é uma forma de resistência, uma estratégia dos colonizados contra os colonizadores.¹⁴⁹ A resistência se baseia nas identidades que são fluídas e heterogêneas, fazendo com que as interações entre os opressores e os oprimidos sejam mais flexíveis e dinâmicas do que o binarismo até então pressupunha. Sendo assim, o relacionamento intenso de um contexto colonial geraria o que Bhabha chamou de terceiro espaço, ou entre lugar.¹⁵⁰ Nesse espaço, as trocas, misturas, adoções e negociações de identidades, hábitos, práticas e objetos causariam a fusão e mistura de culturas e identidades, livres de binarismos.

Na criação das misturas e, portanto, de práticas, símbolos e identidades novas, diferentes do “eu” e do “outro”, o híbrido estaria destruindo a simetria e dualidade dos binarismos, ou seja, estaria deslocando a autoridade colonial.¹⁵¹ O híbrido desloca a autoridade do colonizador quando apropria traços da identidade e cultura colonizadora e

¹⁴⁵CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2019, p. XIX.

¹⁴⁶VON SEEHAUSEN, Pedro Luiz Diniz. *Etnia e Identidade nas Estelas Funerárias do Egito Romano*. Volume I- Texto. Rio de Janeiro, 2014. Dissertação (Mestrado em arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 38.

¹⁴⁷ACHERAÏOU, Amar. *Questioning Hybridity, Postcolonialism and Globalization*. New York: Palgrave Macmillan, 2011, p. 89.

¹⁴⁸ACHERAÏOU, 2011, p. 90; PAPASTERGIADIS, 2015, p. 277.

¹⁴⁹VON SEEHAUSEN, Pedro Luiz Diniz. *Etnia e Identidade nas Estelas Funerárias do Egito Romano*. Volume I- Texto. Rio de Janeiro, 2014. Dissertação (Mestrado em arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 39.

¹⁵⁰ACHERAÏOU, Amar. *Questioning Hybridity, Postcolonialism and Globalization*. New York: Palgrave Macmillan, 2011, p.90.

¹⁵¹BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 192.

altera suas práticas introduzindo aspectos próprios. O hibridismo, então, muda as formas de reconhecimento do “eu” e do “outro”, visto que as identidades e culturas passam a ser transformadas, não estando de acordo com as práticas e reconhecimentos prévios, considerados “puros”.¹⁵² Por isso, o terceiro espaço, o entre lugar, é o elemento central do modelo de Bhabha, já que o hibridismo ocorre no terceiro espaço, ele é o terceiro espaço.¹⁵³

No modelo de Bhabha, amplamente utilizado, há a defesa do hibridismo como livre de binarismos (“eu” e o “outro” ou “colonizado” e o “colonizador”). No entanto, o hibridismo apresentado é compreendido através do deslocamento da autoridade,¹⁵⁴ o que configura um contexto de tensões e conflitos. Portanto, o modelo não elimina as dualidades de poder como intende, ele apenas reformula as polaridades de poder. Dessa forma, o modelo de Bhabha é insuficiente ao afirmar a resistência dos colonizados a partir da defesa do fim de binarismos e polaridades, esses elementos estão presentes, eles são realocados.¹⁵⁵ Mesmo assim, a defesa de espaços neutros, baseados no modelo de Bhabha, estão presentes, como é visível em Louise Steel.¹⁵⁶

A autora quando analisa as relações entre o Egito e o Levante, na região de Gaza durante o segundo milênio a.C., e defende que o hibridismo cultural não se resume ou se restringe à criação de objetos e culturas híbridas, ele permite observar as transformações sociais causadas pela adoção de objetos estrangeiros.¹⁵⁷ O funcionamento de símbolos de uma determinada cultura é alterado e transformado quando os símbolos são adotados por um grupo, como cones funerários egípcios que foram incorporados em el-Moghraqa, em Gaza. O objeto de cerâmica, no Egito, demarcava os direitos do oficial morto sobre a tumba, ao apresentar inscrições com seu nome e função na sociedade, estando relacionado a um contexto de elite e de identidade.¹⁵⁸

Em el-Moghraqa, os cones tinham sua parte superior arredonda estampada com o cartucho contendo o nome do indivíduo, e provavelmente estavam mais associados com seu

¹⁵²Idem, p. 188.

¹⁵³ACHERAÏOU, Amar. *Questioning Hybridity, Postcolonialism and Globalization*. New York: Palgrave Macmillan, 2011, p.90.

¹⁵⁴BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 188-192.

¹⁵⁵ACHERAÏOU, Amar. *Questioning Hybridity, Postcolonialism and Globalization*. New York: Palgrave Macmillan, 2011, p.93.

¹⁵⁶STEEL, Louise. Shifting Relations in Bronze Age Gaza: an Investigation into Egyptianizing Practices and Cultural Hybridity in the Southern Levant During the Late Bronze Age. *Journal of Ancient Egyptian Interconnections*, vol. 20 (December 2018), p.15-30.

¹⁵⁷Idem, p.17.

¹⁵⁸STEEL, 2018, p. 19; THEIS, 2017, p. 1.

significado de autoridade e prestígio, sendo mais simbólico do que um meio de demarcar a identidade de indivíduo.¹⁵⁹ Dessa forma, o cone se torna um objeto híbrido em Gaza, mantendo características egípcias ao mesmo tempo que é alterado em sua função e forma, pois o nome inscrito não indica o nome do dono da tumba, ganhando características novas associadas ao contexto em que foi inserido.

Louise Steel, portanto, assume que o hibridismo se refere a espaços de contato e trocas, mas pautado na falta de hierarquias e conflitos, consistindo em um espaço neutro.¹⁶⁰ Nesse sentido, modelo de hibridismo, pautado no terceiro espaço, apresenta limitações. Apesar de terceiro espaço ressaltar as adaptações e reinterpretações de práticas e objetos, ele não elimina as hierarquias e disputas de poder. Nas relações entre Egito e Núbia durante o movimento de expansão da XVIII dinastia, a terceira catarata do Nilo, região considerada de fronteira entre a Baixa e Alta Núbia, apresenta trocas e alterações de práticas e objetos egípcios quando em contato com os núbios, como ocorre com a divindade Amun que ganha cabeça de carneiro (Ver capítulo 3). As alterações e trocas, porém, indicam disputas de poder e hierarquia, e não um espaço neutro e sem tensões entre as elites egípcias e núbias.

A crítica à defesa de um espaço neutro característico do hibridismo, sem tensões políticas no terceiro espaço, a crítica da presença de noções de pureza no termo e conseqüentemente a associação do hibridismo como um produto, fizeram com que o conceito fosse repensado. Isso fez com que os processos de trocas culturais, também chamados de híbridos, fossem identificados, sobretudo na arqueologia, como processos de emaranhamento.¹⁶¹

1.2.2. Emaranhamento Cultural

As críticas feitas ao hibridismo impulsionaram a articulação do conceito emaranhamento na arqueologia egípcia e núbia. O emaranhamento emergiu em discussões a fim de auxiliar em debates sobre dinâmicas culturais e em regiões sobretudo de fronteiras,¹⁶² ele se refere à formação de objetos, práticas ou símbolos novos a partir da união de elementos

¹⁵⁹STEEL, Louise. Shifting Relations in Bronze Age Gaza: an Investigation into Egyptianizing Practices and Cultural Hybridity in the Southern Levant During the Late Bronze Age. *Journal of Ancient Egyptian Interconnections*, vol. 20 (December 2018), p. 19-20.

¹⁶⁰Idem, p. 16.

¹⁶¹MATIĆ, 2020, p. 44-45; STOCKHAMMER, 2013, p. 15-16; VON SEEHAUSEN, 2014, p. 39-40.

¹⁶²GATTO, Maria Carmela. Cultural Entanglement at the Dawn of the Egyptian History: A View from the Nile First Cataract Region. *Origini* vol.36, 2014, p. 93-124.

de origens diferentes, sendo similar ao hibridismo.¹⁶³ O termo é amplamente utilizado e interpretado por diferentes intelectuais¹⁶⁴ e, apesar de sua abrangência, um elemento presente em todas as interpretações é a agência de ambas as partes em interação, mesmo em uma relação colonial, tanto colonizadores como a população nativa teriam agência nas trocas e interações.

No entanto, a autonomia e agência dos indivíduos se alteram a partir das perspectivas adotadas do emaranhamento. No emaranhamento colonial, do qual um dos maiores representantes é Nicholas Thomas (1991),¹⁶⁵ disputas de poder e de interesses políticos marcavam o relacionamento entre os colonizadores e populações nativas, caracterizando as trocas e níveis de emaranhamento.¹⁶⁶ Por sua vez, em interpretações do emaranhamento cultural, a agência e autonomia das partes em interação são caracterizadas por relações de poder e autonomia mais equilibradas entre si, retirando um pouco as desigualdades nas interações e, conseqüentemente, as tensões.¹⁶⁷

O emaranhamento cultural é um processo em que se observa a interação entre um grupo que se expande e um grupo nativo que é afetado pela expansão. Esse processo, a longo prazo, afeta a produção de objetos, trocas e relações sociais da população nativa, podendo acarretar novas formas identitárias.¹⁶⁸ O desenvolvimento das relações entre os indivíduos em contato e do emaranhamento poderia gerar relações de poder e econômicas desiguais, mas os contatos em suas origens seriam equilibrados nessa compreensão de emaranhamento, de forma que as tensões políticas e econômicas seriam deixadas em segundo plano.¹⁶⁹

O termo é muito aplicado na arqueologia também por outro motivo, além de ser uma alternativa que leva em consideração a agência das populações nativas. O emaranhamento cultural é fortemente conectado ao valor dado à cultura material em trocas e relações

¹⁶³C.f. MATIĆ, 2020, p. 46; STOCKHAMMER, 2013, p. 15-16; VASQUES, 2014, p. 121.

¹⁶⁴Ver: Alexander (1998), Buzon; Smith; Simonetti (2016), Dietler (1998; 2010), Hodder (2011), Silliman (2016), Smith (2020); Thomas (1991).

¹⁶⁵THOMAS, Nicholas. *Entangled Objects: Exchange, Material Culture, and Colonialism in the Pacific*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

¹⁶⁶Idem, p.88.

¹⁶⁷SILLIMAN, Stephen W. Disentangling the Archaeology of Colonialism and Indigeneity. In: DER, Lindsay; FERNANDINI, Francesca (eds). *Archaeology of Entanglement*. New York: Routledge, 2016, p. 34.

¹⁶⁸ALEXANDER, Rani T. Afterword: Toward an Archaeological Theory of Culture Contact. In: CUSICK, James G. (ed.). *Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change, and Archaeology*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1998, p. 485.

¹⁶⁹C.f. ALEXANDER, 1998, p. 485; SILLIMAN, 2016, p. 34-44.

sociais.¹⁷⁰ Essa característica faz com que os objetos sejam considerados como essenciais nas interações e trocas, portando as práticas e alterações nas produções e relações sociais. Ou seja, há a defesa da dependência de humanos nos objetos e vice-versa,¹⁷¹ pois para que o objeto tenha significado, função e valor social é necessário que um indivíduo lhe atribua tais características.¹⁷²

A importância da cultura material é aprofundada com a categorização de dois tipos de emaranhamento feita por Philipp Stockhammer.¹⁷³ Segundo o autor, o primeiro tipo de emaranhamento é o relacional, nele um objeto estrangeiro é apropriado por um grupo nativo e, apesar de manter suas características materiais, ele é recontextualizado, sofrendo alterações em suas práticas e funções.¹⁷⁴ Nesse primeiro tipo de emaranhamento, o processo de alteração das práticas só pode ser percebido a partir do estudo do contexto e das relações sociais da população nativa.¹⁷⁵ Por sua vez, o emaranhamento material, o segundo tipo identificado, se refere a objetos que apresentam alterações em sua forma material.¹⁷⁶ As mudanças físicas incluem características semelhantes à sua origem estrangeira, antes do objeto ser apropriado em contexto nativo e, também, às características relacionadas às culturas nativas, configurando um objeto novo e diferente.¹⁷⁷ Objetos identificados como parte do emaranhamento material são mais facilmente reconhecidos pela arqueologia, pois não dependem apenas do estudo do contexto para serem categorizados como objetos emaranhados, eles podem ser encontrados a partir de seus aspectos físicos também.

Esses dois tipos de emaranhamento são pautados no potencial criativo das interações entre estrangeiros e povos nativos. Tal potencial, ou capacidade criativa, é a base do emaranhamento, que se desenvolve nos chamados espaços limiares,¹⁷⁸ onde as interações são

¹⁷⁰HODDER, Ian. *Entanglement: An Archaeology of the Relationship between Humans and Things*. Malden: Wiley-Blackwell, 2012, p.88-89.

¹⁷¹Idem.

¹⁷²DER, Lindsay; FERNANDINI, Francesca. Introduction. In: DER, Lindsay; FERNANDINI, Francesca (eds). *Archaeology of Entanglement*. New York: Routledge, 2016, p. 13.

¹⁷³STOCKHAMMER, P.W. From Hybridity to Entanglement, From Essentialism to Practice. In: VAN PELT, W.P. (Ed). *Archaeology and Cultural Mixture*. Archaeological Review from Cambridge 28.1 (Cambridge 2013), p. 11-28.

¹⁷⁴C.f. GATTO, 2014, p. 98; STOCKHAMMER, 2013, p.16-17; VAN PELT, 2013, p. 533.

¹⁷⁵STOCKHAMMER, P.W. From Hybridity to Entanglement, From Essentialism to Practice. In: VAN PELT, W.P. (Ed). *Archaeology and Cultural Mixture*. Archaeological Review from Cambridge 28.1 (Cambridge 2013), p.17.

¹⁷⁶C.f. GATTO, 2014, p. 98; STOCKHAMMER, 2013, p.16-17; VAN PELT, 2013, p. 533.

¹⁷⁷STOCKHAMMER, P.W. From Hybridity to Entanglement, From Essentialism to Practice. In: VAN PELT, W.P. (Ed). *Archaeology and Cultural Mixture*. Archaeological Review from Cambridge 28.1 (Cambridge 2013), p.17.

¹⁷⁸C.f. GATTO, 2014, p. 98; MATIĆ, 2020, p. 47; STOCKHAMMER, 2013, p.16-17; VAN PELT, 2013, p. 533; WEGLARZ, 2017, p. 47.

mais intensas e as diferenças de poder mais neutras.¹⁷⁹ Seria nesse espaço que objetos, práticas e símbolos seriam adotados, rejeitados, adaptados e recontextualizados, sendo a razão pela qual é possível defender a agência das populações nativas no emaranhamento.

No emaranhamento colonial a recontextualização criativa, ou capacidade/potencial criativo, também é fundamental, porém nessa perspectiva o espaço de contato não é visto como neutro. A recontextualização criativa é pautada pelos interesses políticos e pelas dinâmicas de poder entre colonizadores e populações nativas.¹⁸⁰ Os objetos, práticas e símbolos emaranhados nesse contexto estão carregados de relações de poder, oferecendo oportunidades de negociação, podendo ser associados com uma forma de resistência dos povos nativos (Ver capítulo 2).¹⁸¹

Na egiptologia, o emaranhamento tem sido amplamente utilizado, sobretudo desde 2013,¹⁸² a fim de analisar as relações e trocas culturais entre egípcios e seus vizinhos ao norte, hicsos,¹⁸³ e ao sul, núbios.¹⁸⁴ As contribuições do uso do emaranhamento na egiptologia têm sido consideráveis, visto que auxilia no aprofundamento dos estudos sobre as relações entre egípcios e núbios, tendo sido usado como uma alternativa à egipcianização e ao hibridismo. Buzon, Smith e Simonetti,¹⁸⁵ em um artigo de 2016, utilizam o emaranhamento a fim de explicar a formação da XXV dinastia (747 -656 a.C.) - ou Período de Napata- após o fim da dominação egípcia na Núbia. O emaranhamento é mobilizado para explicar os processos de interação cultural, trocas, apropriações, rejeições e adaptações de objetos e práticas entre egípcios núbios ao longo do Reino Novo (1550-1069 a.C.).¹⁸⁶ Segundo os autores, a XXV dinastia é marcada por uma população plural, fruto do emaranhamento, com traços egípcios e núbios. O argumento é o de que foi a integração das

¹⁷⁹FRIZZO, Fábio. Egipcianização e Resistência na Núbia da XVIII Dinastia. In: A. Bracaglion, R. Lemos e R. T. Santos (eds.). *Semna – Estudos de Egiptologia II*. Rio de Janeiro: Seshat/Kliné, 2015, p. 85.

¹⁸⁰THOMAS, Nicholas. *Entangled Objects: Exchange, Material Culture, and Colonialism in the Pacific*. Cambridge: Harvard University Press, 1991, p. 88.

¹⁸¹C.f. DER, FERNANDIDI, 2016, p. 18; THOMAS, 1998, p. 83-88.

¹⁸²BUDKA, Julia. The Metaphor of Cultural Entanglement in Northeast African Archaeology. *Global Journal of Archaeology & Anthropology*. 2018, 3 (5), p. 1.

¹⁸³Ver: BADER, Bettina. Cultural Mixing in Egyptian Archaeology: The ‘Hyksos’ as a Case Study. In: VAN PELT, W.P. (Ed). *Archaeology and Cultural Mixture*. Archaeological Review from Cambridge 28.1 (Cambridge 2013), p. 257-186.

¹⁸⁴Ver: Buzon, Smith, Simonetti (2016); de Souza (2020); Doyen, Gabolde (2017); Gatto (2014; 2020); Lemos, Amorim (2014); Matić (2020); Smith (2020).

¹⁸⁵BUZON, Michele R.; SMITH, Stuart T.; SIMONETTI, Antonio. Entanglement and the Formation of the Ancient Nubian Napatan State. *American Anthropologist*, vol. 118, n.2, p. 284-300.

¹⁸⁶Idem.

estruturas governamentais egípcias e núbias que influenciou o desenvolvimento do Período de Napata.¹⁸⁷

O caráter processual do emaranhamento no artigo de 2016 deve ser ressaltado, pois, como já afirmado, o termo se refere aos processos de interações e trocas culturais, distinguindo-o do hibridismo. É preciso diferenciar o emaranhamento do hibridismo, visto que possuem usos e concepções diferentes, embora, por vezes ambos sejam apresentados como equivalentes. Stockhammer sugere o uso do termo emaranhamento em detrimento do hibridismo afirmando que os significados de ambos são equivalentes.¹⁸⁸ Contudo, emaranhamento e hibridismo são diferentes, eles apresentam preocupações e objetos de estudo diferentes. O hibridismo, como já mencionado, por causa de suas preocupações com as origens e resultados das trocas culturais e de suas premissas na biologia, acaba por observar a cultura híbrida como um produto, retirando o foco dos processos de adoção, rejeição, adaptação e recontextualização de práticas e símbolos em contextos de interação.¹⁸⁹ Por sua vez, o foco do emaranhamento se faz sobre os processos através dos quais as características culturais são compartilhadas e recontextualizadas criativamente.

Outra diferença entre hibridismo e emaranhamento é a maior ligação do emaranhamento com a arqueologia. No emaranhamento, a relação entre indivíduos e objetos e, as dependências entre eles, são importantes para a os processos de troca cultural. Não são examinadas apenas as relações entre humanos ou entre objetos, como é visto no hibridismo. Dessa forma, o emaranhamento abrange a perspectiva de estudo, o conceito permite a valorização das relações e dependências entre indivíduos e objetos,¹⁹⁰ permitindo maior diálogo com a arqueologia. O emaranhamento também é entendido como um processo, evitando categorizações binárias como o hibridismo, que separa seus objetos de estudo entre pontos de origem e produtos.¹⁹¹

Somado a isso, o emaranhamento evita consequências atreladas à origem biológica que o hibridismo carrega em si, além de que o emaranhamento cultural não se volta para

¹⁸⁷Idem, p. 296-297.

¹⁸⁸STOCKHAMMER, P.W. From Hybridity to Entanglement, From Essentialism to Practice. In: VAN PELT, W.P. (Ed). *Archaeology and Cultural Mixture*. Archaeological Review from Cambridge 28.1 (Cambridge 2013), p. 15.

¹⁸⁹SILLMAN, Stephen W. Disentangling the Archaeology of Colonialism and Indigeneity. In: DER, Lindsay; FERNANDINI, Francesca (eds). *Archaeologies of Entanglement*. New York: Routledge, 2016, p. 38-39.

¹⁹⁰HODDER, Ian. *Entanglement: An Archaeology of the Relationship between Humans and Things*. Malden Willey-Blackwell, 2012, p.88-89.

¹⁹¹SILLMAN, Stephen W. Disentangling the Archaeology of Colonialism and Indigeneity. In: DER, Lindsay; FERNANDINI, Francesca (eds). *Archaeologies of Entanglement*. New York: Routledge, 2016, p. 39.

divisões binárias em estudos de relações.¹⁹² O emaranhamento ressalta a agência de ambas as partes envolvidas nas interações, reiterando o caráter político do hibridismo. Por causa das diferenças apresentadas, o emaranhamento tem sido preferível ao hibridismo, sugerindo uma nova direção da egiptologia e dos estudos das relações entre Egito e Núbia,¹⁹³ direção essa mais interessante do que os modelos anteriores de egípcianização apontavam.

No entanto, o emaranhamento cultural possui limitações, a mais evocada é a própria compreensão de um ambiente neutro de trocas e recontextualização criativa em relações sociais. A compreensão de um ambiente neutro limita os estudos sobre as estratégias de sobrevivência e relacionamento entre egípcios e núbios, por exemplo, pois não permite examinar os interesses políticos dos núbios quando em relação com os egípcios. Devido às limitações da recontextualização criativa do emaranhamento cultural, nos próximos capítulos será adotada a compreensão de recontextualização criativa do emaranhamento colonial, como apresentam Thomas¹⁹⁴ e Dietler¹⁹⁵. Nas visões de ambos, a recontextualização criativa é marcada por interesses políticos dos colonizadores e da população nativa.¹⁹⁶ Em tal perspectiva seriam desenvolvidas estratégias de adoção e adaptação de objetos e práticas por ambas as partes envolvidas nas relações sociais, no caso as elites núbias e os oficiais egípcios, como pode ser observado em Teh-Khet (Ver capítulo 2) e na região da terceira catarata do Nilo (Ver capítulo 3).

Ao adotar a compreensão da recontextualização criativa a partir do emaranhamento colonial, e do emaranhamento em si para se compreender os processos de relações entre egípcios e núbios, há um esforço de superar a limitação do nivelamento das tensões e disputas de poder e interesses entre egípcios e as elites nativas. Dessa forma, nos próximos capítulos será levado em conta as diferenças de hierarquia e poder entre os egípcios e os núbios e entre os próprios egípcios e núbios em nível interno, ao mesmo tempo em que o emaranhamento permite a retirada de características atreladas à “pureza” e aos problemas com embates a binarismos do hibridismo. Vale ressaltar que o emaranhamento não nega a presença de

¹⁹²C.f. FRIZZO, 2015, p. 85; SILLMAN, 2016, p. 34; VAN PELT, 2013, p. 541.

¹⁹³BUDKA, Julia. The Metaphor of Cultural Entanglement in Northeast African Archaeology. *Global Journal of Archaeology & Anthropology*. 2018, 3 (5), p. 1.

¹⁹⁴THOMAS, Nicholas. *Entangled Objects: Exchange, Material Culture, and Colonialism in the Pacific*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

¹⁹⁵DIETLER, Michael. *Archaeologies of Colonialism: Consumption, Entanglement, and Violence in Ancient Mediterranean France*. Berkeley: University of California Press, 2010.

¹⁹⁶C.f. DIETLER, 2010, p. 55; THOMAS, 1998, p. 88.

binarismos, mas ele oferece um meio de observar esse aspecto sob outra perspectiva, dando mais voz aos povos nativos.¹⁹⁷

Apesar das vantagens do emaranhamento, o termo usado como modelo ainda passa por problemas, como já mencionado. Uma das razões pelas quais o emaranhamento enfrenta limitações que reduzem sua capacidade de análise dos processos é o fato de não ter ainda bem delimitado uma estrutura teórica como outras ferramentas,¹⁹⁸ como é o caso do hibridismo. Por causa disso, o emaranhamento requer o suporte de outras ferramentas teóricas que auxiliem a complementar as análises das relações sociais. Sendo assim, e devido ao fato de que o próprio emaranhamento já sugere em si que as interações entre povos, sobretudo em um contexto de expansão que pressupõe adaptações e negociações, será abordada a concepção de negociação de identidades. A negociação de identidades pode auxiliar na compreensão das trocas e interações entre egípcios e núbios de forma mais aprofundada, visto que permite o estudo das disputas de poder interna e externa simultâneas de egípcios e núbios.

1.3. Negociando Identidades

Uma das características mais ressaltadas do emaranhamento, até o momento, é a recontextualização criativa, quando guiadas por objetivos políticos e de poder, não neutralizando as forças dos povos em interação. Sendo assim, as trocas culturais e identitárias dos oficiais egípcios em contato com os núbios e as elites núbias seriam pautadas nos interesses próprios de ambos. A abordagem da negociação de identidades complementa a do emaranhamento, pois parte do pressuposto de que o contexto social e político dos povos em contato é uma condição para que seja possível analisar as relações entre povos.¹⁹⁹ Desse modo, as relações de poder, e suas desigualdades, e o contexto das interações se tornam centrais, fazendo com que os espaços de contato sejam marcados por disputas e conflitos, não sendo espaços neutros.²⁰⁰

A negociação de identidades não é entendida como uma transação, um processo fixo, mas sim como um processo de interação, na qual os indivíduos se esforçam para afirmar,

¹⁹⁷SILLMAN, Stephen W. Disentangling the Archaeology of Colonialism and Indigeneity. In: DER, Lindsay; FERNANDINI, Francesca (eds). *Archaeologies of Entanglement*. New York: Routledge, 2016, p. 37.

¹⁹⁸C.f. BUDKA, 2018, p. 1; SILLMAN, 2016, p. 43-44; VAN PELT, 2013, p. 540-541.

¹⁹⁹PAVLENKO, Aneta; BLACKLEDGE, Adrian. Introduction: New Theoretical Approaches to the Study of Negotiation of Identities in Multilingual Contexts. In: PAVLENKO, Aneta; BLACKLEDGE, Adrian (eds). *Negotiation of Identities in Multilingual Contexts*. New York: Multilingual Matter LTD, 2004, p. 9.

²⁰⁰LEBLANC, John Randolph; MEDINE, Carolyn M. John. *Ancient and Modern Religion and Politics: Negotiating Transitive Spaces and Hybrid Identities*. New York: Palgrave Macmillan, 2012, p. 2.

modificar ou desafiar suas concepções de si mesmos e dos “outros” com quem estão em contato.²⁰¹ As negociações podem ocorrer de várias formas,²⁰² em contextos linguísticos, sociais e políticos por exemplo. Aqui o foco será dado às negociações em contextos de conflitos sociais e políticos, ressaltando a negociação de identidades através de aspectos culturais e de hierarquia social, com a disputa por controle de regiões ou recompensas que auxiliam na ascensão social de indivíduos, tanto pertencentes às elites núbias como egípcias.

Um contexto de interação é, então, necessário para que a negociação ocorra, o relacionamento em questão, entre oficiais egípcios e as elites núbias, é de longo prazo, tendo impactos nas negociações. As interações entre os vizinhos africanos apresentadas aqui, assim como já ressaltado, se inserem em um contexto de expansão e dominação egípcia na Alta e Baixa Núbia, ou seja, um momento marcado por conflitos e disputas, propício para negociações identitárias. Budka e Lemos²⁰³ apontam que a negociação é uma ferramenta insuficiente para examinar relações e realidades fora das elites egípcias e núbias, visto que a negociação leva em consideração os conflitos sociais e políticos e as estratégias desenvolvidas para sobreviver e transitar entre culturas durante o contato com outros povos. Tais capacidades de negociação, segundo Budka e Lemos, não se estendem às camadas mais baixas das sociedades, pois elas não possuem autoridade para negociar por conta própria.²⁰⁴ Desse modo, a negociação de identidades não seria adequada para análises fora de um contexto de elites em disputas de poder e hierarquia. A crítica é válida, mas o foco do presente estudo recai sobre elites egípcias e núbias e suas disputas de poder, status e influência, de modo que a negociação oferece vantagens para examinar os processos de interação entre os vizinhos africanos.

A negociação pode ser aplicada ao contexto em questão, de interação entre as elites núbias e egípcias, pois parte do pressuposto que os indivíduos em interação estão em busca da validação e aceitação do “outro”.²⁰⁵ Nesse contexto de relações de poder e hierarquias desiguais, as elites núbias estariam em busca da validação de identidades visando seus

²⁰¹LIU, Shuang. Searching for a sense of place: Identity Negotiation of Chinese Immigrants. *International Journal of Intercultural Relations* 46 (2015), p. 28.

²⁰²PAVLENKO, Aneta; BLACKLEDGE, Adrian. Introduction: New Theoretical Approaches to the Study of Negotiation of Identities in Multilingual Contexts. In: PAVLENKO, Aneta; BLACKLEDGE, Adrian (eds). *Negotiation of Identities in Multilingual Contexts*. New York: Multilingual Matter LTD, 2004, p.3.

²⁰³LEMOS, Rennan; BUDKA, Julia. Alternatives to colonization and marginal identities in New Kingdom colonial Nubia (1550-1070 BCE). *World Archaeology*, 2021. DOI: 10.1080/00438243.2021.1999853.

²⁰⁴Idem, p. 15-16.

²⁰⁵JACKSON, Ronald L. Cultural Contracts Theory: Toward an Understanding of Identity Negotiation. *Communication Quarterly*, 50: 3, 2002, p. 360.

próprios interesses em meio a administração egípcia. Desse modo, a negociação de identidades está baseada na comunicação contínua entre grupos e indivíduos diferentes. As relações e o processo de adaptação, troca e criatividade que envolvem as negociações dependem do reconhecimento da diferença entre os grupos em contato,²⁰⁶ visto que as identidades também são formadas através do reconhecimento da diferença com o “outro” e do sentimento de pertencimento a um mesmo grupo.²⁰⁷

Portanto, as zonas de contato, os entre lugares ressaltados por Bhabha, na abordagem da negociação de identidades são vistas como espaços de reconhecimento da diferença e de assimetria das relações de poder.²⁰⁸ Nesse cenário, dois fatores devem ser ressaltados: em primeiro lugar, os indivíduos que estão sendo dominados, durante o diálogo com os grupos dominantes, buscam características e significados em comum em suas identidades e em suas compreensões sobre o mundo. Na busca por traços em comum, os indivíduos seriam capazes de adaptar suas identidades particulares, a fim de que elas se alinhem com as identidades estrangeiras dos grupos dominantes que são esperadas e desejadas, ou seja, identidades vistas como legítimas.²⁰⁹

Em segundo lugar, e como consequência, os indivíduos dominados pelos “outros”, ao buscarem semelhanças entre as identidades, desenvolvem estratégias de sobrevivência, pois conseguem manter aspectos de suas próprias identidades ao mesmo tempo em que se adaptam a fim de se adequar às expectativas dos outros.²¹⁰ Dessa forma, a negociação de identidades se configura em um processo onde os indivíduos e grupos equilibram o sentimento de pertencimento às identidades nativas e às identidades outras, em uma dinâmica de inclusão e diferenciação,²¹¹ no caso das relações do Egito e da Núbia, configuraria um equilíbrio entre inclusão e autonomia das elites nativas em dinâmicas e estruturas egípcias. A inclusão das elites nativas se observa quando há a incorporação das elites no aparato administrativo egípcio e, também, com as formas dos nativos pertencentes a essas famílias de elite em se representarem sob os moldes egípcios. E a autonomia é observada quando essas

²⁰⁶Idem.

²⁰⁷CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. São Paulo: Editora Contexto, 2011, p.27.

²⁰⁸LEBLANC, John Randolph; MEDINE, Carolyn M. John. *Ancient and Modern Religion and Politics: Negotiating Transitive Spaces and Hybrid Identities*. New York: Palgrave Macmillan, 2012, p. 2.

²⁰⁹SRIKANDI, Melati Budi; PAWITO; RAHMANTO, Andre. Cultural Identity Negotiation of Javanese-Muslim Settlers with Indigenous Balinese-Hindus: A Study of Intercultural Communication Strategies. *International Journal of Multicultural and Multireligious Understanding (IJMMU)*, vol. 18, n.1, 2021, p. 27.

²¹⁰C.f. JACKSON, 2002, p. 363; SRIKANDI; PAWITO; RAHMANTO, 2021, p. 27.

²¹¹LIU, Shuang. Cross-Cultural adaptation: an Identity Approach. In: CHEN, Ling (ed). *Intercultural Communication*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2017, p. 441.

mesmas famílias conseguem manter suas posições de poder em contexto interno, frente às populações núbias (Ver capítulo 2).

Vale ressaltar que as negociações de identidade, por causa do equilíbrio dos sentimentos de pertencimento, incluem a negociação de poder, de hierarquia e de status, visto que os indivíduos tentam se posicionar e reposicionar em um relacionamento, como no caso núbio tentando manter seus poderes internos, mantendo suas identidades de classe, ao mesmo tempo que precisavam ser aceitos pelo poder egípcio. Assim, a negociação de identidades revela disputas de poder e posição,²¹² sobretudo com a adaptação, adoção e rejeição de traços e objetos próprios de outras identidades, pois mesmo que de forma inconsciente, essas ações manipulam os símbolos identitários que expressam diálogos entre os grupos em contato, formulando negociações de poder e forjando alianças ou resistências.²¹³

A formação de alianças ou resistências são construídas ao longo de relacionamentos, no caso do Egito e da Núbia, as interações são duradouras, anteriores ao período de dominação do Reino Novo na Núbia (1555- 1069 a.C.). Em interações de longo prazo, as consequências de trocas culturais são mais profundas, portanto, formas de identidades consideradas dos “outros” são apropriadas e passam a ser parte das identidades do “eu”.²¹⁴

Isto quer dizer que a negociação de identidades permite o desenvolvimento de identidades duplas, pois o indivíduo ao formular alianças e/ ou resistências em relacionamento com o outro, ele está criando estratégias de sobrevivência em que reconhece e adota características identitárias nativas do “outro”.²¹⁵ Assim, a partir da negociação de identidades, os núbios poderiam desenvolver identidades duplas, com as quais poderiam transitar entre identidades²¹⁶ egípcias, e serem legitimados na administração egípcia, ao mesmo tempo em que mantinham o sentimento de pertencimento às identidades nativas núbias, continuando suas dinâmicas internas.

²¹²PAVLENKO, Aneta; BLACKLEDGE, Adrian. Introduction: New Theoretical Approaches to the Study of Negotiation of Identities in Multilingual Contexts. In: PAVLENKO, Aneta; BLACKLEDGE, Adrian (eds). *Negotiation of Identities in Multilingual Contexts*. New York: Multilingual Matter LTD, 2004, p. 20.

²¹³AKMENKALNS, Jessica Louise Groth. *Cultural Continuity and Change in the Wake of Ancient Nubian-Egyptian Interactions*. Tese de Doutorado. Santa Barbara, 2018, p. 42.

²¹⁴SWANN, William B.; BOSSON, Jennifer K. Identity Negotiation: A Theory of Self and Social Interaction. In: JOHN, Oliver P.; ROBINS, Richard W. (eds). *Handbook of Personality: Theory and Research*. New York: Guilford Press, 2021, p. 597.

²¹⁵C.f. LIU, 2015, p. 34; TING-TOOMEY, 2015, p. 420.

²¹⁶Idem.

Portanto, com a formulação de identidades duplas algumas características nativas são mantidas, enquanto outras sofrem interrupção ou alteração. Desse modo, a possibilidade de se compreender disputas e negociações em contextos internos também estão presentes nos processos de negociação de identidades. Tal aspecto auxilia na compreensão não só das relações entre egípcios e núbios, mas também de egípcios e núbios em seus contextos internos. As negociações podem ser observadas dentro de grupos, a partir da continuidade e descontinuidade de características culturais, sobretudo em contextos plurais²¹⁷ como o Egito e a Núbia, ambos com realidades internas diversas.

Durante o período de reunificação ao fim do Segundo Período Intermediário e início do Reino Novo, o Egito é marcado por conflitos internos, visto que o território é plural, não apresentando apenas uma única identidade egípcia. Em contextos internos também é possível observar estratégias de negociação identitárias, através da disputa de poder, hierarquia, status e visões de mundo, como as punições aos egípcios que apresentavam o sentimento de pertencimento às identidades hicsas, ou ainda com as estratégias de recompensas de uma nova elite militar egípcia (Ver capítulo 3).

Desse modo, a negociação de identidades oferece uma vantagem aos estudos sobre as relações entre Egito e Núbia, oferecendo meios de valorizar o conflito e as tensões entre ambos, ressaltando os papéis nativos núbios. Do mesmo modo, a complexidade das relações culturais e identitárias entre egípcios e núbios pode ser aprofundada com a compreensão de identidades duplas núbias. Outro fator que deve ser ressaltado é que o emaranhamento permite complementar as análises junto da negociação de identidades, essa ferramenta permite que as negociações sejam observadas através da cultura material e das estratégias de adoção, rejeição, adaptação e recontextualização de características culturais. Por fim, a negociação de identidades lança meios para que as complexidades internas egípcias e núbias sejam aprofundadas, visto que as negociações internas podem ser analisadas simultaneamente com as negociações externas, revelando outras faces das interações e conflitos entre egípcios e núbios durante o período de expansão egípcia, não dependendo de noções como “egipcianização”.

²¹⁷JONKER, LOUIS. Engaging with Different Contexts A Survey of the Various Levels of Identity Negotiation in Chronicles. In: JONKER, Louis (ed). *Texts, Contexts and Readings in Postexilic Literature*. Mohr Siebeck: Tübingen, 2011, p.81.

CAPÍTULO 2: NEGOCIAR PARA SOBREVIVER - A ELITE NÚBIA DE TEH-KHET

Durante a XVIII dinastia egípcia (1550-1295 a.C.) a dominação na Núbia foi mais extensa e intensa do que nos períodos anteriores. A dominação se mostra em um discurso legitimador que se baseia no ponto de vista egípcio sobre si, e que se projeta sobre o outro. Esse discurso se prolongou durante todo o período de expansão e de institucionalização da administração e poder egípcio na Núbia.

Estelas erigidas na Baixa Núbia no decorrer da expansão indicam a atitude comum egípcia de alegar sua capacidade de vencer rebeldes ao sul do Egito.²¹⁸ Em inscrições como essas, os núbios são representados como inimigos ou até mesmo como malditos. No entanto, além de tais características, uma análise, que se restrinja apenas a uma possível ideologia ou legitimação é insuficiente. Logo, observar documentação através do emaranhamento e negociação de identidades revela contextos mais complexos de convivência e interação entre Egito e Baixa Núbia.

No contexto de interações durante os primórdios da XVIII dinastia egípcia, a disseminação da burocracia egípcia na Baixa Núbia incluiu um projeto de incorporação das lideranças nativas núbias, normalmente definido como egipcianização. Esse processo era usualmente defendido como passivo (ver Capítulo 1),²¹⁹ ignorando os mecanismos de formação e negociação de identidades entre sociedades diferentes. Portanto, o objetivo do capítulo é mostrar como as relações entre egípcios e a elite nativa da Baixa Núbia, tendo como foco a elite núbia de Teh-Khet, na segunda catarata do Nilo, configuram um processo de negociação identitária. Tal negociação teria sido possível a partir dos contatos prévios existentes entre egípcios e núbios.

O histórico de contatos entre o Egito faraônico e grupos núbios data do Reino Antigo. A natureza dos contatos foi debatida por autores como William Adams,²²⁰ que defende três grandes fases de relacionamento entre os egípcios e núbios. A primeira fase seria a de reconhecimento econômico durante o Reino Antigo, ela seria seguida por um período de

²¹⁸SPALINGER, Anthony. *War in Ancient Egypt: The New Kingdom*. Malden:Blackwell Publishing, 2005. p.59.

²¹⁹Até meados do século XX, a historiografia influenciada pelo preconceito étnico-racial e pela pseudo-ciência. Como resultado, as produções defendiam a incapacidade da cultura negra de contribuir para com a humanidade, além de ser inferior.(FRIZZO, 2015: 82; VAN PELT, 2013: 524) Em trabalhos de autores como Breasted (1933) e D.M. Dixon (1964), se defende, também, a “não africanidade” egípcia e a difusão de sua cultura e a total e passiva egipcianização da Núbia, respectivamente.

²²⁰ADAMS, William. The first Colonial Empire: Egypt in Nubia, 3200-1200 BC. *Comparative Studies in Society and History*, 26:1, 1984, p.36-71.

relações comerciais e monopólio egípcio na Núbia no Reino Médio e, por fim, o período de colonização da Núbia durante o Reino Novo.²²¹

A categorização periódica da História do Egito é genérica, pois ao caracterizar fases separadas acaba por engessar a história e relações entre o Egito e a Núbia em blocos. As divisões em blocos estavam inseridas em um esforço de construir o Egito, como parte de uma história de progresso que, com avançar no tempo, se aproximava da “civilização”. Essa formulação foi forjada desde o século XVIII, com os impérios europeus e sua tentativa de classificação do mundo, no qual o Egito ao ser “etiquetado”, como diz Thais Rocha, perderia potencial de investigação histórica, pois limitaria os estudos sobre o Egito. Ou seja, a história da antiguidade egípcia só teria lugar se fosse escrita dentro da história do ocidente, sem a possibilidade de outras interpretações.²²²

Para o melhor entendimento das trocas ocorridas no Reino Novo entre egípcios e os povos da Baixa Núbia, é necessário o esforço de conexão entre o Reino Médio e o Reino Novo.²²³ As circunstâncias dos encontros e do relacionamento dos egípcios com o grupo-C e a emergente cultura de Kerma, possibilitaram a negociação e adaptação das elites núbias com o domínio e controle egípcio durante a XVIII dinastia.

Desse modo, a compreensão de um processo de negociação de identidades de líderes núbios contribuirá para um entendimento mais complexo das representações egípcias de nativos núbios. Assim como, o estudo da expansão egípcia e suas formas de enraizamento de controle sobre a Baixa Núbia fornecem bases para o entendimento de negociações dos nativos de Teh-Khet, através da construção do “eu” egípcio em oposição ao “outro” núbio. A análise visa, assim, contribuir para a compreensão de um relacionamento e trocas mais complexas sobre egípcios e núbios, através da construção e adaptação das identidades.

2.1. Contextualizando Egito e Núbia no Reino Médio

Durante o Reino Médio (2055 – 1650 a.C.), os egípcios estenderam seu poder e domínio até a segunda catarata na Baixa Núbia.²²⁴ Nesse período, a Baixa Núbia era habitada pelo Grupo-C, também chamado de *nehesyw*. Grupo-C é o nome dado aos povos que

²²¹Idem, p. 37.

²²²SILVA, Thaís Rocha da. *Construtos de gênero no Egito Ptolomaico: uma proposta de leitura das cartas gregas e demóticas*. São Paulo, 2013. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em estudos judaicos e arabes, Universidade de São Paulo, p.73-74.

²²³MORRIS, Ellen. Transculturation, Collaboration, Colonization (c.1773-1295). In: *Ancient Egyptian Imperialism*. Hoboken: Wiley, 2018, p.89.

²²⁴SMITH, Stuart Tyson. *Wretched Kush: Ethnic Identities and Boundaries in Egypt's Nubian Empire*. New York: Routledge, 2003, p.56-57.

habitaram a região entre a primeira e segunda catarata do Nilo.²²⁵ A primeira referência que se tem do Grupo-C é de por volta de 2300 a.C.,²²⁶ e sua população não era homogênea e centralizada, se espalhando pela região das duas cataratas onde habitavam. Apesar de serem povos descentralizados, as semelhanças entre as culturas materiais eram maiores do que as diferenças, logo, foram classificadas sob o nome Grupo-C.²²⁷

Já na Alta Núbia, se encontrava a emergente cultura de Kerma, uma das principais preocupações egípcias ao sul, devido ao seu desenvolvimento e expansão. As populações dessa cultura se estendiam da segunda até a quarta catarata, mas, como argumenta Smith, o centro de Kerma estaria entre a terceira e quarta catarata.²²⁸ As sociedades da Baixa e Alta Núbia se fortaleceram durante o Primeiro Período Intermediário (2160 – 2055 a.C.),²²⁹ e mantiveram contatos com o Egito que se intensificaram com a relação durante o Reino Médio.

²²⁵Idem, p.75.

²²⁶Antes desse período, a região da primeira catarata na Baixa Núbia era habitada pelos povos do Grupo -A (3100 – 2800 a.c.)(EDWARDS, 2004:70; TÖRÖK. 2009:34). O desaparecimento desse grupo se associou ao avanço do recém unificado Estado egípcio e, segundo Frizzo, a população remanescente se uniu a povos imigrantes vindos do sul que compunham o Grupo-C (FRIZZO, 2016, p.155). Pouco se sabe do período entre o desaparecimento do Grupo-A e o surgimento do Grupo-C, chegou a ser defendida a existência de um Grupo-B. No entanto, os achados arqueológicos que tinham sido associados ao Grupo-B, após análises, foram corrigidos como cultura material do Grupo-A (ADAM, 1981, p. 224; EDWARDS, 2004, p. 70; TÖRÖK. 2009, p. 34).

²²⁷ADAM, Shehata. A Importância da Núbia: um elo entre a África central e o Mediterrâneo. In: MOKHTAR, Gamal(ed). *História Geral da África vol.2*. São Paulo: Cortez Editora, 2011, p. 227-228.

²²⁸Idem, p.228.

²²⁹TÖRÖK, László. *Between Two Worlds*. Leiden: Brill, 2009, p.119-156.

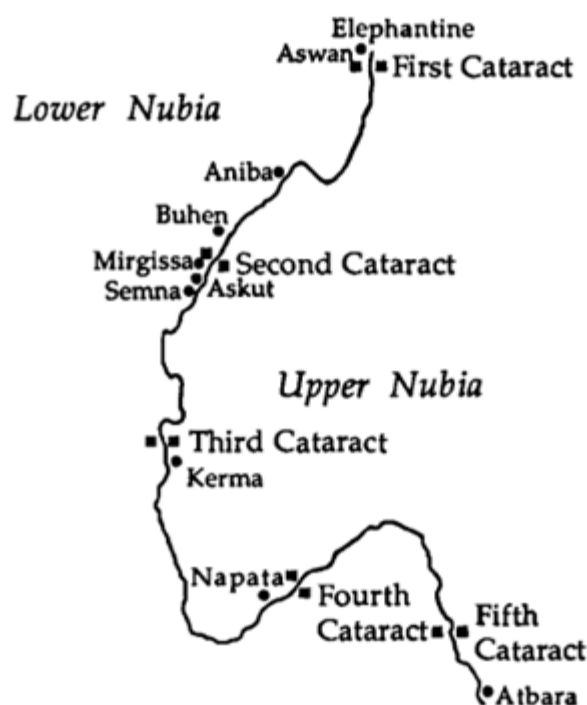


Figura 1: Mapa da Baixa e Alta Núbia. (SMITH, 1991:78)

Com a XII Dinastia (1985-1773 a.C.), o Egito adotou política de construção de fortalezas na Baixa Núbia. A lógica das fortalezas possibilitou que fossem mantidos pontos estratégicos de influência egípcia na Núbia, e que se estenderam até a divisa com a Alta Núbia.

A edificação de fortalezas estava vinculada aos objetivos de defender o Egito de ataques vindos do sul, controlar o acesso de núbios no território egípcio, administrar a exploração de recursos naturais das regiões ao sul do Egito, supervisionar as trocas entre egípcios e as populações núbias (especialmente Kerma no momento), administrar as guarnições das tropas e oficiais egípcios em cada fortaleza e, também, controlar as populações núbias nos arredores.²³⁰

As fortalezas substituíram as estruturas políticas nativas, pois eram administradas por uma burocracia egípcia, na qual se encontram centros da administração entre as próprias fortalezas. Uronarti, por exemplo, é indicado nos despachos de Semna como um centro administrativo das tropas egípcias, na região entre as fortalezas de Uronarti e Semna.²³¹ Os

²³⁰C.f. VIEIRA, 2017, p.67-68; FLAMINI, 2008, p.54; FRIZZO, 2016, p.137; TÖRÖK, 2009, p.85.

²³¹BESTOCK, Laurel; KNOBLAUCH, Christian. Evolving Communities: The Egyptian Fortress on Uronarti in the Late Middle Kingdom. *Sudan&Nubia*, n. 21, 2017, p.57.

despachos de Semna configuram a única documentação do final do Reino Médio que ajuda a entender o controle egípcio sobre as fortalezas construídas.²³² A partir dessa documentação, Kate Liszka e Bryan Kraemer argumentam que o controle das fortalezas partia de Tebas, uma vez que os despachos apresentam selos que relacionam a documentação com o vizir.²³³

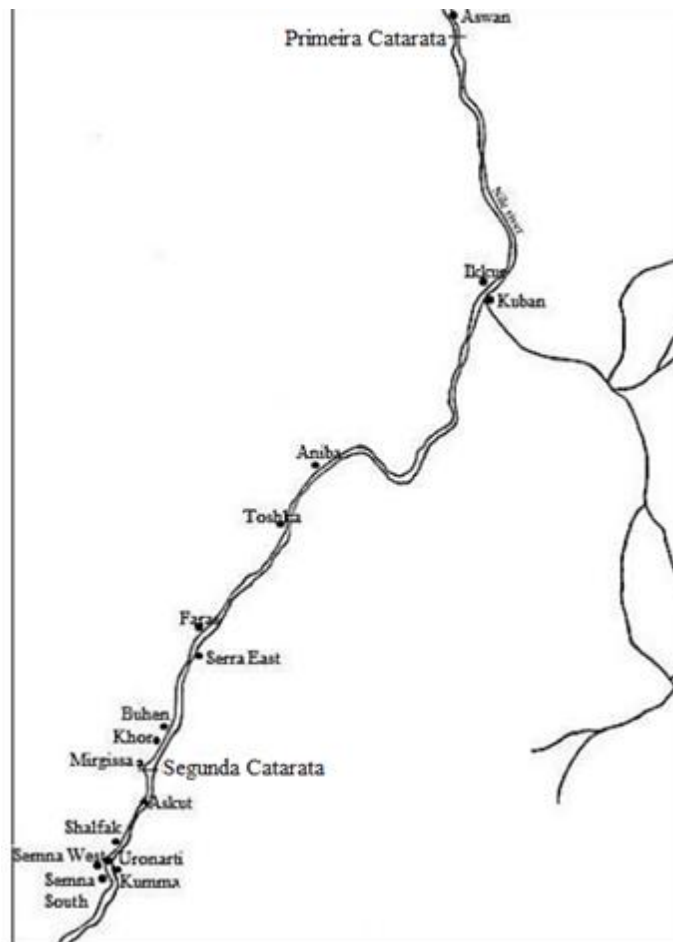


Figura 2: Mapa das fortalezas egípcias na Baixa Núbia. Adaptação do mapa presente em FERREIRA, 2019:36.

O controle das fortalezas pelos egípcios se direcionava à supervisão e, caso necessário, a impedir os avanços do, então em ascensão, Reino de Kerma, pois este era visto como uma ameaça para o Egito.²³⁴ No entanto, é importante destacar que os fortes egípcios eram centros de grande troca e contato cultural entre egípcios e núbios, visto que eram um espaço de convivência entre os egípcios que por ali passavam e as sociedades núbias

²³²KRAEMER, Bryan; LISZKA, Kate. Evidence for administration of the Nubian Fortresses in the Late Middle Kingdom: P. Ramesseum 18. *Journal of Egyptian History*, 9 (2016), p. 151-208.

²³³Idem, p.182.

²³⁴SMITH, Stuart. *Wretched Kush: Ethnic Identities and Boundaries in Egypt's Nubian Empire*. London: Routledge, 2003, p.75.

assentadas na região.²³⁵ O desenvolvimento desse sistema de trocas permitiu que as elites de Kerma usufruíssem do prestígio desse fluxo de poder egípcio. Tal fluxo de poder auxiliou, por exemplo, a manutenção dos poderes dos líderes nativos.²³⁶

A administração das fortificações é de interesse, pois ela se altera em fins da XII Dinastia. Em um primeiro momento, sabe-se que as fortalezas eram administradas por um corpo de oficiais em um esquema rotativo, ou seja, os militares permaneciam nos fortes por um período determinado. Após o tempo de serviço, os oficiais seriam enviados de volta à administração central.²³⁷ No entanto, em meados da XIII Dinastia (1773-1650 a.C.), a administração deixa de se basear em um sistema rotativo de oficiais, e passa a se estruturar sobre um assentamento permanente de egípcios nas fortificações.²³⁸

A mudança para um assentamento permanente é evidenciada a partir de cemitérios egípcios nas proximidades das fortalezas e que datam desse período.²³⁹ Os enterramentos incluíam não apenas adultos, mas crianças também, o que sugere a presença de uma comunidade egípcia assentada, como por exemplo na fortaleza de Uronarti.²⁴⁰ Com o assentamento egípcio, as relações entre núbios e egípcios se tornaram ainda mais intensas.²⁴¹ Morris acredita que essa mudança administrativa nos fortes permitiu que os imigrantes egípcios, mais independentes das guarnições egípcias, fossem mais abertos e estabelecessem interações culturais mais profundas com os nativos núbios.²⁴²

Embora os aspectos econômicos não sejam o foco desta análise, sua importância deve ser ressaltada, pois as necessidades econômicas, como o acesso ao Nilo para o escoamento de produtos e a realização de trocas com o coração africano, influenciaram o estabelecimento de

²³⁵BOURRIAU, Janine. Relations Between Egypt and Kerma During the Middle and New Kingdoms. In: DAVIES, W. V. *Egypt and Africa: Nubia from Prehistory to Islam*. London: British Museum Press, 1991, p. 130.

²³⁶SMITH, Stuart. *Wretched Kush: Ethnic Identities and Boundaries in Egypt's Nubian Empire*. New York: Routledge, 2003, p.95.

²³⁷KRAEMER, Bryan; LISZKA, Kate. Evidence for administration of the Nubian Fortresses in the Late Middle Kingdom: the Semna Dispatches. *Journal of Egyptian History*, 9 (2016), p.57.

²³⁸C.f. BESTOCK, KNOBLAUCH, 2017, p.57; FLAMINI, 2008, p. 60; FRIZZO, 2016, p. 161; MORRIS, 2018, p.52.

²³⁹NASER, Claudia. Structures and realities of the Egyptian presence in Lower Nubia from the Middle Kingdom to the New Kingdom: the Egyptian cemetery S/SA at Aniba. In: SPENCER, Neal; STEVENS, Anna; BINDER, Michaela (Eds). *Nubia in the New Kingdom: Lived Experience, Pharaonic Control and Indigenous Traditions*. Leuven: Peeters, 2017, p. 558.

²⁴⁰BESTOCK, Laurel; KNOBLAUCH, Christian. Evolving Communities: The Egyptian Fortress on Uronarti in the Late Middle Kingdom. *Sudan & Nubia*, n. 21, 2017, p.57.

²⁴¹EDWARDS, David N. *The Nubian Past*. London: Routledge, 2004, p.93-94

²⁴²MORRIS, Ellen. Transculturation, Collaboration, Colonization (c.1773-1295). In: *Ancient Egyptian Imperialism*. Hoboken: Wiley, 2018, p.92-95.

egípcios das fortificações construídas.²⁴³ As construções formaram uma espécie de rede que conectava o Egito, não só com as populações núbias, mas também com o coração africano. Outro aspecto importante que deve ser ressaltado é a mudança de administração das fortalezas ao final do Reino Médio, muitas vezes associada ao declínio do período.

O declínio do Reino Médio teria tornado insustentável a manutenção do sistema rotativo de tropas e, também, o envio constante de guarnições para as fortalezas construídas na Baixa Núbia (Figura 2).²⁴⁴ Desse modo, o assentamento de tropas teria possibilitado certa autonomia dos egípcios estabelecidos na Núbia, uma vez que teriam acesso a uma porção de terra e a desenvolver agricultura local.²⁴⁵ Aspectos como esse, embora tardios na história do Reino Médio, são essenciais para entender as relações e controle dos egípcios na Núbia, já que indicam o estabelecimento de interações mais profundas e de maior compreensão entre ambos, além da presença constante dos egípcios na Baixa Núbia.

Com o fim do Reino Médio, alguns imigrantes egípcios permaneceram na Núbia. A permanência de comunidades egípcias em algumas fortalezas pode ser atestada, por exemplo, a partir de dois dados arqueológicos: 1) foram encontradas em um cemitério (S/SA) próximo à fortaleza de Aniba, estruturas e cerâmicas, que datam do Segundo Período Intermediário e de fins do Reino Médio. Segundo Naser, isso sugere a presença constante de egípcios na região antes do Reino Novo.²⁴⁶ E 2) na fortaleza de Buhen foi encontrada uma estela erigida por um comandante egípcio afirmando o comando de seu soberano, o governante de Kush. A estela teria sido erigida após o enfraquecimento do Egito.

Durante o Reino Médio, a fortaleza de Aniba - chamada de Miam pelos egípcios - era um centro administrativo egípcio. Perto da fortaleza, se tem conhecimento de um cemitério do Grupo C já durante o período de dominação egípcia. No entanto, o cemitério egípcio localizado nos arredores da fortaleza data apenas de fins do Reino Médio. O cemitério S/SA contém, segundo Naser, cerca de 157 tumbas e a partir de análises de cerâmicas e das estruturas encontradas, estima-se que cerca de 45% das tumbas sejam de fins do Reino Médio

²⁴³Ver: Flamini, 2008; Morris, 2018; Smith, 2003.

²⁴⁴Idem.

²⁴⁵MORRIS, Ellen. Transculturation, Collaboration, Colonization (c.1773-1295). In: *Ancient Egyptian Imperialism*. Hoboken: Wiley, 2018, p.92.

²⁴⁶NASER, Claudia. Structures and realities of the Egyptian presence in Lower Nubia from the Middle Kingdom to the New Kingdom: the Egyptian cemetery S/SA at Aniba. In: SPENCER, Neal; STEVENS, Anna; BINDER, Michaela (Eds). *Nubia in the New Kingdom: Lived Experience, Pharaonic Control and Indigenous Traditions*. Leuven: Peeters, 2017, p. 558.

e do Segundo Período Intermediário.²⁴⁷ Baseado nessa informação, concordo com o argumento a favor da continuidade de famílias egípcias assentadas na Núbia, mesmo após o fim do controle faraônico da região.

O sistema de fortalezas do Reino Médio permitiu não apenas a organização e controle egípcio das regiões núbias, como Uronarti, Semna e Buhen, como também criou uma rede de interações e trocas. Essa rede de interações intensificou as influências culturais entre egípcios e núbios e permitiu o acesso egípcio ao coração africano. Com a impossibilidade da manutenção da administração egípcia nesses postos espalhados pelo corredor núbio, tropas egípcias ganharam caráter permanente nas regiões. Durante o Segundo Período Intermediário, mesmo com o avanço do Reino de Kerma, evidências das fortalezas apontam para permanências egípcias, sendo essenciais para a compreensão das trocas culturais, negociações de identidades e para a futura estrutura administrativa egípcia do Reino Novo.

2.1.1. Permanências egípcias nas fortalezas

Em Buhen, nas proximidades da fortaleza, foram encontradas evidências de uma família egípcia que permaneceu na região. A família em questão erigiu estelas que marcam o contexto político e enunciam trocas culturais. As estelas datam de fins do Reino Médio até o Segundo Período Intermediário, e duas inscrições, pertencentes a dois integrantes de diferentes gerações da família egípcia, possibilitam melhor compreensão das dinâmicas entre os egípcios assentados na Núbia e o ascendente poder de Kerma. Um integrante dessa família foi Sobekemhab II, um sacerdote egípcio assentado em Buhen o que, segundo Török, deve ter acontecido ainda durante o controle egípcio do norte núbio.²⁴⁸ O sacerdote egípcio exalta Sesóstris III (1870-1831 a.C.), divinizado como senhor de Buhen e do Alto e Baixo Egito.

O deus perfeito, Senhor das duas terras, Senhor do ritual, Rei do Alto e Baixo Egito, Kha-kau-Re, Filho de Rá, Sesóstris III, dado a vida, amado de Hórus, Senhor de Buhen. O nobre Sobekemhab diz: “Eu fiz a casa kA para meu deus Hórus. Eu dei a vós um Hst-vaso”. Vosso filho: Ka. Vossa filha: Ta-ibsheki. O sacerdote do perfeito deus Sesóstris [...]. (TÖRÖK, 2009:106)

No trecho acima, a menção de Sesóstris III divinizado, não só apenas como senhor de Buhen e do Egito, é significativo. O caráter divino desse antigo faraó em regiões núbias, ainda durante o Segundo Período Intermediário, pode ser relacionado diretamente com a proximidade e intenso contato com egípcios.²⁴⁹ Sesóstris III durante seu reinado expandiu as

²⁴⁷Idem.


²⁴⁸TÖRÖK, László. *Between Two Worlds*. Leiden: Brill, 2009, p.107.

²⁴⁹K. El-Enany. Le “dieu” nubien Sésostri III. *BIFAO* 104 (2004)p.213.

fronteiras egípcias até a região de Uronarti, abaixo da segunda catarata, e com as intensas trocas culturais através das fortalezas, estelas e hinos,²⁵⁰ que enaltecem o faraó, passaram a ser erigidos. Ao longo deste processo, Sesóstris é associado a divindades, como Dedwen (divindade núbia) em Semna e Khnum em Kumma,²⁵¹ e, em templos locais, estátuas de Osíris e de Sesóstris III foram colocadas,²⁵² o que ilustra a intensa troca cultural entre egípcios e núbios.

A presença de cultos ao faraó na Núbia está localizada em regiões em que fortalezas foram construídas, ou seja, em regiões de intensa troca cultural, visto que tropas egípcias se assentaram em suas proximidades com o fim do Reino Médio. Inscrições que ilustram os cultos a Sesóstris III podem ser encontradas, além de Buhen, em Semna e Uronarti,²⁵³ por exemplo.

Outro aspecto importante a ser ressaltado da fonte é que na inscrição da estela de Buhen, Sobekemhab II não afirma lealdade ou submissão ao governante de Kerma. Na passagem: “*O deus perfeito, Senhor das duas terras, Senhor do ritual, Rei do Alto e Baixo Egito, Kha-kau-Re, Filho de Rá, Sesóstris III, dado a vida, amado de Hórus, Senhor de Buhen (...)*”, as figuras exaltadas e reconhecidas como soberanos são egípcias. O valor dado às figuras egípcias ilustra que, apesar desse egípcio ter permanecido na Núbia, ele ainda reconhece um líder, ou, no mínimo, figuras egípcias, como governantes da região.

A inscrição também revela a geração futura do sacerdote egípcio. Sobekemhab apresenta seu filho, Ka, cujo nome é conhecido de outra estela, encontrada também em Buhen. Os nomes dos filhos do sacerdote e a presença dessa família ainda nos arredores da fortaleza, mesmo após a queda do Reino Médio, reforçam o argumento do assentamento e continuidade de egípcios na Núbia. A permanência de indivíduos egípcios na região de Buhen mantém os intensos contatos e trocas com os núbios da região. Na estela de Ka, o egípcio se identifica por *sr* () , o que o indica como um oficial.²⁵⁴ No documento, Ka se refere diretamente sobre Kush:²⁵⁵

²⁵⁰Hino de louvor a Sesóstris III (SIMPSON, 2003, p. 301).

²⁵¹K. El-Enany. Le “dieu” nubien Sésostri III. *BIFAO* 104 (2004)p.213.

²⁵²OBSOMER, Claude. Sésostri III et la frontière de Semna: une analyse des stèles nubiennes de l’an 16. *Babelao* 6 (2017), p.20.

²⁵³Idem.

²⁵⁴C.f. TÖRÖK, 2009, p. 107; MORRIS, 2018, p.100.

²⁵⁵O termo Kush durante o Reino Médio (2055 - 1650 a.C.) era usado para se referir ao Reino de Kerma. Desde o Reino Antigo (2686 – 2160 a.C.), variados termos são usados para se referir a regiões núbias, como por

[O oficial Ka] disse: “Eu era o corajoso servo do senhor (*HqA*) de Kush. Eu lavei meus pés nas águas de Kush seguindo o governante Nedjeh. Eu retornei seguro (e) minha família (também)”. (TÖRÖK, 2009:104; MORRIS, 2018:100.)

Diferentemente de seu pai, Ka, reconhece explicitamente o poder do governante de Kush. A diferença de atitude retratada nas inscrições sugere negociação de poder ou uma aliança sendo forjada. Enquanto Sobekemhab exaltava Sesóstris como senhor da Núbia e do Egito, seu filho Ka apresenta mudança, se alinhando a Kush. A diferença de uma geração para outra indica que seria mais vantajoso para sua família reconhecer o domínio de Kerma. O Reino de Kerma estava em ascensão²⁵⁶ e, como aponta Bourriau, o poder egípcio na Baixa Núbia já no final do Reino Médio estava enfraquecido, ambos fatores políticos na região apontam para uma adaptação e negociação necessária de alianças da família de Ka com o poder local de Kerma.²⁵⁷

A partir da documentação disponível,²⁵⁸ tem-se conhecimento de cinco gerações da família de Sobekemhab II e Ka. Dentre os familiares, o irmão de Ka, Sopedhor, atestado em uma estela encontrada na fortaleza de Buhen, afirma sua lealdade ao governante Kush. A inscrição de Sopedhor reforça o argumento a favor do alinhamento com a crescente presença e poder de Kerma na Baixa Núbia.

Eu era o comandante valente de Buhen, e nunca nenhum comandante fez o que eu fiz; eu construí o templo de Hórus, Senhor de Buhen, para a satisfação do governante de Kush. (TÖRÖK, 2009: 106; MORRIS, 2018: 100.)

Na inscrição, além da clara aliança de Sopedhor com o líder núbio, outro aspecto deve ser ressaltado, a importância dada a *Hórus, Senhor de Buhen*. O deus Hórus, proeminente no panteão do Alto e Baixo Egito, é aqui apresentado como Senhor de Buhen, tal nomenclatura está associada às variações que o deus passa a ter com o desenvolvimento das sociedades egípcias.²⁵⁹

exemplo o termo Mil era usado para se referir à área perto de Kurgus, entre a quarta e quinta catarata do Nilo. (SPENCER; STEVENS; BINDER 2017, p. 15)

²⁵⁶C.f. BOURRIAU, 1991, p. 130; EDWARDS, 2004, p. 94-95.

²⁵⁷BOURRIAU, Janine. Relations between Egypt and Kerma during the Middle and New Kingdoms. In: DAVIES, W. V. (ed). *Egypt na Africa: Nubia from Prehistory to Islam*. London: British Museum Press, 1991, p. 135.

²⁵⁸TÖRÖK, László. *Between Two Worlds*. Leiden: Brill, 2009, p.106.

²⁵⁹KEMP, Barry. *Ancient Egypt: Anatomy of a Civilization*. New York: Routledge, 2018, p.80.

A figura de Hórus estava associada com a realeza egípcia, uma vez que na Paleta de Narmer, onde está representado o marco fundador da história egípcia, a unificação do Alto e Baixo Egito, Hórus já se mostra como protetor do faraó. Tal concepção ilustra caráter de importância universal para toda a região egípcia, pois essa divindade era importante tanto no Alto como no Baixo Egito, apesar de que sua origem seria mais ao norte, logo Baixo Egito.²⁶⁰ As variações de Hórus se alteravam de região para região, o que afirma o caráter plural e heterogêneo interno do Egito, um argumento contra concepções de um Egito eterno que prejudica estudos e compreensões não apenas das realidades internas egípcias (Ver capítulo 1), como também sobre as relações entre egípcios e outros povos, como os hicsos e núbios.

As variadas associações da divindade Hórus também o tornavam uma divindade local, o que aponta para redes de significados que se desdobram, a partir da imagem inicial de Hórus.²⁶¹ Ou seja, as variações se ramificam para uma esfera local, não apenas universal, mas que passam a ganhar outros significados e representações, como o caráter de Hórus como um deus vingador e depois como vitorioso. A rede de significados teria permitido que Hórus fosse associado a outros contextos em diferentes regiões.

Assim, Hórus ganha formas locais em regiões estrangeiras, mas com intenso contato com o Egito, como por exemplo em Buhen.²⁶² Tal caráter de associação e a criação de novos significados da divindade apontam para a apropriação e ressignificação do deus a partir de pontos de vistas núbios. Portanto, o epíteto “Hórus, *Senhor de Buhen*”, em especial no Reino Novo, como afirma Yellin, está relacionado com um entendimento nativo da Baixa Núbia do deus, e não egípcio.²⁶³

A inscrição de Sopedhor, então, ilustra relações culturais e políticas complexas entre egípcios assentados e Kerma. A mudança de alianças políticas sugere uma negociação de comportamentos e identidades, a partir do momento em que se começa a diferenciar símbolos da cultura egípcia para a cultura núbia. Outro fator que apresenta o caráter de negociação ou de ressignificação de símbolos identitários, são a apropriação e recontextualização de Hórus que passa a ser identificado como uma divindade núbia, apesar de ter suas raízes e aparência egípcias.

²⁶⁰Idem, p.67.

²⁶¹Idem, p.80.

²⁶²C.f. KEMP, 2018, p. 80; REDFORD, 2001, p. 122.

²⁶³YELLIN, Janice. Nubian Religion. In: D' AURIA, Sue; FISHER, Marjorie M.; IKRAM, Salima; LACOVARA, Peter (ed). *Ancient Nubia African Kingdoms on the Nile*. American University in Cairo Press, 2012, p. 126.

As estelas erigidas pelas diferentes gerações da família de Ka também ilustram a expansão de Kerma em direção ao Egito. O poder de Kerma tinha como centro a região mais ao sul da Núbia, mas durante o Segundo Período Intermediário passa a se mover em direção ao Alto Egito, às comunidades do Grupo C, na Baixa Núbia, e a outros povos da região como arqueiros mercenários e, inclusive, oficiais egípcios que se mantiveram nas fortalezas egípcias.²⁶⁴

Dessa forma, a permanência de egípcios assentados na Núbia, mesmo após a perda de domínio egípcio na região, reflete a negociação de poder entre egípcios e Kerma. Assim, a aliança forjada entre egípcios e Kerma se relacionava com a experiência egípcia de administrar as fortalezas da Baixa Núbia e com as conexões que os egípcios poderiam possibilitar ao Egito.²⁶⁵ A administração e conexões egípcias das fortalezas facilitariam a continuidade de trocas e a permanência do controle das áreas ao redor das fortalezas nas mãos das famílias expatriadas, sendo vantajosa sua negociação.

Uma outra estela encontrada em Buhen, a estela Buhen 691 (Figura 3), foi atribuída como pertencente ao Segundo Período Intermediário (1650-1550 a.C.). O período em questão faz com que a estela se destaque devido aos assentamentos egípcios em Buhen no período. A estela foi encontrada em 1959 e mede 26 x 29, 5 cm, sendo seu formato e tamanho considerado peculiar, embora não sem precedentes nas tradições culturais egípcias.²⁶⁶ Nela se vê um homem vestindo um saiote egípcio, uma coroa e segurando um cetro e arco e flechas. A estrutura e aparência da estela apontavam para o poder egípcio, ao ser associada a esse sistema cultural e político.²⁶⁷ Essa relação com o poder é vista através da possibilidade de documentos serem associados a certos sistemas políticos, através de sua localização ou forma, pois estão de acordo com símbolos e estilos específicos de um sistema. No caso da estela de Buhen, suas características físicas estão de acordo com o sistema egípcio. László Török, a partir dessas características da estela, aponta a impossibilidade da execução do documento com tradições egípcias sem a participação ativa egípcios na região de Buhen.²⁶⁸

²⁶⁴VIEIRA, Fábio. Os filhos da Núbia: Cultura e deslocamentos na África antiga sob a XVIII dinastia egípcia (1550-1307 a.C.). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017, p.76.

²⁶⁵C.f. MORRIS, 2018, p. 101; TÖRÖK, 2009, p. 107-108.

²⁶⁶Ver: KNOBLAUCH, Christian. The Ruler of Kush (Kerma) at Buhen during the Second Intermediate Period: A Reinterpretation of Buhen Stela 691 and Related Objects. In: KNOBLAUCH, C.; GILL, J.C. (eds.). *Egyptology in Australia and New Zealand 2009, Proceedings of the Conference held in Melbourne, September 4th-6th*. Oxford: Archaeopress, 2012, p. 89–93.

²⁶⁷BOWMAN, Alan K.; WOOLF, Greg (Ed). *Literacy and Power in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p.8-9.

²⁶⁸TÖRÖK, László. *Between Two Worlds*. Leiden: Brill, 2009, p.108.

Apontamentos como o de Török fazem parte do debate na egiptologia²⁶⁹ referente a identidade do homem representado, se esse indivíduo seria um governante de Kerma ou o rei egípcio. Independente do homem ser núbio ou egípcio, a estela pode ser examinada através da lógica do emaranhamento e da negociação de identidades. Se o governante ilustrado for o governante Kerma, o documento apresenta características egípcias recontextualizadas em um contexto de disputa de poder núbio, pois a Baixa Núbia no Segundo Período Intermediário foi controlada por Kerma. Partindo da compreensão de que a estela foi confeccionada por egípcios e representa o líder de Kerma, elementos egípcios são recontextualizados criativamente de forma que se observa o equilíbrio de identidades núbias e egípcias. Como visto anteriormente (ver capítulo 1), tal equilíbrio consiste em uma negociação de poder entre os egípcios remanescentes e o reconhecimento do domínio de Kerma.

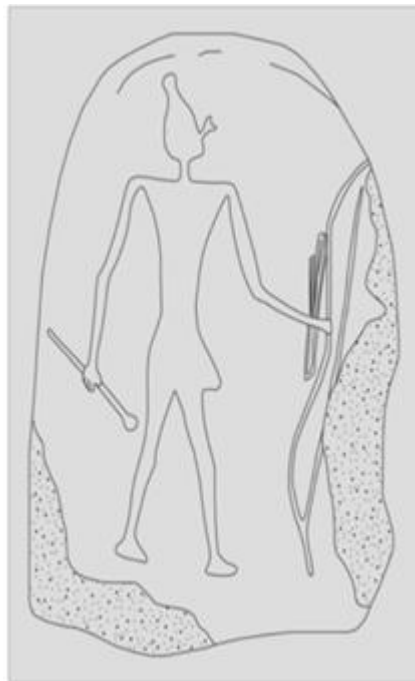


Figura 3: Representação da Estela Buhen 691. (MORRIS, 2018:99)

Portanto, a estela pode ser examinada como pertencente a um contexto de conflitos de busca e reconhecimento de poder entre Kerma e as famílias egípcias expatriadas. Na estela, um símbolo, ícone da esfera de poder egípcia, é a coroa branca associada ao governante do Alto Egito. As coroas representam a adoção do papel divino de seu portador,²⁷⁰ por causa da

²⁶⁹Ver: Knoblauch, 2012; Morris, 2018; Török, 2009; Williams, 1991.

²⁷⁰GOEBS, Katja. "Crowns, Egypt". In: In: BAGNALL, R. S.; BRODERSEN, C. B. Champion, ERSKINE, A.; HUEBNER, S. R. (eds). *The Encyclopedia of Ancient History*. London: Blackwell Publishing, 2013, p. 1847.

sua importância simbólica, deuses e reis nunca eram representados sem uma coroa.²⁷¹ A coroa refletia a realeza e simbolizava o poder político sobre o território, podendo ser entendida como a personificação da noção de poder do Estado egípcio.²⁷² O formato da estela, como já mencionado, também estava de acordo com os padrões do Segundo Período Intermediário,²⁷³ sendo outro elemento característico de uma tradição egípcia. Desse modo, a estela dialogava com os ideais egípcios de poder. Assim, o homem representado, ao vestir a coroa e segurar o cetro reivindica o domínio da região.

Somado a isso, a figura do homem na estela de Buhen segura um arco e flechas na mão. O arco e as flechas estavam associados com as identidades núbias, por exemplo a Núbia era chamada de *Ta-Seti* que significa “Terra do Arco”.²⁷⁴ Outro aspecto importante é a falta de inscrições da estela que pode indicar a influência de diferentes tradições culturais, uma vez que a tradição egípcia fazia uso dos hieróglifos.²⁷⁵

Desse modo, se a figura representar o líder de Kush, mas for uma estela egípcia, a interpretação levantada aqui é a de que a estela seria uma forma de oficiais egípcios transitarem entre duas esferas de poder com as quais faziam parte, a egípcia e a núbia. Nesse sentido, a estela representa um conflito de poder, uma negociação de identidades, pois os egípcios estariam se adaptando a fim de manter sua posição administrativa nas antigas fortalezas egípcias, ao mesmo tempo em que reconheciam o domínio de Kerma sobre a região de Buhen.

No entanto, se o homem representado for o rei egípcio, assim como argumenta Knoblauch,²⁷⁶ a interpretação da função da estela se altera. Knoblauch afirma que o contexto da estela é egípcio e não núbio. Segundo o autor, a função da estela não é clara, assim como seu lugar de origem, e mesmo tendo sido encontrada na fortaleza de Buhen, isso não automaticamente a conecta a uma tradição núbia. Na compreensão do autor, a estela de

²⁷¹ REDFORD, Donald. *The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt, vol. 1*. New York: Oxford University Press, 2001. p. 321.

²⁷² Idem, p.322.

²⁷³ KNOBLAUCH, C. The Ruler of Kush (Kerma) at Buhen during the Second Intermediate Period: A reinterpretation of Buhen Stela 691 and related objects. In: KNOBLAUCH, C.; GILL; J. C. (eds), *Egyptology in Australia and New Zealand 2009. Proceedings of the Conference held in Melbourne, September 4th–6th*. BAR International Series 2355. Oxford: Archaeopress, 2012, p. 85–96.

²⁷⁴ VIEIRA, Fábio. *Os filhos da Núbia: Cultura e deslocamentos na África antiga sob a XVIII dinastia egípcia (1550-1307 a.C.)*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

²⁷⁵ C. f. TÖRÖK, 2009, p. 107; VIEIRA, 2017, p. 76

²⁷⁶ KNOBLAUCH, C. The Ruler of Kush (Kerma) at Buhen during the Second Intermediate Period: A reinterpretation of Buhen Stela 691 and related objects. In: KNOBLAUCH, C.; GILL; J. C. (eds), *Egyptology in Australia and New Zealand 2009. Proceedings of the Conference held in Melbourne, September 4th–6th*. BAR International Series 2355. Oxford: Archaeopress, 2012, p. 85–96.

Buhen 691 pode ser estudada em conjunto com outras estelas da região -Buhen 732 e Gebel Turob 38- catalogadas como do mesmo período. Tal defesa se dá, pois para Knoblauch é possível que tais documentos sejam estelas de fronteira, demarcando o fim do controle egípcio e o início do poder de Kerma. A argumentação do autor é muito bem articulada e feita a partir da comparação das estelas de Buhen com outras estelas de fronteira encontradas em Semna,²⁷⁷ por exemplo.

Mesmo se a figura na estela Buhen 691 for um rei egípcio, como aponta Knoblauch, defendendo que a estela demonstra a tentativa de equilíbrio entre as identidades egípcias e núbias. O próprio Knoblauch argumenta que a falta de inscrições na estela não a insere em um contexto núbio, mas que pode indicar que os egípcios tinham conhecimento que as culturas núbias não utilizavam inscrições. Knoblauch afirma, então, que a falta de inscrições na estela Buhen 691 pode ter sido um esforço em alcançar as populações núbias que viviam na região e fazer com que elas compreendessem que a região de Buhen era a fronteira entre o território egípcio e núbio.²⁷⁸ Desse modo, a interpretação do autor permite a defesa de que os egípcios se adaptaram ou, no mínimo, tiveram o interesse de serem compreendidos pelos povos da Baixa Núbia. Isto é, egípcios tentaram travessar fronteiras identitárias e culturais para se fazerem entender, eles se recontextualizam e negociaram sua posição de poder frente aos núbios.

Portanto, a estela de Buhen está inserida em um contexto de negociação e emaranhamento através de sua recontextualização criativa. O mesmo pode ser afirmado da família de Ka, de egípcios na Núbia. A negociação das alianças políticas da família de Ka é compreendida a partir de um complexo contexto que envolvia tanto a queda do poder egípcio, quanto a ascensão de Kerma. Os contatos e trocas culturais nos entre lugares²⁷⁹ estão, então, ligados com a negociação e constante mutação das identidades e culturas.²⁸⁰ Como as identidades e a própria cultura não são estáticas, elas se alteram e se reformulam, elas possuem a capacidade de se recontextualizar e se adaptar de acordo com o contexto e limitações. O relacionamento entre Núbia e Egito com o fim do Segundo Período Intermediário se altera novamente, o que envolve novas formas de adaptação e negociação de identidades entre egípcios e núbios.

²⁷⁷Idem, p. 92.

²⁷⁸Idem, p. 92-93.

²⁷⁹BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p.77.

²⁸⁰HODOS, Tamar. Local and Global Perspectives in the Study of Social and Cultural Identities. In: HALES, Shelley; HODOS. *Material Culture and Social Identities in the Ancient World*. New York: Cambridge University Press, 2010, p. 21-23.

2.2. A administração egípcia na Núbia do Reino Novo

O domínio de Kerma, durante o Segundo Período Intermediário, como anteriormente afirmado, alcançou a Baixa Núbia. Kerma utilizou as antigas fortalezas e estrutura administrativa egípcias como meios de organização de seu controle. As alianças com famílias de antigos oficiais egípcios, portanto, foram bem utilizadas pelos núbios de Kerma, uma vez que eles tinham o conhecimento das estruturas administrativas relacionadas às fortalezas.

As alianças com egípcios assentados na região não eram as únicas forjadas por Kerma. Larry Ross²⁸¹ afirma que os núbios de Kerma tinham alianças com os asiáticos hicsos antes mesmo do Segundo Período Intermediário. As comunicações e trocas com o Oriente Próximo datam desde o quarto milênio a.C., logo, a comunicação entre núbios e hicsos não seria nova.²⁸²

As comunicações entre núbios e hicsos teriam sido usadas como um dos argumentos impulsionadores do movimento expansionista da XVIII Dinastia egípcia (1550- 1295 a.C.). Movimento este que fez uso das antigas estruturas do Reino Médio, as fortalezas, como base de uma nova administração egípcia na Núbia.

2.2.1. Expansão egípcia e as cidades templárias

O início da expansão egípcia foi marcado por um discurso legitimador que se baseia em um argumento de controle do território egípcio. Desde a XV Dinastia (1650- 1550 a.C.),²⁸³ o Egito estava dividido, de forma que o Norte, na região do Delta estava sob o controle dos hicsos.²⁸⁴ De Abidos até Elefantina, o controle estava sob o poder do governante de Tebas, isto é, um egípcio, e de Aswan até a Alta Núbia, o domínio era de Kerma. Essa divisão é conhecida, também, por um trecho nos textos de Kamés (1555-1550 a.C.), faraó tebano da XVII Dinastia:

Vossa Majestade falou em seu palácio ao seu conselho de oficiais, o seguinte: Para que serve meu poder, enquanto um governante está em Avaris e outro em Kush. Eu sentado junto com um asiático e um núbio, cada um possuindo uma porção do Egito, partilhando a terra comigo. (SIMPSON, 2003: 346)

²⁸¹ROSS, Larry. *Nubia and Egypt: 10.000 BC to 400 AD*. New York: The Edwin Mellen Press, 2013, p.138.

²⁸²Idem.

²⁸³A XVI dinastia (1650-1580) egípcia com governantes tebanos é concomitante com a XV dinastia hicsa. Esse fator também revela a fragmentação do território egípcio no momento. (SHAW, 2000, p. 484)

²⁸⁴SHIRLEY, J. J. Crisis And Restructuring Of The State:From The Second Intermediate Period To The Advent Of The Ramesses. In: MORENO GARCIA, Juan. *Egyptian Administration*. Leiden: Brill, 2013. p.503.

Os textos de Kamés estão na estela de Karnak e são divididos em duas partes. Eles se referem à vitória do faraó Kamés sobre os núbios ao final da XVII Dinastia (1580-1550 a.C.), o que teria inaugurado a XVIII Dinastia (1550- 1295 a.C.) e iniciado o maior movimento expansionista dos egípcios até então. Kamés teria negado a autoridade hicsa e núbia sobre o território egípcio, como pode ser visto na passagem “*Para que serve meu poder, enquanto um governante está em Avaris e outro em Kush*”. Assim, Kamés passou a realizar campanhas, de expulsão no caso dos asiáticos e de dominação no caso dos núbios.

A estela de Karnak ainda cita que os egípcios teriam interceptado uma correspondência dos hicsos para os núbios. Na carta, os asiáticos solicitaram a ajuda dos kushitas contra os egípcios, que estariam ocupados ao norte reprimindo cidades sob a influência hicsa, logo, não seriam capazes de impedir um ataque kushita.

Com a interceptação da correspondência, Kamés teve o pretexto para se dirigir ao sul e assim conquistar a Baixa Núbia. A expansão em direção ao sul aconteceu antes mesmo aquela em direção ao norte,²⁸⁵ e continuou a ser alargada até meados da XVIII Dinastia do Reino Novo, durante o reinado de Tutmés III, com a vitória do faraó contra o Reino de Kerma.²⁸⁶ Vale ainda ressaltar que as campanhas durante a XVIII Dinastia não se restringiram à Núbia, elas foram direcionadas, simultaneamente, ao norte e ao sul. Dessa forma, a expansão se dava em duas frentes, e resultou no maior território estrangeiro jamais conquistado pelo Egito.

A expansão ao sul teria tido anseios econômicos, como o controle do Nilo, logo o acesso a meios de escoamento de produtos como peles de animais, incenso, plumas e marfim, por exemplo.²⁸⁷ A expansão também estava associada ao sentimento de defesa contra as ameaças kushitas do sul, e asiáticas ao norte, na região do Levante. No território ao sul do Egito, as fortalezas são exemplos do temor de invasões pelos kushitas, desde o Reino Médio. Dessa forma, Alberto Costa e Silva afirma, convincentemente, que o interesse na conquista da Núbia não se reduzia apenas a um impulso de exploração econômica, mas estava

²⁸⁵SPALINGER, Anthony J. *War in Ancient Egypt*. Massachusetts: Blackwell Publishing, 2005, p.46.

²⁸⁶BUDKA, Julia. The Egyptian “Re-conquest of Nubia” in the New Kingdom- Some thoughts on the Legitimization of Pharaonic Power in the South. In: F. COPPENS; J. Janak; H. Vymazalova (org). *Royal versus Divine Authority. Acquisition, Legitimization and Renew of Power*. Wiesbaden, 2015, p. 65.

²⁸⁷VIEIRA, Fábio Amorim. Distâncias egípcias, encontros núbios: interações culturais e fronteiras étnicas no Novo Império egípcio. *Plêthos*, vol.4 -1, 2014, p.66.

associado a um contexto mais complexo, que envolvia aspectos políticos e militares, assim como econômicos.²⁸⁸

Na Núbia, primeiro com a conquista até Buhen, na segunda catarata, e posteriormente até a quarta catarata do Nilo, a expansão inaugurou um sistema administrativo até então não aplicado ao território. Uma importante diferença entre a Núbia e a região do Levante em relação a sua administração egípcia, é o modelo de estruturas adotadas. Embora tenha havido um esforço de simetria na extensão ao Norte e ao Sul do império, como assinala Morris,²⁸⁹ a administração egípcia no Levante se baseou em estruturas locais já existentes, enquanto na Núbia, a estrutura foi reorganizada a partir de moldes egípcios.²⁹⁰

O aparelho administrativo na Baixa Núbia, no início da XVIII Dinastia, foi baseado nas antigas fortalezas do Reino Médio. Nelas foram restabelecidos oficiais egípcios, uma vez que o foco ainda era a reconquista militar da região.²⁹¹ No entanto, com o avanço do controle do território pelos egípcios, as fortalezas começam a ganhar caráter civil e religioso, pois passam a ser transformadas ou ainda construídas novas fortalezas, sendo na verdade cidades templárias (*mnw*). Adams as identifica como locais fixos de influência ideológica na Núbia e eram encontradas da Baixa Núbia até a Alta Núbia (por exemplo, Buhen e Sai).²⁹² As cidades templárias, segundo Kemp, transformaram a lógica de organização de produção das populações locais ao introduzir um sistema complexo de agricultura, mais sofisticado do que até então, e ao se associarem ao sistema de redistribuição da região.²⁹³ Sendo assim, as cidades templárias eram formas de manifestação de poder na Núbia.²⁹⁴

Essas cidades templárias concentravam assentamentos populacionais, logo, ficaram responsáveis por garantir a lealdade da população ali instalada ao governo egípcio e ao

²⁸⁸SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: A África antes dos portugueses*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 2011, p.122

²⁸⁹MORRIS, Ellen. *The Architecture of Imperialism: Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom*. Leiden: Brill, 2005, p.13-14.

²⁹⁰Idem.

²⁹¹MORKOT, Robert. From conquered to conqueror: the organization of Nubia in the New Kingdom and the kushite administration of Egypt. In: MORENO GARCIA, Juan. *Ancient Egyptian Administration*. Leiden: Brill, 2013, p. 924.

²⁹²ADAMS, William Y. First Colonial Empire: Egypt in Nubia, 3200-1200 B.C. *Comparative Studies in Society and History*, 26:1, 1984, p.57.

²⁹³KEMP, Barry. Imperialism and Empire in New Kingdom Egypt (1575-1087 a.C.). In: GARNSEY, Peter; WHITTAKER, C.R (Orgs). *Imperialism in the ancient world: the Cambridge University research seminar in ancient history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978, p.31.

²⁹⁴C.f. FRIZZO, 2016, p.119; KEMP, 1978, p. 21-31.

território.²⁹⁵ Assim, as cidades preveniam hostilidades à administração e controle egípcio ao longo do Nilo dominado.²⁹⁶ Tais fortificações estavam intimamente ligadas ao aparelho administrativo egípcio na Núbia.

A hierarquização e desenvolvimento da burocracia administrativa, por exemplo, podem ser vistos a partir do estudo feito por Julia Budka. Na análise de Budka, sobre a cidade fortificada de Sai, na Alta Núbia, no decorrer do avanço da expansão e com o reinado de Tutmés III, passam a ser encontrados nos achados epigráficos indícios de alguns cargos administrativos específicos. Um desses cargos é o de prefeito (*HAtj-a*) que antes do reinado de Tutmés III não era notado em Sai.²⁹⁷

A expansão egípcia se alongou por um século, foi marcada por conflitos, resistências e negociações. Durante o desdobramento e conquistas pelo território ao sul do Egito, a administração foi aos poucos sendo instalada, enraizada e desenvolvida. Os assentamentos, através das cidades templárias, garantiram também ao Egito recursos materiais, com a tributação das regiões núbias, por exemplo. Os egípcios separaram a Núbia em duas regiões, a Baixa Núbia foi chamada de Wawat e a Alta Núbia de Kush.

A divisão do território núbio entre Wawat e Kush reflete as diferenças nos modelos administrativos egípcios. A Baixa Núbia contaria com um sistema burocrático mais alinhado ao do Egito, enquanto o da Alta Núbia teria mais autonomia para os líderes locais.²⁹⁸ Os cargos administrativos eram bem delimitados, podendo sofrer alteração entre a Baixa e Alta Núbia, mas ilustram a organização da Núbia aos moldes egípcios, ao mesmo tempo em que indicam o relacionamento entre egípcios e os núbios.

2.2.2. A estrutura administrava e sua hierarquia

Na Núbia, o cargo administrativo mais alto era o de vice-rei (*sA nsw*), também chamado de “Filho Real”. No entanto, a partir do reinado de Tutmés IV (1400-1390 a.C.), o título passa a ser vice-rei de Kush (*sA nsw kAS*). Esse oficial respondia diretamente ao faraó,

²⁹⁵MORRIS, Ellen. *The Architecture of Imperialism: Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom*. Leiden: Brill, 2005, p.824.

²⁹⁶FRIZZO, Fábio. Estado, Império e Exploração Econômica no Egito do Reino Novo. Tese de doutorado, 2016, p.175.

²⁹⁷BUDKA, Julia. The Egyptian “Re-conquest of Nubia” in the New Kingdom- Some thoughts on the Legitimization of Pharaonic Power in the South. In: F. COPPENS; J. Janak; H. Vymazalova (org). *Royal versus Divine Authority. Acquisition, Legitimization and Renew of Power*. Wiesbaden, 2015, p. 63-82.

²⁹⁸MORKOT, Robert. Egypt and Nubia. In: ALCOK, Susan E.; D'ALTROY, Terence N.; MORRISON, Kathleen D.; SINOPOLI, Carla M. (eds.) *Empires: Perspectives from archaeology and History*. New York: Cambridge University Press, 2001, p. 234-235.

e tinha um relacionamento próximo a ele.²⁹⁹ Na XVIII Dinastia a responsabilidade do vice-rei incluía Wawat e Kush. A indicação para o cargo era feita pelo próprio rei e, apesar de não se ter certeza sobre onde residiam os vice-reis, Budka e Morkot afirmam que com o tempo sua residência se alterou.³⁰⁰ No início da XVIII Dinastia, por exemplo, Morkot argumenta a estadia em Buhen dos vice-reis devido a seu caráter militar ativo a fim de garantir o controle da Baixa Núbia.³⁰¹

O vice-rei era responsável por coletar a tributação das províncias núbias, controlar a mineração de ouro e supervisionar a construção de cidades templárias. Autores como Robert Morkot,³⁰² Fábio Frizzo³⁰³ e Säve-Söderbergh,³⁰⁴ por exemplo, defendem também funções militares atreladas ao cargo de vice-rei, como o papel de comandar campanhas. No entanto, as atividades militares parecem diminuir e se atrelarem a outros cargos, como o de “Comandante das Tropas” (*Hry p \dot{d} t*). Tal divisão pode estar relacionada com o caráter transacional de uma administração militar para uma civil, como foi citado a partir dos exemplos das fortalezas e novas construções serem usadas como cidades templárias.

Somada a essas funções, o vice-rei também poderia portar o título de “Supervisor das Terras Estrangeiras do Sul” (*imy-r hAswt rswt*), que possuía um equivalente na região do Levante “Supervisor das Terras Estrangeiras ao Norte”.³⁰⁵ No entanto, assim como aponta Morkot³⁰⁶ e Smith,³⁰⁷ o cargo de supervisor estaria mais relacionado com a região de Kush e menos com a de Wawat.

O oficial com o título de supervisor teria como principal responsabilidade a supervisão das regiões de fronteiras,³⁰⁸ no caso da Núbia, o foco seria a Alta Núbia, pois seria

²⁹⁹Idem, p.71.

³⁰⁰C.f. BUDKA, 2013, p. 73; MORKOT, 2013, p. 928.

³⁰¹MORKOT, Robert. From conquered to conqueror: the organization of Nubia in the New Kingdom and the kushite administration of Egypt. In: MORENO GARCIA, Juan. *Ancient Egyptian Administration*. Brill: Leiden, 2013, p.928-929.

³⁰²Idem, p.911-963.

³⁰³FRIZZO, Fábio. Estado, Império e Exploração Econômica no Egito do Reino Novo. Tese de doutorado, 2016.

³⁰⁴SÄVE-SÖDERBERGH; TROY. *New Kingdom Pharaonic Sites, the finds and the sites, vol. 5:2*. Suécia: Almqvist & Wiskell Tryckeri, 1991.

³⁰⁵FRIZZO, Fábio. Estado, Império e Exploração Econômica no Egito do Reino Novo. Tese de doutorado, 2016, p.184.

³⁰⁶MORKOT, Robert. From conquered to conqueror: the organization of Nubia in the New Kingdom and the kushite administration of Egypt. In: MORENO GARCIA, Juan. *Ancient Egyptian Administration*. Leiden: Brill, 2013, p. 943.

³⁰⁷SMITH, Stuart. *Wretched Kush: Ethnic Identities and Boundaries in Egypt's Nubian Empire*. New York: Routledge, 2003, p.95.

³⁰⁸MORKOT, Robert. From conquered to conqueror: the organization of Nubia in the New Kingdom and the kushite administration of Egypt. In: MORENO GARCIA, Juan. *Ancient Egyptian Administration*. Leiden: Brill, 2013, p. 943.

uma região de fronteira com povos mais autônomos das políticas egípcias do que a Baixa Núbia.³⁰⁹ Dessa forma, o título de “Supervisor das Terras Estrangeiras ao Sul “podia ser portado pelo vice-rei, assim como por outros oficiais, como por exemplo: o Chefe dos arqueiros de Kush ou ainda chefes nativos kushitas.³¹⁰

No aparelho administrativo, ambas as regiões núbias teriam delegados (*idnw n WAwA.t* e *idnw n kAS*) que respondiam diretamente ao vice-rei. Esses delegados eram a autoridade da administração local, não sendo escolhidos entre egípcios. Tais oficiais eram das elites núbias, e como o vice-rei e o Comandante das tropas residiam em Tebas, os delegados eram a autoridade local mais importante. Sendo assim, os delegados eram intermediadores das relações entre Egito e Núbia.

Somado a esses oficiais, ainda se tem conhecimento dos cargos responsáveis por tarefas locais, como os prefeitos (*HAtj-a*) e escribas. Alguns escribas, como será aprofundado mais adiante, muitas vezes eram escolhidos em meio às lideranças locais. Dessa forma, núbios foram incorporados na administração egípcia, como uma maneira de aprofundar a influência, aceitação e de intermediar relacionamentos entre egípcios e núbios.

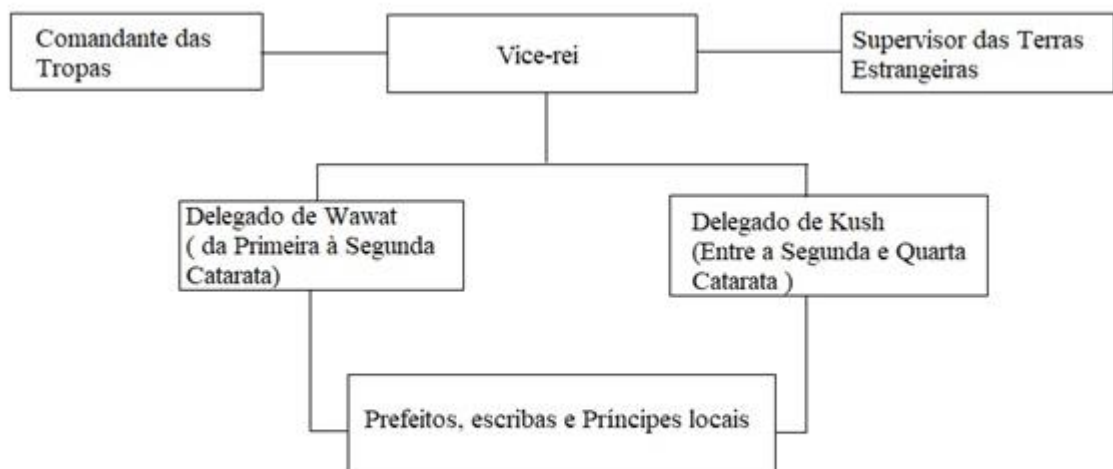


Figura 4: Organograma da Administração egípcia na Baixa Núbia. Adaptação do organograma presente em: FRIZZO, 2016:185.

³⁰⁹SMITH, Stuart. *Wretched Kush: Ethnic Identities and Boundaries in Egypt's Nubian Empire*. New York: Routledge, 2003, p.96.

³¹⁰MORKOT, Robert. Egypt and Nubia. In: ALCOK, Susan E.; D'ALTROY, Terence N.; MORRISON, Kathleen D.; SINOPOLI, Cala M. (eds.) *Empires: Perspectives from archaeology and History*. New York: Cambridge University Press, 2001, p. 238.

Portanto, ocorria a incorporação de “chefes” núbios locais. Na documentação, alguns líderes nativos são chamados de *wr.w*, cuja tradução literal seria “chefes”. Eles seriam, ao mesmo tempo, líderes núbios na sua região e representantes da administração egípcia. Dessa forma, assim como sugere Morkot³¹¹ e Smith,³¹² os líderes núbios mantinham autonomia, relativa, sobre seu território.

2.3. Negociando a sobrevivência núbia

A administração egípcia se enraizou e se disseminou ao decorrer da expansão. Esse percurso de assentamento imperial em Wawat pode ser visto, por exemplo, na família real de Teh-Khet. Wawat era dividida em principados núbios, como Miam e Teh-Khet, que eram centros políticos na região.³¹³ Teh-Khet se localizava em uma área importante de circulação de bens e de rotas, uma vez que estava na região de Debeira e próxima da fortaleza de Buhen.³¹⁴ A proximidade com o cemitério de Fadrus (Figura 6) e, também, com a região de mineração de Umm Nabari, no deserto sudanês³¹⁵ são outros fatores que demarcam a importância da localização de Teh-Khet.

Essa importante região foi palco de intensos contatos e trocas culturais. Tal cenário levanta muitos debates na historiografia referentes à natureza das trocas e do sentido de colonização entre Egito e a Baixa Núbia.³¹⁶ Os principais questionamentos sobre o relacionamento dessas culturas focam em como a administração egípcia era mantida e como eram os mecanismos de controle das regiões núbias.³¹⁷ Esses questionamentos estavam, e

³¹¹MORKOT, Robert. From conquered to conqueror: the organization of Nubia in the New Kingdom and the kushite administration of Egypt. In: MORENO GARCIA, Juan. *Ancient Egyptian Administration*. Leiden: Brill, 2013.p.911-963.

³¹²SMITH, Stuart. *Wretched Kush:Ethnic Identities and Boundaries in Egypt's Nubian Empire*. New York: Routledge, 2003.

³¹³MORKOT, Robert. From conquered to conqueror: the organization of Nubia in the New Kingdom and the kushite administration of Egypt. In: MORENO GARCIA, Juan. *Ancient Egyptian Administration*. Leiden: Brill, 2013, p. 925.

³¹⁴SÄVE-SÖDERBERGH; TROY. The Cultural and Sociopolitical Structure of a Nubian Princedom in Tuthmoside Times. In: DAVIES, W. V. *Egypt in Africa: Nubia from Prehistory to Islam*. London: British Museum Press, 1991,p.186.

³¹⁵DAVIES, W. V. The Korosko Road Project: Recording Egyptian inscriptions in the Eastern Desert and elsewhere. *Sudan and Nubia*, no.18, 2014, p.30-46.

³¹⁶Até meados do século XX as trocas eram consideradas desiguais, favorecendo o uso de conceitos como egípcianização a fim de explicar relações complexas entre Egito e Núbia. A partir dos anos 1960 outros paradigmas historiográficos passam a questionar tal visão egípcocêntrica a favor de abordagens que considerassem a agência dos povos nativos núbios. Autores como David O'Connor, Juan Moreno Garcia, Ellen Morris, Stuart Smith, Robert Morkot, Van Pelt, Fábio Frizzo, Rennan Lemos e Fábio Vieira são exemplos para tal discussão.

³¹⁷EDWARDS, D.N. *The Nubian Past: an Archaeology of Sudan*. London: Routledge, 2004, p.111.

ainda estão, conectados com narrativas que envolvem a discussão sobre aculturação, emaranhamento e hibridismos.

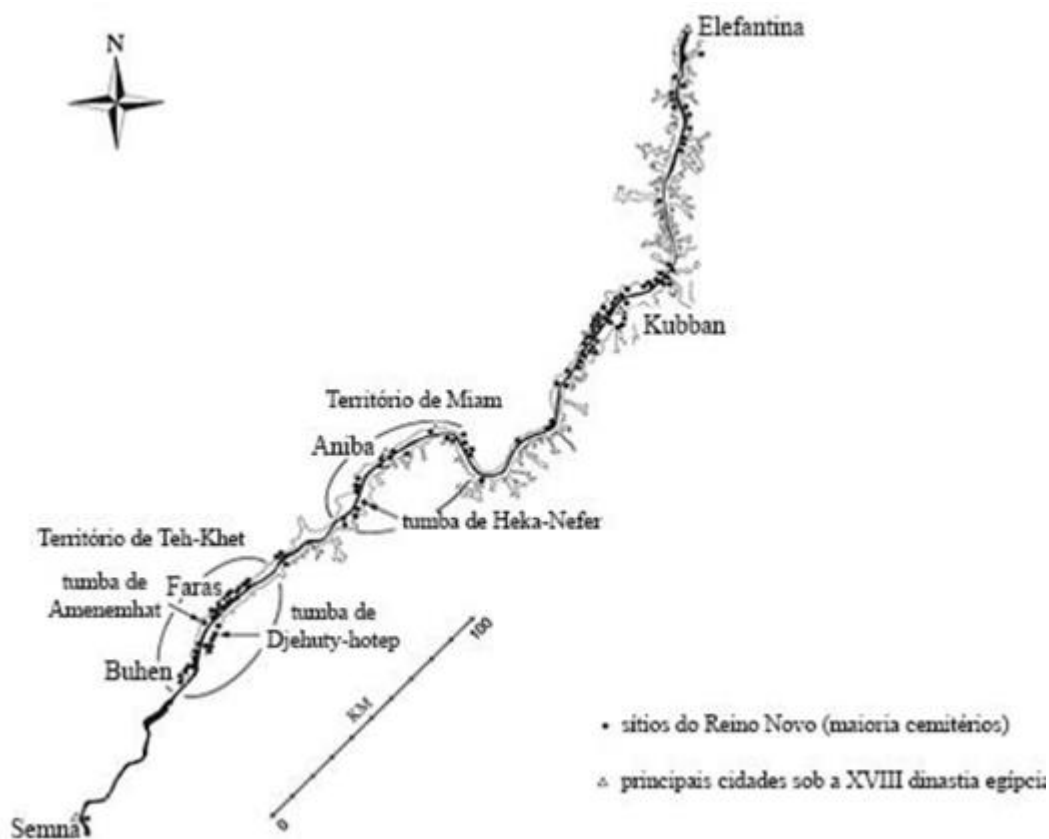


Figura 5: Mapa de Wawat, com ênfase em Teh-khet e Miam. (VIEIRA, 2017:119)

Recentemente, a maior complexidade social e política por trás das discussões de aculturação sobre os contatos entre egípcios e núbios tem sido debatida.³¹⁸ Assim, o objetivo, e desafio, é analisar o desenvolvimento do domínio egípcio sobre a Baixa Núbia, ao mesmo tempo em que se busca compreender as adaptações das identidades núbias, a partir da adoção de características culturais egípcias.

Dessa forma, as elites nativas incorporadas na administração egípcia eram agentes importantes e um exemplo disso é a família real de Teh-Khet. A partir de documentação encontrada na Baixa Núbia, é possível acompanhar as mudanças instauradas pela administração egípcia nas dinâmicas e responsabilidades dos membros nativos no aparato imperial.

³¹⁸SPENCER, Neal; STEVENS, Anna; BINDER, Michaela. Introduction: History and Historiography of a Colonial Entanglement, and the Shaping of New Archaeologies for Nubia in the New Kingdom. In: SPENCER, Neal; STEVENS, Anna; BINDER, Michaela. (ed). *Nubia in the New Kingdom: Lived experience, pharaonic control and indigenous traditions*. Bristol: Peeters, 2017, p.42.

Em uma estela encontrada em Elefantina, alguns líderes de Teh-Khet são conhecidos. É a partir dos nomes presentes no documento que se começa a mapear três gerações dessa família nativa. Na estela de Teti (figura 6), três indivíduos são apresentados: Teti, sua esposa Aah-hotep e seu filho Rwiw.

No lado esquerdo do topo da estela se lê: “*O honorável Teti, chamado DAi-wi-a, verdadeiro de voz. Sua esposa senhora da casa Aah-hotep, verdadeira de voz*”³¹⁹ (*sAb ttj Dd n.f DAj-wa mAa-xrw, Hm(.t). f nbt pr Htp mAa(.t)-xrw*). Na inscrição, Aah-hotep, esposa de Teti, apresenta o título de “Senhora da Casa” (*nbt pr*), esse título feminino egípcio indicava a posição social elevada de sua portadora, além de se referir a mulheres casadas, como sendo a esposa legítima.³²⁰ O título da Aah-hotep sugere proximidade com o Egito faraônico e a posição elevada em Teh-Khet que ela e Teti mantinham, marcando sua importância nesse período de expansão. O indivíduo Teti, no entanto, não apresenta títulos para além de “honorável”,³²¹ essa falta de outros títulos nos indica que Teti ainda não estava inserido no aparato administrativo egípcio como estarão seus descendentes.

No entanto, os títulos egípcios, concedidos aos filhos e netos de Teti, são indicadores da administração sendo estruturada na Baixa Núbia, pois de uma geração para outra se vê a incorporação de líderes núbios ao aparelho imperial. Esse fator, por exemplo, é visto também em Sai, quando Budka analisa a cultura material da ilha ao decorrer do avanço da expansão egípcia.³²²

Este indivíduo também é identificado como tendo dupla nomenclatura, “*Teti, chamado Dai-wi-a*”. Os nomes podem refletir o contexto em que seus portadores vivem, a adoção de nomes de outras culturas ou contextos estão relacionados com o histórico e intensidade de contatos entre os indivíduos,³²³ nesse caso, entre a família de Teh-Khet e os egípcios. Alstola afirma que os intensos contatos aceleram a adoção ou integração de práticas entre indivíduos, como os nomes. No entanto, apenas contatos baseados em trocas comerciais

³¹⁹SÄVE-SÖDERBERGH; TROY. *New Kingdom Pharaonic Sites, the finds and the sites, vol. 5:2*. Suécia: Almqvist & Wiskell Tryckeri, 1991, p. 191.

³²⁰SILVA, Thais Rocha da. A senhora da casa ou a dona da casa? Construções sobre gênero e alimentação no Egito Antigo. *Cadernos Pagu*, n. 39, 2012, p.75.

³²¹Em toda documentação que se teve acesso para o desenvolvimento dessa pesquisa sobre Teti, o membro de Teh-Khet não porta outro título que o de honorável.

³²²BUDKA, Julia. The Egyptian “Re-conquest of Nubia” in the New Kingdom- Some thoughts on the Legitimization of Pharaonic Power in the South. In: F. COPPENS; J. Janak; H. Vymazalova (org). *Royal versus Divine Authority. Acquisition, Legitimization and Renew of Power*. Wiesbaden, 2015, p. 63-82.

³²³ALSTOLA, Tero Esko. Judeans merchants in Babylonia and their participation in long distance trade. *Welt des Orients*, n.47, 2017, p.43.

não são o suficiente,³²⁴ é necessária a presença de trocas e contatos intensos, mas em outros níveis também. Dessa forma, a adoção de dupla nomenclatura por Teti reflete as intensas e complexas trocas entre os membros de Teh-Khet e egípcios.

Para os egípcios, o nome (*rn*) era parte vital constituinte do ser, sendo um meio de identificação essencial.³²⁵ O *rn* além de funcionar como um marcador de identidade, também tinha potencial ritualístico, sendo essencial para a transição ao além vida.³²⁶ Segundo Meskell,³²⁷ o ser é um nome assim como é um corpo, da mesma forma que o apagamento do nome significava a destruição do ser. Os nomes também tinham a função de ajudar a integrar o indivíduo ao meio em que vivia,³²⁸ podendo indicar uma forma sutil de negociação.

A dupla nomenclatura, então, é um marcador de identidade e também possibilita a integração de seu portador em determinado contexto, ela permite que o indivíduo transite entre os dois lados da fronteira.³²⁹ Dessa forma, Teti estaria negociando a sua posição e suas identidades, uma vez que a adoção dos nomes duplos não parece ter sido aleatória, mas sim poderia ter auxiliado diálogos com os egípcios.

Na sociedade egípcia, os estrangeiros podiam adotar um nome egípcio a fim de marcar sua “assimilação” aos costumes. A partir dessa adoção, o indivíduo estaria se assumindo como egípcio.³³⁰ No entanto, Teti permaneceu, também, com o nome núbio, seria este um indício de adaptar e negociar sua identidade e cultura, a fim de manter seu poder frente a população nativa, ao mesmo tempo em que almejava aliança com o império egípcio?

Talvez o cenário seja mais complexo, não permitindo uma resposta tão direta à pergunta. Mesmo assim, a dupla nomenclatura indica uma negociação entre essa família de Teh-Khet e egípcios, logo, deve ser levada em consideração. A presença e a falta da dupla nomenclatura nos filhos e os netos de Teti são interessantes objetos de estudo. Os filhos de Teti, Sen-mose e *Rwīw*, até onde se sabe, só apresentaram nomes núbios, não egípcios, o que pode levar a considerar a falta desse mecanismo de negociação particular.

³²⁴Idem.

³²⁵VITTMANN, Gunter. Personal Names: Functions and Significance. In: *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, 1(1), 2013, p. 1.

³²⁶MESKELL, Lynn. *Private Life in New Kingdom Egypt*. New Jersey: Princeton University Press, 2002, p.59.

³²⁷Idem.

³²⁸VITTMANN, Gunter. Personal Names: Functions and Significance. In: *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, 1(1), 2013, p.4.

³²⁹REDE, Marcelo. Al-Yahudu: os arquivos do exílio babilônico. *Arquivo Maaravi*, v. 13, n. 25, 2019, p.12.

³³⁰VITTMANN, Gunter. Personal Names: Functions and Significance. In: *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, 1(1), 2013, p. 4.

No entanto, os títulos de *Rwîw* tornam o cenário mais complexo, uma vez que sugere o avanço das relações com os egípcios e a inserção desse indivíduo na administração egípcia. Logo, argumenta-se que a dupla nomenclatura somada aos títulos egípcios que os indivíduos portam ou não, constituem formas negociação de identidades e posição social nesse contexto de expansão egípcia.

A estela de Elefantina também apresenta o filho de Teti, *Rwîw*, no topo ao lado direito: “É teu filho que faz teu nome viver, o Chefe de Teh-Khet, o escriba, *Rwîw*, verdadeiro de voz.”³³¹ (*jn sA.f sanx m.f wr n tH-xt sS Rwjw mAa-xrw*). No trecho as diferenças entre Teti, e seu filho, *Rwîw*, são consideráveis. O filho apresenta dois títulos importantes que seu pai não tinha, o de “Chefe de Teh-Khet” (*wr n tH-xt*) e o de “escriba” (*sS*). O título de escriba insere *Rwîw* no aparato administrativo egípcio na Baixa Núbia, mostrando o avanço e enraizamento da expansão. O fato de *Rwîw* ser apresentado como escriba o coloca como letrado, e, assim como John Baines afirma, o letramento era necessário para se alcançar importante status na sociedade.³³² O título de escriba, então, auxilia no argumento de que o relacionamento e papel desses líderes nativos em um contexto egípcio se adaptava e se negociava, uma vez que as diferenças e buscas de status se intensificaram de geração para geração.

Como já mencionado, *Rwîw* não tinha dupla nomenclatura, a documentação sobre esse indivíduo o apresenta apenas com seu nome núbio. Apesar de não ter um nome egípcio, os títulos egípcios o alinhavam com a cultura e administração estrangeira da região. Nesse sentido, a falta da dupla nomenclatura e a presença de títulos egípcios podem sugerir que a incorporação de traços culturais estrangeiros foi seletiva, ou seja, sugere outra face de uma negociação desses indivíduos, uma negociação adaptada conforme as gerações dessas família nativa.

³³¹SÄVE-SÖDERBERGH; TROY. *New Kingdom Pharaonic Sites, the finds and the sites*, vol. 5:2. Suécia: Almqvist & Wiskell Tryckeri, 1991, p 191.

³³²BAINES, John. *Visual and Written Culture in Ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2007, p.44.



Figura 6: Representação da Estela de Teti, oriunda de Elefantina. (SÄVE - SÖDERBERGH; TROY, 1991:192) Ressaltado próprio, em vermelho nome núbio *DAi-wi-a* e em amarelo o nome egípcio *Teti*.

A representação dos membros da família de Teh-Khet, como *Rwiw*, foram feitas espelhando a forma como os egípcios se representavam. A estela foi escrita em hieróglifos, e a família não foi representada com características núbias, como o tom da pele mais escuro, portando peles de animais, perucas com cabelos cacheados e penas na cabeça, por exemplo.³³³ Na estela de Teti, os indivíduos são representados em posições e com indumentária egípcia, como o saiote de linho, e não pele de animais como muitas vezes os núbios eram ilustrados. Portanto, os líderes locais da Baixa Núbia, que eram incorporados à

³³³C. f. SANTOS, 2012, p. 68; SMITH, 2015, p. 768.

burocracia egípcia, se apresentavam como egípcios em suas estelas e tumbas.³³⁴ A partir disso, esses indivíduos estariam auxiliando a região recém conquistada a se alinhar com as normas culturais egípcias, uma vez que a adoção dessas normas era colocada em prática através de hábitos funerários, representações e cultos também.³³⁵

A dupla nomenclatura e a apresentação de si nos moldes egípcios, pelos integrantes da família de Teh-Khet, refletam a aliança e negociação com o Egito em um momento de conquista e domínio na região da Baixa Núbia. Os dois aspectos sugerem a disseminação da cultura egípcia, além de enunciarem a incorporação de membros de Teh-Khet no aparato burocrático egípcio. A representação desses líderes da Baixa Núbia em estelas e em suas tumbas e a presença de títulos egípcios apontam para outras faces, mais complexas, de negociações identitárias e culturais.

2.3.1. Os vigilantes líderes de Teh-Khet

O estilo egípcio de representação e títulos administrativos estão presentes não apenas na documentação de Teti e *Rwīw*, mas também na de seus descendentes, Djehuty-hotep e Amenemhet. Esses dois indivíduos eram filhos de *Rwīw* e, ambos os irmãos, apresentam títulos mais sofisticados que pai e avô, indicando não apenas o avanço egípcio sobre a Núbia, como também a maior integração e responsabilidades dessa família nativa no aparato imperial.

Djehuty-hotep, tinha funções diferentes do que Teti e *Rwīw* na burocracia egípcia. Na região de Umm Nabari, perto de uma área de mineração de ouro, foi encontrada por William Davies³³⁶ uma inscrição em uma caverna em que se lia: “*Chefe de Teh-Khet, Pa-its(y)*” (Figura 8). O nome “*Pa-itsy*” era o outro nome de Djehuty-hotep.³³⁷ A partir da localização e o contexto da região de mineração de ouro, assume-se que Pa-its(y) fosse responsável por supervisionar a extração de ouro durante seu período como chefe da região.³³⁸

³³⁴SMITH, Stuart. Revenge of the Kushites: assimilation and resistance in Egypt’s New Kingdom empire and the Nubian ascendancy over Egypt. In: ARESHIAN, G. (ed.). *Empires and complexity: on the crossroads of archaeology*. Los Angeles: Cotsen Institute of Archaeology, 2013, p.89.

³³⁵ROSS, Lary. *Nubia and Egypt 10.000 BC to 400 AD*. New York: The Edwin Mellen Press, 2013, p.140.

³³⁶DAVIES, W. The Korosko Road Project: Recording Egyptian inscriptions in the Eastern Desert and elsewhere. *Sudan&Nubia*, n. 18, 2014, p.30-44.

³³⁷Idem, p. 31.

³³⁸Idem, p.32.



Figura 7: Representação da inscrição do “Chefe de Teh-Khet, Pa-its(y)”, na região de Umm Nabari. (DAVIES, 2014:31)

Com a expansão e dominação egípcia na Baixa Núbia, os líderes nativos incorporados à administração egípcia tinham como uma de suas responsabilidades coletar e entregar bens ao Egito.³³⁹ Dentre os bens, estava, por exemplo, o ouro, logo, a inscrição de Umm Nabari enquadra Pa-itsy como parte desse contexto de relações. Em outra inscrição, em trecho de uma estela fragmentada encontrada em Serra, mas que possivelmente foi movida da tumba de Djehuty-hotep em Debeira, duas questões devem ser ressaltadas:

[...o que o céu dá], o que a terra [cria]. [e o Nilo] traz [de suas cavernas] ...[para beber água do] redemoinho.

[...] Ao ka do líder [...] teu servo verdadeiro, a eficácia de cujo coração ele conhece[...] Eu plantei na minha plantação, cavando [...] *o escriba real*, amado por meu pai, *Pa-itsy*. [...]

[...] ‘Uma benção que o Rei concede a Khnum, Senhor da região da Catarata, [...] que ele possa lhe conceder milhares de tudo bom e puro

Ao ka do homem de festival, amado de mirra, associado a [...]

Confiável, *excelente em conselho*, *o real escriba Djehuty-hotep*, gerado pelo Chefe de Teh-Khet *Rwiw*; nascido da Senhora da Casa, *RwnA*. (SÄVE - SÖDERBERGH; TROY, 1991: 196)³⁴⁰

Acredita-se que os nomes *Pa-itsy* e *Djehuty-hotep* pertençam à mesma pessoa.³⁴¹ Desse modo, Djehuty-hotep, assim como seu avô, Teti, teve dupla nomenclatura, um nome egípcio, Djehuty-hotep e um um núbio, Pa-itsy. Na estela de Serra, ambos os nomes são

³³⁹C. f. REDFORD, 2006, p. 39; VAN PELT, 2013, p. 524.

³⁴⁰Marcações próprias

³⁴¹C.f. DAVIES, 2014, p. 32; SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, 1991, p. 205; VIEIRA, 2017, p. 123.

precedidos pelo título de escriba real, deixando explícito sua importância em Teh-Khet como associado às culturas egípcias.

O título de escriba não significa apenas a incorporação do chefe em uma burocracia, mas também sugere que esse indivíduo era letrado aos moldes egípcios. Apesar de Djehuty-hotep não possuir o título de “criança do infantário real” (Xrd n kAp), o título de escriba indica que ele recebeu educação estrangeira. O termo kAp se referia a um grupo específico de crianças que eram educadas na corte egípcia,³⁴² inclusive crianças associadas à elite estrangeira que eram moldadas a partir das bases da cultura e língua egípcias.³⁴³

Embora ambos Djehuty-hotep e Amenemhet não possuíssem o título associado ao *Kap*, eles fizeram parte da mínima porcentagem de população letrada no período,³⁴⁴ como sugerido pelo título de escriba. O título de escriba inseria esses irmãos em uma dinâmica de poder, na qual o letramento, segundo Bowman e Greg Wolf, seria uma forma de autoridade.³⁴⁵ Porque o letramento era restrito na sociedade egípcia faraônica, Morkot argumenta que o direito ao acesso à educação e à burocracia deveria estar associado à família na qual o indivíduo nascia.³⁴⁶

Djehuty-hotep e Amenemhet ao serem chamados de “escribas reais” eram colocados em um contexto burocrático egípcio, ao mesmo tempo que demonstra a importância que tal família de Teh-khet estava angariando. A importância dos chefes de Teh-Khet estava sendo construída e negociada de geração em geração, pois se, como afirma Morkot,³⁴⁷ apenas algumas famílias nativas eram incorporadas no aparato egípcio e o direito ao letramento e a participação na burocracia era garantido pelo nascimento em famílias importantes, os membros de Teh-Khet, estudados aqui, conseguiram tal direito recentemente. O fato de que Teti não teve títulos, mas seus descendentes sim, demonstra uma negociação e alinhamento com o poder egípcio.

³⁴²PELMER, Doris. Looking at Nubians in Egypt: Nubian Women in New Kingdom Tomb and Temple Scenes and the Case of TT40 (Amenemhet Huy). *Dotawo: A Journal of Nubian Studies*, v.5, 2018, p. 31.

³⁴³MELTZER, Edmund. The Children of the KAP-Upwardly mobile, talented youth in Ancient Egypt. *Seshat 5: Winter*, 2001, p.23.

³⁴⁴Baines argumenta que cerca de 99% da população egípcia no período faraônico era iletrada e, embora não se tenha meios de contabilizar a porcentagem de letramento na Núbia, Morkot argumenta ser também baixa, sendo restrita apenas a certas famílias. (BAINES, 2001, p. 52; MORKOT, 2013, p. 923).

³⁴⁵BOWMAN, Alan W.; WOLF, Greg. *Literacy and Power in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p.9-10.

³⁴⁶MORKOT, Robert. From conquered to conqueror: the organization of Nubia in the New Kingdom and the kushite administration of Egypt. In: MORENO GARCIA, Juan. *Ancient Egyptian Administration*. Leiden: Brill, 2013, p.922.

³⁴⁷Idem.

Portanto, Djehuty-hotep estava inserido na burocracia egípcia sob o reinado de Tutmés III (1479-1425 a.C.), período em que a expansão sobre a Núbia já estava se aproximando ao fim e a administração mais enraizada na região da Baixa Núbia. A relação com o período de reinado do faraó pode ser vista a partir de trecho de um fragmento de texto, encontrado em Serra:

... [o Chefe de Teh-]khet, Djehuty-[hotep]

Vindo até Thot, louvando os deuses em nome de Menkheperre, o Grande Deus que está em Teh-Khet.

Um buquê de Re-Harakhte

Que ele te louve,

Que ele te ame,

Que ele prolongue (tua vida)

E te conceda vitória sobre todos os países. (SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, 1991:197).

No fragmento, se lê o nome Menkheperre que corresponde a Tutmés III.³⁴⁸ Na passagem, o faraó é louvado da seguinte maneira: “*Menkheperre, o Grande Deus que está em Teh-Khet*”. Nesse trecho, Tutmés é apresentado como um deus, Säve-Söderbergh³⁴⁹ argumenta que durante seu reinado, o faraó foi divinizado como um deus local para Teh-Khet. Além disso, a estrutura do texto está de acordo com a crença egípcia e a concepção do faraó como divino e da noção de *Ma’at*, uma vez que o texto deseja a vitória sobre todos os países do grande deus.

A *Ma’at* se referia a ordem, que era o que coordenava e organizava o mundo, de acordo com a cosmogonia egípcia. A ordem estaria em constante luta contra o caos, isto é, *isfet*, e durante o Reino Novo, a ordem precisava ser alargada para além dos domínios internos do Egito a fim de derrotar o caos.³⁵⁰

Dessa forma, é possível afirmar que Djehuty-hotep estava inserido no aparato burocrático egípcio, e que ele, também, adotou a cosmovisão de seus vizinhos mais ao norte. Ao louvar o faraó no trecho “*e te conceda vitória sobre todos os países*”, o texto se enquadra na fórmula e cânone egípcio de que a vitória está associada com a força do faraó e com a *Ma’at*. Sua inserção nos cânones egípcios se dava a partir de seus epítetos, que eram

³⁴⁸SHAW, Ian, *The Oxford History of Ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p.485.

³⁴⁹SÄVE-SÖDERBERGH; TROY. *New Kingdom Pharaonic Sites, the finds and the sites, vol. 5:2*. Suécia: Almqvist & Wiskell Tryckeri, 1991, p. 197.

³⁵⁰WIT, A. J. De. *Enemies of the State: Perceptions of ‘otherness’ and state formation in Egypt*. Leiden: Leiden University, 2008, p. 106-119.

diferentes da de seus antepassados, revelando aprofundamento das relações com os egípcios. Os epítetos encontrados em documentos são: “*Chefe de Teh-khet, excelente herdeiro*”, “*Escriba real*” e “*Corajoso líder para a Senhora dos dois países*”.

No fragmento ainda é possível encontrar outro elemento que vincula Djehuty-hotep no período de coregência de Tutmés III e Hatshepsut. Na frase “*Corajoso líder para a Senhora dos dois países*”, a “*Senhora*” diz respeito a Hatshepsut, uma vez que “*dois países*” ou duas terras, é uma referência ao Baixo e Alto Egito. Outra referência que indica o reinado sob o qual serviu o irmão mais novo de Djehuty-hotep, Amenemhet, é uma estátua encontrada em Buhen, hoje no Museu da Pensilvânia. Na estátua se lê: “*O líder valente do rei, o vigilante líder para a Esposa do Rei, o escriba Amenemhet*”. O trecho “*Esposa do Rei*” se refere à Hatshepsut também, o que Säve-Söderbergh também traduz como “*Esposa do deus*”.³⁵¹ Somando as informações de documentos de ambos os irmãos é possível argumentar que eles viveram e chefiaram Teh-Khet sob o reinado conjunto de Tutmés III e Hatshepsut.³⁵²

A partir de estelas e da tumba de Amenemhet, os títulos do membro da família de Teh-Khet são conhecidos. Como, por exemplo, pode ser visto em uma estela funerária encontrada em Buhen, no sul do principado de Teh-Khet, a titularia que o liga à administração egípcia e confere maior proximidade com a corte do Egito. A estela tem formato circular e foi encontrada perto do templo de Amenhotep, porém está fragmentada de forma que se perderam trechos do documento.³⁵³ No entanto, algumas passagens são de extrema importância para a argumentação, a primeira delas é a que se refere aos títulos do escriba de Teh-Khet.

No lado superior direito da estela se lê o epíteto de Amenemhet: “*O vigilante líder para a filha do rei, o escriba Amenemhet*” (*xrp rs-tp n sAt-nswt*). Na passagem, se vê um epíteto que nenhum membro da família real de Teh-Khet antes teve, e que indica proximidade considerável com a corte egípcia. Somado a esse epíteto, Amenemhet, em outros documentos também é identificado como “*O corajoso líder de wawat*”, “*líder corajoso*”, “*o líder vigilante do deus*” e, assim como seu irmão, tem os títulos de escriba e de Chefe de Teh-Khet.

³⁵¹SÄVE-SÖDERBERGH; TROY. *New Kingdom Pharaonic Sites, the finds and the sites, vol. 5:2*. Suécia: Almqvist & Wiskell Tryckeri, 1991, p.194.

³⁵²C.f. DAVIES, 2014, p. 32; SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, 1991, p. 194-205.

³⁵³SÄVE-SÖDERBERGH; TROY. *New Kingdom Pharaonic Sites, the finds and the sites, vol. 5:2*. Suécia: Almqvist & Wiskell Tryckeri, 1991, p.194.

Os títulos, as fórmulas, representações e até mesmo nomes de integrantes dessa família, apresentadas até o momento, revelam a aceitação e adoção de cânones egípcios. Esses fatores são usados para defender a “egipcianização” da Baixa Núbia, não levando em conta o cenário mais complexo por trás desses fatores. Bruce Williams,³⁵⁴ por exemplo, nega tais defesas. Segundo o autor, os contrastes entre culturas, presentes na documentação, não eram acidentais, mas intencionais e significativas, assim como as semelhanças.³⁵⁵

No entanto, a aceitação e adoção de cânones egípcios não significa uma adoção unilateral e sem aspectos mais complexos. Os títulos, nomes e fórmulas indicam um contexto de relações e estratégias de negociação e sobrevivência, por isso a “egipcianização”, como foi defendida inicialmente a partir de um ponto de vista reducionista, deve ser revisada e serem apresentados outros meios de se analisar as relações entre egípcios e os povos núbios.

2.3.2. Emaranhamento e a negociação de Teh-Khet

Afirmar o alinhamento com as culturas egípcias não implica a defesa da “egipcianização”. Este termo, tão associado à aculturação núbica, passa a ser revisado na historiografia, a fim de que a agência de ambos os participantes das trocas culturais e identitárias, egípcios e núbios, seja entendida como central.³⁵⁶ Somada às revisões do termo egipcianização, outros conceitos discutem misturas e trocas culturais, como hibridismo e emaranhamento cultural (ver capítulo 1).

O conceito de hibridismo a partir da interpretação de Homi Bhabha passa a ser disseminado em estudos pós-coloniais.³⁵⁷ O autor defende o hibridismo como uma estratégia de resistência de grupos colonizados, que se apropriam de aspectos culturais dos colonizadores e criam o “entre-lugar”, o espaço novo,³⁵⁸ em que a semelhança com o dominante é, ao mesmo tempo aparência e ameaça.³⁵⁹ A ameaça se dá, pois as culturas e identidades dos colonizados passam a se transformar, nelas há o esforço desses colonizados

³⁵⁴WILLIAMS, Bruce. The adaption and rejection of egptian symbolic culture in Nubia. *Cripel* (2006),399-410.

³⁵⁵Idem, p.400.

³⁵⁶VAN PELT, Paul. Revising Egypto-Nubian Relations in New Kingdom Lower Nubia: From Egyptianization to Cultural Entanglement. *Cambridge Archaeological Journal*, vl.23, n.3, 2013, p. 527.

³⁵⁷BADER, Bettina. Cultural Mixing in Egyptian Archaeology: The ‘Hyksos’ as a Case Study. In: VAN PELT, P. (Org.). *Archaeology and Cultural Mixture. Archaeological Review from Cambridge* 28, 1 (Cambridge 2013), p. 261.

³⁵⁸BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p.345-346.

³⁵⁹Idem. p146-147.

em serem aceitos pelos colonizadores, ao mesmo tempo em que deslocam a dinâmica de poder, visto que as tensões são mantidas e não neutralizadas, como defende Bhabha.³⁶⁰

O termo embora importante para os estudos coloniais e pós-coloniais, acaba por ser de uso arriscado (ver Capítulo 1). Pedro Von Seehausen, por exemplo, critica o uso do conceito de hibridismo, pois ao ter sua raiz na biologia, ele pressupõe que duas ou mais culturas, ao se misturarem, formam uma cultura nova, pressupondo a ideia de “pureza” e “mestiçagem”.³⁶¹ Dessa forma, é necessário muito cuidado ao usar esse conceito, já que pode acarretar preconceitos e binarismos.

No entanto, as críticas ao hibridismo não se restringem a suas origens na biologia. A historiografia debate³⁶² que o conceito, como entendido por Bhabha, tenta neutralizar os conflitos e disputas no entre-lugar.³⁶³ A tentativa de neutralização dos conflitos limita a agência nativa de indivíduos, já que não leva em conta processos que envolvem negociações e recontextualizações a partir de relacionamentos entre povos com poderes desiguais e que buscam a manutenção de seu status.

A partir desse incômodo com o conceito de hibridização e suas implicações, Stockhammer sugere o termo emaranhamento cultural.³⁶⁴ Segundo ele, emaranhamento também envolve a agência dos indivíduos, mas se relaciona com o processo criativo das pessoas envolvidas nos encontros culturais e da forma como se dá a apropriação de determinado objeto ou prática.³⁶⁵ A relação entre as pessoas e entre pessoas e objetos se torna importante, uma vez que as relações permitem a criação de interpretações, contextualizações novas, adaptações e negociações de sentidos entre as partes envolvidas, de forma que se cria uma rede de relações.³⁶⁶

³⁶⁰ACHERAÏOU, Amar. *Questioning Hybridity, Postcolonialism and Globalization*. New York: Palgrave Macmillan, 2011, p.93.

³⁶¹VON SEEHAUSEN, Pedro L. D. As estelas funerárias com o morto reclinado em uma cama funerária: etnia, identidade e emaranhamento cultural no Baixo Egito durante o Período Romano. In: *Semna- Estudos de Egiptologia I*, Rio de Janeiro: Seshat/Kliné, 2014, p. 154-155.

³⁶²C.f. BADER, 2013, p. 259; BUZON et al. 2016, p. 287; VAN PELT, 2013, p. 533.

³⁶³BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 192.

³⁶⁴STOCKHAMMER, P.W. From Hybridity to Entanglement, from Essentialism to Practise. In: VAN PELT, P. (Org.), *Archaeology and Cultural Mixture. Archaeological Review from Cambridge* 28, 1 (Cambridge 2013), p.11–28.

³⁶⁵Idem.

³⁶⁶ANTONACCIO, Carla. (Re)Defining Ethnicity: Culture, Material Culture, and Identity. In: HALES, Shelley; HODOS, Tamar. *Material Cultural and Social Identities in the Ancient World*. New York: Cambridge University Press, 2010, p. 39.

Essa rede de relações entre pessoas e entre pessoas e objetos ajuda a ordenar a compreensão do mundo, ou seja, ela estrutura a percepção do mundo social.³⁶⁷ Dessa forma, a apropriação e recontextualização de figuras e símbolos ajudam a construir, negociar e a exprimir identidades e alianças.³⁶⁸ As trocas e influências culturais entre os egípcios e a Baixa Núbia geram a dúvida se, as características egípcias que passam a ser dominantes na documentação núbia são fruto da aculturação ou adoção cega da cultura egípcia, ou se são símbolos recontextualizados e adaptados, ilustrando uma negociação de identidades?

László Török, por exemplo, defende que as semelhanças e diferenças entre templos kushitas e egípcios podem não ser o fruto de compreensões imperfeitas da cultura egípcia, e sim frutos de conceitos diferentes entre as duas culturas.³⁶⁹ A análise de documentos da família de Teh-Khet revela, então, traços de recontextualizações das culturas ou crenças egípcias em contextos locais nativos. Desse modo, a ressignificação ou incorporação de aspectos, como por exemplo de deuses egípcios que podiam ser relacionados com deuses do panteão núbio,³⁷⁰ se inserem em uma troca cultural mais complexa, já que pode revelar meios pelos quais se deu a negociação de identidades.

Baseado nessa discussão, é possível situar melhor a complexidade do contato entre egípcios e as elites de Teh-Khet. Na estela de Amenemhet encontrada em Buhen, o texto traz aspectos interessantes sobre aspectos culturais intercambiados:

Ao ka de Hórus, Senhor de Buhen,

Milhares de incenso [e unguentos e milhares de gado e] galinhas, milhares de articulações, milhares de tudo bom e puro, oferendas de todos os tipos de vegetais

Ao ka de todos os deuses de Ta-seti

Que eles possam dar uma boa vida, favor, amor, habilidade de inteligência em todo trabalho

Ao ka do paciente ouvinte àquele que lhe fala, aquele que faz com que oficiais se satisfaçam, direto, aquele que não fala ociosamente, um oráculo entre o povo, aquele que é louvado por ele que está na cidade, o líder valente na terra da filha do Rei, o escriba Amenemhet. (SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, 1991:194)³⁷¹

³⁶⁷DIETLER, Michael. *Archaeologies of Colonialism, Consumption, Entanglement and Violence in Ancient Mediterranean in France*. Los Angeles: University of California Press, 2010. p. 57-58.

³⁶⁸DER, Lindsay; FERNANDINI, Francesca (ed). *Archaeology of Entanglement*. New York: Routledge, 2016, p. 17-18.

³⁶⁹TÖRÖK, László. *The Image of the Ordered World in Ancient Nubian Art*. Leiden: Brill, 2002, p.40.

³⁷⁰C.f. TÖRÖK, 2002, p. 12-15; YELLIN, 2012, p. 2.

³⁷¹Marcações próprias.

A estela é iniciada com uma oferenda a Hórus, deus egípcio e um dos mais importantes no panteão egípcio. Não existia apenas uma representação de Hórus, existiam vários Hórus, podendo ser fruto de várias combinações e identificações, todas sendo complementares. Essa divindade era identificada como o deus falcão, nessa configuração, Hórus era uma divindade do céu e do Sol. No entanto, esse deus foi associado e sincretizado com outras divindades de diferentes regiões e, inclusive, foi patrono de várias colônias egípcias, como por exemplo Miam e Buhen.³⁷²

Baseado nisso, a presença de Hórus na estela de Amenemhet, encontrada em Buhen, é importante. A oferenda a Hórus aqui se insere em um contexto complexo de apropriação de aspectos egípcios religiosos. Essa divindade egípcia ao se tornar patrono de Buhen passa por resignificação cultural, ela não é mais a divindade Hórus como concebida desde o período Pré-Dinástico. Se, assim como afirma Edwards,³⁷³ as práticas mortuárias egípcias com o passar do tempo se alteram, algumas concepções e visões de mundo também, visto que uma está diretamente ligada a outra. Dessa forma, aspectos culturais tomam outras formas, e no caso de *Hórus, senhor de Buhen*, isso também é verdade, ele se transformou para poder ser aceito como divindade da Baixa Núbia desde o Reino Médio.³⁷⁴

Como já mencionado, a variação do nome de Hórus permitiu a formação de uma rede de significados.³⁷⁵ Dessa forma, Hórus foi constantemente recontextualizado ilustrando a renegociação de identidades a partir de seu culto. O culto desse deus egípcio, além de passar por transformações locais para ser cultuado, aponta para associações com os deuses núbios nativos. Algumas divindades núbias podiam ser associadas a deuses egípcios, seja por seu significado ou aparência. Dedwen, deus da Baixa Núbia, tinha características de um falcão e foi associado a Hórus.³⁷⁶

A adoção de *Hórus, Senhor de Buhen*, como patrono da região e a semelhança dessa divindade com Dedwen, deus nativo da Núbia, levanta a possibilidade de que as elites nativas selecionavam aspectos da cultura egípcia que tivessem, de alguma forma, relação ou

³⁷²REDFORD, Donald. *Encyclopedia of Ancient Egypt, vol. 2*. New York: Oxford University Press, 2001, p.119-122.

³⁷³EDWARDS, D.N. *The Nubian Past. An Archaeology of Sudan*. London: Routledge, 2004, p. 107.

³⁷⁴C.f. FRIZZO, 2016, p. 191; TÖRÖK, 2009, p. 212.

³⁷⁵BARRY, Kemp. *Ancient Egypt Anatomy of a Civilization*. New York: Routledge, 2018, p.80.

³⁷⁶YELLIN, Janice. Nubian Religion. In: D' AURIA, Sue; FISHER, Marjorie M.; IKRAM, Salima; LACOVARA, Peter (ed). *Ancient Nubia African Kingdoms on the Nile*. American University in Cairo Press, 2012, p. 126.

proximidade com sua cultura nativa. Török argumenta que, por exemplo, “a linguagem egípcia da arte kushita serviu como uma articulação de conceitos kushitas”.³⁷⁷

Somado a isso, algumas divindades núbias influenciaram a cultura egípcia, alterando características sendo o deus Amun um exemplo de tal influência. Amun, desde o reinado de Tutmés I (1525-1504 a.C.) era cultuado na Núbia e passa a ganhar, por exemplo, uma cabeça de carneiro, uma característica núbia e não egípcia (ver capítulo 3). Török ainda afirma que durante o período Raméssida (1295-1069 a.C.), Amun cultuado em Luxor, no Egito, também apresentava os chifres de carneiro.³⁷⁸ Isso ilustra que as trocas culturais eram múltiplas e sugerem que os símbolos eram negociados e ressignificados.

Janice Yellin, em sua pesquisa sobre a religião na Baixa Núbia, afirma que alguns deuses egípcios quando adotados por nativos núbios passaram por um processo que ela chama de “nubianização”.³⁷⁹ Aqui, prefiro chamar de adaptação ou negociação, ao invés de “nubianização”, uma vez que o processo de associação entre as divindades egípcias dentro de uma base teórica como o emaranhamento, já presume a importância da agência e o potencial de criatividade e escolha dos indivíduos, não reduzindo a complexidade social.

Outro fator da estela de Amenemhet ainda permite afirmar que houve negociação, em diferentes níveis, da cultura. Ao mesmo tempo em que aspectos egípcios foram aceitos, como já debatidos, e outros adaptados, como o caso de Hórus, se observa outra face da negociação. Enquanto Hórus foi assimilado, a estela indica que a crença em outros deuses “núbios” não foi simplesmente abandonada.

No trecho, “*ao ka de todos os deuses de Ta-seti*” a negociação de aspectos fica mais evidente. Ta-seti (tA-sty), chamada de *Terra do arco*, corresponde a um dos nomes dado à Núbia.³⁸⁰ Portanto, Amenemhet ao citar “*todos os deuses de Ta-Seti*”, ele está afirmando a crença nessas divindades, o que seria um vínculo com a cultura e crenças nativas da região. A presença de ambos fatores, egípcios e núbios, pode indicar um contexto social mais complexo, uma vez que mostra, no mesmo documento, o equilíbrio de ambos, uma negociação.

³⁷⁷TÖRÖK, László. *The Image of the Ordered World in Ancient Nubian Art*. Leiden: Brill, 2002, p.4

³⁷⁸Idem, p.11-12.

³⁷⁹YELLIN, Janice. Nubian Religion. In: D’ AURIA, Sue; FISHER, Marjorie M.; IKRAM, Salima; LACOVARA, Peter (ed). *Ancient Nubia African Kingdoms on the Nile*. American University in Cairo Press, 2012, p. 126.

³⁸⁰C.f. FRIZZO, 2016, p.191; MORKOT, 2020, p.473; SHERIF, 1981, p.248; TÖRÖK, 2009, p.216; VIEIRA, 2017, p. 118.

A negociação se explica ao ser possível integrar os dois aspectos de origens culturais diferentes na mesma fórmula. O emaranhamento das duas culturas na estela se dá, em primeiro lugar, no momento em que se tem um documento aos moldes egípcios, desde o estilo, isto é uma estela, em hieróglifos e na representação do escriba, por exemplo. Em um segundo momento, a aceitação e adaptação da cultura egípcia com a oferenda a *Hórus*, *Senhor de Buhen*, que como já discutido, sofreu adaptações e ressignificação. E, por fim, a negociação de aspectos núbios, se adaptando e diluindo, nesse contexto de expansão e incorporação, a partir dos deuses de Ta-Seti não esquecidos, mas sim enaltecidos.



Figura 8: Representação da Estela de Amenemhet. (SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, 1991:193)






Aspectos da documentação da família de Teh-Khet, como estela de Amenemhet, apontam para uma negociação e ressignificação de traços culturais e identitários. Através do emaranhamento, esses aspectos podem ser rastreados e entendidos como uma forma de negociação, porém outras faces de alianças, adaptações e negociações podem ser percebidas a partir das dinâmicas entre os indivíduos da família. A mudança de títulos e a construção das tumbas são dois aspectos que ilustram tal caráter de adaptação.

2.3.3. Amenemhet, Chefe de Teh-Khet

A tumba de Amenemhet apresenta aspectos interessantes do relacionamento e negociações entre egípcios e a elite núbia de Teh-Khet. A tumba estava na margem oeste do

Nilo, e era cavada em uma rocha, onde se tinha um pátio em frente de uma capela de estátuas cortada, uma rampa que conectava o pátio com uma estrutura que levava a um corredor subterrâneo até a câmara funerária. A tumba, de maneira geral, segue o modelo e cânones egípcios, inclusive pelo lado em que a tumba se encontra em posição ao rio.

A tumba de Amenemhet foi amplamente saqueada, mesmo assim alguns objetos encontrados geram interesse devido ao seu contexto e essência. O primeiro deles é uma dupla de paletas de escriba, em uma lê-se “*escriba, Pa-itsy*” e, na outra, “*O Chefe de Teh-Khet*”. O segundo, é um conjunto de vasos canópicos, todos pertencentes a “*Pa-itsy-her, verdadeiro de voz*”. É seguro dizer que ambos os achados na tumba, não pertencem a Amenemhet e sim a seu irmão que, como já argumentado, tinha dupla nomenclatura Djehuty-hotep e Pa-itsy.

Os vasos canópicos apontam para um estranhamento do nome núbio de Djehuty-hotep, pois há uma variação entre as escritas dos jarros. O nome que já tinha sido visto em estela e até mesmo na paleta de escriba na tumba de Amenemhet é “Pa-itsy”, enquanto nos quatro vasos se veem variações do nome. Nas inscrições, percebe-se a troca de hieróglifos ao final do nome, nos vasos lê-se “PA-itws-hr” () e “PA-itws” (). Nessas variações, o último hieróglifo é trocado,  por  . Em outro documento, o nome “Pa-itsy” aparece de outra forma “PA-itis” (). Isso aponta para a possibilidade de que a escrita do nome era estranha à língua egípcia, ressaltando o caráter núbio e estrangeiro do Chefe Djehuty-hotep.

Um questionamento ainda se faz sobre os objetos encontrados na tumba. Por que paletas e os vasos canópicos de Djehuty-hotep estão na tumba de seu irmão, Amenemhet? Talvez a resposta esteja na concepção de cultura mortuária egípcia de Amenemhet, que optou por trazer os objetos à sua tumba a fim de honrar com os cânones egípcios, uma vez que sua tumba estava do lado oeste do rio, enquanto a tumba de seu irmão estava do outro lado do rio, leste, e em desacordo com as crenças egípcias.³⁸¹

Na Tumba ainda se encontra outro aspecto interessante. Na capela, quatro estátuas foram encontradas inacabadas. Essas estátuas correspondem a *Rwiw*, pai de Amenemhet, *RwnA*, mãe de Amenemhet, a de Amenemhet e a de sua esposa, Hatshepsut. A defesa de que Amenemhet e Hatshepsut não tiveram filhos se baseiam em dois fatores, na falta de referência à filhos e nas estátuas inacabadas na capela da tumba de Amenemhet. Portanto, o

³⁸¹TÖRÖK, László. *Between Two Worlds*. Leiden: Brill, 2009, p.268.

seguimento dessa família de Teh-Khet se mostra comprometido após Amenemhet, o que, por sua vez, influencia a participação de Teh-Khet na administração egípcia. Se os títulos de Chefe de Teh-khet são hereditários, e se Amenemhet, o último descendente de Teti, não teve filhos, o controle nativo da região teria que ser negociado posteriormente.

Uma inscrição em estela tumular na tumba de Amenemhet passa a identificá-lo como “Chefe de Teh-Khet”. A partir disso, na primeira parte da estela se tem a confirmação clara da ascendência de Amenemhet, mesmo que ele não se identifique como anteriormente, isto é, como escriba:

O Chefe de Teh-Khet, *Rwīw* e tua esposa, a Senhora da Casa, *RwnA*.

Teu filho o Chefe Amenemhet,³⁸² repetindo vida

O Chefe de Teh-Khet e tua esposa, a Senhora da Casa, Hatshepsut.

Tua esposa, a senhora da Casa, Hasthepsut. (SÄVE-SÖDERBERGH; TROY. 1991: 201)

Nessa estela funerária é a primeira vez que Amenemhet é identificado como chefe, se colocando como herdeiro direto do título de *Rwīw*. Tal questão é interessante, pois era Djehuty-hotep, até então, quem mais era representado com o título de “Chefe.” Outro fator interessante é o nome da esposa de Amenemhet, Hatshepsut, sendo outro indicador do período em que o chefe viveu. Ao final da estela, após as oferendas aos deuses, Amenemhet se identifica novamente: “[...] para o ka do único excelente, aquele que teu Senhor ama, cuja atenção é vigilante, que se concentra contra o crime, O Chefe de Teh-Khet, Amenemhet, verdadeiro de voz.”³⁸³ Como já comentado, Amenemhet não se identifica como escriba, mas sim como “Chefe de Teh-Khet”, sendo o mesmo título de seu pai e de seu irmão.

O título de “Chefe de Teh-Khet”, na documentação, é escrito da seguinte forma: *wr n tH-xt*. De acordo com Dimitri Meek³⁸⁴ e Raymond Faulkner,³⁸⁵ o termo “*wr*” corresponde a chefes de países estrangeiros, chefes aliados do Egito ou ainda governantes de terras estrangeiras. Säve-Söderbergh ainda complementa ao afirmar que *wr* somado ao nome de

³⁸²Na estela a parte do nome escrita como “Amun” foi apagada, mas ao final da estela ainda é legível o sombreado do nome que se tentou apagar. (SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, 1991, p. 203.)

³⁸³SÄVE-SÖDERBERGH; TROY. *New Kingdom Pharaonic Sites, the finds and the sites*, vol. 5:2. Suécia: Almqvist & Wiskell Tryckeri, 1991, p. 203.

³⁸⁴MEEKS, Dimitri. *Année Lexicographique égypt ancienne*, tome 3. Paris: Cybele, 1979, p.71-73.

³⁸⁵FAULKNER, Raymond. *A Concise dictionary of Middle Egyptian*. Oxford: Griffith Institute, 1991, p.64.

uma região estrangeira ou povo, quando usado como título, se refere a estrangeiros e não egípcios.³⁸⁶

De *Rwīw* até Amenemhet, uma vez que Teti não tinha o título de “*wr n tH-xt*”, todos os três membros da elite que portaram o título de chefes, eram chefes estrangeiros. O que deve ser ressaltado aqui é, uma vez que esses membros da elite se identificavam como líderes *estrangeiros*, eles estavam se reconhecendo como não egípcios. A partir do momento que se identificavam como “Chefes de Teh-khet”, estariam assumindo que são núbios, por mais próximos que fossem do Egito ou por mais que apropriassem e adaptassem sua cultura, eles eram vistos pelos egípcios como líderes estrangeiros.

Na estela presente na tumba de Amenemhet o título aparenta estar associado à hereditariedade. Em especial quando da apresentação dos indivíduos, *Rwīw*, é identificado como “Chefe de Teh-khet” e logo depois Amenemhet se apresenta como “*Teu filho o Chefe Amenemhet*” e se afirma como sendo “Chefe de The-khet”. Na tumba de Djehuty-hotep a relação entre o título de “Chefe” e a hereditariedade também é indicada.

As tumbas de Djehuty-hotep e a de Amenemhet parecem ser parte de uma estrutura que se complementa. Ambas são projetadas para ficarem face a face, em suas respectivas margens (Figura 10). A tumba de Djehuty-hotep, embora mais conservada que a de Amenemhet também foi saqueada. As inscrições na porta da tumba revelam um pouco mais sobre a hereditariedade do título de “Chefe de Teh-Khet”.

Na tumba, em trecho escrito no batente esquerdo do lado exterior da porta, está a seguinte frase: “[...] *ao ka do Chefe, filho de um Chefe, excelente herdeiro, [...] um não ocioso em relação ao que foi lhe ordenado, o Chefe de Teh-Khet, o escriba, Djehuty-hotep, verdadeiro de voz.*”³⁸⁷ Na passagem, Djehuty-Hotep se chama de herdeiro, ele se reconhece como parte de uma burocracia.

A importância desses chefes era considerável para a administração egípcia. Apenas os cargos mais altos ficavam nas mãos de egípcios, de forma que a Núbia era organizada por essas lideranças nativas.³⁸⁸ Assim, a aceitação e assimilação da cultura egípcia estavam também relacionadas com o status por parte dos líderes locais, quanto mais próximos estivessem da cultura dominante, mais “legítimos” seriam considerados. No entanto, defender

³⁸⁶SÄVE-SÖDERBERGH; TROY. *New Kingdom Pharaonic Sites, the finds and the sites*, vol. 5:2. Suécia: Almqvist & Wiskell Tryckeri, 1991, p.206;

³⁸⁷Idem p. 197.

³⁸⁸C.f. FRIZZO, 2016, p. 188; MORKOT, 2001, p. 238-239.

a escolha deliberada de uma cultura por parte de indivíduos é, no mínimo, problemático, sendo necessário ressaltar que a ressignificação e negociação dessas ideias não acontecem de forma clara e rápida, sendo, ao contrário, um processo longo e inconsciente.

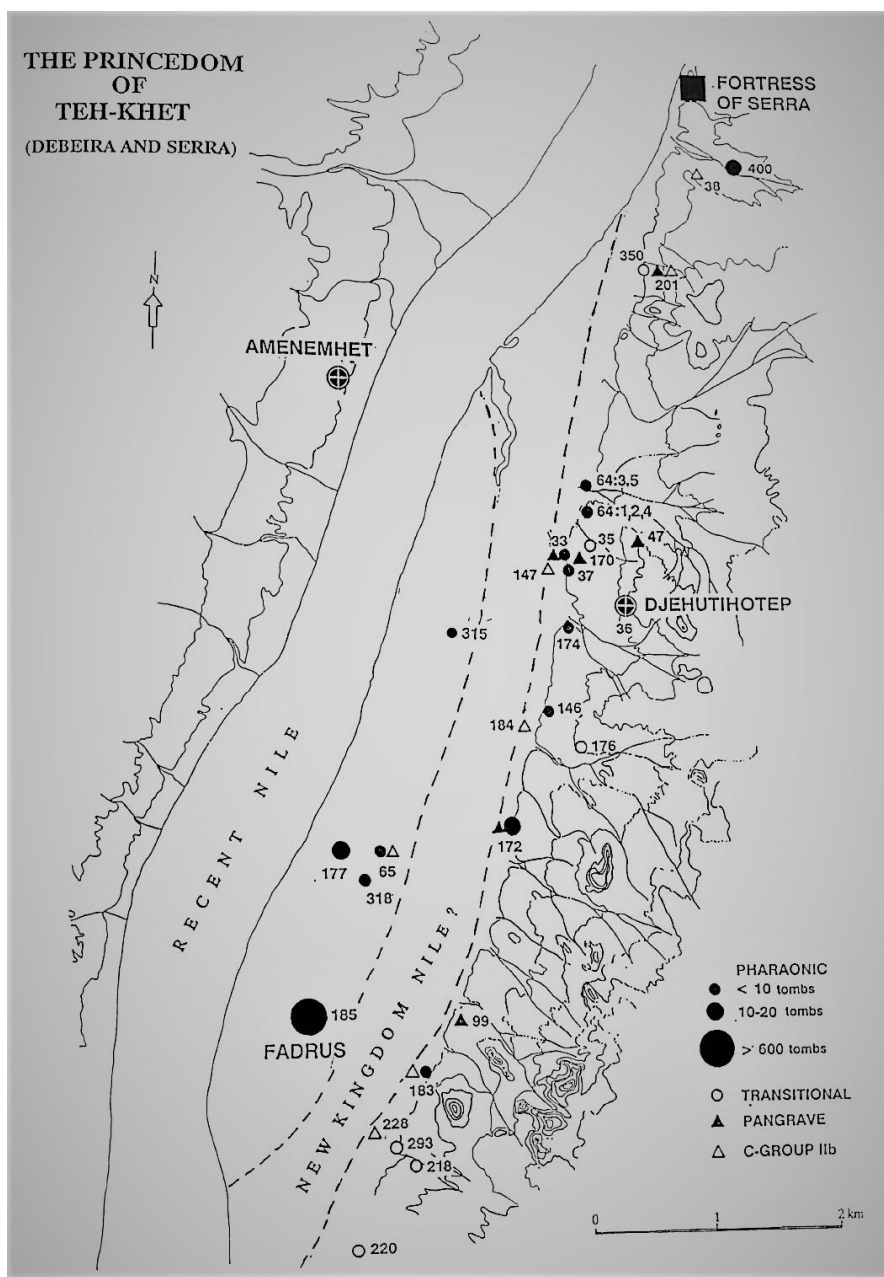


Figura 9: Mapa de Debeira e Serra, com ênfase nas tumbas de Djehuty-hotep e Amenemhet.
(SÄVE-SÖDERBERGH, 1991:191)

2.4. Alianças renováveis e a manutenção da legitimidade

A partir da discussão, três gerações da família real de Teh-Khet foram apresentadas. A sucessão de seus integrantes permite que se observe o avanço da administração egípcia nessa região da Baixa Núbia. Após a morte de Amenemhet, e como ele não teve filhos, não se

tem registro de outros membros com o título de “Chefe de Teh-Khet”³⁸⁹ até o período Raméssida, quando um fragmento de estela foi encontrado.³⁹⁰

////...////...////aquele que ama como Amun, sob a autoridade do meu Senhor
///...//// o Chefe de Teh-khet, que foi dado a ele antes de seu nascimento, *I-pi-j*.////...////um campo de 70 cúbicicos por 7 varas que fazem 5 auras, sendo o que o Filho Real de Kush, Heqanakht, deu a ele. (SÄVE -SÖDERBERGH; TROY, 1991:204)

Na estela, muito danificada, um trecho se destaca: “*O Chefe de The-khet, que foi dado a ele antes de seu nascimento...*”. Na frase o chefe afirma que seu título lhe foi dado por direito de nascença. Sendo assim, se nem Amenemhet nem Djehuty-hotep tiveram descendentes, como se deu a ascensão de outra família portadora do título de *wr*? Talvez a resposta nunca seja possível de ser respondida dada a falta de documentação e evidências.

No entanto, a partir do histórico das elites da Baixa Núbia incorporadas ao aparato burocrático egípcio, é possível observar membros da elite núbia se negociarem. A negociação, como já exposto, ocorreria no âmbito econômico, com as tributações por exemplo, e no social também.³⁹¹ Ao mesmo tempo, a adaptação de traços culturais estrangeiros também os mantinha legítimos perante os nativos, por exemplo com o culto de Hórus e Amun, duas divindades com bases semelhantes tanto no Egito e Núbia, sendo possível um paralelo.

Elle Morris,³⁹² afirma que a importância de elites núbias estarem na organização de seus territórios nativos era grande para os egípcios.³⁹³ Nessa concepção, o fato de que os próprios líderes núbios, conhecedores da língua e costumes ainda não “egipcianizados”, coletassem tributos e intermediassem os contatos e comércio com os egípcios, daria mais legitimidade para o domínio e controle para ambos na região.

Tal negociação ainda pode ser vista entre as próprias gerações da família de Djehuty-hotep e Amenemhet ao se analisar, por exemplo, a árvore genealógica dos chefes:

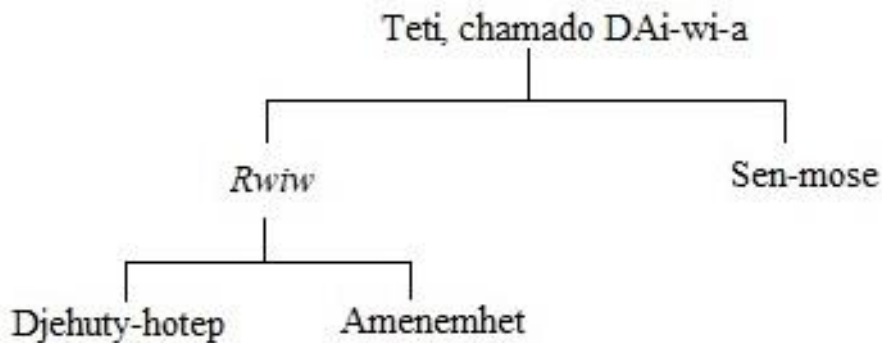
³⁸⁹MORRIS, Ellen. Transculturation, Collaboration, Colonization (c.1773-1295). In: MORRIS, Ellen. *Ancient Egyptian Imperialism*. Los Angeles: Wiley, 2018, p.109.

³⁹⁰Säve-Söderbergh levanta a possibilidade do fragmento ter sido encontrado em Serra, mas não há a certeza. (SÄVE-SÖDERBERGH, 1991, p. 204)

³⁹¹MORRIS, Ellen. Transculturation, Collaboration, Colonization (c. 1773- 1295). In: MORRIS, Ellen. *Ancient Egyptian Imperialism*. Los Angeles: Wiley, 2018, p.105-113.

³⁹²MORRIS, Ellen. *Ancient Egyptian Imperialism*. Hoboken: Wiley, 2018.

³⁹³Idem, p. 103-109.



Teti não tinha títulos além do de honorável, nem mesmo o título de *wr*, e a partir da documentação sua dupla nomenclatura é a maior indicadora de sua origem núbia. Teti teve dois filhos, *Rwiw* e Sen-mose, ambos com nomes núbios apenas. A arqueologia encontrou a tumba de Sen-mose, nela há indícios de que ele teve filhos e que não portava nenhum título, nem mesmo o de escriba ou de *wr*. No entanto, o irmão de Sen-mose, *Rwiw*, possuía os títulos de escriba e de *wr*, sugerindo que ele seria o filho mais velho e Sen-mose o mais novo. Assim, a negociação estaria presente já na própria estrutura da família, pois apenas *Rwiw* teria ganhado o título, enquanto seu irmão não.

Rwiw e Sen-mose viveram no começo da primeira metade da XVIII dinastia (1550-1295 a.C.). A administração egípcia ainda não estava enraizada e a expansão ainda em curso. A disparidade entre os títulos desses irmãos pode sugerir a negociação e adaptação da própria administração estrangeira na família.

Além de Sen-mose, *Rwiw* também teve filhos, os já mencionados Djehuty-hotep e Amenemhet. É interessante notar que ambos tiveram títulos, logo, os dois novos membros da elite núbia já foram incorporados. Sabe-se que Djehuty-hotep era o mais velho, o que pode ser rastreado também através da tumba de Sen-mose em Aswan. Sen-mose cita seus sobrinhos em sua tumba, onde identifica Djehuty-hotep já como *wr*, enquanto Amenemhet como escriba: “*Teu irmão,³⁹⁴ o Chefe de Teh-Khet, Pa-itsy, gerado pelo Chefe Rwiw, verdadeiro de voz, nascido pela Senhora da Casa, RwnA. (...) Teu irmão, o escriba Amenemhet.*” (SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, 1991:191).

³⁹⁴Säve-Söderbergh e Troy afirmam que a palavra irmão aqui deve ser entendida como sobrinho. (SÄVE-SÖDERBERGH; TROY, 1991, p. 191)

Argumento, então, que a negociação também se dá dentro da família de Teh-khet, através da mudança de títulos, de dupla nomenclatura e da lógica de inserção de membros na administração egípcia. Possivelmente, isso se deu pela necessidade de incorporar mais membros a fim de organizar e supervisionar melhor a região. Como Morris afirma, a necessidade era de ambos os lados: a família queria status e se manter no poder, e os egípcios precisavam de uma estrutura burocrática confiável na Baixa Núbia.

Quando Djehuty-hotep morre sem deixar herdeiros, Amenemhet como próximo na “linha de sucessão” assume o título de *wr*. No entanto, isso só foi possível por causa da incorporação anterior de Amenemhet ao aparato burocrático, a partir de seus outros títulos, epítetos e assimilações culturais. É interessante observar tal desdobramento das negociações e avanços egípcios a partir das próprias titulações, como já mencionadas:

	Documentos com o título de escriba	Documentos com o título de <i>wr</i>	Documentos com os títulos de escriba e <i>wr</i> juntos	Total de documentos em que foram citados
Teti, chamado DAi-wi-a	----	----	----	3
Sen-mose	----	----	----	1
Rwiw	1	8	1	8
Djehuty-hotep, chamado Pa-itsy	4	5	3	8
Amenemhet	5	2	0	8

Figura 10: Tabela dos títulos dos membros da família de elite de Teh-Khet.

A partir da tabela, o cargo de *wr* é visto como sendo hereditário e que Amenemhet só passa a ganhar este cargo após a morte de seu irmão, ou seja, quando o então *wr* não pode mais exercer as funções atreladas ao título. A negociação está no fato de que os cargos parecem seguir duas lógicas: a primeira se baseia na incorporação das lideranças nativas no aparato egípcio, ou seja, os membros da família de Teh-Khet se negociam em relação aos egípcios, com mecanismos de adaptação e recontextualização cultural de aspectos egípcios e núbios na religião, por exemplo.

A segunda lógica de negociação se vê dentro da família de Teh-Khet, pois os membros dela tinham diferentes cargos e títulos. A diferença é pautada no avanço e desenvolvimento da administração egípcia, visto que Sen-mose e *Rwiw* não tinham títulos e funções claras na burocracia ao mesmo tempo. Enquanto Djehuty-hotep e Amenemhet estão

inseridos nesse contexto administrativo ao mesmo tempo, e, após a morte de Djehuty-hotep, negociar a função de *wr*.

2.5. A negociação como forma de resistência

Durante a expansão do Reino Novo, o Egito conquistou a Núbia até a região da quarta catarata, introduzindo um sistema administrativo à semelhança egípcia. A Baixa e a Alta Núbia tiveram lógicas administrativas diferentes, sendo a Alta Núbia mais autônoma do que a Baixa Núbia, diretamente controlada.³⁹⁵ A estrutura da administração egípcia teria utilizado as sobreviventes do Reino Médio, as fortalezas, como as de Semna, Buhen e Uronarti, que durante o Segundo Período Intermediário foram habitadas por egípcios e populações núbias.

Neste período de ocupação das fortalezas por oficiais egípcios, uma documentação sobrevivente, como as inscrições relacionadas a família de Ka e a estela Buhen 691, apresenta informações interessantes sobre o relacionamento desses indivíduos com o emergente Reino Kerma. O relacionamento se mostra complexo, pois ilustra uma família expatriada egípcia se negociando com o Reino de Kerma. A partir da estela 691 também é possível observar aspectos de duas culturas diferentes se emaranhando, por exemplo com a falta de inscrições em uma estela que representa uma liderança.

Com o início do Reino Novo, as fortalezas foram retomadas pelos egípcios, mas continuaram a ser importantes lugares de intensas trocas culturais e de realização do poder egípcio sobre a Núbia.³⁹⁶ Tal caráter de poder das fortalezas é percebido a partir de sua transformação gradual em cidades-templárias com funções administrativas vinculadas a agricultura e redistribuição econômica.³⁹⁷

Seria nessa administração econômica que as lideranças núbias de Teh-Khet, analisadas neste capítulo, se apresentam. A administração egípcia na Baixa Núbia, ao incorporar indivíduos nativos, estaria possibilitando a continuação desses indivíduos em uma posição de poder em sua região, ao mesmo tempo em que intensificava as influências culturais egípcias sobre as populações núbias.

O objetivo do capítulo foi analisar a documentação produzida por esta família núbia, a fim de melhor entender as trocas e relacionamento entre egípcios e núbios. Através da

³⁹⁵C.f. MORKOT, 2001, p. 235; SMITH, 2003, p. 96.

³⁹⁶MORKOT, Robert. From conquered to conqueror: the organization of Nubia in the New Kingdom and the kushite administration of Egypt. In: MORENO GARCIA, Juan. *Ancient Egyptian Administration*. Leiden: Brill, 2013, p. 924.

³⁹⁷C.f. FRIZZO, 2016, p. 119; KEMP, 1978, p. 21-31.

investigação de estelas, como a de Teti, *Rwiv*, Djehuty-hotep e Amenemhet, e tumbas, como a de Amenemhet, foi possível identificar aspectos culturais diferentes que se ressignificam ao serem mobilizados, como “*Hórus, Senhor de Buhen*”. Ou seja, é perceptível a presença núbica em um contexto de intensa troca cultural, mesmo que, em um primeiro momento, a documentação de Teh-Khet aponte para uma tradição egípcia.

A presença egípcia, então, foi compreendida tendo como base o emaranhamento. Essa base teórica auxilia na percepção do relacionamento entre egípcios e núbios como negociações³⁹⁸ de identidades. Dado que as identidades são situacionais e flexíveis, a família de Teh-Khet se representou de acordo com cânones egípcios, mas adaptou e ressignificou aspectos culturais que fossem, de alguma forma, semelhantes ao seu conhecimento e crença prévios.

As lógicas de negociação apresentadas aqui, como a incorporação das lideranças nativas e a adaptação de suas características culturais e identitárias e a negociação dentro da própria família de Teh-Khet, apontam para uma forma de resistência. A resistência pode ter várias formas,³⁹⁹ ela depende do contexto e de negociações que a torna complexa. É a partir das cosmovisões, submissões e negociações que a resistência se forma.⁴⁰⁰ As lideranças de Teh-Khet resistiram à dominação ao se negociarem, elas, através da adaptação e recontextualização de suas identidades, de seus conhecimentos e crenças, permaneceram com sua posição de status e foram incorporadas ao aparato burocrático egípcio. Isso, porém, não quer dizer que suas características culturais núbias desapareceram, elas foram negociadas e adaptadas.

Yellin⁴⁰¹ e Andrew Reid,⁴⁰² por exemplo, argumentam que, em períodos posteriores ao domínio egípcio do Reino Novo, como o Período de Napata e de Méroe, crenças núbias voltaram a ser frequentes. Portanto, aspectos culturais assimilados no Reino Novo são formas de negociação de sobrevivência e usados em benefício de interesses próprios. No entanto é necessário ter cautela, pois assim como Frizzo e Smith apontam, é ingênua e problemática a

³⁹⁸LEMONS, Rennan; FRIZZO, Fábio. Potes, Pratos e Contatos Culturais: Práticas Alimentares na Núbia Durante o Reino Novo (c. 1550-1070 a.C.). *Mare Nostrum*, v. 10, n.1, 2019, p. 96.

³⁹⁹C. f. SMITH, 2013, p. 84-107; VIEIRA, 2017, p. 130.

⁴⁰⁰VIEIRA, Fábio. Os filhos da Núbia: Cultura e deslocamentos na África antiga sob a XVIII dinastia egípcia (1550-1307 a.C.). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017, p.130.

⁴⁰¹YELLIN, Janice. Nubian Religion. In: D'AURIA, Sue; FISHER, Marjorie M.; IKRAM, Salima; LACOVARA, Peter (ed). *Ancient Nubia African Kingdoms on the Nile*. American University in Cairo Press, 2012, p.125-144.

⁴⁰²O'CONNOR, David B.; REID, Andrew. Introduction-Locating Ancient Egypt in Africa: modern theories, past realities. IN: O'CONNOR, David B.; REID (Orgs.). *Ancient Egypt in Africa*. London : UCL Press, 2003, p.1-21.

defesa de que ocorreu uma escolha deliberada de traços culturais e formas de se negociar a sobrevivência. Portanto, é importante reafirmar que esse processo de emaranhamento e negociação foi longo e demorado, foram necessárias gerações para que se tornasse rastreável nos documentos, além de que, muitas vezes, não era consciente e estava ancorado nos hábitos e mentalidades do dia a dia.

Seguindo esta lógica de negociação e emaranhamento como um processo longo que envolve a agência dos indivíduos, a apropriação e ressignificação de determinado objeto ou prática podem ocorrer. Dessa forma, a capacidade criativa das pessoas envolvidas nos encontros culturais que moldam tradições,⁴⁰³ isso implica que não apenas os núbios se negociaram, mas os egípcios também.

⁴⁰³STOCKHAMMER, P.W. From Hybridity to From Hybridity to Entanglement, from Essentialism to Practice. In: VAN PELT, P. (Org.). *Archaeology and Cultural Mixture. Archaeological Review from Cambridge* 28, 1 (Cambridge 2013), p. 11–28.

CAPÍTULO 3: SOB O OLHAR DOS EGÍPCIOS - A EXPANSÃO DA XVIII DINASTIA (1550 – 1425 A.C.)

A capacidade criativa,⁴⁰⁴ central para a compreensão do contexto e das relações entre egípcios e núbios na XVIII dinastia (1550-1295 a.C.), diz respeito ao processo pelo qual objetos ou símbolos são adotados por um indivíduo ou grupo, a partir de trocas culturais e ressignificados, tendo em vista os interesses de tal grupo ou indivíduo. Thomas,⁴⁰⁵ ao se debruçar sobre a dinâmica entre colonizadores europeus e povos originários da Austrália e da América do Norte, afirma que objetos adotados por tais povos eram feitos a partir “de agendas políticas e culturais”, passando por ressignificações que contribuíram para as dinâmicas de relacionamento, não sendo uma adoção “ingênua” de práticas dos colonizadores.⁴⁰⁶ Dessa forma, a capacidade criativa estaria associada à resistência de grupos em contextos de domínio, sendo este processo semelhante ao observado nas relações entre egípcios e a elite de Teh-Khet no segundo capítulo.

A resistência, pautada na capacidade criativa do emaranhamento, faz parte da negociação de identidades, sendo este modelo base para a compreensão dos contatos entre egípcios e núbios durante a XVIII dinastia (1550-1295 a.C.). Com a lógica da capacidade criativa e da negociação se refuta a afirmação de uma “egipcianização” e aculturação, defendidas na egiptologia do século XX.

Os discursos egípcios da primeira metade da XVIII dinastia afirmam a superioridade egípcia e a covardia de outros grupos, como os da Baixa Núbia. Os documentos da expansão, junto com documentos núbios, como as estelas da família real de Teh-Khet analisadas anteriormente, são usados para argumentar a favor da sobreposição da cultura egípcia sobre a núbia. Documentos como os textos de Kamés, a estela de Tombos de Tutmés I e a estela de Assuã/Philae de Tutmés II, em um primeiro momento, aparentam relatar um discurso ideológico e de propaganda durante as campanhas militares ao sul do Egito.

No entanto, a lógica do emaranhamento e negociação de identidades podem contribuir para uma análise mais completa das fontes núbias e egípcias. A negociação de identidades tem várias formas, compreende-se a negociação como um processo em meio a um contexto de conflitos sociais e políticos, através de trocas e disputas de aspectos culturais e de

⁴⁰⁴STOCKHAMMER, P. W. From Hybridity to Entanglement, from Essentialism to Practice. In: VAN PELT, P. (Org.). *Archaeology and Cultural Mixture. Archaeological Review from Cambridge* 28, 1 (Cambridge 2013) p. 15-16.

⁴⁰⁵THOMAS, Nicholas. *Entangled Objects: Exchange, Material Culture, and Colonialism in the Pacific*. Boston: Harvard University Press, 1991.

⁴⁰⁶Idem, p. 88.

hierarquia social. Durante este processo, as identidades e seus símbolos podem ser reforçados, adaptados e alterados com o objetivo de cruzar fronteiras culturais com mais facilidade,⁴⁰⁷ ou seja, a negociação é uma forma de travessia entre duas culturas, um equilíbrio entre sentimentos de pertencimento, entre identidades.⁴⁰⁸ Aqui a negociação abordada será entre o faraó e oficiais egípcios e entre o poder egípcio e grupos núbios da região da terceira catarata do Nilo.

O objetivo, então, é aprofundar a crítica e debate sobre os contatos entre egípcios e núbios, mostrando que as identidades e poderes egípcios também se reafirmavam e se negociavam em um contexto de intenso contato cultural e tensões. Dessa forma, não apenas as populações núbias se adaptaram e alteraram suas identidades, mas as egípcias também. Tais aspectos de mudanças podem ser vistos ao longo da primeira metade da XVIII dinastia, em especial em templos e em descrições de campanhas militares.

Ao decorrer da expansão egípcia ao sul de seu território se vê uma estratégia de negociação e características de emaranhamento. A expansão e o controle da Núbia durante o Reino Novo são diferentes de movimentos expansionistas egípcios prévios.⁴⁰⁹ Segundo Morkot,⁴¹⁰ uma das principais mudanças no contato e controle entre egípcios e núbios foi uma política de integração das populações nativas no sistema imperial do Reino Novo, como visto a partir da administração na região da segunda catarata com a participação de indivíduos da família de Teh-Khet. Essa mudança é acompanhada por afirmações de identidade egípcia que legitimavam o avanço militar ao sul e, também, reforçavam uma identidade de elite militar egípcia de união e poder do faraó.

3.1. O rei dentro de Tebas

O movimento expansionista, que inaugura o Reino Novo, teve seus primórdios ainda no Segundo Período Intermediário (1650 – 1550 a.C.), com a expulsão dos hicsos e a reunificação das duas terras. Durante o domínio hicsos de parte do território egípcio e de sua expulsão, os egípcios passaram por transformações militares e administrativas⁴¹¹ que contribuíram para a expansão e domínio do Egito. O desenvolvimento de técnicas e

⁴⁰⁷LIU, Shuang. Cross-Cultural adaptation: Na identity approach. In: CHEN, Ling (ed). *Intercultural Communication*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2017, p. 441.

⁴⁰⁸Idem.

⁴⁰⁹MORKOT, Robert. Egypt and Nubia. In: ALCOCK Susan E., D'ALTROY Terence N., MORRISON Kathleen D., SINOPOLI, Carla M. *Empires: perspectives from archeology and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 234.

⁴¹⁰Idem.

⁴¹¹SPALINGER, Anthony J. *War in Ancient Egypt*. Oxford: Blackwell, 2005, p. 1.

tecnologia de guerra, assim como a institucionalização de um exército permanente⁴¹² fazem parte de tais transformações.

Os hicsos dominaram o norte do Egito na XV dinastia hicsa (1650- 1550 a.C.) tendo como capital Avaris/ Tell el-Dab'a.⁴¹³ Durante este período, Avaris foi uma das maiores cidades do Oriente Próximo, atraindo indivíduos do Oriente Próximo e do Egito.⁴¹⁴ Apesar do domínio da região ter sido a partir da XV dinastia, os hicsos e outros povos asiáticos tinham presença contínua na região do Delta, sobretudo o Delta oriental, desde fins do Reino Médio.⁴¹⁵ Os hicsos eram um povo estrangeiro, conhecidos pelo título *Hqaw xaswt* que significa “governantes estrangeiros”.⁴¹⁶

As relações entre egípcios e hicsos, portanto, eram duradouras podendo ser vistas a partir de enterramentos e títulos, por exemplo. Durante a XV dinastia foram encontrados hicsos portadores de títulos como filho real (*sA nsw*) e supervisor dos selos (*imy-r xtmt*).⁴¹⁷ Em algumas tumbas de Avaris se observa elementos provenientes da Síria-Palestina, ou seja, asiáticos, como o enterramento de cavalos e a inclusão de armas asiáticas. Ao mesmo tempo, as tumbas também apresentavam características egípcias, como a inclusão de escaravelhos, cerâmicas de estilo egípcio e amuletos.⁴¹⁸

O controle do Delta oriental pelos hicsos, a presença de aspectos associados a identidades egípcias e as influências em tecnologias de guerra asiáticas na cultura egípcia, são elementos importantes do Segundo Período Intermediário. A importância se vê em um quadro mais amplo, em um período em que o Egito era dividido entre governantes asiáticos, egípcios e núbios. Neste cenário, várias identidades e culturas estavam em contato e sob lógicas de controle diferentes, ao Norte sob uma lógica associada às culturas asiáticas e, ao sul, às núbias, mesmo que ambas tivessem influência e contato com as culturas egípcias. Apesar das diferentes administrações em cada região, a interação não foi interrompida, sendo

⁴¹²CARDOSO, Ciro F. Guerra, economia e sociedade no Egito do Reino Novo (séculos XVI-XI a.C.). In: FUNARI, P. P. A.; CARVALHO, M. M.; CARLAN, C., SILVA, E. C. M. (Orgs). *História Militar do Mundo Antigo: Guerras e Identidades*. São Paulo: Anablume, 2012, p.20-21.

⁴¹³ASTON, David; BIETAK, Manfred. Nubians in the Nile Delta: à propos Avaris and Peru-Nefer. In: BINDER, Michaela; SPENCER, Neal; STEVENS, Anna. *Nubia in the New Kingdom: Lived experience, pharaonic control and indigenous traditions*. Bristol: Peeters, 2017, p.491.

⁴¹⁴Idem.

⁴¹⁵C.f. BADER, 2013, p. 264; BIETAK, 2010, p. 139.

⁴¹⁶ C. f. BIETAK, 2010, p. 139; FRIZZO, 2010, p. 27; LIVERANI, 2016, p. 335 -337; ILIN-TOMICH, 2016, p. 5.

⁴¹⁷SHIRLEY, J J. Crisis and Restructuring of the State: from the Second Intermediate to the advent of the Ramesses. In: MORENO GARCIA, Juan. *Ancient Egyptian Administration*. Leiden: Brill, 2013, p. 533.

⁴¹⁸BADER, Betina. Cultural Mixing in Egyptian Archaeology: The ‘Hyksos’ as a Case of study. In: VAN PELT, P. (Org.). *Archaeology and Cultural Mixture. Archaeological Review from Cambridge* 28, 1 (Cambridge 2013) p 266.

possível encontrar em Avaris, por exemplo, cerâmicas de estilo núbio, sugerindo o contato entre Norte e Sul.⁴¹⁹

Outra importância relacionada aos contatos entre egípcios e hicsos, e suas consequências na sociedade egípcia, é a incorporação do Egito a uma rede diplomática do Oriente Próximo.⁴²⁰ Os egípcios se inserem em tal rede a partir de tratados e trocas, como a abertura de rotas comerciais com o Líbano e a Fenícia.⁴²¹ Durante o Segundo Período Intermediário, os hicsos e os núbios de Kerma mantiveram relações estabelecendo uma rota comercial que conectava Kerma a um sistema de trocas que Török chama de “globalizado”.⁴²² Desse modo, as populações núbias se inseriam em uma lógica de interações que influenciou o desenvolvimento econômico e social de tais populações, como ocorreu com o Grupo-C, por exemplo.⁴²³ Portanto, durante o Segundo Período Intermediário se constituiu uma rede de trocas entre hicsos, Kerma e egípcios, contribuindo no desenvolvimento e intercâmbio cultural, social, econômico e militar entre as partes envolvidas.

Baseado nisso, o estopim da expansão egípcia se torna interessante. Ao decorrer do Segundo Período Intermediário, uma dinastia egípcia tebana teria controlado apenas o Alto Egito, tendo como capital Tebas e se estendendo até Assuã, na primeira catarata. Durante tal dinastia, os egípcios teriam desenvolvido forma mais eficaz de um “governo centralizado” e uma tecnologia de guerra com a utilização de carruagens e cavalos, por exemplo, que teriam possibilitado a campanha militar ao sul, contra o Reino de Kush, e ao Norte contra os hicsos e, depois, contra a Síria- Palestina.⁴²⁴

O início da expansão, então, é marcado por um discurso que busca expulsar os governantes estrangeiros do território egípcio, como pode ser visto nos Textos de Kamés. Os textos de Kamés são divididos em duas estelas encontradas em Karnak, embora não seja a sua localização original,⁴²⁵ e o tablete Carnarvon em Tebas. Será dado foco aqui à segunda estela

⁴¹⁹ASTON, David; BIETAK, Manfred. Nubians in the Nile Delta: à propos Avaris and Peru-Nefer. In: SPENCER, Neal; STEVENS, Anna; BINDER, Michaela (Eds). *Nubia in the New Kingdom: Lived experience, pharaonic control and indigenous traditions*. Bristol: Peeters, 2017, p.491-524.

⁴²⁰CARDOSO, Ciro F. Guerra, economia e sociedade no Egito do Reino Novo (séculos XVI-XI a.C.). In: FUNARI, P. P. A.; CARVALHO, M. M.; CARLAN, C., SILVA, E. C. M. (Orgs). *História Militar do Mundo Antigo: Guerras e Identidades*. São Paulo: Anablume, 2012, p.22.

⁴²¹TÖRÖK, László. *Between Two Worlds*. Leiden: Brill, 2009, p.158.

⁴²²Idem, p. 535.


⁴²³Idem.

⁴²⁴C. f. CARDOSO, 2012, p. 21; SPALINGER, 2005, p. 1.

⁴²⁵FLAMINI, Roxana. Más allá de la narrativa: aportes para una aproximación integral a la Segunda Estela de Kamose. *Trabajos de Egiptología*, n. 11, 2020, p. 126.

de Kamés e o tablete Carnarvon,⁴²⁶ cujo nome é uma referência a Lord Carnarvon que encontrou o documento em 1908, em uma tumba em Tebas.⁴²⁷ O tablete data do início da XVIII dinastia (1550- 1069 a.C.), com texto que acaba de forma abrupta,⁴²⁸ ele narra a tomada de decisão de Kamés de expulsar os hicsos e contém uma introdução diferente de outros textos, comumente em primeira pessoa.⁴²⁹

Ano 3 de Hórus: Ele que apareceu no trono; As Duas Senhoras: Repetindo Monumentos; O Falcão dourado: Ele que contenta as Duas Terras; Rei do Alto e Baixo Egito [Wadj-Kheper-Re Filho de Ra] Kamés o valente, concedido vida, amado de Amun-Re, Senhor dos Tronos das Duas Terras como Ra, para todo sempre. *O vitorioso rei dentro de Tebas*,⁴³⁰ Kamés o valente, concedido vida para sempre, é o *rei efetivo*.⁴³¹ É Ra [que o colocou] como rei, ele mesmo, para quem ele foi dado vitória em toda a verdade. (SIMPSON, 2003: 346)

No trecho do tablete de Carnarvon, se observa o início narrativo em terceira pessoa do documento: *mnpt 3 Hr xa Hr nst.f*⁴³²(Ano 3 de Hórus, Ele que apareceu no trono). Na frase, o pronome sufixal singular masculino . f () marca a narrativa em terceira pessoa, logo no início do documento. Tal começo particular indica uma diferença com a tradição de documentos reais, assim como, segundo Spalinger,⁴³³ sugere um caráter coloquial podendo indicar que Tebas era independente do restante do Egito. Por ser independente não precisaria ter uma abordagem conservadora, visto que não estava atrelada a outras regiões do Egito.⁴³⁴

Essa sutil diferença entre as tradições de escrita de documentos indica uma necessidade de reafirmação de símbolos que transmitam a noção de união egípcia. Ou seja, as diferenças ressaltadas indicam diversas realidades dentro do próprio Egito e a necessidade de reafirmar símbolos de uma dita única identidade, quando as duas terras estavam em período de reunificação política.

⁴²⁶A primeira estela de Kamés foi encontrada em dois fragmentos em Karnak por H. Chevrier em 1932 e 1935, porém foi P. Lacau que as identificou em 1939. Ambos fragmentos foram usados como base de construção para as fundações do terceiro pilono em Karnak. (ENMARCH, 2013, p. 254; FLAMINI, 2020, p. 126).

⁴²⁷Idem.

⁴²⁸ENMARCH, Roland. Some Literary Aspects of the Kamose Inscriptions. *The Journal of Egyptian Archaeology*, 99 (2013), p.254.

⁴²⁹FRIZZO, Fábio. De Kamés a Amenhotep I: a Fundação das Bases do Império Egípcio do Bronze Tardio (1541- 1493 a.C.). *R. Mest, Hist., Vassouras*, v. 12, n.1, 2010, p.29.


⁴³⁰Marcação própria.


⁴³¹Marcação própria.

⁴³²Transliteração nossa do texto em hieróglifos presente em: GARDINER, Alan. H. The Defeat of the Hyksos by Kamose: The Carnarvon Tablet, No. I, *The Journal of Egyptian Archaeology*, Vol. 3, No. 2/3 (Apr. - Jul., 1916), p. 97.

⁴³³SPALINGER, Anthony. Two Screen Plays: “Kamose” and “Apophis and Seqenenre”. *Journal of Egyptian History*, v. 3 (1), 2010, p.127.

⁴³⁴Idem, p.129.




Outro elemento do trecho que permite a afirmação de um Egito não unificado é “o vitorioso rei dentro de Tebas” (*nsw nxt m Xn wAst*), nomenclatura dada aos reis do Segundo Período Intermediário.⁴³⁵ O emprego da palavra *nxt* () deve ser ressaltada na fonte, ela é compreendida como se referindo à vitória, força e ao poder.⁴³⁶ No contexto do documento, a palavra se refere ao rei (*nsw nxt*) de forma que o rei é visto como detentor do poder, neste caso, sobre Tebas. Nesta passagem se assume, então, um núcleo dentro de Tebas de forma explícita, o que contribui para a compreensão de Kamés como um rei separado do restante do Egito.

Outro termo é usado em relação ao rei, o qualificando. O rei é chamado de “rei efetivo” (*nsw mnx*), a palavra *mnx* () é compreendida como efetiva, potente, confiável e de proteção eficaz.⁴³⁷ A partir disso, e da relação entre os termos *nxt* e *mnx* com o rei, o governante passa a ser enaltecido como forte, vitorioso, eficaz e capaz de proteger. Isso sugere que seria esse vitorioso rei dentro de Tebas legítimo para proteger o Egito, ou seja, está sendo construída uma narrativa que justifica a expansão e retomada do território egípcio.

Somado a isso, o documento continua e reafirma tal caráter de poder dentro de Tebas e a intenção de se expandir quando, em conselho com oficiais, o rei questiona ter que dividir o domínio do território com asiáticos e núbios:

Vossa Majestade falou em seu conselho de oficiais, o seguinte:

Para que serve *meu poder*,⁴³⁸ enquanto um governante está em Avaris e outro em Kush. Eu sentado junto com um asiático e um núbio, cada um possuindo uma porção do Egito, partilhando a terra comigo. (SIMPSON, 2003: 346)


No trecho, dois aspectos devem ser ressaltados. Em primeiro lugar, a narrativa sofre uma alteração em sua forma, ela passa a ser feita em primeira pessoa o que ressalta o caráter único do documento. A passagem para a primeira pessoa no documento pode ser observada quando se lê “*meu poder*” (*pAy.j nxt*), *pAy.j* () é um pronome possessivo formado a partir da união do pronome demonstrativo masculino singular *pA* (), aqui apresentado com a terminação -y (), com o pronome sufixal de primeira pessoa singular *.j*

⁴³⁵VALBELLE, Dominique. Egyptian Conquest and Administration of Nubia. In: EMBERING, Geoff; WILLIAMS, Bruce B. (ed). *The Oxford Handbook of Ancient Nubia*. New York: Oxford University Press, 2020, p.327.

⁴³⁶C. f. ALLEN, 2014, p. 522; FAULKNER, 1981, p. 138; MEEKS, 1998, p. 199.

⁴³⁷C. f. ALLEN, 2014, p. 520; FAULKNER, 1981, p. 109; MEEKS, 1998, p. 121.

⁴³⁸Marcação própria.

()⁴³⁹ indicando a narrativa em primeira pessoa de Kamés, no momento em que se dirige ao conselho de oficiais.

Dessa forma, a mistura das duas formas de escrita, no começo quase literária⁴⁴⁰ e na terceira pessoa e logo depois em primeira pessoa, reforça o argumento de uma liberdade que pode estar associada à posição do Reino de Tebas que, nesse momento, não está atrelada à outras regiões egípcias. Em segundo lugar, o rei fala diretamente ao conselho. Este fator contribui para a imagem de um rei valente e que não aceita a situação dividida em que está o território.

Deve ser levado em conta que os oficiais afirmam estar “satisfeitos com a parte do Egito” que cabe a eles, não sendo necessária uma ação militar contra os outros dois governantes. No entanto, o rei se coloca contra o posicionamento do conselho, a disputa entre faraó e conselho apresentada no documento não era comum na documentação até o período.⁴⁴¹ Se observa uma negociação política entre o rei e seus oficiais, ilustrando a não união absoluta como defendida em documentos do início da XVIII dinastia. O documento ainda continua com outro elemento importante:

Eles (os conselheiros) perturbaram o coração de Vossa Majestade.
Quanto aos vossos conselhos [...]. Dividindo a terra comigo não é tolerável para mim. [...] os asiáticos com ele. Eu irei navegar ao norte em batalha com os asiáticos e o sucesso virá. Se ele está contente (...), então vossos olhos estarão a chorar, e toda a terra dirá: o governante dentro de Tebas, Kamés o valente, é o protetor do Egito.
(SIMPSON, 2003:346)

O rei é apresentado como valente e como protetor, reforçando a imagem do rei como superior, forte e sábio. Tal afirmação se baseia não apenas na coragem de Kamés em decidir expulsar os asiáticos do Egito, mas também em ir contra os oficiais. Esses elementos indicam um atrito entre o rei e seus oficiais, além de enaltecer a figura heroica do rei que estaria, sozinho, defendendo o Egito.

Somado a isso, o documento passa a ganhar um aspecto patriótico, assim como defende Spalinger.⁴⁴² Tal característica pode ser vista quando se afirma a guerra contra os asiáticos e Kamés como protetor do Egito. O argumento do “eu”, no caso o Egito, contra o “eles”, os asiáticos, pode ser inserido em duas lógicas, uma delas é a da cosmovisão egípcia

⁴³⁹ALLEN, James P. *Middle Egyptian: An Introduction to the Language and Culture of Hieroglyphs*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 67.

⁴⁴⁰SPALINGER, Anthony. Two Screen Plays: “Kamose” and “Apophis and Seqenenre”. *Journal of Egyptian History*, v. 3 (1), 2010, p.117.

⁴⁴¹FRIZZO, Fábio. De Kamés a Amenhotep I: a Fundação das Bases do Império Egípcio do Bronze Tardio (1541- 1493 a.C.). *R. Mest, Hist., Vassouras*, v. 12, n.1, 2010, p.29.

⁴⁴²SPALINGER, Anthony J. *War in Ancient Egypt*. Oxford: Blackwell, 2005, p.2.

da ordem contra o caos (*maat* contra *isfet*). Na cosmovisão em questão, o rei seria responsável por manter a ordem, da qual a violência e as batalhas eram aspectos essenciais e positivos.⁴⁴³ A concepção de poder e violência estava associada a uma cultura específica de elite,⁴⁴⁴ o que conduz à segunda lógica em questão, a da reafirmação de identidades egípcias.

A partir do reconhecimento do asiático e do núbio como sendo os “outros”, aqueles a serem expulsos por estarem governando uma parte do Egito, se forma um discurso identitário. Afirmar a existência de um “outro” é enfatizar diferenças observadas entre o “eu” e o “ele”, aquele com quem se está em contato.⁴⁴⁵ No entanto, tal diferenciação entre indivíduos ou grupos só pode ser formulada a partir de um sistema de identificação e de uma narrativa.⁴⁴⁶ Em tal narrativa, o sentido da alteridade é essencial, ele é o elemento que classifica e marca as fronteiras entre as identidades de um grupo em relação ao outro, uma vez que as alteridades podem ser usadas para construir imagens específicas que caracterizam o “outro” como sendo inferiores, caóticos. Assim, são as alteridades que criam um vocabulário que auxilia na criação de marcadores simbólicos de fronteiras entre o “eu” e o “eles”.⁴⁴⁷

Visto que as identidades se formam e se modificam em contexto de relações, reações e interações sociais,⁴⁴⁸ quando Kamés anuncia uma guerra para a expulsão de um estrangeiro do território egípcio, ele está afirmando uma identidade egípcia. Essa identidade egípcia específica é defendida ao apresentar os hicsos e os núbios como não egípcios, pois seria o reconhecimento da diferença em uma narrativa. Dessa forma, tal construção identitária em uma narrativa do “eu” contra o “outro” ilustra um espaço de cisão, um distanciamento entre grupos e indivíduos, estabelecendo identidades diferentes.⁴⁴⁹

Se a identidade pode ser simbolicamente construída a fim de diferenciar grupos ou indivíduos,⁴⁵⁰ no texto de Kamés é delineada a reafirmação de uma identidade egípcia de elite. A diferenciação entre asiáticos, núbios e egípcios pode ser vista como uma forma de marcar uma identidade, a qual o autor do documento está afirmando. Ao se definir as fronteiras simbólicas do “eu” e do “outro”, um esforço visto no documento, se vê uma

⁴⁴³SHAW, Ian. *Ancient Egyptian Warfare: Tactics, Weapons and Ideology of the Pharaohs*. Oxford, Philadelphia: Casemate Publishers, 2019, p.7.

⁴⁴⁴Idem.

⁴⁴⁵HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 243.

⁴⁴⁶Idem.

⁴⁴⁷Idem, p. 286.

⁴⁴⁸CANDA, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Editora contexto, 2011, p.27.

⁴⁴⁹BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p.84.

⁴⁵⁰KNAPP, Bernard. *Prehistoric and Protohistoric Cyprus: Identity and Connectivity*. Oxford: Oxford University Press, 1998, p. 27.

invenção de tradição que remonta, por exemplo, a própria noção de *maat* contra *isfet*, perceptível em documentação egípcia desde a Paleta de Narmer (3200 – 3000 a.C.),⁴⁵¹ por exemplo.

O foco em estrangeiros como “inimigos” ilustra um processo de unificação,⁴⁵² ou de vontade de unificação. Apesar de Campagno se referir ao foco em estrangeiros como processo de unificação para o período de Naqada III (3200 -3000 a.C.), argumento que, no contexto e forma em que o documento de Kamés se encontra, é possível visualizar tal foco como a busca por um processo de unificação. Quando Kamés defende seu incômodo em dividir o Egito com outros dois governantes não egípcios e anuncia uma guerra a fim de conquistar o território que não está sob seu comando, se desenha um processo de unificação. A base desse processo, no Segundo Período Intermediário (1650 – 1550 a.C.), está em tornar o “estrangeiro” no inimigo, reafirmando e promovendo a imagem de uma identidade egípcia unificada.

Tal identidade egípcia, vinculada a uma cultura de elite, como já afirmado, tem como centro o próprio faraó. Isso é visto quando Kamés, além de ser o centro da narrativa, é apresentado como superior. O rei era o centro dessa visão, já que caberia a ele nas representações a manutenção do funcionamento religioso, militar e administrativo.⁴⁵³ Somado a isso, é essencial ressaltar que o tablete Carnarvon e a segunda estela de Kamés foram encomendadas pelo rei. Sabe-se que o autor de ambos documentos foi chefe dos tesoueiros Neshi, o que também pode explicar o interesse em uma apresentação artística do rei.⁴⁵⁴

Os elementos narrativos e literários, como o começo não comum do tablete de Carnarvon e o relato direto em primeira pessoa do diálogo entre rei e oficiais do conselho, são importantes não apenas por causa do aspecto coloquial, anteriormente apontado. A importância de tais elementos também se mostra por causa de Neshi, pois o tablete foi

⁴⁵¹A Paleta de Narmer é um documento do início do período dinástico e apresenta o mito fundador do Egito. Nela se observa a cosmovisão da *maat* contra *isfet*, personificada pelo faraó Narmer derrotando os inimigos que são internos e externos. Este documento remonta a unificação do Alto e Baixo Egito delineando o “eu” egípcio contra o “outro”, sendo representado pelos nove inimigos dos egípcios. (MORRIS, 2013, p. 33-64; WIT, 2008, p. 107-115)

⁴⁵²CAMPAGNO, Marcelo. Coercion, creation, intervention: three capacities of the early Egyptian state. In: FROOD, Elizabeth; McDONALD, Angela (ed). *Decorum and Experience: essays in ancient culture for John Baines*. Oxford: Griffith Institute, 2013, p.215.

⁴⁵³WIT, A. J. De. *Enemies of the State: Perceptions of ‘otherness’ and state formation in Egypt*. Leiden University, 2008, p. 115.

⁴⁵⁴SPALINGER, Anthony. Two Screen Plays: “Kamose” and “Apophis and Seqenenre”. *Journal of Egyptian History*, v. 3 (1), 2010, p. 129.

revisado posteriormente, indicando que a introdução do documento não deve ser vista como um relato fiel da realidade.⁴⁵⁵

Neshi também escreveu a segunda estela de Kamés, ela foi encontrada em 1954 na base de uma estátua de Ramsés II (1279 – 1213 a.C.) em Karnak.⁴⁵⁶ A estela estava em bom estado de conservação, apresentando inclusive uma representação de Neshi no canto inferior esquerdo da estela. No entanto, não se tem o início do texto da segunda estela de Kamés, sugerindo a existência de uma primeira metade do texto.⁴⁵⁷ É possível conectar essa estela com o tablete carnarvon através de sua temática, o conflito entre Kamés e os hicsos, e do seu estilo narrativo e linguístico.

Na segunda estela de Kamés, a expulsão dos hicsos e a retomada de controle do território egípcio continua com as intenções do rei sendo afirmadas de forma clara. Além da expulsão dos hicsos, o documento também descreve as ações do exército tebano em relação aos egípcios que permaneceram sob a área controlada pelos hicsos.

Minha intenção (?) é controlar Avaris entre os dois rios. Eu irei os deixar destruídos, sem pessoas lá. Eu destruí as cidades deles, eu queimei as moradas deles, sendo transformados em montes desolados para sempre, por causa da destruição que eles fizeram dentro (desta parte) do Egito, pois *eles se colocaram a ouvir os chamados dos asiáticos, tendo traído o Egito, a senhora deles*.⁴⁵⁸ (SIMPSON, 2003: 349)

A destruição de egípcios pode ser vista no trecho “*eles se colocaram a ouvir os chamados dos asiáticos, tendo traído o Egito, a senhora deles*”, visto que há diferenciação entre os asiáticos e esses indivíduos que “traíram o Egito, a senhora deles”. Tal concepção de traição está associada à compreensão de que esses egípcios cometeram um crime contra o rei,⁴⁵⁹ uma vez que estariam reconhecendo o controle hicsos, como visto na passagem “*eles se colocaram a ouvir os chamados dos asiáticos*”.

O rei seria o representante e defensor da ordem, isto é, da *maat*, como já mencionado. Dessa forma, a *maat*, enquanto princípio divino básico da cosmovisão egípcia, deveria ser defendida e dar estabilidade ao mundo. Caso a *maat* fosse impedida, se configuraria um crime contra o rei, uma traição passível de punição, pois era obrigação dos indivíduos manter

⁴⁵⁵SPALINGER, Anthony J. *War in Ancient Egypt*. Oxford: Blackwell, 2005, p.2.

⁴⁵⁶C. f. ENMARCH, 2013, p. 254; FLAMINI, 2020, p. 125.

⁴⁵⁷Idem.

⁴⁵⁸Marcação própria.

⁴⁵⁹C. f. COX, 2017, p. 374; MUHLESTEIN, 2011, p. 79-82.

a *maat* através da obediência ao rei.⁴⁶⁰ Devido ao caráter de traição, os indivíduos acusados seriam vistos como inimigos rebeldes, passíveis de punição⁴⁶¹ violenta.⁴⁶²

A rebelião, vista como crime, pode ser cometida tanto por egípcios como por estrangeiros e estava associada a grupos ou indivíduos sob o domínio do Egito. Esse fator reforça o argumento de que os indivíduos apresentados na estela de Kamés, e que “traíram o Egito”, eram vistos pelo rei dentro de Tebas como submissos ao seu controle. Sendo assim, uma rebelião era também relacionada à destruição dos inimigos, tornando a violência de sua repressão legítima na cosmovisão egípcia.

O embate entre *maat* e *isfet* na segunda estela de Kamés legitimava o conflito em duas esferas de poder. A primeira esfera de poder que é mencionada é a interna, na qual os egípcios que não estavam sob o controle de Tebas seriam punidos, pois estariam desafiando a ordem divina. Tal elemento também permite a defesa de que desde fins do Reino Médio e durante o Segundo Período Intermediário, a presença hicsa e de influências asiáticas eram constantes na região, de forma que os egípcios do local se aliaram a essas culturas e identidades. Essa aliança e influência hicsa em identidades egípcias podem ser observadas em hábitos funerários e religiosos, como a assimilação da divindade Baal com a divindade egípcia Seth.⁴⁶³ Flamini argumenta que Baal teria sido conhecido da região de Avaris antes da própria ocupação hicsa.⁴⁶⁴

A violência presente na estela estava enraizada não apenas na descrição de um confronto militar, como também em afirmar o sentimento de pertencimento da elite através de sua participação direta na atividade militar.⁴⁶⁵ O trecho da segunda estela, então, apresenta a capacidade de forjar alianças entre o rei e as elites egípcias envolvidas, como será apresentado posteriormente, e reafirma seu poder perante aqueles impactados pelas ações

⁴⁶⁰TEETER, Emily. *Maat*. In: REDFORD, Donald (ed). *The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt*, V.2. New York: Oxford University Press, 2001, p. 319

⁴⁶¹COX, Rory. Expanding the History of the Just War: The Ethics of war in Ancient Egypt. *International Studies Quarterly*, v. 61(2), 2017, p.374.

⁴⁶²As punições podiam variar de acordo com o crime e a ofensa feita. Por exemplo, surras eram punições comuns para crimes como não pagamento de impostos e dívidas, roubo e entrada não permitida em tumbas. Outros tipos de punição podiam envolver mutilamento de orelhas e nariz e execução, sendo essa a punição mais extrema. A execução era uma punição recorrente para crimes contra a *maat*, ou seja, crimes que também pudessem ser vistos como rebeldia. Em casos assim, o inimigo poderia ser morto tanto sem um ritual como com um ritual de violência, o que envolvia o desfile dos corpos e, muitas vezes, o desmembramento do corpo. (COX, 2017, p. 375-376; MUHLESTEIN, 2015a, p. 2-4; MUHLESTEIN, 2015b, p. 250).

⁴⁶³FLAMINI, Roxana. Disputed Rulership in Upper Egypt: Reconsidering the Second Stela of Kamose (K2). *JSSEA*, v. 38, 2011, p.67.

⁴⁶⁴Idem.

⁴⁶⁵CAMPAGNO, Marcelo. Coercion, creation, intervention: three capacities of the early Egyptian state. In: FROOD, Elizabeth; McDONALD, Angela (ed). *Decorum and Experience: essays in ancient culture for John Baines*. Oxford: Griffith Institute, 2013, p. 215.

militares. Portanto, as punições aos rebeldes também seriam uma forma de coagir os indivíduos⁴⁶⁶ que não se identificavam ou estavam sob o controle do rei e de sua cultura predominante.

A partir da estela de Kamés e do tablete de Carnarvon é possível observar a pluralidade cultural e identitária egípcia. Com as campanhas militares ao decorrer da expansão na XVIII dinastia egípcia tal pluralidade continuará visível. As inscrições das campanhas apontam para uma negociação identitária e política interna e externa egípcia, o que apresenta o conflito entre *maat* e *isfet* na segunda esfera de poder, a externa.

3.2. A vitória dos reis: recompensando elites

Na segunda estela de Kamés, o avanço da *maat* contra a *isfet* é enunciado ao norte e ao sul. Ao norte, através da expulsão hicsa, e ao sul com o início da expansão egípcia na Baixa Núbia (Wawat). O movimento expansionista ao sul começa, e é justificado, com a interceptação de uma correspondência enviada pelos hicsos ao governante de Kerma pedindo auxílio contra a ação egípcia.

Aquele ao norte não conquistou, pois ele estava com medo de mim enquanto eu parti para o norte, antes de lutarmos. Antes eu o alcancei, ele viu minha chama, e ele enviou (uma carta) à Kush para buscar proteção, mas eu a capturei em seu caminho, eu não a deixei chegar. [...] Com coração forte e alegria eu naveguei ao sul e destruí cada inimigo ao longo do caminho. (SIMPSON, 2003:350)

No trecho, escrito em primeira pessoa, Kamés é apresentado como um rei vitorioso enquanto os hicsos são representados como covardes, visto na passagem “*pois ele estava com medo de mim*”. A alusão feita no texto conecta a superioridade do rei sobre seu inimigo, que seria o covarde, mas também ressalta a proeza militar egípcia, o que inclui sua frota naval, uma vez que Kamés afirma que “*navegou ao sul e destruiu cada inimigo ao longo do caminho.*” Ambos elementos dizem respeito à imagem de conflito e vitória tradicionais egípcias contra seus inimigos e potenciais inimigos,⁴⁶⁷ associadas à *maat* e *isfet*.

A expansão ao sul se inicia e é legitimada através da cosmovisão egípcia de embate contra a *isfet*. O estopim que justifica a necessidade de estender à Baixa Núbia é a interceptação da carta que comprovaria a aliança política entre hicsos e Kerma. As campanhas

⁴⁶⁶SALES, José das Candeias. Strike, Smite and Terrify: Reflections on Physical, Ritual and Psychological Violence in Ancient Egypt. In: PIMENTEL, Maria Cristina; RODRIGUES, Nuno Simões (ed). *Violence in the Ancient and Medieval Worlds*. Leuven: Peeters, 2018, p. 312.

⁴⁶⁷VALBELLE, Dominique. Conception et expression de la guerre dans la littérature égyptienne. In: *Guerre et Conquête dans le Proche-Orient Ancien*. Antiquités Spémitiques, IV, Paris, 1999, p.24.

militares na Baixa Núbia são descritas por oficiais egípcios diretamente envolvidos no que Valbelle chamou de guerras de conquista,⁴⁶⁸ isto é, conflitos fora do Egito.

Os relatos dos conflitos desse período de conquista podem ser vistos em biografias de oficiais do exército egípcio. Durante o processo de reconquista e expansão entre o final do Segundo Período Intermediário e começo do Reino Novo se observou a ampliação do setor dominante egípcio,⁴⁶⁹ a partir da criação de novos cargos e da ascensão de outras famílias aos cargos administrativos. Parte deste cenário é composta por oficiais do exército que passam a formar um grupo social estruturado em um exército permanente e de importância administrativa.⁴⁷⁰ Alguns oficiais, como Ahmés, filho de Ebana, e Iuny, pertencentes a uma elite militar, conquistaram cargos civis administrativos para si ou para sua família. Iuny, general da XIX dinastia, foi vice-rei da Núbia,⁴⁷¹ e o neto de Ahmés, filho de Ebana, Paheri, tinha relações próximas com Tebas, sendo “escriba das formas de Amun”,⁴⁷² de forma que ambos fazem parte desse contexto de ascensão e transformação de cargos militares na sociedade egípcia.

A função guerreira, em ascensão desde o Segundo Período Intermediário, ganha evidência na biografia de Ahmés, filho de Ebana. Este egípcio teria participado da expulsão dos hicsos sob o reinado de Ahmés (1550 - 1525 a.C.), fundador da XVIII dinastia e sucessor de Kamés, e das campanhas militares ao norte e ao sul do Egito sob os reinados de Amenhotep I (1525- 1504 a.C.) e Tutmés I (1504- 1492 a.C.). A biografia de Ahmés, filho de Ebana, se encontra em sua tumba em Elkab, na necrópole de Nekheb, onde estão vários túmulos de elite.⁴⁷³

A ascensão de membros da elite de Elkab, como Ahmés, filho de Ebana, pode ser vista através de seus títulos militares. No começo de sua biografia, ele afirma que ele tomou o lugar de seu pai como soldado (*waw*) na estrutura naval do período,⁴⁷⁴ mas é possível observar sua ascensão no aparato militar egípcio ao passo que ganha outros títulos, como

⁴⁶⁸Idem.

⁴⁶⁹C. f. ARRAIS, 2011, p. 27; SHIRLEY, 2010, p. 376.

⁴⁷⁰CARDOSO, Ciro Flamarion. Guerra, Economia e Sociedade no Egito do Reino Novo (séculos XVI-XI a.C.). In: FUNARI, Pedro Paulo A.; CARVALHO, Margarida MARIA; CARLAN, Cláudio Umpierre; SILVA, Érica Cristhyane Morais (org). *História Militar do Mundo Antigo: Guerras e Identidades*. São Paulo: Annablume, 2012, p.22.

⁴⁷¹Idem.

⁴⁷²C. f. DAVIES, 2009, p. 153; SHIRLEY, 2010, p. 381.

⁴⁷³Como as tumbas de Ahmés, filho de Ebana, seu neto Paheri e de Ahmés Pen-Nekhbet, oficial que viveu sob os reinados de Ahmés até Tutmés II. As inscrições nas tumbas de Ahmés, filho de Ebana e Ahmés Pen-Nekhbet, são os relatos de oficiais referentes à expulsão dos hicsos e do início da expansão egípcia ao norte e ao sul. (ARRAIS, 2011, p. 82; 88.)

⁴⁷⁴C. f. ARRAIS, 2011, p. 106; GALÁN, 2002, p. 40; SPALINGER, 2005, p. 4.

“Guerreiro do Rei” (*aHAWty n HKA*) e “Chefe dos marinheiros” (*Hr(y) Xnyt*). Tal ascensão ilustra o maior reconhecimento deste oficial e de sua família em Elkab.

Sua majestade desceu então o rio em direção ao norte, o coração feliz, forte e poderoso, pois havia conquistado os países do sul e do norte. Então Aata dirigiu-se para o sul (do Egito), e seu destino desde então estava perto do seu fim. Os deuses do Alto Egito o bateram. Sua Majestade o encontrou em Tent-taa-um⁴⁷⁵ e o trouxe prisioneiro e todo seu povo foi tomado de butim. (...) Foi me dado cinco cabeças e muitas extensões de terra – cinco aruras⁴⁷⁶ - em minha cidade. (ARRAIS, 2011: 97-98)

No trecho da biografia de Ahmés, filho de Ebana, algumas questões devem ser ressaltadas. Em primeiro lugar, o oficial enfatiza que lhe foi dado recompensas, como cabeças e extensões de terra. O recebimento de recompensas é uma atividade importante no Reino Novo, ela auxiliava na articulação de alianças entre o rei e as elites, essenciais para a manutenção do funcionamento político, econômico e religioso do Egito.⁴⁷⁷ O recebimento de recompensas pode ser relacionado com a ascensão das novas elites militares e a transição para cargos administrativos civis de familiares de tais elites, como foi o caso de Ahmés, filho de Ebana, como já afirmado.

Os reis, como Ahmés e seus sucessores, Amenhotep I e Tutmés I, continuaram a oferecer recompensas para oficiais, podendo ser visto como uma forma de recompensar a lealdade e serviço desses indivíduos.⁴⁷⁸ Dessa forma, as recompensas aos oficiais egípcios seriam uma forma de negociação entre o rei e suas elites militares que estavam articulando e afirmando suas próprias identidades, a partir da relação de importância com o rei e o contexto. Em outras palavras, o contexto de expansão e reconquista do território egípcio não só reafirmava uma imagem e identidade de ordem contra o caos, vinculada ao rei e ao sentido de pertencimento e unidade do Egito, como também impulsionava o crescimento e desenvolvimento de identidades da elite militar em ascensão do período.

A negociação se mostra na continuidade de uma identificação, no caso a do rei e da cosmovisão egípcia, e na formação de uma renovada identidade militar, configurando uma ruptura com as concepções de guerra e configuração de exército egípcias anteriores. A relação entre a continuidade e descontinuidade de características e grupos sociais forma uma

⁴⁷⁵Refere-se a um canal na região da Núbia. (ARRAIS, 2011, p. 116; FRIZZO, 2016, p. 165)

⁴⁷⁶Unidade de medida, *sTAt* em egípcio médio. Era a medida padrão para área, correspondendo cerca de 0.68 acres ou 0,28 hectares. (ALLEN, 2014, p. 128)

⁴⁷⁷PEREYRA, Violeta. La Secularización del poder durante el Imperio Nuevo egipcio: La epifanía real en la ventana de aparición, vol. 1. Tese de doutorado, 2005, p.14.

⁴⁷⁸SHIRLEY, JJ. Crisis and Restructuring of the State: From the Second Intermediate Period to the Advent of the Ramesses. In: MORENO GARCIA, Juan (ed) *Ancient Egyptian Administration*. Leiden: Brill, 2013, p.382.

negociação de identidades, que pode acontecer dentro de um mesmo grupo.⁴⁷⁹ Os membros dessas elites militares, portanto, ao assumirem e afirmarem uma identidade vinculada com as vitórias de batalhas e recompensas do rei, estariam produzindo uma imagem de si mesmos que os transformaria na sociedade⁴⁸⁰ e nas relações dentro de seu próprio território, como a conquista de outros cargos para si e suas famílias. Argumenta-se, então, a favor de uma negociação de identidades dentro do próprio Egito ao mesmo tempo em que ocorria uma negociação com os grupos “outros”.

As recompensas dadas a membros da elite militar egípcia podem ser relacionadas com a dinâmica de interação entre a administração egípcia e as elites núbias nativas também. Tanto na Baixa quanto na Alta Núbia, o vice rei poderia distribuir recompensas a membros das elites nativas, inseridas na administração egípcia, em nome do faraó.⁴⁸¹ Assim, as recompensas entre os governantes nativos núbios eram meios de assegurar o papel desses indivíduos no aparato administrativo.⁴⁸² Dessa forma, as recompensas também garantiam a lealdade desses indivíduos para com os egípcios, ilustrando uma negociação entre os egípcios e os núbios.

A lealdade desses indivíduos incorporados à administração egípcia era essencial a manutenção do poder egípcio no território ao sul. O fato de as elites nativas estarem envolvidas na administração imperial diminuía os custos da dominação egípcia e gerava legitimidade ao domínio nas regiões conquistadas.⁴⁸³ As responsabilidades e o avanço do envolvimento das elites nativas no aparato administrativo egípcio são importantes no desenvolvimento de estratégias de negociação de identidades núbias em relação às egípcias. No entanto, tal contexto de expansão militar e trocas culturais e de bens motivou não apenas mecanismos de negociações núbias, mas também egípcias.

As negociações de identidades podem ocorrer, ao mesmo tempo, dentro de um próprio grupo e entre grupos diferentes.⁴⁸⁴ As negociações estão associadas à capacidade de indivíduos em transitar de modo criativo e adaptativo entre características identitárias, a fim

⁴⁷⁹JONKER, LOUIS. Engaging with Different Contexts A Survey of the Various Levels of Identity Negotiation in Chronicles. In: JONKER, Louis (ed). *Texts, Contexts and Readings in Postexilic Literature*. Mohr Siebeck: Tübingen, 2011, p.81.

⁴⁸⁰BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 84.

⁴⁸¹MORRIS, Ellen. *Ancient Egyptian Imperialism*. Hoboken: Wiley, 2018, p.137.

⁴⁸²MORKOT, Robert. Egypt and Nubia. In: ALCOCK Susan E., D'ALTROY Terence N., MORRISON Kathleen D., SINOPOLI, Carla M. *Empires: perspectives from archeology and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 239.

⁴⁸³TÖRÖK, László. *Between Two Worlds*. Leiden: Brill, 2009, p.274.

⁴⁸⁴JONKER, LOUIS. Engaging with Different Contexts A Survey of the Various Levels of Identity Negotiation in Chronicles. In: JONKER, Louis (ed). *Texts, Contexts and Readings in Postexilic Literature*. Mohr Siebeck: Tübingen, 2011, p.82.

de criar estratégias de pertencimento e de auto reconhecimento.⁴⁸⁵ Ou seja, as negociações ocorrem quando há o esforço em equilibrar a posição de indivíduos ou grupos em duas identidades distintas, a fim de se adaptarem e reafirmarem em seus contextos de trocas e interação.

A dinâmica de negociação de identidade pode ser vista durante a expansão egípcia na Baixa e Alta Núbia ao longo de seu desenvolvimento. No trecho da biografia de Ahmés, filho de Ebana, citado acima, pode ser ressaltado o início desse movimento expansionista. Fica claro tal avanço ao sul e o anúncio do domínio de regiões do território núbio, a partir da passagem “*conquistado os países do sul e do norte*”, visto que os países do sul configurariam as regiões antes sob o domínio de Kerma.

O início da expansão egípcia sobre a Baixa Núbia estendeu seu poder até a região da segunda catarata, em Buhen, onde Kamés (1555- 1550 a.C.) e Ahmés (1550- 1525 a.C.) começaram a investir na manutenção da fortaleza, demarcando ali a fronteira entre Egito e Núbia.⁴⁸⁶ As campanhas militares de Amenhotep I (1525 -1504 a.C.) são conhecidas em especial por causa da biografia de Ahmés Pen-Nekhbet.⁴⁸⁷ Este oficial egípcio viveu sob os reinados de Ahmés a Tutmes II, sua biografia relata não apenas conquistas militares dos reis aos quais serviu, mas também descreve recompensas que ganhou, títulos e cargos ocupados durante sua vida. As inscrições estão em sua tumba em Elkab, assim como a de Ahmés, filho de Ebana, porém sua conservação foi mais precária.⁴⁸⁸

Ahmés Pen-Nekhbet descreve campanhas militares de Amenhotep I categoricamente na Núbia e ao norte do Egito. A partir de cerâmicas⁴⁸⁹ e estátuas⁴⁹⁰ em Sai, acredita-se que Amenhotep I tenha alcançado Sai e começado a enraizar a cultura e domínio egípcio na região. No entanto, segue-se a perspectiva de Julia Budka⁴⁹¹ de que não é possível afirmar a fundação da cidade egípcia de Sai sob os reinados de Ahmés e de Amenhotep I. A

⁴⁸⁵TOOMEY, Stella Ting. Identity Negotiation Theory. In: BENNET, Janet M. (ed), *The SAGE Encyclopedia of Intercultural Competence*, vol. 1. Los Angeles: Sage, 2015, p. 420.

⁴⁸⁶MORRIS, Ellen. *The Architecture of Imperialism: Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom*. Leiden: Brill, 2005, p.69.

⁴⁸⁷VALBELLE, Dominique. Egyptian Conquest and Administration of Nubia. In: EMBERLING, Geoff; WILLIAMS, Bruce B. *The Oxford Handbook of Ancient Nubia*. New York: Oxford University Press, 2020, p.329.

⁴⁸⁸ARRAIS, Nely Feitoza. Os feitos militares nas biografias do Reino Novo: Ideologia militarista e identidade social sob a XVIII dinastia do Egito Antigo (1550- 1295 a.C.). Tese de doutorado, 2011, p. 123.

⁴⁸⁹VALBELLE, Dominique. Egyptian Conquest and Administration of Nubia. In: EMBERLING, Geoff; WILLIAMS, Bruce B. *The Oxford Handbook of Ancient Nubia*. New York: Oxford University Press, 2020, p.329.

⁴⁹⁰BUDKA, Julia. The Egyptian “Re-conquest of Nubia” in the New Kingdom – Some thoughts on the Legitimization of Pharaonic Power in the South. In: F. COPPENS; J. Janak; H. Vymazalova (org). *Royal versus Divine Authority: Acquisition, Legitimization and Renew of Power*. Wiesbaden, 2015, p. 77.

⁴⁹¹Idem, p.64.

justificativa para isso é a falta de estruturas fortificadas, de templo e de indícios de estrutura administrativa egípcia em Sai, como a presença de títulos de prefeitos (*Hatj-a*) e outros oficiais. Tais características, somadas a outros aspectos como a presença de tumbas privadas e decretos reais, só passam a ser encontrados em Sai a partir do reinado dos Tutmés (1504 - 1425 a.C.).⁴⁹²

Apesar da controvérsia em relação a fundação da fortificação de Sai, a presença e influência egípcia na região remonta aos reinados de Ahmés e Amenhotep I, indicando que a expansão alcançou Sai, entre a segunda e terceira catarata do Nilo. Já no reinado de Tutmés I (1504- 1492 a.C.) passa a ser rastreável as tentativas de instaurar uma nova estrutura de poder na região.⁴⁹³ Teria sido também sob o reinado de Tutmés I o avanço da expansão egípcia até a terceira catarata, conhecidas a partir de estelas do faraó.

⁴⁹²Idem, p. 77-78.

⁴⁹³Idem, p.76.



Figura 11: Mapa da Baixa e Alta Núbia. (MORKOT, 2001:236)

3.3. “Derrotando inimigos”: as campanhas militares na Núbia

O sucessor de Amenhotep I, Tutmés I, continuou a expansão egípcia na Núbia aumentando a área de controle e domínio egípcio ao sul. Teria sido sob essa conquista

inicial,⁴⁹⁴ inicial pois ao fim de seu reinado o controle da região de Kerma, na terceira catarata, teria sido reivindicada por nativos.⁴⁹⁵ Durante seu reinado, Tutmés I erigiu estelas em Tombos, na terceira catarata, e em Kurgus mais ao sul da quarta catarata e ainda construiu um complexo em Dokki Gel, pouco mais adiante que Tombos. Ao longo desse período, a administração egípcia na Baixa Núbia avançou em seu desenvolvimento com a incorporação de elites nativas.⁴⁹⁶

A região da terceira catarata se torna central na Núbia. Tal região, com o reinado de Tutmés I, passa a estar sob o controle egípcio, visto que Kerma foi inicialmente conquistada e forçada a se retrair. Desse modo, Tombos se torna um centro administrativo, com a coleta de tributos, e de trocas comerciais e culturais na região.⁴⁹⁷ Um fator que auxiliou Tombos a se tornar um centro é o acesso a uma área navegável do Nilo com mais facilidade, possibilitando também expedições militares navais.⁴⁹⁸ A localização de Tombos também chama atenção, ela era vizinha de Kerma, de forma que Tombos era palco de convivência e intensas trocas culturais e identitárias entre egípcios e núbios na região.

Outro importante aspecto da região é ser considerada uma área de fronteira territorial interna,⁴⁹⁹ já que seria nessa área em que se marcaria a diferença de estratégias de dominação e administração das populações nativas.⁵⁰⁰ A Baixa Núbia se estenderia da primeira catarata até a terceira, enquanto da terceira catarata até a quarta constituiria a Alta Núbia.⁵⁰¹ Até a terceira catarata, então, a administração e controle da região seria direta, a partir da sua reorganização aos moldes egípcios, como se vê em casos de líderes nativos incorporados à administração egípcia e em sua aparente identificação com as culturas egípcias. Já na Alta

⁴⁹⁴MORRIS, Ellen. *Ancient Egyptian Imperialism*. Hoboken: Wiley, p.226.

⁴⁹⁵VALBELLE, Dominique. Egyptian Conquest and Administration of Nubia. In: EMBERING, Geoff; WILLIAMS, Bruce B. (ed). *The Oxford Handbook of Ancient Nubia*. New York: Oxford University Press, 2020, p. 330.

⁴⁹⁶SMITH, Stuart T. *Wretched Kush: Ethnic Identities and Boundaries in Egypt's Nubian Empire*. New York: Routledge, 2003, p.85.

⁴⁹⁷Idem, p.137.

⁴⁹⁸BUDKA, Julia. The Third Cataract: its historical and political importance according to royal and private rock inscriptions at Tombos. In: AMENTA, Alessia; LUISELLI, Maria Michaela; SORDI, Maria Novella (Org.). *L'Acqua nell'antico Egitto. Vita, rigenerazione, incantesimo, medicamento. Proceedings of the First International Conference for Young Egyptologists, Italy, Chianciano Terme, October 15-18, 2003* (Egitto antico 3), Rom 2005, p.107.

⁴⁹⁹C. f. MORKOT, 2013, p. 916; SMITH, 2003, p. 9; TÖRÖK, 2009, p. 161.

⁵⁰⁰Idem.

⁵⁰¹MORKOT, Robert. Egypt and Nubia. In: ALCOCK Susan E., D'ALTROY Terence N., MORRISON Kathleen D., SINOPOLI, Carla M. *Empires: perspectives from archeology and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 235.

Núbia, as lideranças nativas gozavam de maior autonomia no controle da região,⁵⁰² configurando uma lógica diferente de dominação egípcia.

Tendo como base as diferenças nos modelos de administração egípcia na Alta e Baixa Núbia e de relacionamento entre eles, a região da terceira catarata se torna central. Em Tombos, estelas egípcias apontam para um relacionamento entre egípcios e kushitas de forma que ressalta uma disputa de poder entre ambos em razão do domínio e controle da região. Uma das mais importantes estelas encontradas é a de Tutmés I, onde é relatada a derrota de uma rebelião de kushitas e enaltece a vitória e força do faraó. A estela de granito foi encontrada na margem leste do rio, com 18 linhas de inscrições publicadas pela primeira vez por Lepsius.⁵⁰³

Segundo ano de seu advento. Ele apareceu oficialmente como chefe supremo das Duas Terras para governar o que rodeia Aton (o disco solar), o norte e o sul (do Egito) são como porções de Hórus e Seth, para estender as fronteiras de Tebas (...) Os do sul navegam rio abaixo e os do norte navegam rio acima, todas as terras estrangeiras juntas trazem seus produtos pela primeira vez para o bom deus Aakheperkara, que viva para sempre! (GALÁN, 2002: 49)

É marcado na estela que os eventos narrados se passam no segundo ano de reinado de Tutmés I. No entanto, é preciso ressaltar que a passagem afirma a ascensão de poder do faraó⁵⁰⁴ sobre a região de Tombos, ou seja, houve a necessidade de ressaltar e afirmar o faraó como poderoso e governante, assumindo uma posição de destaque e controle. Tal ascensão de poder está relacionada a uma ação militar, pois o documento ressalta a ação de estender fronteiras. Esse fator pode ser visto no trecho *“Ele apareceu oficialmente como chefe supremo das Duas Terras para governar o que rodeia Aton (o disco solar), o norte e o sul (do Egito) são como porções de Hórus e Seth, para estender as fronteiras de Tebas”*.

Ao levar em conta o contexto e local da estela, isto é, um contexto de derrota de Kerma, e no local de uma fronteira territorial de mudança da estratégia administrativa, a estela de tombos estaria reafirmando o domínio egípcio através da afirmação de identidades egípcias. A identidade aqui ressaltada é a do faraó como líder militar e protetor do Egito, enfatizando o caráter legitimador da expansão. A afirmação de identidades ilustra não apenas o reconhecimento de uma identidade como própria, mas também o reconhecimento de uma

⁵⁰²MORKOT, Robert. From conquered to conqueror: the organization of Nubia in the New Kingdom and the kushite administration of Egypt. In: MORENO GARCIA, Juan (ed). *Ancient Egyptian Administration*. Leiden: Brill, 2013, p.916.

⁵⁰³DAVIES, W. Vivian. Egyptian rock-inscriptions at Tombos and Del Cataract the epigraphic survey season 2017. *Sudan&Nubia*, n.22, 2018, p. 46.

⁵⁰⁴SPALINGER, Anthony. The Calendrical Importance of the Tombos Stela. *Studien zur Altägyptischen Kultur*, 22 (1995), p. 273.

identidade “outra” diferente de si. Esse argumento é novamente importante, pois apresenta um relacionamento entre o “eu” e o “outro”. Nesse relacionamento é articulado o desejo de posse, de poder de um sobre o outro,⁵⁰⁵ no caso dos egípcios sobre outros povos estrangeiros. Vale ainda ressaltar que nesse relacionamento não se tem apenas um sujeito, sendo necessário trocas e articulações com outros sujeitos e indivíduos,⁵⁰⁶ o que dá espaço para influências e alianças.

Quando, na estela, se tem a afirmação de uma identidade egípcia específica, no caso a do faraó como soberano e poderoso sobre todo o território, não se vê apenas uma identificação, mas sim uma imagem de uma identidade que pode ser transformada.⁵⁰⁷ A transformação pode ocorrer a partir da influência do contexto e das conexões entre as partes envolvidas no relacionamento.⁵⁰⁸ A afirmação e enaltecimento de uma identidade egípcia militar, a partir da figura do faraó, então, pode indicar a necessidade de reivindicar o poder do faraó sobre os territórios conquistados, assim como anunciar transformações nessa mesma identidade. Transformação essa que estará baseada no contato com o outro, visto que a necessidade de se autoafirmar é resultado da interação com a alteridade.⁵⁰⁹

Outro trecho da estela de Tombos que também aponta para a ênfase de poder do faraó, em terras estrangeiras, é “*todas as terras estrangeiras juntas trazem seus produtos pela primeira vez para o bom deus Aakheperkara*”. Na passagem, temos a certeza de que a estela se refere ao faraó Tutmés I, visto que Aakheperkara é outro nome de Tutmés I.⁵¹⁰ Além disso, o poder egípcio se fortalece, pois está sendo feita a entrega de tributos das regiões estrangeiras ao faraó, apontando não apenas para uma estrutura administrativa já estabelecida, mas também para um relacionamento com lideranças nativas.

Os tributos coletados eram essenciais para a manutenção da estrutura egípcia assentada na Núbia. O que era coletado era depois redistribuído servindo de pagamento para os indivíduos que trabalhavam na administração do território egípcio, como por exemplo o exército. Além disso, os tributos eram destinados também aos templos e cultos, assim como

⁵⁰⁵BHABHA, Homi. *O local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p.83.

⁵⁰⁶Idem.

⁵⁰⁷Idem, p. 84.

⁵⁰⁸ANTONACCIO, Carla M. (Re)defining Ethnicity: Culture, Material Culture, and Identity. In: HALES, Shelley; HODOS, Tamar (eds). *Material Culture and Social Identities in the Ancient World*. New York: Cambridge University Press, 2010, p.38-39.

⁵⁰⁹BHABHA, Homi. *O local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p.84.

⁵¹⁰SHAW, Ian. *The Oxford History of Ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 479-483.

eram usados para obras como barragens e canais de irrigação.⁵¹¹ Os líderes núbios nativos tinham participação na extração dos tributos, conferindo a esses indivíduos liberdade relativa em seu território, como também status.⁵¹² Esta face de relacionamento entre egípcios e lideranças nativas era essencial para a manutenção do controle egípcio ao sul, pois diminuía os gastos da dominação e fornecia legitimidade aos egípcios.⁵¹³

É interessante também o fato de ser a primeira vez que se faz a entrega de tributos ao faraó, de novo ressaltando que o poder assumido pelo faraó no sul é recente. Essa questão mostra o avanço da própria expansão e de suas conquistas, em especial na região da terceira catarata. A estela continua com uma narrativa que reforça a importância do poder recém adquirido por Tutmés I:

Quem irrompe nos vales que desconheciam os antecessores, que nunca viram as coroas. Vossa fronteira ao sul alcança até a parte da frente desta terra, e a norte até o rio invertido em que se navega rio abaixo indo para o sul, sem que nada igual tenha acontecido com outros reis. Vosso nome chegou até o céu, tendo alcançado o final (?) das Duas Terras, pelas quais se deve jurar por ele o nome de Tutmés I em todas as terras, devido aos poderes de sua majestade (...). (GALÁN, 2002: 50-51)

O primeiro aspecto que deve ser considerado na passagem é o avanço das campanhas militares de expansão na Núbia. Na estela, a narração ressalta que as coroas egípcias, ou seja, o poder egípcio, avançaram sobre territórios que não estavam sob seu controle até então, visto no trecho “*Sua fronteira ao sul alcança até a parte da frente desta terra, e a norte até o rio invertido em que se navega rio abaixo indo para o sul, sem que nada igual tenha acontecido com outros reis*”. Ainda nesse trecho é possível ser notado que a estela de Tombos não é uma estela de fronteira em si, pois a fronteira estaria no “*rio invertido em que se navega rio abaixo*”. Aqui concorda-se com Budka⁵¹⁴ e Galán⁵¹⁵ quando afirmam que “o rio invertido” se refere à região da quarta catarata, perto de Kurgus, onde o Nilo muda sua direção em uma curva. Em Kurgus, mais adiante da quarta catarata, se encontra uma estela de fronteira,

⁵¹¹FRIZZO, Fábio. Estado, Império e Exploração Econômica no Egito do Reino Novo. Tese de doutorado, 2016, p.64.

⁵¹²Idem, p.196.

⁵¹³TÖRÖK, László. *Between Two Worlds*. Leiden: Brill, 2009, p. 274.

⁵¹⁴BUDKA, Julia. The Third Cataract: its historical and political importance according to royal and private rock inscriptions at Tombos. In: AMENTA, Alessia; LUISELLI, Maria Michaela; SORDI, Maria Novella (Org.). *L'Acqua nell'antico Egitto. Vita, rigenerazione, incantesimo, medicamento. Proceedings of the First International Conference for Young Egyptologists, Italy, Chianciano Terme, October 15-18, 2003* (Egitto antico 3), Rom 2005, p.108.

⁵¹⁵GALÁN, José Manuel. *El imperio egipcio: inscripciones, ca. 1550-1300 a.C.* Barcelona: Trotta edicions de la Universitat de Barcelona, 2002, p.51.

demarcando a fronteira territorial mais ao sul do Egito,⁵¹⁶ sendo um forte argumento a favor das visões de Budka e Galán sobre a localização do “rio invertido”.

Outra questão que chama atenção é a afirmação “*sem que nada igual tenha acontecido com outros reis*”. O trecho é chamativo, pois evidencia a consciência do passado pelos egípcios e como esse passado é mobilizado de acordo com os objetivos presentes.⁵¹⁷ No caso da estela de Tombos, o passado é problematizado⁵¹⁸ através da sua superação,⁵¹⁹ pois os feitos de Tutmés I teriam transposto os de reis anteriores. Ao se afirmar a superação de um passado, se observa a manipulação deste e a fim de enaltecer o faraó, de forma que ocorreu a apropriação de um passado conhecido, isto é, os feitos de faraós anteriores. Tal manipulação permite a negociação⁵²⁰ de marcos que formam as identidades egípcias.

Portanto, o discurso de expansão da estela de Tombos, até o momento, reafirma sua própria identidade, mas apresenta intenso contato com outras identidades e culturas. Concorde-se com Bhabha,⁵²¹ quando o autor diz que a afirmação de uma identidade pré dada, como a identidade de um faraó guerreiro e defensor da *maat*, ocorre a partir do reconhecimento da alteridade e que impulsiona a transformação do sujeito que assume tal identidade. O contato com a alteridade, que aqui assume a figura das identidades núbias, influencia os egípcios e os transforma, pois percebe-se a necessidade de se auto afirmar constantemente, de reaccessar suas identidades e, então, de negociar, através de status e disputas de poder, por exemplo, como eles se identificam e como interagem com as populações nativas, a fim de legitimar e manter o poder e controle sobre a Núbia.

Ou seja, o contato com o diferente pode ser visto como uma ameaça a uma identidade, à forma de um indivíduo de se entender e de compreender o mundo ao seu redor. Por causa de tal “ameaça”, identidades sentem a necessidade de se afirmar, porém o contato em um contexto plural faz com que os indivíduos transitem entre identidades e culturas diferentes, buscando um equilíbrio que o legitimem em duas ou mais identidades que coexistem, mas são diferentes. Em outras palavras, os indivíduos estão negociando suas identidades.

⁵¹⁶DAVIES, Vivian. Kurgus 2000: The Egyptian Inscriptions. *Sudan&Nubia*, 2001, n. 5, p.46-58.

⁵¹⁷BAINES, John. *Visual and Written Culture in Ancient Egypt*. New York: Oxford University Press, 2007, p. 197.

⁵¹⁸Idem, p.189-190.

⁵¹⁹GALÁN, J.M. El paso del tiempo y el recuerdo del pasado em el antiguo Egipto. *RDTP*, LIX, 1, 2004, p.39.

⁵²⁰CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Editora contexto, 2011, p.16.

⁵²¹BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p.84.

Ainda na passagem, uma forma de negociação pode ser vista entre egípcios e núbios, através do juramento de lealdade dos núbios a Tutmés I, como visto em “*pelas quais se deve jurar por ele o nome de Tutmés I em todas as terras, devido aos poderes de sua majestade*”. O juramento de líderes nativos ocorria após a repressão de uma rebelião,⁵²² como também é o caso da estela, visto que o faraó teria acabado de derrotar os envolvidos. As lideranças núbias ao jurar em nome do faraó estariam sendo legitimadas pelo poder egípcio em uma estrutura de poder egípcia, ao mesmo tempo em que o faraó era legitimado na Núbia,⁵²³ por causa da aliança que o juramento formava entre os líderes nativos e o faraó. Desse modo, uma negociação acontecia, visto que ambos os envolvidos estavam reconhecendo autoridade um no outro, conferindo certa autonomia aos líderes núbios e controle da região aos egípcios, que passam inclusive a cobrar impostos.

Somado a isso, o juramento foi feito em nome do faraó, Tutmés I, sugerindo que a validade dessa aliança não é perpétua, mas que ela se restringe ao reinado do faraó em questão.⁵²⁴ Esse fator aponta para uma negociação de posição e poder entre egípcios e núbios, pois a aliança poderia ser questionada ou ainda desafiada no momento em que o reinado do faraó, a quem se fez o juramento, acabe. Argumenta-se a favor de tal característica de validade do juramento, pois ao fim do reinado de Tutmés I, Dokki Gel, cidade localizada na região da terceira catarata e onde Tutmés I construiu templos egípcios, foi retomada por povos núbios nativos. A cidade foi destruída e, depois, reconstruída a partir de padrões nativos,⁵²⁵ indicando que o juramento não era mais válido e não cabia ao novo faraó, Tutmés II (1492 – 1479 a.C.).

A estela de Tutmés I ilustra a importância da ação do faraó em vencer rebeliões e tomar o poder, no caso sobre o território núbio e as lideranças nativas. A ênfase na vitória e o desejo de derrotar inimigos também é observada em Tutmés II.⁵²⁶ Em uma estela do sucessor de Tutmés I é possível observar não apenas a relevância da vitória contra inimigos, mas também o caráter das negociações como renováveis e contestáveis. Como visto na estela de

⁵²²MORRIS, Ellen. *The Architecture of Imperialism: Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom*. Leiden: Brill, 2005, p.75.

⁵²³Idem, p. 93.

⁵²⁴Idem, p. 75.

⁵²⁵VALBELLE, Dominique. Egyptian Conquest and Administration of Nubia. In: EMBERING, Geoff; WILLIAMS, Bruce B. (ed). *The Oxford Handbook of Ancient Nubia*. New York: Oxford University Press, 2020, p.330.

⁵²⁶SPALINGER, Anthony. *War in Egypt*. Massachusetts: Blackwell, 2005, p.59.

Tombos, o controle dos egípcios na Núbia se estendia até mais além da quarta catarata, mas durante o reinado de Tutmés II tem-se registro de uma rebelião na região da terceira catarata.

A rebelião foi documentada na estela de Assuã/Philae de Tutmés II encontrada na estrada entre Assuã e Philae,⁵²⁷ e o documento apresenta dezessete linhas de inscrições. O texto pode ser dividido em duas partes, a primeira parte se referindo a tomada de poder pelo faraó,⁵²⁸ o que Gabolde chama de protocolar, e a segunda parte do documento narra a expedição militar egípcia na Alta Núbia. É interessante observar semelhanças com a estela de Tutmés I e as formas de negociação adotadas durante o reinado de Tutmés II na Núbia. Uma das semelhanças pode ser vista já no começo da inscrição:

Ano 1, segundo mês de Akhet, dia 8, aparição oficial de sua majestade, o Hórus “touro vitorioso, poderoso de força”, as Duas Senhoras “Ele da realeza divina”, o Hórus de ouro “Quem controla as transformações”, o rei do Egito Aakheperenra, o filho de Ra Tutmés “Perfeito em aparições oficiais”, sobre o trono de Hórus dos vivos, estando vosso pai Ra e Amon senhor dos tronos das Duas Terras as protegendo, dispostos a golpear seus adversários por ele. (GALÁN, 2002: 57)

A estela de Assuã/Philae afirma que os acontecimentos se desenvolveram durante o primeiro reinado de Tutmés II, levando alguns autores como Török⁵²⁹ e Morris⁵³⁰ a afirmarem que os eventos foram impulsionados diretamente pela morte de Tutmés I. Tal fator seria usado a favor da argumentação de que a estela em questão estaria se referindo a coroação de Tutmés II e a sua tomada de poder do território egípcio e das regiões estrangeiras ao sul e ao norte. Por sua vez, Gabolde defende que a estela estaria celebrando uma vitória militar do faraó sobre a Núbia. A defesa se dá através do argumento de que o faraó estaria comemorando a vitória sobre uma rebelião e enaltecendo seu controle sobre o território⁵³¹ da Alta Núbia.

O foco aqui, porém, cai sobre a conotação de tomada de poder de Tutmés II sobre o Egito e seus “adversários”. Na frase “*aparição oficial de sua majestade*” se observa a necessidade de afirmar o poder e controle egípcio, sendo possível ver a ligação direta com o sentido do começo da estela de Tombos de Tutmés I, quando nela se tem “*Ele apareceu*

⁵²⁷C. f. FRIZZO, 2016, p. 169; GABOLDE, 2004, p. 129; SPALINGER, 2005, p. 59; TÖRÖK, 2009, p. 161; VALBELLE, 2020, p. 329.

⁵²⁸C. f. GABOLDE, 2004, p. 135; SPALINGER, 2005, p. 59.

⁵²⁹TÖRÖK, László. *Between Two Worlds*. Leiden: Brill, 2009, p.161.

⁵³⁰MORRIS, Ellen. *The Architecture of Imperialism: Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom*. Leiden: Brill, 2005, p.75.

⁵³¹GABOLDE, Luc. La stèle de Thoutmosis II à Assouan, témoin historique et archétype littéraire. In: GASSE, Annie; RONDOT, Vincent (eds). *Séhel. Entre Égypt et Nubie. Inscriptions euestries et graffiti de l'époque pharaonique. Actes du colloque international (31 mai - 1 juin 2002) Université Paul Valéry, Montpellier*. Orientalia Monspeliensia 14. Université Paul Valéry, Montpellier III, 2003, p.136.

oficialmente como chefe supremo das Duas Terras”. A semelhança é marcante, não apenas por fazer parte de uma introdução “protocolar” como afirma Gabolde, mas sim porque essa introdução enfatiza a necessidade do faraó em se legitimar perante todas as regiões que governa.

Outro fator importante é o período em que as narrativas de ambas as estelas, de Tombos e Assuã/Philae, se desenvolveram. Os acontecimentos, ou seja, a conquista e vitórias da mesma região, ocorrem logo no início dos reinados de Tutmés I e II. Devido a isso, Galán⁵³² argumenta que a campanha militar de Tutmés II teve caráter ideológico, pois teria sido fruto de um discurso legitimador. No entanto, deve-se observar para além do caráter ideológico do documento, assim como na estela de Tombos, a estela de Tutmés II está apresentando um discurso que aponta para uma negociação, embora violenta, de poder e de identidades entre egípcios e núbios na terceira catarata.

Não é por acaso a ocorrência de tais narrativas de vitória sobre rebeliões núbias na região da Alta Núbia, no começo do reinado de ambos os faraós em questão. O fato de os eventos acontecerem no começo dos reinados reforça o argumento de que as alianças entre as populações núbias da alta Núbia e egípcios eram renováveis e contestáveis. O juramento feito a Tutmés I não foi perpétuo, ele foi contestado e renegociado o que é observado através da rebelião narrada na estela de Tutmés II. Desse modo, observa-se uma arena de conflitos, há a disputa e vontade de exercer o poder de um grupo sobre outro, aqui egípcios sobre populações núbias, e que ocorre através de articulações e trocas entre os envolvidos.⁵³³ Ao longo de tal relacionamento, alianças e influências acontecem e marcam as dinâmicas das interações, configurando negociações de poder entre os dois sujeitos de tais interações.

Novamente chama-se atenção para o fato de que tal relacionamento entre egípcios e núbios, na estela de Assuã/Philae, se deu na região da terceira catarata do Nilo, sendo outra semelhança com a estela de Tutmés I em Tombos.

Alguém veio informar vossa majestade que Kush começou a se rebelar. Aqueles que eram servos do senhor das Duas Terras haviam tramado uma conspiração e tinham começado a saquear a população do Egito, a roubar o gado das fortalezas que vosso pai, o rei do Egito Aakheperkara (Tutmés I) - que viva para sempre! - tinha levantado com suas vitórias para opor as terras estrangeiras rebeldes, os *iuntiu* núbios de Khenthennefer. (Galán, 2002: 57-58)

⁵³²GALÁN, José M. *El imperio egipcio: inscripciones Ca. 1550-1300 a.C.* Barcelona: Trotta Edicions de la Universitat de Barcelona, 2002, p. 56.

⁵³³BHABHA, Homi. *O local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p.83.

Algumas questões devem ser levantadas em relação ao trecho. A importância dada à ação de “roubar o gado das fortalezas de vosso pai” é interessante, devido a relevância do gado tanto para egípcios como para núbios. Durante o Reino Antigo (2686 – 2160 a.C.), cultos aos touros foram implementados com o culto de Apis, que seria a personificação de Ptah de Mênfis.⁵³⁴ O touro também começa a ser associado à força e vitórias do faraó, que passa a ter como um de seus títulos “forte touro”,⁵³⁵ ganhando significado simbólico para as identidades egípcias, sobretudo a militar. O gado, além de sua importância ritualística⁵³⁶ e simbólica, era um fator relevante nas relações econômicas entre egípcios e núbios,⁵³⁷ esses animais faziam parte, inclusive, dos tributos entregues aos egípcios.⁵³⁸

Morris⁵³⁹ argumenta que o gado como tributo da região da Alta e Baixa Núbia parece ser motivado pela importância do animal entre os povos núbios. Apesar da importância deste animal no Egito e na Núbia terem sido semelhantes,⁵⁴⁰ seu valor simbólico se tornou mais pronunciado entre as populações núbias do que entre os egípcios.⁵⁴¹ A Núbia foi palco de diferentes culturas baseadas no gado,⁵⁴² o Grupo-C na Baixa Núbia, por exemplo, tinha uma cultura pastoril seminômade, de forma que a mobilidade do gado era central para sua identidade.⁵⁴³ Por sua vez, as culturas de gado da Alta Núbia se baseavam em cidades,⁵⁴⁴ trazendo outra dinâmica, mas com origens similares.⁵⁴⁵

Desse modo, o gado núbio ser entregue como tributo ou ainda ser confiscado em fortalezas egípcias teria um impacto maior entre os núbios, podendo ser visto como uma forma de reforçar e negociar os símbolos e força das identidades egípcias sobre as núbias. A

⁵³⁴BREWER, Douglas J. Cattle. In: REDFORD, Donald. *The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt, vol. 1*. New York: Oxford University Press, 2001, p.244.

⁵³⁵LOBBAN, Richard; SPRAGUE, Michael. Bulls, and the W3S Sceptre in Ancient Egypt and Sudan. *Anthrozoös* (1997), 10:1, p. 15.

⁵³⁶O sacrifício do gado era central em cultos egípcios, assim como sua função em banquetes. Somado a isso, o leite também era usado, sendo importante para cultos relacionados à fertilidade e o nascimento, estando conectados com os cultos à Hathore Isis. (SMITH, 2003, p. 48)

⁵³⁷C. f. VIEIRA, 2017, p. 105; TÖRÖK, 2009, p. 182.

⁵³⁸MORRIS, Ellen. *Ancient Egyptian Imperialism*. Hoboken: Wiley, 2018, p.259.

⁵³⁹Idem, p. 260.

⁵⁴⁰C. f. GATTO, 2020, p. 132; MORRIS, 2018, p. 260. SMITH, 2003, p. 48.

⁵⁴¹C. f. GATTO, 2020, p. 132; MORRIS, 2018, p. 260.

⁵⁴²DUBOSSON, Jérôme. Cattle Cultures in Ancient Nubia. In: EMBERING, Geoff; WILLIAMS, Bruce B. (ed). *The Oxford Handbook of Ancient Nubia*. New York: Oxford University Press, 2020, p. 909.

⁵⁴³HAFSAAS, Henriette. The C-Group people in Lower Nubia. In: EMBERING, Geoff; WILLIAMS, Bruce B. (ed). *The Oxford Handbook of Ancient Nubia*. New York: Oxford University Press, 2020, p. 160.

⁵⁴⁴Idem.

⁵⁴⁵As sociedades da Baixa e Alta Núbia, como o Grupo-C e Kerma, sacrificavam o gado e colocavam seus crânios e chifres, chamados de bucrânio, em tumbas e ao redor delas. Tais características se tornaram símbolos de identidades núbias ao longo do território, podendo ser rastreável desde o sexto milênio a.C. O bucrânio se tornou menos numeroso com o passar do tempo, mas ainda visível em tumbas até o período de Kerma Clássica (1750 – 1500 a.C.). (DUBOSSON, 2020, p. 910-915)

escolha de símbolos que marcam fronteiras identitárias é uma estratégia política, pois quando se escolhe o símbolo, que pode não ser uma ação consciente, um indivíduo ou grupo se coloca em relações de poder com os “outros”.⁵⁴⁶ Os significados destes símbolos podem mobilizar grupos e é por essa razão que se inserem em relações de poder, o que torna esses símbolos elementos de negociação,⁵⁴⁷ no caso o gado, como símbolo de identidades núbias e enraizado também em identidades egípcias, pode ser visto como elemento de negociação.

Portanto, através da importância do gado nas relações econômicas e identitárias entre egípcios e núbios, concorda-se com Morris que o gado ser mantido em uma fortaleza egípcia e usado como parte de tributos pode configurar uma negociação de poder e identidades entre egípcios e núbios. Os egípcios ao manterem o gado nas fortalezas e o receberem como tributo, estariam afirmando seu poder sobre a fortaleza e região, além de restringir o uso e transmissão de um símbolo das identidades núbias. Tal restrição de símbolos seria uma forma de afirmar e impor as identidades egípcias.⁵⁴⁸ Assim como, os núbios da região de Khenthenfer “roubaram o gado” sugere a não aceitação da estratégia de dominação egípcia e uma forma de negociação identitária. A negociação aqui se refere ao relacionamento, no caso entre egípcios e núbios, cuja comunicação busca ameaçar ou interromper as imagens ou símbolos de identidades.⁵⁴⁹

Outra questão que deve ser levantada sobre o documento é o local onde a rebelião eclodiu. A região em que os rebeldes teriam conspirado contra o Egito é Khenthenfer, localizada na terceira catarata,⁵⁵⁰ perto de Kerma. No documento, Khenthenfer seria uma área onde fortalezas durante o reino de Tutmés I teriam sido construídas. Bonnet encontrou uma cidade fortificada na terceira catarata na cidade chamada Dokki Gel, importante local de cultos de diferentes populações núbias.⁵⁵¹

Khenthenfer, portanto, se refere à área de mudança administrativa interna, como já mencionado anteriormente. Sua importância para a compreensão de uma negociação entre egípcios e núbios volta a ser central, uma vez que as populações ali assentadas recusaram o

⁵⁴⁶CURTA, Florin. Ethnic Identity and Archaeology. In: SMITH, C. (eds) *Encyclopedia of Global Archaeology*. New York: Springer, 2014, p. 2509.

⁵⁴⁷Idem.

⁵⁴⁸KNAPP, A. Bernard. *Prehistoric and Protohistoric Cyprus: identity, insularity and connectivity*. New York: Oxford University Press, 2008, p. 379.

⁵⁴⁹TOOMEY, Stella Ting. Identity Negotiation Theory. In: BENNET, Janet M. (ed), *The SAGE Encyclopedia of Intercultural Competence*, vol. 1. Los Angeles: Sage, 2015, p. 418.

⁵⁵⁰C. f. GALÁN, 2002, p. 37; VALBELLE, 2020, p. 330; WILLIAMS, 2020, p. 186.

⁵⁵¹BONNET, Charles; MARCHI, Séverine. The Egyptian occupation and the indigenous city of Dokki Gel in the early 18th dynasty. *Sudan&Nubia*, 2019, n.23, p. 135.

controle egípcio após a morte de Tutmés I, apontando novamente para a necessidade da renovação de alianças entre egípcios e as populações ali assentadas.

A região da terceira catarata, então, apresenta aspectos que durante as campanhas militares de conquista indicam estratégias de negociação não apenas das identidades núbias, como egípcias também. Além do foco na documentação egípcia à suas vitórias sobre os “outros” núbios, observou-se o esforço em assentar uma administração no território ao sul. Tal esforço apresenta trocas identitárias e culturais que influenciaram símbolos egípcios de maneira clara, como se vê na cidade fortificada de Dokki Gel e em mudanças na aparência da divindade egípcia Amun.

3.4. Negociar para governar: a Núbia nos egípcios

A mudança de estrutura de administração da Baixa para a Alta Núbia é perceptível na região da terceira catarata, como já afirmado. Tal mudança é visível a partir de características materiais, por exemplo, indicando influências de tradições culturais egípcias e núbias em construções e estelas associadas ao poder egípcio da região, não apenas a famílias de elite nativa, como visto em Teh-Khet (ver capítulo 2). Com a conquista de Kerma, na terceira catarata, Tutmés I, assim como outros faraós, como Hatshepsut e Tutmés III, adotaram o projeto de (re)construção de fortalezas⁵⁵² ao longo da Núbia. Uma fortaleza foi encontrada próximo de Kerma, cerca de 1 km de distância, na cidade de Dokki Gel,⁵⁵³ e apresenta interessantes características arquitetônicas únicas na região.

O complexo de construções com o qual os egípcios se depararam durante a expansão era diferente de outras regiões, pois concentrava em si arquitetura característica de diferentes povos. Até a segunda catarata, o exército egípcio tinha encontrado fortificações semelhantes ao estilo egípcio, ou seja, de base retangular.⁵⁵⁴ No entanto, em Dokki Gel foi encontrada uma fortificação que protegia uma cidade cerimonial com estruturas em formato oval e circular, indicando que diferentes tradições tinham Dokki Gel como um centro de cultos.⁵⁵⁵ Bonnet⁵⁵⁶ levanta a hipótese de que Dokki Gel tenha também servido como um ponto de

⁵⁵²C. f. BONNET, 2015, p. 5; VALBELLE, 2020, p. 329.

⁵⁵³MORRIS, Ellen. *Ancient Egyptian Imperialism*. Hoboken: Wiley, 2018, p.226.

⁵⁵⁴BONNET, Charles; MARCHI, Séverine. The Egyptian occupation and the indigenous city of Dokki Gell in the early 18th dynasty. *Sudan&Nubia*, 2019, n.23, p.135.

⁵⁵⁵BONNET, Charles. Une Ville cérémonielle africaine du début du Novel Empire égyptien. *BIFAO* 115 (2015), p.2-3.

⁵⁵⁶BONNET, Charles. Les grands monuments égyptiens et nubiens du début de la VXIIIe dynastie sur le site de Doukki Gel (Kerma). *BIFAO* 112(2012), p.66.

encontro entre diferentes grupos núbios, a fim de se aliarem e desenvolverem estratégias contra o avanço egípcio na alta Núbia.

A partir da hipótese de Bonnet e das descobertas feitas até então em Dokki Gel, a fortaleza de Tutmés I se torna interessante. Tutmés I, ao conquistar a cidade, destrói a maioria das construções nativas, mas mantém o centro de cultos mencionado.⁵⁵⁷ Sob o reinado de tal faraó, e a fim de manter os palácios cerimoniais nativos, a disposição já existente da cidade foi considerada no planejamento da construção das estruturas egípcias.⁵⁵⁸ Somada à preocupação egípcia em manter o centro de cultos núbios, deve ser levado em consideração que foram construídos frontes a fim de restringir a circulação e avanço de nativos pela cidade.

Portanto, a configuração da cidade sugere a negociação do espaço e influências religiosas e identitárias entre egípcios e as populações núbias. Isso pode ser observado pelo fato de um templo egípcio ser construído na mesma cidade em que se manteve palácios cerimoniais núbios, sendo que boa parte das construções nativas foram destruídas para, imediatamente em cima delas, construir uma fortaleza egípcia.⁵⁵⁹ Não obstante, a arquitetura da cidade indica a adoção de usos núbios dos tijolos em estruturas egípcias, como por exemplo com a construção de pequenos fortes ao longo das paredes.⁵⁶⁰

Outra semelhança arquitetônica chama atenção. Em dois palácios cerimoniais nativos, um circular (figura 1-a) e outro oval (figura 1-b), há um pedestal circular, provavelmente de um trono, sendo circundado por quatro colunas.⁵⁶¹ Os dois pequenos palácios se encontram na parte nordeste da cidade, próximos a um dos principais templos egípcios construídos em Dokki Gel.⁵⁶² No templo egípcio, a sala encontrada mais ao fundo e em nível mais baixo da construção é chamativa, pois ela apresenta semelhanças aos palácios cerimoniais núbios. Na construção egípcia se vê quatro colunas com cerca de um metro de diâmetro ao redor de um pedestal circular, com a mesma disposição dos palácios nativos. Uma diferença importante,

⁵⁵⁷VALBELLE, Dominique. Egyptian Conquest and Administration of Nubia. In: EMBERING, Geoff; WILLIAMS, Bruce B. (ed). *The Oxford Handbook of Ancient Nubia*. New York: Oxford University Press, 2020, p.329.

⁵⁵⁸BONNET, Charles; MARCHI, Séverine. The Egyptian occupation and the indigenous city of Dokki Gell in the early 18th dynasty. *Sudan&Nubia*, 2019, n.23, p. 140.

⁵⁵⁹Idem, p.135.

⁵⁶⁰Idem, p.140.

⁵⁶¹BONNET, Charles. Les grands monuments égyptiens et nubiens du début de la VXIIIe dynastie sur le site de Doukki Gel (Kerma). *BIFAO* 112(2012), p.62-65.

⁵⁶²BONNET, Charles; MARCHI, Séverine. The Egyptian occupation and the indigenous city of Dokki Gell in the early 18th dynasty. *Sudan&Nubia*, 2019, n.23, p.135.

no entanto, é a maior simetria na disposição de tais elementos cuja função seria suportar um trono.⁵⁶³

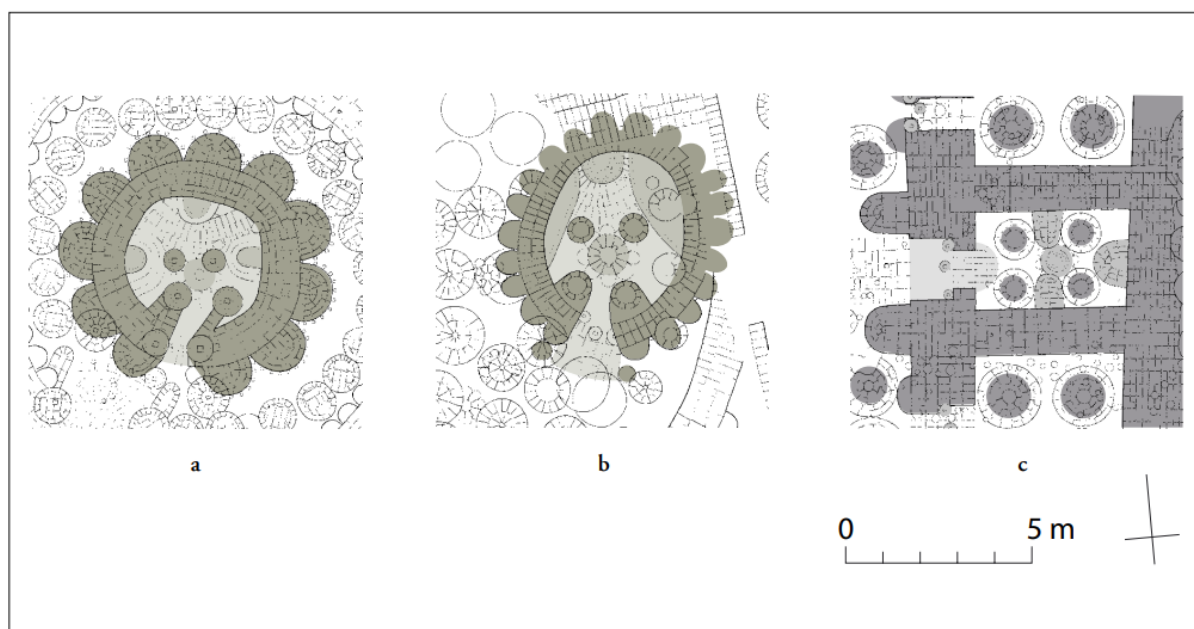


Figura 12: Planta comparativa de dois palácios cerimoniais nativos e da sala do trono de templo egípcio em Dokki Gel. (BONNET, 2012:62)

Tendo em vista a comparação entre os palácios cerimoniais nativos e a sala de trono egípcia, concordamos com Valbelle.⁵⁶⁴ Ela argumenta que a semelhança na disposição dos elementos internos das estruturas foi uma estratégia de legitimação de poder do Tutmés I,⁵⁶⁵ pois a adoção de símbolos reais nativos poderia auxiliar o faraó a ser aceito na cidade e na região da terceira catarata. A estratégia se torna ainda mais pronunciada quando a arquitetura da construção egípcia, onde a sala do trono se encontra, apresenta características egípcias também, como a simetria e a base retangular.

As características e elementos presentes nas construções até agora citadas são importantes, já que suas formas e estilos delineiam um sistema de significados e identificações.⁵⁶⁶ Era também através da arquitetura que o poder do rei se legitimava, a magnitude e símbolos de seu monumento transmitiam a ideia de superioridade e

⁵⁶³BONNET, Charles. Les grands monuments égyptiens et nubiens du début de la VXIIIe dynastie sur le site de Doukki Gel (Kerma). *BIFAO* 112(2012), p.70.

⁵⁶⁴VALBELLE, Dominique. Egyptian Conquest and Administration of Nubia. In: EMBERING, Geoff; WILLIAMS, Bruce B. (ed). *The Oxford Handbook of Ancient Nubia*. New York: Oxford University Press, 2020, p. 327 – 342.

⁵⁶⁵Idem, p.329.

⁵⁶⁶VISCHAK, Deborah. *Community and Identity in Ancient Egypt: The Old Kingdom Cemetery at Qubbet el-Hawa*. New York: Cambridge University Press, 2015, p.11.

legitimidade.⁵⁶⁷ Dessa forma, as escolhas das características das construções não eram aleatórias, e sim parte de uma cosmovisão e de transmissão da identidade especificamente do faraó como poderoso.

A presença egípcia em Dokki Gel e suas estruturas ali estabelecidas revelam a recontextualização criativa de elementos de uma identidade. Tal criatividade pode ser observada, por exemplo, na presença de elementos dos palácios cerimoniais núbios em uma construção egípcia, e que pode ter sido usada como estratégia de pertencimento e legitimidade. Os elementos traduzidos em uma identidade egípcia específica se tornam carregados de relações de poder e política, um contexto de tensões, permitindo negociações de identidades.⁵⁶⁸ Através das estratégias adotadas, e perceptíveis pela arquitetura da fortaleza, os egípcios estariam transitando entre duas identidades e culturas, o que configura uma negociação identitária.⁵⁶⁹

Com o fim do reinado de Tutmés I (1504- 1492 a.C.) e a ascensão de Tutmés II (1492- 1479 a.C.), a fortaleza egípcia é destruída em Dokki Gel, cujo poder e controle são retomados por populações núbias.⁵⁷⁰ Assim como argumentado antes, observa-se constante disputa de poder e de identidades na região da terceira catarata. Ao se destruir as construções egípcias, as identidades egípcias ali assentadas estariam sendo recusadas e barradas. No entanto, como visto na estela de Assuã/Philae, a região de Khentennefer, que se refere a terceira catarata, foi retomada por Tutmés II, renovando as negociações de poder. Dokki Gel, se mantém nessa dinâmica de negociações e renegociações também durante os reinados de Hatshepsut (1473 - 1458 a.C.) e Tutmés III (1479 - 1425 a.C.), que reconstróem a fortaleza egípcia de Tutmés I.⁵⁷¹

Negociações de poder e identidade estão presentes não apenas na fronteira interna, região da terceira catarata, mas também no território onde Tutmés I demarcou o limite do poder egípcio na Alta Núbia. As inscrições de Tutmés I⁵⁷² foram escritas em uma rocha em

⁵⁶⁷KEMP, Barry. *Ancient Egypt Anatomy of Civilization*. New York: Routledge, 2018, p. 106.

⁵⁶⁸DER, Lindsay; FERNANDINI, Francesca. *Archaeology of Entanglement*. New York: Routledge, 2016, p.17.

⁵⁶⁹TING-TOOMEY, Stella. Identity Negotiation Theory. In: BENNETT, Janet M. (ed). *The Sage Encyclopedia of Intercultural Competence*. Los Angeles: Sage, 2015, p. 420.

⁵⁷⁰VALBELLE, Dominique. Egyptian Conquest and Administration of Nubia. In: EMBERING, Geoff; WILLIAMS, Bruce B. (ed). *The Oxford Handbook of Ancient Nubia*. New York: Oxford University Press, 2020, p.330.

⁵⁷¹C. f. BONNET; MARCHI, 2019, p. 135; MORRIS, 2018, p. 227; VALBELLE, 2020, p. 330.

⁵⁷²A rocha chamada de Tableaux real contém as inscrições de Tutmés I (1504 – 1492 a.C.) e também as de Tutmés III (1479-1425 a.C.). No entanto, as inscrições e representações iconográficas de Tutmés III duplicam as de seu avô, salvo poucas alterações como detalhes na ortografia e no espaçamento. (DAVIES, 2001, p. 46-50)

Kurgus, entre a quarta e quinta catarata. O monumento tem 40 metros de comprimento e 23,6 metros de altura, as inscrições se encontram na face nordeste e sudoeste da rocha.⁵⁷³

Na inscrição se lê: “*Qualquer núbio que ultrapassar (ou violar) esta estela, que meu pai Amun me deu, vossos chefes serão mortos, ele permanecerá em meu poder, o céu não irá chover, vosso gado não parirá, não haverá nenhum herdeiro dele sobre a terra*”.⁵⁷⁴ No trecho “*qualquer núbio que ultrapassar (ou violar) esta rocha*” transmite uma conotação de limite geográfico, pois nenhum núbio deveria ultrapassar a estela.

O documento também apresenta relação com a cosmovisão egípcia de ordem contra o caos,⁵⁷⁵ visto que a partir da estela em diante o faraó não protegeria contra a seca, “*o céu não irá chover*”, nem contra a fome, “*vosso gado não parirá*”. Tais aspectos não manteriam a ordem, e poderiam ser interpretados como agentes do caos, pois uma das funções do faraó era a manutenção e equilíbrio da ordem.⁵⁷⁶ O faraó, então, deveria proteger o bem estar daqueles no território egípcio, por isso ele deveria impedir qualquer indivíduo que pudesse causar consequências perturbadoras à ordem na sociedade.⁵⁷⁷

Na inscrição, o foco também cai sobre Amun, pois o deus estaria legitimando e conferindo poder ao faraó. No centro da face nordeste da rocha, onde estão as inscrições de Tutmés I, a imagem gravada tem cerca de 90 cm de altura e apresenta Amun e Hórus. A divindade Hórus porta a coroa do Alto e Baixo Egito e o nome-Hórus do faraó: “Forte Touro Amado de *Maat*”.

A figura de Hórus está orientada para a direita, enquanto a divindade Amun estaria orientada em direção do sol nascente. A disposição de ambos pode representar a proteção de Amun dada ao faraó, visto que Hórus usa a coroa e apresenta o nome-Hórus de Tutmés I. A orientação, portanto, indica a transmissão de vida e poder ao faraó com o nascer do sol.⁵⁷⁸ Já Amun foi representado usando uma coroa com disco solar e pena, sendo a pena o símbolo da *maat*, e segurando um cetro *wAs*⁵⁷⁹ na mão direita cuja ponta tem um *ankh*. A combinação de

⁵⁷³DAVIES, Vivian. Kurgus 2000: The Egyptian Inscriptions. *Sudan&Nubia*, n. 5, 2001, p.46.

⁵⁷⁴Idem, p.50.

⁵⁷⁵TÖRÖK, László. *Between Two Worlds*. Leiden: Brill, 2009, p. 16.

⁵⁷⁶SHAW, Ian. *Ancient Egyptian Warfare: Tactics, Weapons and Ideology of the Pharaohs*. Oxford, Philadelphia: Casemate Publishers, 2019, p.7.

⁵⁷⁷WIT, A. J. De. *Enemies of the State: Perceptions of 'otherness' and state formation in Egypt*. Leiden University, 2008, p.108-109.

⁵⁷⁸C. f. DAVIES, 2001, p. 47; DAVIES, 2017, p. 69.

⁵⁷⁹O cetro *wAs*, que significa cetro do bem estar, domínio e poder, é um ícone importante tanto em Kush como no Egito, sendo frequentemente relacionado ao *ankh*, que significa vida. Este objeto está intimamente associado

ambos, do cetro *wAs* com o *ankh*, está associada ao sentido de “derramar vida”.⁵⁸⁰ Desse modo, se confirma que Amun estaria “derramando vida” em Tutmés I, mostrando uma forma de legitimação de poder do faraó sobre a região em que o monumento se encontra.

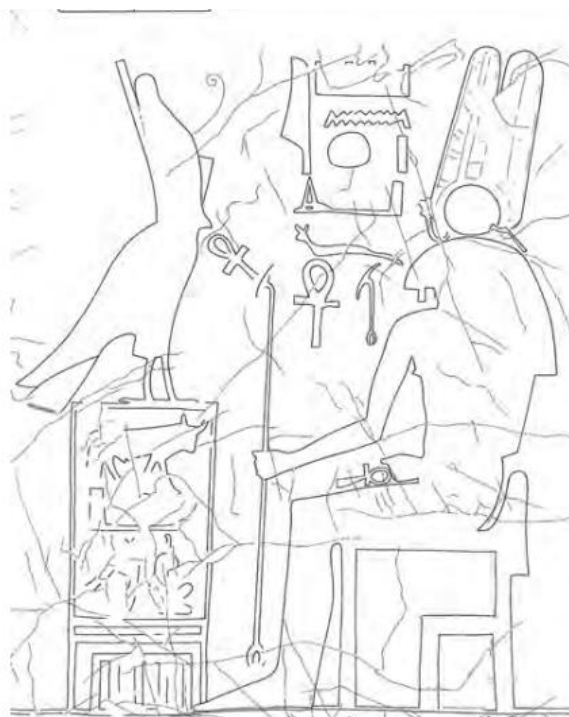


Figura 13: Representação de Amun com a cabeça de carneiro e Hórus portando a coroa dupla do Alto e Baixo Egito. (GABOLDE, 2020:345)

Amun também é representado com cabeça de carneiro, sendo na estela de Tutmés I a primeira aparição da divindade com essa característica tanto no Egito como na Núbia.⁵⁸¹ O fato de ser a primeira vez que Amun aparece com a cabeça de carneiro e de o documento estar em Kurgus, entre a quarta e quinta catarata do Nilo, é significativo. O carneiro era importante na Alta Núbia, pois os povos da região, como já afirmado, tinham culturas pastoris. Assim, é possível que tenha existido uma divindade núbica com características de carneiro, levando à hipótese de que Amun tenha se unido com uma divindade nativa com tais características.⁵⁸²

aos rituais, além de ser o símbolo da maior autoridade no Egito antigo, pois seria através dele que os deuses transmitiriam o poder ao faraó. Suas origens estão relacionadas aos cultos de gados tanto no Egito como na Núbia. (LOBBAN; SPRAGUE, 1997, p. 14)

⁵⁸⁰LOBBAN, Richard; SPRAGUE, Michael. Bulls, and the *wAs* Sceptre in Ancient Egypt nad Sudan. *Anthrozoös*, 10 (2/3), 1997, p. 16.

⁵⁸¹C. f. DAVIES, 2001, p. 47; GABOLDE, 2020, p. 345; KENDAL, MOHAMED, 2020, p. 452.

⁵⁸²C. f. DAVIES, 2017, p. 69; GABOLDE, 2020, p. 345; TÖRÖK, 2009, p. 227.

O culto a Amun com cabeça de carneiro é adotado na Alta Núbia, essa divindade passa a ser chamada de Amun de Gebel Barkal,⁵⁸³ na quarta catarata, onde estava o templo núbio mais importante do deus.⁵⁸⁴ A relevância de Gebel Barkal é visível não apenas pelo templo, mas pela estela que Tutmés III erigiu no ano 47 de seu reinado. As inscrições da estela conectam Amun de Gebel Barkal, portanto núbio, com Amun de Karnak, em Tebas, logo egípcio.

Na estela, Tutmés III se dirige a Gebel Barkal: “*Escutem, oh povo do sul que está em Gebel Barkal, que era chamada de Trono das Duas Terras entre o povo antes de ser conhecido. Que vós conheçais o milagre de Amun-Re antes da união das Duas Terras*”.⁵⁸⁵ No trecho, Amun de Gebel Barkal é referenciado e igualado ao deus dos deuses antes da unificação do Alto e Baixo Egito, como visto em “*Que vós conheçais o milagre de Amun-Re antes da união das Duas Terras*”. Esse elemento é importante, pois o título dado a Amun de Gebel Barkal é “Senhor do Trono das Duas Terras”⁵⁸⁶ - perceptível também, pois no trecho Gebel Barkal é denominada “*Trono das Duas Terras*” - sendo o mesmo título de Amun de Karnak.

Quando na estela, Tutmés III afirma que Amun de Gebel Barkal foi o “Senhor das Duas Terras”, antes delas serem unificadas, ele traça uma cronologia entre as duas formas de Amun. Assim, Amun de Gebel Barkal, com a cabeça de carneiro é associado ao Amun de Karnak, antropomórfico, unindo dois símbolos de identidades egípcias e núbias. A divindade Amun e o símbolo do carneiro estavam associados à água e fertilidade,⁵⁸⁷ o que, por sua vez, ligava o significado de Amun de Gebel Barkal ao Nilo, fonte de vida. Dessa forma, na estela

⁵⁸³KENDALL, Timothy; MOHAMED, El-Hassan Ahmed. Jebel Barkal “Karnak” of Kush. In: EMBERLING, Geoff; WILLIAMS, Bruce B. (eds). *The Oxford Handbook of Ancient Nubia*. New York: Oxford University Press, 2020, p.452.

⁵⁸⁴YELLIN, Janice. Nubian Religion. In: D’AURIA, Sue; FISHER, Marjorie M.; IKRAM, Salima; LACOVARA, Peter (ed). *Ancient Nubia African Kingdoms on the Nile*. American University in Cairo Press, 2012, p.127.

⁵⁸⁵CLINE, Eric H.; O’CONNOR, David (eds). *Thutmose III: A New Biography*. The University of Michigan Press, 2006, p.415.

⁵⁸⁶KENDALL, Timothy; MOHAMED, El-Hassan Ahmed. Jebel Barkal “Karnak” of Kush. In: EMBERLING, Geoff; WILLIAMS, Bruce B (eds). *The Oxford Handbook of Ancient Nubia*. New York: Oxford University Press, 2020, p.452.

⁵⁸⁷YELLIN, Janice. Nubian Religion. In: D’AURIA, Sue; FISHER, Marjorie M.; IKRAM, Salima; LACOVARA, Peter (ed). *Ancient Nubia African Kingdoms on the Nile*. American University in Cairo Press, 2012, p. 126.

de Tutmés III, Amun de Gebel Barkal está sendo visto como o deus criador, pois estaria mais próximo da nascente do Nilo, na Núbia.⁵⁸⁸

Baseado nas estelas de Tutmés I e Tutmés III, as representações de Amun com a cabeça de carneiro e as associações feitas dessa divindade com cultos em Karnak configuram uma negociação de identidades, um emaranhamento entre egípcios e núbios. O emaranhamento se torna pronunciado quando as características físicas de Amun são alteradas, ele passa a ganhar cabeça de carneiro, incorporando símbolos de uma cultura pastoril núbia. O local onde a primeira aparição dessa representação da divindade com cabeça de carneiro deve ser enfatizada. Amun, com a cabeça de carneiro, foi apresentado no marco do limite territorial egípcio na Alta Núbia, onde sua administração era indireta e se encontrava uma rota de comércio.

Somado a isso, Amun de Gebel Barkal é incorporado à cosmovisão egípcia, de modo que é conectado com Amun de Karnak, criando significado e símbolo novo à divindade da Alta Núbia. Amun de Gebel Barkal se torna uma forma da divindade Amun anterior ao cultuado em Karnak. As identidades egípcias, a partir do significado de Amun, e as núbias, relacionadas à simbologia do carneiro e ao seu culto apropriado em Gebel Barkal, estão em constante formação e adaptação.

Vale ainda ressaltar que as identidades também são formadas através das representações de significados e símbolos, no caso as representações estão associadas a Amun. São tais representações que quando relacionadas a uma tradição, como Amun de Gebel Barkal ser inserido em uma cronologia egípcia e conectado com o culto em Karnak, que podem auxiliar na invenção de tradições⁵⁸⁹ ou suas adaptações. Isto configura, então, uma negociação de identidades, pois essa flexibilidade no relacionamento de símbolos permite que os indivíduos envolvidos, egípcios e núbios, transitem entre fronteiras identitárias.⁵⁹⁰

⁵⁸⁸KENDALL, Timothy; MOHAMED, El-Hassan Ahmed. Jebel Barkal "Kamak" of Kush. In: EMBERLING, Geoff; WILLIAMS, Bruce B. (eds). *The Oxford Handbook of Ancient Nubia*. New York: Oxford University Press, 2020, p.452.

⁵⁸⁹KNAPP, A. Bernard. *Prehistoric and Protohistoric Cyprus: identity, insularity and connectivity*. New York: Oxford University Press, 2008, p.32.

⁵⁹⁰TING-TOOMEY, Stella. Identity Negotiation Theory. In: BENNETT, Janet M. (ed). *The Sage Encyclopedia of Intercultural Competence*. Los Angeles: Sage, 2015, p. 420.

Dessa forma, os símbolos identitários são adaptados, eles são parte da capacidade criativa⁵⁹¹ do relacionamento das identidades, configurando um emaranhamento. No emaranhamento os significados variam entre sociedades e através do tempo.⁵⁹² Os objetos, portanto, são carregados de significado de acordo com a lógica cultural local e são contextualizados, de novo, criativamente quando se cruzam fronteiras culturais,⁵⁹³ como ocorreu com Amun.

3.5. Dedwen, à frente da Núbia

O deus Amun continuou a ser cultuado na Alta Núbia e, assim como no Egito, ele transmitia legitimidade real ao rei, em especial em rituais de coroação.⁵⁹⁴ Amun poderia, por exemplo, coroar o rei como acontecia em Napata.⁵⁹⁵ Na Baixa Núbia, durante a XVIII dinastia (1550 – 1295 a.C.), uma cena de coroação de um faraó por uma divindade é interessante. Em Semna, na região da segunda catarata, Tutmés III construiu um templo dedicado ao faraó do Reino Médio, Sesóstris III (1870 - 1831 a.C.), e à divindade local nativa, Dedwen.

Dedwen é um deus de origem núbia e associado aos recursos naturais da Núbia, sobretudo no Egito foi relacionado ao incenso,⁵⁹⁶ além de ter passado por transformações, adaptações e apropriações na Baixa Núbia, ao ser associado a Hórus pelos nativos.⁵⁹⁷ O deus era conhecido pelos egípcios, sendo a primeira referência que se tem sobre ele está nos Textos das Pirâmides de fins do Reino Antigo (2686 - 2160 a.C.), onde a divindade aparece com o título de “Senhor de Ta-Seti”.⁵⁹⁸

Apesar do conhecimento milenar da divindade núbia e sua presença no Egito, não foram encontrados centros de cultos a Dedwen no Egito, mas sabe-se de alguns templos

⁵⁹¹STOCKHAMMER, P. W. From Hybridity to Entanglement, from Essentialism to Practice. In: P. van Pelt (Org.), *Archaeology and Cultural Mixture. Archaeological Review from Cambridge* 28, 1 (Cambridge 2013) p. 15-16.

⁵⁹²STAHL, Ann Brower. Colonial Entanglements and the Practices of Taste: an Alternative to Logocentric Approaches. *American Anthropologist*, vol. 104, n.3, (sep. 2002), p.829.

⁵⁹³Idem.

⁵⁹⁴GABOLDE, Luc. The Amun cult and its development in Nubia. In: EMBERLING, Geoff; WILLIAMS, Bruce B (eds). *The Oxford Handbook of Ancient Nubia*. New York: Oxford University Press, 2020, p.355.

⁵⁹⁵Idem, p.356.

⁵⁹⁶CREASMAN, Pearce P.; YAMAMOTO, Kei. The African Incense Trade and Its Impacts in Pharaonic Egypt. *Afr Archaeol Rev* (2019), 36, p.349.

⁵⁹⁷YELLIN, Janice. Nubian Religion. In: D'AURIA, Sue; FISHER, Marjorie M.; IKRAM, Salima; LACOVARA, Peter (ed). *Ancient Nubia African Kingdoms on the Nile*. American University in Cairo Press, 2012, p. 126.

⁵⁹⁸TÖRÖK, László. *Between Two Worlds*. Leiden: Brill, 2009, p.216.

erigidos por egípcios, na Núbia, dedicados a essa divindade.⁵⁹⁹ Essa lógica é central para a presente pesquisa, pois sugere a mobilização consciente da divindade em um contexto núbio pelos egípcios, ao mesmo tempo em que, no Egito, a divindade teria outra função. No Reino Novo, essa relação entre egípcios, sobretudo os reis Tutmés III e Hatshepsut, e Dedwen merece ser examinada, pois ilustra as diferenças através das quais Dedwen é contextualizado.

Primeiramente, Dedwen ganha papel essencial no templo de Tutmés III em Semna. O templo foi dedicado a Sesóstris III, rei do Reino Médio, e a Dedwen, enaltecendo e reconhecendo a divindade núbio, como já afirmado. Na parede ocidental externa do templo, o faraó é representado sendo coroado por Dedwen, a cena não está em bom estado de conservação, porém é identificável Dedwen sentado segurando a coroa, enquanto Tutmés III está ajoelhado e de costas para o deus, recebendo a coroa. A cena é completada pela presença de Sesóstirs III que direciona um *ankh* na boca de Tutmés III, derramando vida no faraó. Na cena, lê-se a inscrição:

Para Dedwen, à frente da Núbia, o grande deus, senhor do céu: ‘Vosso amado filho, Menkheperra,⁶⁰⁰ ele descansa em vosso assento, ele herda vosso trono e ele age como rei do Alto e Baixo Egito nesta terra. Não haverá ninguém para repetir ele para sempre. Coloque o poder dele e crie temor a ele nos corações dos arqueiros e dos beduínos, em recompensa deste belo, sólido e excelente monumento que ele fez para vós. (LABOURY, 2014:60)

Na inscrição, o deus núbio ganha o epíteto de “grande deus, senhor do céu”, ou seja, ele está sendo ressaltado como uma divindade central, como rei, detentor de poder e autoridade. Tutmés III, a partir disso, é representado como filho do deus núbio e já rei do Alto e Baixo Egito. O interessante é que Dedwen está transferindo o poder e controle da Núbia para Tutmés III, legitimando a autoridade e poder do rei egípcio na Baixa Núbia.⁶⁰¹

A escolha da divindade núbio de coroar o faraó, em um templo na região da segunda catarata, é sugestiva. Durante o Segundo Período Intermediário foi atestada na Baixa Núbia a adoração de Sesóstris III, sobretudo em Buhen.⁶⁰² Vale ainda ressaltar que Sesóstris III, um antigo rei que dominou a Baixa Núbia, foi associado a diferentes divindades núbias, como Dedwen em Semna, sendo conhecido pelas populações da região por um longo tempo. Em um contexto núbio, Sesóstris III se torna uma divindade núbio e, durante o Reino Novo, seu

⁵⁹⁹CREASMAN, Pearce P.; YAMAMOTO, Kei. The African Incense Trade and Its Impacts in Pharaonic Egypt. *Afr Archaeol Rev* (2019), 36, p.356.

⁶⁰⁰Nome de Tutmés III. (SHAW, 2000, p.479-483)

⁶⁰¹C. f. CLINE, O’CONNOR, 2006, p. 43; LABOURY, 2014, p. 58.

⁶⁰²K. El-Enany. Le “dieu” nubien Sésostiris III. *BIFAO* 104 (2004)p.213.

culto por reis, como Tutmés III, é ressaltado.⁶⁰³ Dessa forma, retoma-se uma tradição com a qual os núbios e os egípcios poderiam se identificar, visto que reis, como Tutmés III e Amenhotep II, ao exaltar Sesóstris III estariam afirmando características egípcias, ao mesmo tempo que para os núbios seria o culto a uma divindade núbia. É central enfatizar que Dedwen e Sesóstris III foram associados e, através da valorização dessas divindades, o templo personifica um esforço egípcio de recontextualizar sua autoridade por meios que a tornem legítima aos núbios de Semna, ao mesmo tempo em que consegue equilibrar as identidades e poderes egípcios.

Nesse sentido, a construção do templo e a exaltação de Dedwen na parte exterior do templo com a coroação de Tutmés III, foi uma escolha política.⁶⁰⁴ Como já visto no segundo capítulo e anteriormente neste capítulo, o relacionamento entre egípcios e núbios durante a expansão foi marcada por tensões, conflitos e resistências. Assim, os egípcios desenvolveram estratégias para se legitimar e equilibrar suas identidades e culturas com as tradições núbias. Por esse motivo a cena da coroação é importante, ela apresenta o rei egípcio se recontextualizando em um contexto núbio, onde a legitimidade seria dada pelo “Senhor de Ta-seti” e sua associação a Sesóstris III.

Outro fator que deve ser ressaltado é que a divindade núbia também está sendo recontextualizada perante compreensões egípcias. Como já mencionado, Dedwen em contexto egípcio era uma divindade associada ao incenso, porém, aqui, o incenso não é mencionado. Assim, a identidade de Dedwen é adaptada no documento egípcio, a fim de estar de acordo com a necessidade política egípcia no momento, a legitimação da autoridade e poder egípcio na Núbia. A mudança de seu significado e símbolos ilustra que as identidades em contato são mutáveis, elas passam por processos de mudança, adaptação e apropriação.⁶⁰⁵ Em outras palavras, a manipulação de Dedwen em Semna configura uma estratégia desenvolvida através símbolos culturais e identitários previamente conhecidos tanto pelos egípcios quanto pelos núbios.

⁶⁰³Idem.

⁶⁰⁴TÖRÖK, László. *Between Two Worlds*. Leiden: Brill, 2009, p 216.

⁶⁰⁵FERRÁNDIZ, Jaime Vives-. Mobility, Materiality and Identities in Iron Age East Iberia. IN: DOMMELEN; KNAPP (eds). *Material connections in the Ancient Mediterranean: Mobility, Materiality and Identity*. New York: Routledge, 2010, p.206.

Dessa forma, estes ícones da identidade podem ser elementos de negociação identitária egípcia frente aos núbios.⁶⁰⁶ Somado a isso, Dedwen é apresentado com características e significados de duas identidades e culturas diferentes, apesar de um contexto de domínio egípcio.⁶⁰⁷ As características e símbolos se fundem na representação do templo de Semna, configurando um emaranhamento, visto que Dedwen apresenta características físicas egípcias, mas é identificado como núbio em um contexto núbio.

Essa representação e destaque de Dedwen é diferente de como a divindade é ilustrada no terraço inferior do templo de Hatshepsut, em Deir el-Bahari. Duas questões, embora interligadas, devem ser examinadas, a primeira se refere ao fato de que Dedwen é visto como uma divindade também, porém está oferecendo núbios à Hatshepsut. Os núbios ofertados são apresentados cativos, atados em fila por uma corda, cuja ponta está na mão de Dedwen que, por sua vez, entrega ao faraó.⁶⁰⁸ A segunda questão que deve ser direcionada é a maneira pela qual os núbios são descritos. Na cena em Deir el-Bahari, os núbios são apresentados como “os perversos de mente/rebeldes” (*XAk^w ib*) entre os núbios (*iwntiw sty*).⁶⁰⁹ Nesse caso, Dedwen está sendo inserido em uma lógica e cosmovisão egípcia de ordem contra o caos, pois os cativos foram chamados de “perversos de mente / rebeldes”.

Quando comparados os objetivos de Dedwen na cena em Semna e na cena de Deir el-Bahari, eles não são tão diferentes. Em ambas as cenas, a divindade núbia está entregando a Núbia ao rei, a diferença é o contexto. Em Deir el-Bahari, o contexto é egípcio, a necessidade de legitimação está em contexto interno, onde é necessário legitimar e negociar o poder e autoridade do faraó dentro do Egito. Enquanto em Semna, o contexto de negociação é externo, a negociação de autoridade se dá frente aos núbios. As diferentes representações de Dedwen, então, apontam para a recontextualização criativa da divindade, levando em conta os anseios políticos dos reis.

Dessa forma, a figura de Dedwen foi alterada a fim de transitar entre duas fronteiras, ele se manteve reconhecido núbio, mas foi adaptado, de um lado para aproximar egípcios e núbios, e por outro lado, a fim de legitimar e afirmar o poder de Hatshepsut no Egito e a

⁶⁰⁶CURTA, Florin. Ethnic Identity and Archaeology. In: SMITH, C. (eds). *Encyclopedia of Global Archaeology*. New York: Springer, 2014, p.2509.

⁶⁰⁷SMITH, Stuart T.; BUZON, Michele. Colonial Entanglements: “Egyptianization” in Egypt’s Nubian Empire and the Nubian Dynasty. In: WELSBY, D.; ANDERSON, J. (eds). *Proceedings of the 12th International Conference for Nubian Studies 01-06 August 2010*. London: British Museum Press, p.431.

⁶⁰⁸C. f. CREASMAN; YAMAMOTO, 2019, p. 356; NAVILLE, 1908, p.2, pl. 152.

⁶⁰⁹TÖRÖK, László. *Between Two Worlds*. Leiden: Brill, p.216.

expansão na Núbia. A divindade, portanto, realça as tensões internas e externas egípcias, revelando não apenas a pluralidade interna egípcia, como também auxilia na compreensão de que os núbios influenciavam os egípcios.

3.6. A negociação sob o olhar dos egípcios: transitando entre identidades

O controle sobre a Baixa e Alta Núbia durante o Reino Novo foi diferente quando comparado a outros momentos de expansão e controle egípcios sobre a Núbia.⁶¹⁰ O discurso usado por Kamés, a fim de legitimar e justificar o estopim da expansão egípcia, revela a pluralidade identitária dentro do próprio Egito. O avanço e sucesso militar sobre a Núbia foi influenciado pelas extensas trocas entre egípcios e hicsos ao norte do Egito.

A importância e papel dos hicsos na atualização das tecnologias de guerra, na percepção de diferentes identidades egípcias e na conectividade entre as divisões políticas e administrativas do vale do Nilo, se torna visível nos discursos de Kamés. Durante o começo da expansão do Reino Novo, especificamente com as campanhas de expulsão dos hicsos, as diferenças na estrutura e estilo dos discursos de Kamés revelam o reforço e mudança de uma identidade militar e de elite egípcia, cujo centro é o próprio faraó.

A documentação de Kamés ilustra a reunificação do Alto e Baixo Egito e o conflito entre as dissonantes identidades espalhadas pelo território. Através dessa documentação começa a ser observada uma negociação e reafirmação de identidades entre os próprios egípcios antes de se notar negociações com os chamados “outros”. Tais aspectos não apenas sugerem a heterogeneidade egípcia, mas também ilustram estratégias de construção identitária e cultural baseadas em símbolos tradicionais que retomam a unificação do Egito, como a Paleta de Narmer.

Baseado nesse momento de reforço de uma identidade específica egípcia que um exército permanente ganha espaço e importância, influenciando a expansão em direção a Núbia. Essa “nova” parcela da sociedade garante seu espaço e se negocia perante as outras identidades, como as religiosas, no Egito, sendo favorecidas pelas recompensas, alcançadas e justificadas durante as campanhas militares na Baixa e Alta Núbia, sendo também um elemento de negociação.

⁶¹⁰MORKOT, Robert. Egypt and Nubia. In: ALCOCK Susan E., D'ALTROY Terence N., MORRISON Kathleen D., SINOPOLI, Carla M. *Empires: perspectives from archeology and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 234.

No capítulo buscou-se analisar as negociações de identidades egípcias não apenas no âmbito interno, como também no externo, visto que elas acontecem simultaneamente.⁶¹¹ As negociações com outros grupos foram vistas, a partir dos contatos entre egípcios e núbios, focando primeiramente na fronteira de administração interna na Núbia, a terceira catarata.

Sob os reinados de Tutmés I e II, a necessidade de se afirmar e legitimar logo no início de seus reinados é marcante e sugestiva. O fato de campanhas militares, sob os dois faraós, terem acontecido logo no começo de seus respectivos reinados, apresentam alianças renováveis e constantes (re)negociações entre egípcios e núbios. Com as estelas de Tutmés I em Tombos e a de Tutmés II em Assuã/Philae, a negociação se faz presente nas identidades egípcias tanto quanto nas núbias, como foi observado nas estratégias de Teh-Khet.

Símbolos identitários, sob os reinados de Tutmés I, II e III foram adaptados e recontextualizados, como os vistos em Dokki Gel. As identidades egípcias estavam sendo representadas de forma emaranhada com características e símbolos núbios, como visto no templo egípcio em Dokki Gel, cuja sala do trono uniu elementos egípcios e núbios. Desse modo, um emaranhamento egípcio toma forma, pois a união de símbolos e seus significados que criam algo novo, configuram um emaranhamento, pois estão revelando sua capacidade criativa.⁶¹²

Com a fixação de uma estela de fronteira em Kurgus, a negociação de identidades fica ainda mais nítida. A aparição de Amun com a cabeça de carneiro revela a flexibilidade do uso e adaptações de símbolos, sendo essa dinâmica flexível e criativa que permite os indivíduos de transitarem entre fronteiras identitárias. Nesse sentido, Dedwen e seus usos na documentação egípcia se mostram interessantes, pois até o momento, as negociações identitárias com os “outros” aconteceram, em sua maior parte, no território núbio.

No entanto, as representações de Dedwen extrapolam essa presença apenas na Núbia e são levadas até Karnak e Deir el-Bahari, com Tutmés III e Hatshepsut, já em fins da expansão. Dedwen, assim como Amun com a cabeça de carneiro, passam a ser inseridos em uma lógica egípcia e a fazer parte dos símbolos identitários egípcios ao mesmo tempo em que

⁶¹¹JONKER, LOUIS. Engaging with Different Contexts A Survey of the Various Levels of Identity Negotiation in Chronicles. In: JONKER, Louis (ed). *Texts, Contexts and Readings in Postexilic Literature*. Mohr Siebeck: Tübingen, 2011, p.81.

⁶¹²STOCKHAMMER, P. W. From Hybridity to Entanglement, from Essentialism to Practice. In: VAN PELT, P. (Org.), *Archaeology and Cultural Mixture. Archaeological Review from Cambridge* 28, 1 (Cambridge 2013) p. 15-16.

apresentam características e significados notavelmente núbios. Ou seja, a negociação identitária e o emaranhamento de identidades egípcias se tornam mais visíveis.

Portanto, teve-se o esforço de ilustrar que as negociações e emaranhamentos não ocorreram apenas entre as elites núbias quando em um contexto de dominação egípcia e a fim de sobreviver. As negociações e emaranhamentos, assim como os contatos entre povos, são flexíveis e envolvem a comunicação e relacionamento entre as partes envolvidas, já que podem configurar disputa de poder.⁶¹³ Defende-se, então, que o relacionamento entre egípcios e núbios, durante a expansão do Reino Novo, não resultou na aculturação passiva dos povos núbios e nem foi baseada em uma homogeneidade egípcia, ela foi marcada por intensas disputas de poder e negociações identitárias entre egípcios e núbios.

⁶¹³BHABHA, Homi. *O local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p.83.

CONCLUSÃO

Os processos de descolonização de países africanos no século XX influenciaram profundamente a egiptologia. Nesse contexto de independência, a egiptologia foi marcada pela emergência de teorias e ideais pós-colonialistas que trouxeram novos questionamentos e olhares sobre o Egito e suas interações com outros povos, como os núbios. Os ideais pós-coloniais partem de preocupações sobre identidades plurais e as realidades de disputa e tensões entre colonizadores e colonizados.⁶¹⁴ Os estudos e análises sobre o relacionamento entre egípcios e núbios foram beneficiados pelas perspectivas pós-coloniais, pois elas permitiram que novas ferramentas teórico-metodológicas e perspectivas fossem lançadas sobre tal relacionamento, valorizando as realidades internas das populações e, também, os interesses políticos autóctones núbios.

As relações entre egípcios e núbios, durante o período de expansão da XVIII dinastia (1555- 1425 a.C.), foi um palco de disputas de poder. Através de compreensões que ressaltam essas tensões entre ambas as populações plurais africanas, e valorizam os interesses próprios de cada uma, perspectivas tradicionais como a egipcianização podem ser criticadas e seus limites superados. A egipcianização e seus impactos na egiptologia refletem as mentalidades e valores dos séculos XIX e começo do XX. Esse período da egiptologia foi marcado pelo colonialismo europeu, sobretudo britânico, francês e alemão, crises sociais, como a queda de monarquias nacionais e a ascensão de movimentos sociais, eugenia, como visto em Petrie, e mesmo racismo. Tais valores foram projetados na egiptologia e profundamente enraizados, de modo que concepções de um Egito eterno, paternal e exótico, e de populações núbias à sombra do Egito ainda hoje impactam as produções egiptológicas e a cultura popular atuais (inclusive a presente pesquisa, que por vezes tende a generalizar as várias identidades egípcias, chamando-as e concentrando-as em “o Egito”).

Os valores do início da egiptologia, traduzidos na egipcianização e no mito do Egito eterno, foram naturalizados nas produções historiográficas. Mesmo com a reinterpretação e atualização do termo egipcianização, ele continua a ser usado para se referir às influências egípcias na Núbia. O contínuo uso do termo revela dois problemas em relação à egiptologia, o primeiro é que, e apesar das reinterpretações, o termo continua se referindo a trocas culturais unilaterais, mesmo que não seja mais entendido com conotações preconceituosas ou que remetam a uma aculturação total das populações núbias. O termo continua a restringir as capacidades de análises do relacionamento entre egípcios e núbios, visto que não permite o

⁶¹⁴HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018, p.36.

estudo das influências núbias no Egito. Do mesmo modo, se fosse utilizado o termo “nubianização”, como faz Janice Yellin,⁶¹⁵ ocorreria a inversão da ampulheta histórica, ou seja, a suposição de influências unilaterais culturais núbias no Egito, mas sem a possibilidade de examinar trocas entre ambos. Desse modo, o uso de ambos os termos, sem um debate sobre sua mobilização ou suas conotações, não apresenta meios necessários a fim de superar as limitações sedimentadas na egiptologia.

O segundo problema relacionado à noção de egipcianização, e seu uso naturalizado, é o isolamento da egiptologia. A egiptologia precisa de diálogos com outras áreas do conhecimento, pois esse contato contribui com a autocrítica da disciplina. Com a autocrítica, o avanço e atualização de perspectivas e noções em estudos e pesquisas ocorrem, auxiliando na superação das limitações da disciplina. Por isso seria benéfico o diálogo relacionando a egipcianização com as noções de helenização e romanização, comuns nos Estudos Clássicos, visto que as discussões sobre os termos greco-romanos são aprofundadas e geraram debates sobre novas ferramentas teórico-metodológicas nessa área.

O isolamento da egiptologia também está vinculado ao mito do Egito eterno, uma vez que tal perspectiva favorece pesquisas que se restrinjam a contextos de elites, voltadas para arte e religião, impondo frequentemente compreensões homogeneizantes sobre os egípcios. Dessa forma, novos olhares sobre novos objetos de pesquisa seriam limitados, restringindo, novamente, o avanço e diálogo da disciplina com outras áreas de conhecimento.

Assim, valores e noções herdados por essa egiptologia do século XIX e meados do século XX, apresentam limitações aos estudos e análises sobre o Egito faraônico e as populações núbias. No entanto, e felizmente, há um esforço, sobretudo recente, em criticar os limites e as perspectivas teórico-metodológicas que sustentavam as noções de Egito eterno e da Núbia como realidade “egipcianizada” e submissa aos egípcios. É nesse contexto de esforço de superação das defasagens da egiptologia que a presente pesquisa se inseriu.

O objetivo da presente pesquisa foi analisar o relacionamento entre o rei e oficiais egípcios, de um lado, e, do outro, entre egípcios e elites núbias, porém através de perspectivas que valorizam as pluralidades internas egípcias e núbias. Essas ferramentas que sublinham a heterogeneidade buscam histórias núbias fora da sombra do Egito, mostrando trocas e escolhas pautadas nos interesses políticos nativos núbios e disputas de poder com os egípcios.

⁶¹⁵YELLIN, Janice. Nubian Religion. In: D'AURIA, Sue; FISHER, Marjorie M.; IKRAM, Salima; LACOVARA, Peter (ed). *Ancient Nubia African Kingdoms on the Nile*. American University in Cairo Press, 2012, p. 126.

Para que isso fosse possível, as duas principais ferramentas mobilizadas foram as noções de emaranhamento e de negociação de identidades.

Ambos os conceitos valorizam trocas culturais não unilaterais, de forma que foi possível observar influências egípcias na Núbia, bem como os impactos núbios no Egito. Somado a isso, os conceitos escolhidos permitiram que se examinasse a formação de identidades duplas, como em Teh-Khet, e o esforço em equilibrar sentimentos de pertencimento, a fim de legitimar a autoridade sobre as populações da região da terceira catarata do Nilo, como feito pelos egípcios. Tanto o emaranhamento e como a negociação de identidades se baseiam na recontextualização criativa, carregando os objetos e aspectos culturais e identitários adotados e adaptados, tanto pelos egípcios como pelos núbios, no âmbito das relações de poder.⁶¹⁶

Essa dinâmica de negociação e emaranhamento, pautados na recontextualização criativa, permitiu examinar as relações entre oficiais egípcios assentados na Baixa Núbia, em fins do Segundo Período Intermediário (1650 - 1550 a.C.). No capítulo 2, alguns desses oficiais, como a família de Ka, em Buhen, tiveram uma dinâmica de relação interessante com o governante núbio de Kerma. Durante o Segundo Período Intermediário, Buhen ficou sob o controle de Kerma, de forma que os egípcios que permaneceram nas antigas fortalezas egípcias na Núbia, a fim de não perder sua posição de administração das fortalezas, negociaram com os núbios, ao reconhecerem sua autoridade sobre Buhen. No entanto, esses mesmos egípcios na Núbia mantiveram aspectos culturais egípcios, como seus nomes, e o culto a Sesóstris III e Hórus, que apesar de serem reconhecidos como divindades núbias também eram conectados às identidades e culturas egípcias. Esses oficiais egípcios, assim, equilibravam seus sentimentos de pertencimento núbio e egípcio, sendo legítimos aos olhos de Kerma.

Somado a isso, as relações da família de Ka com Kerma também revelaram a formação de alianças políticas, pautadas em interesses próprios tanto dos oficiais egípcios, como por Kerma. A aliança era vantajosa para os oficiais, pois eles mantiveram o controle da fortaleza em que estavam estabelecidos, mas também era vantajosa para Kerma, pois garantiam a manutenção e administração da região com menos gastos. Dessa forma, a aliança era benéfica para os interesses políticos de certas camadas de egípcios e núbios.

Uma lógica semelhante foi observada com a família de elite nativa de Teh-Khet. Seus membros, como Djehuty-hotep e Amenemhet, equilibravam seus sentimentos de

⁶¹⁶C. f. DER, FERNANDIDI, 2016, p. 18; THOMAS, 1998, p. 83-88.

pertencimento através de estratégias sutis. A estratégia de Djehuty-hotep/ Pa-its (y), por exemplo, foi a adoção de nomes duplos, que possibilitavam a formação de identidades duplas, legitimando sua posição no aparato administrativo egípcio e seu status e controle em contexto interno núbio. Ao mesmo tempo, Amenemhet desenvolveu a estratégia de valorização de divindades egípcias e núbias, também se reconhecendo com duas identidades diferentes, que o inseriam nas esferas de poder egípcia e núbia, favorecendo seus interesses políticos e poder.

O capítulo 2 também observou uma negociação interna de poder e posição núbia. A partir do título de *wr*, de “Chefe”, de Teh-Khet, visto que, em um dado momento, apenas um integrante da família por vez poderia portar o título. Dessa forma, os membros da família de Teh-Khet negociavam suas hierarquias e, em relação ao Egito, implementaram uma dinâmica hereditária de adoção do título de “Chefe de Teh-Khet”, sendo que nem todos o portaram, como Sen-mose. Dessa forma, a necessidade egípcia de incorporar membros da elite núbia no aparato administrativo, contribuiu para o desenvolvimento de negociação de poder dentro da estrutura familiar nativa núbia. Não obstante, o próprio título de *wr* revela o caráter de alianças renováveis entre egípcios e núbios, visto que Amenemhet, o último indivíduo da elite de Teh-Khet que se tem conhecimento, não teve filhos. Se Amenemhet não teve filhos e o título era hereditário, a sua utilização no aparato administrativo egípcio tenderia a desaparecer. No período Raméssida, porém, o título volta a ser portado por um integrante de elite nativa núbia. A falta de documentação do período entre Amenemhet e o período Raméssida nos impede de saber se o título foi portado por outras elites de Teh-Khet, mas o retorno do título indica que era necessário para o aparato administrativo egípcio que elites de Teh-Khet que exercessem as funções de “Chefe”. Nesse sentido, o fato de o título ter sido novamente atribuído a outra elite de Teh-Khet sugere que os egípcios forjaram novas alianças no local, de modo que as alianças eram renováveis.

Alianças indicam o relacionamento entre ambas as partes em relacionamento. Por isso, o capítulo 3 se voltou para os impactos desse relacionamento entre os egípcios. Vale ressaltar, em primeiro lugar, as disputas internas de poder egípcias, logo no início da expansão em direção à Núbia. A documentação ilustra a pluralidade interna do Egito, em especial com o embate entre o faraó Kamés e seu conselho de guerra, que discordava sobre como agir frente a um território egípcio fragmentado entre diferentes governantes. Outras formas de tensões internas também foram examinadas, como a repressão de egípcios que adotaram identidades asiáticas, sendo considerados traidores e alvos da violência dos próprios egípcios. No entanto, o destaque recai sobre a emergência da nova elite militar, que auxiliou

no sucesso da expansão em direção à Núbia, e foi sustentada pelas recompensas. Assim, longe de ser homogêneo, o Egito estava atravessado por tensões e disputas internas sempre renovadas.

O capítulo 3 também teve por objetivo examinar as influências núbias no Egito, buscando apresentar a Núbia fora da sombra dos egípcios e com papel ativo no relacionamento. As influências podem ser vistas a partir da adoção e adaptação de aspectos de tradições culturais núbias, como o formato circular de tronos e a relevância do carneiro. Esses elementos foram incorporados pelos egípcios em Dokki Gel, por exemplo, onde foi observado o templo egípcio em formato retangular tradicional, porém com o trono circular núbio. De igual modo, a divindade Amun, até o reinado de Tutmés I representado em sua forma antropomórfica, passa a incorporar a cabeça de carneiro, remetendo tradições núbias. O caso de Amun é interessante, pois sua primeira aparição com a cabeça de carneiro foi na Alta Núbia, região em que o controle egípcio era mais indireto do que na Baixa Núbia, de modo que Amun com cabeça de carneiro seria um meio de aproximar as culturas egípcias e as da Alta Núbia. Essa forma de aproximação entre as culturas egípcias e núbias poderia ser uma estratégia egípcia de legitimar sua autoridade aos olhos núbios. Além disso, essa representação zoomórfica de Amun não foi mobilizada apenas na Núbia como uma estratégia de legitimação, Amun com a cabeça de carneiro foi incorporado ao panteão egípcio. Portanto, culturas egípcias foram adaptadas a partir do contato com a Núbia.

Por fim, a recontextualização de Dedwen, divindade núbia, também é sugestiva. O caso de Dedwen demonstra a manipulação e adaptação de elementos núbios a fim de suprir interesses políticos próprios de reis egípcios. Reis e rainhas, como Tutmés III e Hatshepsut, precisavam se legitimar em diferentes contextos, portanto, lógicas distintas se mostraram necessárias. Tutmés III mobilizou a divindade em contexto núbio, de forma que Dedwen aparece coroando o rei egípcio, conferindo legitimidade à autoridade de Tutmés III na Núbia. Por sua vez, Hatshepsut manipula a figura de Dedwen em contexto interno egípcio. No templo em Der el-Bahari, a divindade núbia é representada oferecendo prisioneiros núbios à rainha. A cena no templo de Hatshepsut sugere o objetivo da rainha de afirmar o poder do Egito sobre a Núbia, uma forma de validar a expansão ao sul. Tanto Tutmés III como Hatshepsut, ao mobilizarem Dedwen, adaptam a divindade de acordo com o contexto e seus objetivos políticos, isso configura uma recontextualização criativa. Portanto, a divindade Dedwen ilustra a adoção e adaptação de elementos núbios a fim de suprir os interesses egípcios, tanto no Egito como na Núbia.

Vale ressaltar que é preciso cautela ao assumir uma escolha deliberada de traços culturais e estratégias de negociação entre núbios e egípcios. E, essas estratégias foram formadas a partir de um longo relacionamento, muitas vezes, de forma inconsciente. Nesse sentido, a presente pesquisa buscou examinar as estratégias de pertencimento e negociações de identidades entre egípcios e núbios durante a expansão da XVIII dinastia egípcia. Fez-se o esforço de retirar a Núbia da dependência do Egito ao mesmo tempo em se almejou ressaltar as pluralidades internas núbias e egípcias. No entanto, os esforços de superação das limitações da egiptologia devem ser mais aprofundados e continuados e, ainda serão necessários muitos estudos para avançar na pesquisa. As questões do estudo sobre o relacionamento entre Egito e Núbia ainda estão longe de serem esgotadas. E espera-se que ainda mais seja feito nas críticas à egiptologia, mas também queremos crer que a presente pesquisa tenha contribuído com o desenvolvimento dos conhecimentos referentes ao relacionamento entre Egito e Núbia.

BIBLIOGRAFIA

ACHERAÏOÛ, Amar. *Questioning Hybridity, Postcolonialism and Globalization*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

ADAM, Shehata. A Importância da Núbia: um elo entre a África central e o Mediterrâneo. In: MOKHTAR, Gamal (ed). *História Geral da África vol.2*. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

ADAMS, William Y. *Nubia: Corridor to Africa*. London: Penguin Books, 1977.

ADAMS, William. The first Colonial Empire: Egypt in Nubia, 3200-1200 BC. *Comparative Studies in Society and History*, 26:1, 1984, 36-71.

ALLEN, James P. *Middle Egyptian: An Introduction to the Language and Culture of Hieroglyphs*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

ALSTOLA, Tero Esko. Judeans merchants in Babylonia and their participation in long distance trade. *Welt des Orients*, n.47, 2017, p. 25-51.

AKMENKALNS, Jessica Louise Groth. *Cultural Continuity and Change in the Wake of Ancient Nubian-Egyptian Interactions*. Tese de doutorado. Santa Barbara, 2018.

ARRAIS, Nely Feitoza. Os feitos militares nas biografias do Reino Novo: Ideologia militarista e identidade social sob a XVIII dinastia do Egito Antigo (1550- 1295 a.C.). Tese de doutorado, 2011.

ASANTE, S.K.B.; CHANAIWA, David. O Pan-africanismo e a Integração Regional. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (eds). *História Geral da África: África desde 1935, vol. VIII*. São Paulo: Cortez Editora, 2011, p. 873-896.

ASTON, David; BIETAK, Manfred. Nubians in the Nile Delta: à propos Avaris and Peru-Nefer. In: BINDER, Michaela; SPENCER, Neal; STEVENS, Anna. *Nubia in the New Kingdom: Lived experience, pharaonic control and indigenous traditions*. Bristol: Peeters, 2017, p. 491-524.

BADER, Bettina. Cultural Mixing in Egyptian Archaeology: The 'Hyksos' as a Case Study. In: VAN PELT, P.(Org.). *Archaeology and Cultural Mixture. Archaeological Review from Cambridge* 28, 1 (Cambridge 2013), p. 257-186.

BAINES, John. *Visual and Written Culture in Ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

BEDNARSKI, Andrew. The Nature and History of Egyptology. In: SHAW, Ian; BLOXAM, Elizabeth. *The Oxford Handbook of Egyptology*. New York: Oxford University Press, 2020, p. 33- 47.

BESTOCK, Laurel; KNOBLAUCH, Christian. Evolving Communities: The Egyptian Fortress on Uronarti in the Late Middle Kingdom. *Sudan&Nubia*, n.21, 2017, p.50-58.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BIETAK, Manfred. From Where Came the Hyksos and Where Did They Go? In: MARÉE, Marcel (ed). *The Second Intermediate Period (Thirteenth-Seventeenth Dynasties): Current Research, Future Prospects*. Leuven: Uitgeverij Peeters and Departement Oosterse Studies, 2010, p.139-192.

BONNET, Charles. Les grands monuments égyptiens et nubiens du début de la VXIII^e dynastie sur le site de Doukki Gel (Kerma). *BIFAO* 112(2012), p. 57-76.

BONNET, Charles. Une Ville cérémonielle africaine du début du Nouvel Empire égyptien. *BIFAO* 115 (2015), p. 1-14.

BONNET, Charles; MARCHI, Séverine. The Egyptian occupation and the indigenous city of Dokki Gel in the early 18th dynasty. *Sudan&Nubia*, 2019, n.23, p.135-143.

BOWMAN, Alan K.; WOOLF, Greg (Ed). *Literacy and Power in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

BRUGSCH, Heinrich. *Aegypten's under den Pharaonen: Nach den denkmälern bearbeitet*. Leipzig, 1877.

BRUGSCH, Heinrich. *Egypt under the Pharaohs: History Derived Entirely from the Monuments*. London: Edinburgh Press, 1902.

BUDKA, Julia. The Third Cataract: its historical and political importance according to royal and private rock inscriptions at Tombois. In: AMENTA, Alessia; LUISELLI, Maria Michaela; SORDI, Maria Novella (Org.). *L'Acqua nell'antico Egitto. Vita, rigenerazione, incantesimo*,

medicamento. Proceedings of the First International Conference for Young Egyptologists, Italy, Chianciano Terme, October 15-18, 2003 (Egitto antico 3), Rom 2005, p.107-115.

BUDKA, Julia. The Egyptian “Re-conquest of Nubia” in the New Kingdom- Some thoughts on the Legitimization of Pharaonic Power in the South. *In: F. COPPENS; J. Janak; H. Vymazalova (org). Royal versus Divine Authority. Acquisition, Legitimization and Renew of Power.* Wiesbaden, 2015, p. 63-82.

BUDKA, Julia. The Metaphor of Cultural Entanglement in Northeast African Archaeology. *Global Journal of Archaeology & Anthropology.* 2018, 3 (5), 1-3.

BURKE, Peter. *Hibridismo Cultural.* São Leopoldo: Editoria Unisinos, 2003.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: o uso de imagens como evidência histórica.* São Paulo: Editora Unesp, 2016.

BUSSMANN, Richard. Egyptian Archaeology and Social Anthropology. *In: Oxford Handbooks Online.* Oxford University Press, 2015, p.1-28.

BUTTERS, Luis Jaime Castillo; DEMARAIS, Elizabeth; EARLE, Timothy. Ideology, Materialization and Power Strategies. *Current Anthropology,* 1996, 37 (1), p. 15-31.

BUZON, Michelle; SIMMONETTI, Antonio; SMITH, Stuart. Entanglement and the formation of the Ancient Nubian Napatan State. *American Anthropologist* (2016), vol. 118, n.2, p.284- 300.

CAMPAGNO, Marcelo. Coercion, creation, intervention: three capacities of the early Egyptian state. *In: FROOD, Elizabeth; McDONALD, Angela (ed). Decorum and Experience: essays in ancient culture for John Baines.* Oxford: Griffith Institute, 2013, p. 214- 219.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade.* São Paulo: Edusp, 2019 (4ª edição).

CANDAU, Joel. *Memória e identidade.* São Paulo: Editora contexto, 2011.

CARDOSO, Ciro F. Guerra, economia e sociedade no Egito do Reino Novo (séculos XVI-XI a.C.). *In: FUNARI, P. P. A.; CARVALHO, M. M.; CARLAN, C., SILVA, E. C. M. (Orgs). História Militar do Mundo Antigo: Guerras e Identidades.* São Paulo: Anablume, 2012, p. 15-37.

CARRUTHERS, William (ed.). *Histories of Egyptology: Interdisciplinary Measures*. New York: Routledge, 2015.

CLINE, Eric H.; O'CONNOR, David (eds). *Thutmose III: A New Biography*. The University of Michigan Press, 2006.

CONANT, Jonathan. *Staying Roman: Conquest and Identity in Africa and the Mediterranean, 439-700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

COOPER, Julien. Kushites Expressing 'Egyptian' Kingship: Nubian Dynasties in Hieroglyphic Texts and a Phantom Kishite King. *Ägypten & Levante* 28, 2018, p. 143-168.

COX, Rory. Expanding the History of the Just War: The Ethics of war in Ancient Egypt. *International Studies Quarterly*, v. 61(2), 2017, p. 371- 384.

CREASMAN, Pearce P.; YAMAMOTO, Kei. The African Incense Trade and Its Impacts in Pharaonic Egypt. *African Archaeological Review* (2019) 36: 347-365.

CUSICK, James G. Historiography of Acculturation: an Evaluation of Concepts and Their Application in Archaeology. In: CUSICK, James G. (Ed.). *Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change, and Archaeology*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1998, p. 126-145.

CURTA, Florin. Ethnic Identity and Archaeology. In: SMITH, C. (eds) *Encyclopedia of Global Archaeology*. New York: Springer, 2014 p. 2507 –2514.

DAVIES, Vivian. Kurgus 2000: The Egyptian Inscriptions. *Sudan&Nubia*, 2001, n. 5, p.46-58.

DAVIES, W. Vivian. The Tomb of Ahmose Son-of-Ibana at Elkab Documenting the Family and Other Observations. In: CLAES, Wouter; HENDRICKX, Stan; MEULENARE, Herman De. *Elkab and Beyond: Studies in Honour of Luc Limme*. Leuven: Uitgeverij Peeters en Departement Oosterse Studies, 2009, p. 139- 175.

DAVIES, W. V. *Egypt in Africa: Nubia from Prehistory to Islam*. London: British Museum Press, 1991.

DAVIES, W. The Korosko Road Project: Recording Egyptian Inscriptions in the Eastern Desert and elsewhere. *Sudan&Nubia*, n.18, 2014, p. 30-44.

DESMOND, Adrian; MOORE, James. *A Causa Sagrada de Darwin*. São Paulo: Editora Record, 2009.

DER, Lindsay; FERNANDINI, Francesca (ed). *Archaeology of Entanglement*. New York: Routledge, 2016.

DE SOUZA, Aaron. The Egyptianisation of the Pan-Grave Culture: a new look at an old idea. *The Bulletin of the Australian Centre for Egyptology* 24, 2013, p. 109-126.

DIETLER, Michael. *Archaeologies of Colonialism, Consumption, Entanglement and Violence in Ancient Mediterranean in France*. Los Angeles: University of California Press, 2010.

DIOP, Cheikh Anta. *Naciones negras y cultura*. Barcelona: Bellaterra, 2012.

EDWARDS, D.N. *The Nubian Past. An Archaeology of Sudan*. London: Routledge, 2004.

EMBERING, Geoff; WILLIAMS, Bruce B. (eds). *The Oxford Handbook of Ancient Nubia*. New York: Oxford University Press, 2020.

ENMARCH, Roland. Some Literary Aspects of the Kamose Inscriptions. *The Journal of Egyptian Archaeology*, 99 (2013), p.253- 263.

ERMAN, Adolf. *Aegypten und Aegyptisches Leben Im Altertum*. Tübingen: H. Laupp'schen, 1885.

ERMAN, Adolf. *Life in Ancient Egypt*. Londres: Macmillan and Co., 1894.

FAULKNER, Raymond. *A Concise dictionary of Middle Egyptian*. Oxford: Griffith Institute, 1991.

FERRÁNDIZ, Jaime Vives-. Mobility, Materiality and Identities in Iron Age East Iberia. In: DOMMELEN; KNAPP (eds). *Material connections in the Ancient Mediterranean: Mobility, Materiality and Identity*. New York: Routledge, 2010, p. 190- 209.

FERREIRA, Eduardo. The Lower Nubian Egyptian Fortresses in the Middle Kingdom: A Strategic Point of View. *Athens Journal of History*, vol. 5, no.1, 2019, p.31-52.

FLAMINI, Roxana. Ancient Core-Periphery Interactions: Lower Nubia During Middle Kingdom Egypt (CA. 2050-1640 BC), *Journal of World-Systems Research*, vol.XIV, n. 1, p.50-74, 2008.

FLAMINI, Roxana. Disputed Rulership in Upper Egypt: Reconsidering the Second Stela of Kamose (K2). *JSSEA*, v. 38, 2011, p. 55-75.

FLAMINI, Roxana. Más allá de la narrativa: aportes para una aproximación integral a la Segunda Estela de Kamose. *Trabajos de Egiptología*, n. 11, 2020, p. 125- 140.

FRIZZO, Fábio. De Kamés a Amenhotep I: a Fundação das Bases do Império Egípcio do Bronze Tardio (1541- 1493 a.C.). *R. Mest, Hist., Vassouras*, v. 12, n.1, 2010, p. 25- 40.

FRIZZO, Fábio. Egipcianização e resistência na Núbia da XVIII Dinastia. In: A. Bracaglion, R. Lemos e R. T. Santos eds. *Semna – Estudos de Egiptologia II*. Rio de Janeiro: Seshat/Kliné, 2015, p. 80–87.

FRIZZO, Fábio. Estado, Império e Exploração Econômica no Egito do Reino Novo. Tese de doutorado, 2016.

GABOLDE, Luc. La stèle de Thoutmosis II à Assouan, témoin historique et archétype littéraire. In: GASSE, Annie; RONDOT, Vincent (eds). *Séhel. Entre Égypt et Nubie. Inscriptions euepstries et graffiti de l'époque pharaonique. Actes du colloque international (31 mai - 1 juin 2002) Université Paul Valéry, Montpellier*. Orientalia Monspeliensia 14. Université Paul Valéry, Montpellier III, 2003, p. 129-148.

GALÁN, José M. *El imperio egipcio: Inscripciones, ca. 1550-1300 a.C.* Barcelona: Trotta edicions de la Universitat de Barcelona, 2002.

GALÁN, José M. El paso del tiempo y el recuerdo del pasado em el antiguo Egipto. *RDTP*, LIX, 1, 2004, p.37-55.

GALÁN, José M. *Victory and Border: Terminology related to Egyptian Imperialism in the XVIIIth Dynasty*. Hildesheim: Gerstenberg, 1995.

GARDINER, Alan. H. The Defeat of the Hyksos by Kamōse: The Carnarvon Tablet, No. I, *The Journal of Egyptian Archaeology*, Vol. 3, No. 2/3 (Apr. - Jul., 1916), p. 95-110.

GATTO, Maria Carmela. Cultural Entanglement at the Dawn of the Egyptian History: A View from the Nile First Cataract Region. *Origini vol.36*, 2014, p. 93-124.

GERTZEN, Thomas L.; VOSS, Susanne. German Egyptology (1882-1914). *UCLA Encyclopedia of Egyptology 1 (1)*, 2020, p. 1-9.

GERTZEN, Thomas L. 'Germanic' Egyptology? Scholarship and politics as resources for each other and their alleged binary relationship. In: NAVRATILOVA, Hana; GERTZEN, Thomas L.; DODSON, Aidan; DEBNARSKI, Andrew. *Towards a History of Egyptology. Proceedings of the Egyptological Section of the 8th ESHS. Conference in London, 2018*. Zaphon: Münster, 2019, p. 211-230.

GOEBS, Katja. "Crowns, Egypt". In: BAGNALL, R. S.; BRODERSEN, C. B. Champion, ERSKINE, A.; HUEBNER, S. R. (eds). *The Encyclopedia of Ancient History*. London: Blackwell Publishing, 2013, p. 1847-49.

GRAVES-BROWN, Carolyn. Introduction: Gender, sex and loss of innocence. In: GRAVES-BROWNS, Carolyn et alii (eds). *Sex and Gender in Ancient Egypt. "Don your wig for a joyful hour."* Classical Press of Wales: Swansea, 2008, p. IX – XXV.

HAHN, Hans. Consumption, Identities and Agency. In: *Consumption in Africa, Anthropological Approaches*. Munster: Lit Verlag, 2008.

HALES, Shelley; HODOS, Tamar. *Material Cultural and Social Identities in the Ancient World*. New York: Cambridge University Press, 2010.

HALL, Stuart. *Da Diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HARTOG, François. O espelho de Heródoto: Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

HAW, Garry J. The Hyksos and the Kermans: the rise and fall. In: *War and Trade with the Pharaohs*. South Yorkshire: Pen and Sword Archaeology, 2017.

HIGGINBOTHAM, Carolyn R. *Egyptianization and Elite Emulation in Ramesside Palestine: Governance and Accommodation on the Imperial Periphery*. (Culture and History of the Ancient Near East 2). Leiden: Brill, 2000.

HIGGINBOTHAM, Carolyn R. Elite Emulation and Egyptian Governance in Ramesside Canaan. *Journal of the Institute of Archaeology of the Tel Aviv University*. vol. 23(1996), p. 154-169.

HODDER, Ian. *Entanglement: An Archaeology of the Relationship between Humans and Things*. Malden: Wiley-Blackwell, 2012.

ILIN-TOMICH, Alexander. The Second Intermediate Period, *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, 1 (1), 2016, p. 1- 21.

JACKSON, Ronald L. Cultural Contracts Theory: Toward an Understanding of Identity Negotiation. *Communication Quarterly*, 50: 3, 2002, p. 359-367.

JONKER, LOUIS. Engaging with Different Contexts A Survey of the Various Levels of Identity Negotiation in Chronicles. In: JONKER, Louis (ed). *Texts, Contexts and Readings in Postexilic Literature*. Mohr Siebeck: Tübingen, 2011, p. 63-94.

K. El-Enany. Le “dieu” nubien Sésostris III. *BIFAO* 104 (2004) 207-213.

KEMP, Barry. *Ancient Egypt: Anatomy of a Civilization*. New York: Routledge, 2018.

KEMP, Barry. Imperialism and Empire in New Kingdom Egypt (1575-1087 a.C.). In: GARNSEY, Peter; WHITTAKER, C.R (Orgs). *Imperialism in the ancient world: the Cambridge University research seminar in ancient history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978, p. 7-58.

KI-ZERBO, Joseph, *História da África Negra, vol.1*. 3a ed. Portugal: Publicações Europa-América, 1999.

KNAPP, Bernard. *Prehistoric and Protohistoric Cyprus: Identity and Connectivity*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

KNOBLAUCH, Christian. The Ruler of Kush (Kerma) at Buhen during the Second Intermediate Period: A Reinterpretation of Buhen 691 and Related Objects. In: GILL, James C.; KNOBLAUCH, Christian. *Egyptology in Australia and New Zealand 2009, Proceedings of the Conference held in Melbourne, September 4th-6th*. Oxford: Archaeopress, 2012, p.85-96.

KRAEMER, Bryan; Liszka, Kate. Evidence for administration of the Nubian Fortresses in the Late Middle Kingdom: the Semna Dispatches. *Journal of Egyptian History*, 9 (2016), 1-65.

KROEBER, Alfred. (1997) The Culture-Area and Age-Area Concepts of Clark Wissler, in *Americanist Culture History: Fundamentals of Time and Space*, R. Lee Lyman, Michael J. O'Brien & Robert C. Dannel (eds) .New York: Plenum Press, 1928, p. 121-138.

LABOURY, Dimitri. How and Why Did Hatshepsut Invent the Image of Her Royal Power? In: BRYAN, Betsy M.; DORMAN, Peter F.; GALÁN, José M. (eds). *Creativity and Innovation in the Reign of Hatshepsut*. Chicago: The Oriental Institute, 2014, p. 49-92.

LANGER, Christian. O Colonialismo Informal da Egiptologia: Da Missão Francesa ao Estado de Segurança. *Mare Nostrum*, 2021, vol. 12, n.1, p. 243-267.

LEBLANC, John Randolph; MEDINE, Carolyn M. John. Introduction: Negotiations in Transitive Spaces. In: LEBLANC, John Randolph; MEDINE, Carolyn M. John. *Ancient and Modern Religion and Politics: Negotiating Transitive Spaces and Hybrid Identities*. New York: Palgrave Macmillan, 2012, p. 1-14.

LE MOS, Rennan; VIEIRA, Fábio. Práticas Mortuárias no Egito e na Núbia sob o reino Novo Egípcio: avaliando o emaranhamento cultural na África antiga. *Revista de Ciências Humanas Viçosa*, Vol. 14, n. 2, 2014, p. 302-325.

LE MOS, Rennan; FRIZZO, Fábio. Potes, Pratos e Contatos Culturais: Práticas Alimentares na Núbia Durante o Reino Novo (c. 1550-1070 a.C.). *Mare Nostrum*, 2019, v.10, n.1, p. 93-114.

LE MOS, Rennan; BUDKA, Julia. Alternatives to colonization and marginal identities in New Kingdom colonial Nubia (1550-1070 BCE). *World Archaeology*, 2021. DOI: 10.1080/00438243.2021.1999853.

LOBBAN, Richard; SPRAGUE, Michael. Bullas, and the WAS Sceptre in Ancient Egypt and Sudan. *Anthrozoös* (1997), 10:1, p.14-22.

LIU, Shuang. Searching for a sense of place: Identity Negotiation of Chinese Immigrants. *International Journal of Intercultural Relations* 46 (2015), p. 26-35.

LIU, Shuang. Cross-Cultural adaptation: Na identity approach. In: CHEN, Ling (ed). *Intercultural Communication*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2017, p. 437- 455.

LIVERANI, Mario. *Antigo Oriente: História, Sociedade e Economia*. São Paulo: Edusp, 2009.

MALATOVA, Cláudia; VIEIRA, Fábio. Racialização e Vozes Dissonantes na Historiografia sobre Egito Antigo. *Revista Mundo Antigo*, v.2, n. 4, 2013, p. 139-166.

MATIĆ, Uroš. *Ethnic Identities in the Land of the Pharaohs: Past and Present Approaches in Egyptology*. New York: Cambridge University Press, 2020.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra, História e civilizações Tomo I*. Salvador: EDUFBA, 2008.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações Tomo II (Do século XIX aos nossos dias)*. Salvador: EDUFBA, 2011.

MEEKS, Dimitri. *Année Lexicographique égypt ancienne*, tome 3. Paris: Cybele, 1979. 52

MELTZER, Edmund. The Children of the KAP-Upwardly mobile, talented youth in Ancient Egypt. *Seshat* 5: Winter, 2001.

MESKELL, Lynn. *Private Life in New Kingdom Egypt*. New Jersey: Princeton University Press, 2002.

MCINERNEY, Jeremy. Ethnicity: An Introduction. In: MCINERNEY, Jeremy (ed). *A Companion to Ethnicity in the Ancient Mediterranean*. Malden: Wiley Blackwell, 2014, p. 1-16.

MOKHTAR, Gamal (ed). *História Geral da África vol.2*. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

MOLINA, Alejandro Bancalari. La teoría y el estudio de la Romanización: pluralidad de modelos. In: Molina, Alejandro Bancalari. *Orbe Romano e Imperio Global: La Romanización desde Augusto a Caracalla*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 2007, p. 77-102.

MORENO GARCIA, Juan. From Dracula to Rostovtzeff or: The misadventures of economic history in early Egyptology. In: FTIZENREITER, M (Org.), *Das Ereignis Geschichtsschreibung zwischen Vorfall und Befund*. London: Golden House Publications, 2009, p. 176.

MORKOT, Robert. Egypt and Nubia. In: ALCOK, Susan E.; D'ALTROY, Terence N.; MORRISON, Kathleen D.; SINOPOLI, Carla M. (eds.) *Empires: Perspectives from archaeology and History*. New York: Cambridge University Press, 2001, p. 227-251.

MORKOT, Robert. From conquered to conqueror: the organization of Nubia in the New Kingdom and the kushite administration of Egypt. In: MORENO GARCIA, Juan. *Ancient Egyptian Administration*. Leiden: Brill, 2013.p.911-963.

MORRIS, Ellen. *Ancient Egyptian Imperialism*. Hoboken: Wiley, 2018.

MORRIS, Ellen. The Architecture of Imperialism: Military Bases and the Evolution of Foreign Policy in Egypt's New Kingdom. Leiden: Brill, 2005.

MOYER, Ian S. Introduction: the Absence of Egypt. In: MOYER, Ian S. *Egypt and the Limits of Hellenism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 1-41.

MUHLESTEIN, Kerry. Sacred Violence: When Ancient Egyptian Punishment was Dressed in Ritual Trappings. *Near Eastern Archaeology*, 78:4 (2015), p. 244- 251.

MUHLESTEIN, Kerry. Violence. *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, 1 (1), 2015, p.1- 18.

NAVILLE, E. *The Temple of Deir el Bahari, vol. 6: The lower terrace, additions and plans*. Londres: Egypt Exploration Fund, 1908.

OBSOMER, Claude. Sésostri III et la frontière de Semna: une analyse des stèles nubiennes de l'an 16. *Babelao 6* (2017), p. 1-38.

O'CONNOR, David B.; REID, Andrew. Introduction- Locating Ancient Egypt in Africa: modern theories, past realities. IN: O'CONNOR, David B.; REID (Orgs.). *Ancient Egypt in Africa*. London: UCL Press, 2003, p.1-21.

PAPASTERGIADIS, Niko. Tracing Hybridity in Theory. In: WERBNER, Pnina; MODOOD, Tariq (eds). *Cultural Hybridity, Multicultural Identities and The Politics of Anti-Racism*. London: Zed Books, 2015, p. 257-281.

PAVLENKO, Aneta; BLACKLEDGE, Adrian. Introduction: New Theoretical Approaches to the Study of Negotiation of Identities in Multilingual Contexts. In: PAVLENKO, Aneta; BLACKLEDGE, Adrian (eds). *Negotiation of Identities in Multilingual Contexts*. New York: Multilingual Matter LTD, 2004, p. 1-34.

PELMER, Doris. Looking at Nubians in Egypt: Nubian Women in New Kingdom Tomb and Temple Scenes and the Case of TT40 (Amenemhet Huy). *Dotawo: A Journal of Nubian Studies*, v.5, 2018, p.25-61.

PEREYRA, Violeta. La Secularización del poder durante el Imperio Nuevo egipcio: La epifanía real en la ventana de aparición, vol. 1. Tese de doutorado, 2005.

PETRIE, W. M. Flinders. Migrations. (The Huxley Lecture for 1906). *The Journal of the Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, 1906, vol. 36 (Jul. - Dec.), p.139-232.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RALSTON, Richard D.; MOURÃO, Fernando Augusto de Albuquerque. A África e o Novo Mundo. In: BOAHEN, Albert Adu. *História Geral da África: África Sob Dominação Colonial, 1880-1935, vol. VII*. São Paulo: Cortez Editora, p.875-918.

REDE, Marcelo. Al-Yahudu: os arquivos do exílio babilônico. *Arquivo Maaravi*, v. 13, n. 25, 2019, p.1-16.

REDFORD, Donald. *The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt, vol. 1*. New York: Oxford University Press, 2001.

REDFORD, Donald. *Encyclopedia of Ancient Egypt, vol. 2*. New York: Oxford University Press, 2001.

REDFORD, Donald. *From Slave to Pharaoh: the Black Experience of Ancient Egypt*. Maryland: The Johns Hopkins University Press, 2006.

REISNER, George A. *The archaeological Survey of Nubia: Report for 1907-1908*. Cairo: National Printing Department, 1910.

REISNER, George A. Outline of the Ancient History of the Sudan part III: the Egyptianization of Ethiopia. *Sudan Notes and Records*, 1918, vo. 1, n.4 (1918), p. 217-237.

RENFREW, Colin. Beyond Diffusion, in: *Before Civilization: The Radiocarbon Revolution and Prehistoric Europe*, London: Penguin, 1973, pp. 121-132.

ROSS, Larry. *Nubia and Egypt: 10.000 BC to 400 AD*. New York: The Edwin Mellen, Press, 2013.

SALES, José das Candeias. Strike, Smite and Terrify: Reflections on Physical, Ritual and Psychological Violence in Ancient Egypt. In: PIMENTEL, Maria Cristina; RODRIGUES,

Nuno Simões (ed). *Violence in the Ancient and Medieval Worlds*. Leuven: Peeters, 2018, p. 295-314.

SANTOS, Moacir Elias. A presença de estrangeiros no contexto funerário egípcio do Reino Novo. *Revista Plêthos*, 2, 1, 2012, p. 52-73.

SÄVE-SÖDERBERGH, T. A Buhen Stela from the Second Intermediate Period (Khartum No. 18). *The Journal of Egyptian Archaeology*, vol. 35 (Dec., 1949), p.50-58.

SÄVE -SÖDERBERGH; TROY. *New Kingdom Pharaonic Sites, the finds and the sites*, vol. 5:2. Suécia: Almqvist & Wiskell Tryckeri, 1991.

SCHNEIDER, Von Thomas. Foreign Egypt: Egyptology and the Concept of Cultural Appropriation. *Egypt and the Levant*, 2003, vol. 13 (2003), p.155-161.

SHAW, Ian, *The Oxford History of Ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

SHAW, Ian. *Ancient Egyptian Warfare: Tactics, Weapons and Ideology of the Pharaohs*. Oxford, Philadelphia: Casemate Publishers, 2019.

SHEPPARD, Kathleen. British Egyptology (1882-1914). *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, 1(1), 2021, p. 1-12.

SHIRLEY, J.J. Crisis and Restructuring of the State: from the Second Intermediate Period to the Advent of the Ramesses. In: MORENO GARCIA, Juan. *Ancient Egyptian Administration*. Leiden: Brill, 2013, 521-606.

SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: A África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SILVA, Thais Rocha da. A senhora da casa ou a dona da casa? Construções sobre gênero e alimentação no Egito Antigo. *Cadernos Pagu*, n. 39, 2012, p. 55-86.

SILVA, Thaís Rocha da. Construtos de gênero no Egito Ptolomaico: uma proposta de leitura das cartas gregas e demóticas. São Paulo, 2013. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em estudos judaicos e árabes, Universidade de São Paulo.

SIMPSON, William Kelly. *The Literature of Ancient Egypt*, New Haven: Yale University Press, 2003.

SMITH, Stuart T. A Model for Egyptian Imperialism in Nubia. *Göttinger Miszellen*, 122, (1991), p.77-102.

SMITH, Stuart T.; BUZON, Michele. Colonial Entanglements: "Egyptianization" in Egypt's Nubian Empire and the Nubian Dynasty. In: WELSBY, D.; ANDERSON, J. (eds). *Proceedings of the 12th International Conference for Nubian Studies 01-06 August 2010*. London: British Museum Press, p. 1-12.

SMITH, Stuart. Nubia and Egypt: Interaction, Acculturation and Secondary State Formation from Third to First Millenium BC. In: CUSICK, J. (Ed). *Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change and Archaeology*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1998, p. 256-287.

SMITH, Stuart. Revenge of the Kushites: assimilation and resistance in Egypt's New Kingdom empire and the Nubian ascendancy over Egypt. In: ARESHIAN, G. (ed.). *Empires and complexity: on the crossroads of archaeology*. Los Angeles: Costen Institute of Archaeology, 2013, p.84-107.

SMITH, Stuart. *Wretched Kush: Ethnic Identities and Boundaries in Egypt's Nubian Empire*. New York: Routledge, 2003.

SMITH, Stuart. Hekanefter and the Lower Nubian Princes: Entanglement, Double Identity or Topos and Mimesis?. In: Amstutz, Hans; Dorn, Andreas; Müller, Matthias; Ronsdorf, Miriam V.; Uljas, Sami (ed). *Fuzzy boundaries: Festschrift für Antonio Loprieno*. Widmaier Verlag: Hamburg, 2015, p.767-779.

SPALINGER, Anthony. Calendrical Importance of the Tombos Stela. *Studien zur Altägyptischen Kultur*, 22 (1995), p. 271-281.

SPALINGER, Anthony J. *War in Ancient Egypt*. Massachusetts: Blackwell Publishing, 2005.

SPALINGER, Anthony. Two Screen Plays: "Kamose" and "Apophis and Seqenenre". *Journal of Egyptian History*, v.3 (1), 2010, p. 115-135.

SPENCER, Neal; STEVENS, Anna; BINDER, Michaela (Eds). *Nubia in the New Kingdom: Lived Experience, Pharaonic Control and Indigenous Traditions*. Leuven: Peeters, 2017.

SRIKANDI, Melati Budi; PAWITO; RAHMANTO, Andre. Cultural Identity Negotiation of Javanese-Muslim Settlers with Indigenous Balinese-Hindus: A Study of Intercultural Communication Strategies. *International Journal of Multicultural and Multireligious Understanding (IJMMU)*, vol. 18, n.1, 2021, p. 24-31.

STAHL, Ann Brower. Colonial Entanglements and Practices of Taste: Na Alternative to Logocentric Approaches. *American Anthropologist* 104 (3), 2002, p.827-845.

STEEL, Louise. Shifting Relations in Brinze Age Gaza: An Investigation into Egyptianizing Practices and Cultural Hybridity in the Southern Levant During the Late Bronze Age. *Journal of Ancient Egyptian Interconnections*, vol. 20 (December 2018), p.15-30.

STOCKHAMMER, P. W. From Hybridity to Entanglement, from Essentialism to Practise. In: VAN PELT, P.(Org.). *Archaeology and Cultural Mixture. Archaeological Review from Cambridge* 28, 1 (Cambridge 2013), p. 11–28.

STROSS, Brian. The Hybrid Metaphor: From Biology to Culture. *The Journal of American Folklore*, vol. 112, n. 445, 1999, p. 254-267.

SWANN, William B.; BOSSON, Jennifer K. Identity Negotiation: A Theory of Self and Social Interaction. IN: JOHN, Oliver P.; ROBINS, Richard W. (eds). *Handbook of Personality: Theory and Research*. New York: Guilford Press, 2021, p. 587-607.

TERRENATO, Nicola. The Romanization of Italy? Global acculturation or cultural bricolage. In: FROCEY, Colin; HAWTHRONE, John; WITCHER, Robert (eds). *Proceedings of the Seventh Annual Theoretical Roman Archaeology Conference*. Which formed part of The Second International Roman Archaeology Conference University of Nottingham, April 1997. Oxbow Book, 1998, p. 20- 27.

THEIS, Christoffer. Egyptian Funerary Cones from Various Auctions and Collections. *Palarch's Journal of Archaeology of Egypt/Egyptology* 14 (1) (2017), p. 1-25.

THOMAS, Nicholas. *Entangled Objects: Exchange, Material Culture, and Colonialism in the Pacific*. Boston: Harvard University Press, 1991.

TOOMEY, Stella Ting. Identity Negotiation Theory. In: BENNET, Janet M. (ed), *The SAGE Encyclopedia of Intercultural Competence*, vol. 1. Los Angeles: Sage, 2015, p. 418-422.

- TÖRÖK, László. *Between Two Worlds*. Leiden: Brill, 2009.
- TÖRÖK, László. *The Image of the Ordered World in Ancient Nubian Art*. Leiden: Brill, 2002.
- VALBELLE, Dominique. Conception et expression de la guerre dans la littérature égyptienne. *Guerre et Conquête dans le Proche-Orient Ancien*. Antiquités Spémitiques, IV, Paris, 1999, p. 23-31.
- VAN PELT, Paul. Revising Egypto-Nubian Relations in New Kingdom Lower Nubia: From Egyptianization to Cultural Entanglement, *Cambridge Archaeological Journal*, 23, 3, p. 523-550, 2013.
- VASQUES, Marcia Severina. Egito Romano: entre tradição, memória e renovação. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo*, n. 32, 2019, p. 120-130.
- VIDROVITCH, Catherine Coquery. As mudanças econômicas na África em seu contexto mundial (1935-1980). In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (eds). *História Geral da África: África desde 1935, vol. VIII*. São Paulo: Cortez Editora, 2011, p. 337-376.
- VIEIRA, Fábio Amorim. Distâncias egípcias, encontros núbios: interações culturais e fronteiras étnicas no Novo Império egípcio. *Plêthos*, vol.4 -1, 2014, p.61-82.
- VIEIRA, Fábio. Os filhos da Núbia: Cultura e deslocamentos na África antiga sob a XVIII dinastia egípcia (1550-1307 a.C.). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.
- VISCHAK, Deborah. *Community and Identity in Ancient Egypt: The Old Kingdom Cemetery at Qubbet el-Hawa*. New York: Cambridge University Press, 2015.
- VITTMANN, Gunter. Personal Names: Functions and Significance. In: *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, 1(1), 2013.
- VON SEEHAUSEN, Pedro L. D. As estelas funerárias com o morto reclinado em uma cama funerária: etnia, identidade e emaranhamento cultural no Baixo Egito durante o Período Romano. In: *Semna- Estudos de Egiptologia I*, Rio de Janeiro: Seshat/Kliné, 2014, p.150-163.

VON SEEHAUSEN, Pedro Luiz Diniz. Etnia e Identidade nas Estelas Funerárias do Egito Romano. Volume 1- Texto. Rio de Janeiro, 2014. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

WALLACE-HADRILL, Andrew. Culture, identity and power. In: HADRILL-WALLACE, Andrew. *Rome's Cultural Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 3-37.

WEGLARZ, Lindsey Rae-Marie. Continuity and change: a reevaluation of cultural identity and "Egyptianization" in Lower Nubia during the New Kingdom. Dissertação de doutorado. Chicago, 2017.

WENGOW, David. Egyptology and cognate disciplines. In: SHAW, Ian; BLOXAM, Elizabeth (eds). *The Oxford Handbook of Egyptology*. Oxford: Oxford University Press, 2020, p. 48-64.

WILLIAMS, Bruce. The adoption and rejection of egyptian symbolic culture in Nubia. *Cripel* 26 (2006), 399-410.

WIT, A. J. De. *Enemies of the State: Perceptions of 'otherness' and state formation in Egypt*. Leiden: Leiden University, 2008.

WOOLF, Greg. On Romanization. In: WOOLF, Greg. *Becoming Roman: The Origins of Provincial Civilization in Gaul*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p.1-23.

YELLIN, Janice. Nubian Religion. In: D'AURIA, Sue; FISHER, Marjorie M.; IKRAM, Salima; LACOVARA, Peter (ed). *Ancient Nubia African Kingdoms on the Nile*. American University in Cairo Press, 2012, p.125-144.